

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E
DESENVOLVIMENTO – PPGSED**

ANDRÉIA FAXINA WIESE

**AS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS MUNICÍPIOS DE CORUMBATAÍ DO SUL E
IRETAMA NO ESTADO DO PARANÁ**

CAMPO MOURÃO – PR

2018

ANDRÉIA FAXINA WIESE

**AS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS MUNICÍPIOS DE CORUMBATAÍ DO SUL E
IRETAMA NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. João Carlos Leonello

CAMPO MOURÃO – PR

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

W651c Wiese, Andréia Faxina
As cooperativas de agricultura familiar frente ao desenvolvimento local dos
Municípios de Corumbataí do Sul e Iretama do Estado do Paraná / Andréia Faxina Wiese.
-- Campo Mourão, PR : UNESPAR, 2018.
187 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Leonello.
Dissertação (mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de
Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), 2018.
Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

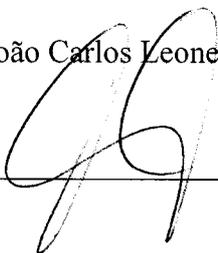
1.Cooperativismo. 2. Agricultura Familiar. 3. Desenvolvimento Regional no Paraná
I. Leonello, João Carlos, orient. II. Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo
Mourão, PR. III. UNESPAR. IV. Título.

CDD 21.ed. 334
338.98162
631

ANDRÉIA FAXINA WIESE

BANCA EXAMINADORA

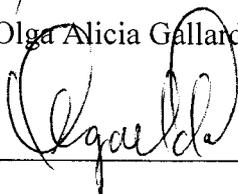
Prof. Dr. João Carlos Leonello (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr^a. Mirian Beatriz Schneider – UNIOESTE/ Toledo



Prof. Dr^a. Olga Alicia Gallardo Milanés – UNESPAR/ Campo Mourão



Data de Aprovação

01/03/2018

Campo Mourão – PR

Dedico esta dissertação ao meu esposo Igor e
à minha filha Maria Clara, presentes de Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que tem me proporcionado nessa caminhada de aprendizado, desafio e crescimento.

Ao meu querido orientador, João Carlos Leonello, pelas orientações, paciência, incentivo e apoio nessa jornada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento de Campo Mourão, em especial à professora Olga Alicia Gallardo Milanés que me acompanhou na realização das entrevistas e enriqueceu essa pesquisa com suas contribuições.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento de Campo Mourão, em especial ao coordenador, o professor Marcos Bovo, e ao Caio César Santos, secretário do programa, pelo apoio nas dúvidas, orientações, documentação, sendo sempre prestativos.

Aos membros da banca de qualificação, professoras Mirian Beatriz Schneider e Luciane Cristina Carvalho, pelas valiosas contribuições.

Aos gestores, cooperados e colaboradores da COAPROCOR e da COAVRCAN que gentilmente nos receberam e contribuíram com a realização deste estudo.

Aos amigos de turma que de alguma forma contribuíram para minha formação.

À minha família. Aos meus pais, Otávio e Lourdes, pela minha formação, pela minha vida; aos meus sogros, Alceu e Cleusa, pelo incentivo desde o processo de seleção, pelo apoio e pela ajuda com a minha filha nesse período; à minha irmã querida, Lilian e ao meu cunhado Gustavo, que me deram um presente maravilhoso quando eu estava terminando essa dissertação: meu sobrinho e afilhado Gabriel; à minha filha amada Maria Clara pelo amor incondicional; ao meu amado esposo, por tudo... pelo companheirismo, incentivo, contribuições, paciência e amor.

À Universidade Estadual do Paraná, pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante a realização desta pesquisa.

RESUMO

WIESE, Andréia Faxina. **As cooperativas de agricultura familiar frente ao desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama no estado do Paraná.** 187f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2018.

A modernização tecnológica na produção agropecuária brasileira, principalmente a partir dos anos 90, proporcionou um modelo de desenvolvimento rural que, apesar de significativos resultados econômicos, estabeleceu-se em proporção socioeconômica desigual, deixando milhares de produtores da agricultura familiar à margem desse processo, sobretudo por não conseguirem se adequar ao novo modelo de produção, baseado em tecnologia e investimentos financeiros para atender às exigências e à demanda de mercado. Assim, diante das dificuldades encontradas com o advento da globalização, a cooperação por meio da constituição de cooperativas passou a emergir como alternativa de inclusão social e geração de renda para os agricultores familiares. Diante desse quadro, essa pesquisa objetivou compreender a participação da Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul (COAPROCOR) e da Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN) no fortalecimento do capital social e na promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, no estado do Paraná. Para tanto, foi realizada uma pesquisa literária em torno dos temas agricultura familiar, capital social, cooperativismo e desenvolvimento local. A metodologia adotada teve por base: análise documental dos indicadores econômico-financeiros e sociais das cooperativas estudadas, pesquisa de dados socioeconômicos dos municípios onde estão sediadas, análise dos coeficientes de correlação de Person dos indicadores estudados e a realização de nove entrevistas. A realização das análises do desempenho econômico-financeiro e social das cooperativas (COAPROCOR e COAVRCAN) no período de 2009 a 2014 e dos indicadores/dados socioeconômicos dos municípios possibilitou verificar a evolução da situação econômica, financeira e social de Corumbataí do Sul e Iretama. Por sua vez, a análise das entrevistas possibilitou comparar as duas realidades. Evidenciou-se nesse estudo que a inserção do cooperativismo nesses dois municípios está pautada no fortalecimento do capital social para criação das cooperativas, para superação dos desafios enfrentados e na diversificação da produção na pequena propriedade da agricultura familiar e buscou-se também, discutir as contribuições da COAPROCOR e da COAVRCAN no desenvolvimento local.

Palavras-chave: cooperativismo, agricultura familiar, desenvolvimento local.

ABSTRACT

Technological modernization in Brazilian agricultural production, especially since the 1990s, has provided a model of rural development that, despite significant economic results, has established itself in an unequal socioeconomic ratio, leaving thousands of producers of family agriculture to the margin of this process, especially for not being able to adapt to the new production model, based on technology and financial investments to meet the demands and market demand. Thus, faced with the difficulties encountered with the advent of globalization, cooperation through the constitution of cooperatives began to emerge as an alternative of social inclusion and income generation for family farmers. In this context, this research aimed to understand the participation of the Corumbataí do Sul Agroindustrial Cooperative (COAPROCOR) and the Cooperative of Family Farmers Vale do Rio Cantu (COAVRCAN) in strengthening social capital and promoting local development in the municipalities of Corumbataí do Sul and Iretama, in the Paraná state. A literary research was done around the themes family agriculture, social capital, cooperativism and local development. The methodology adopted was based on: the documentary analysis of the economic and financial indicators of the cooperatives studied, socioeconomic data from the municipalities where they are based, analysis of the coefficients of Person correlation of the indicators studied and nine interviews. The analysis of the economic-financial and social performance of the cooperatives (COAPROCOR and COAVRCAN) in the period from 2009 to 2014 and the socioeconomic indicators/data of the cities to verify the evolution of the economic, financial and social situation of Corumbataí do Sul and Iretama. The interviews analysis made it possible to compare the two realities. It was evidenced in this study that the insertion of cooperativism in these two cities is based on the strengthening of social capital for the creation of cooperatives, to overcome the challenges faced and the diversification of production in the small property of family agriculture and also sought to discuss the contributions of COAPROCOR and COAVRCAN in local development.

Keywords: cooperativism, family farming, local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação da agricultura Familiar no Brasil.....	24
Figura 2 – Dimensões das estratégias em cooperativas agropecuárias	68
Figura 3 – Localização da COMCAM no Brasil e no Paraná	91
Figura 4 – Sede da COAPROCOR.....	105
Figura 5 – Produção entregue na COAPROCOR.....	105
Figura 6 – Polpa de frutas da COAPROCOR	107
Figura 7 – Sede da COAVRCAN.....	109
Figura 8 – Caminhão para entrega dos produtos em outros municípios	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Subprogramas do PRONAF	33
Quadro 2 – Índices de estrutura	82
Quadro 3 – Índices de liquidez	84
Quadro 4 – Índices de rentabilidade	85
Quadro 5 - Conjunto de indicadores utilizados para o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson	88
Quadro 6 – Resumo dos Indicadores Patrimoniais e Financeiros, do Balanço Patrimonial (2009-2014) da Cooperativa COAPROCOR	113
Quadro 7 – Resumo dos Indicadores Patrimoniais e Financeiros, do Balanço Patrimonial (2009-2014) da Cooperativa COAVRCAN.....	114
Quadro 8 – Indicadores econômico-financeiros e sociais da COAPROCOR (2009-2014)...	114
Quadro 9 – Indicadores econômico-financeiros e sociais da COAVRCAN (2009-2014).....	115
Quadro 10 – Parâmetro de análise do Coeficiente de Correlação (CR) de “r”	125
Quadro 11 – Coeficientes de Correlação de Pearson (r) envolvendo os indicadores econômico-financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN e os indicadores socioeconômicos dos seus respectivos municípios	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos recursos do Pronaf (R\$ em bilhões).....	34
Gráfico 2 – Destino das exportações das cooperativas paranaenses (2013-2014)	64
Gráfico 3 – Estrutura Fundiária – Grupos de área total e número de estabelecimentos agropecuários em Corumbataí do Sul e Iretama (Censo Agropecuário 2006).....	93
Gráfico 4 – Estrutura Fundiária – Grupos de área total e área dos estabelecimentos agropecuários em Corumbataí do Sul e Iretama (Censo Agropecuário 2006).....	93
Gráfico 5 – Densidade demográfica de Corumbataí do Sul e Iretama (hab/km ²).....	95
Gráfico 6 – Área colhida (ha) por cultura em Iretama (2009-2014)	97
Gráfico 7 – Área colhida (ha) por cultura em Corumbataí do Sul (2009-2014)	97
Gráfico 8 – Número de cooperados da COAPROCOR (2009 – 2014).....	106
Gráfico 9 – Número de associados da COAVRCAN (2009-2014).....	110
Gráfico 10 – Participação das receitas não operacionais no total das despesas operacionais da COAVRCAN (2009-2014).....	118
Gráfico 11 – Sobras disponíveis a AGO da COAPROCOR e COAVRCAN.....	120
Gráfico 12 – Receita Bruta e Sobras/Resultado do exercício – COAPROCOR (2009-2014)	121
Gráfico 13 – Receita Bruta e Sobras/Resultado do exercício – COAVRCAN (2009-2014) .	122
Gráfico 14 – Capital Social Integralizado e Número de Associados da COAPROCOR (2009-2014).....	123
Gráfico 15 – Capital Social Integralizado e Número de Associados da COAVRCAN (2009-2014).....	124
Gráfico 16 – Despesas da COAPROCOR com Pessoal e Número de Empregos Formais no comércio atacadista em Corumbataí do Sul (2009- 2014)	131
Gráfico 17 – Despesas da COAVRCAN com pessoal e Número de Empregados Formais do Setor de Serviços de Iretama (2009-2014)	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação da agricultura familiar (AF) – Censo Agropecuário 2006	25
Tabela 2 – Número de contratos liberados no PRONAF - Brasil, Paraná, Corumbataí do Sul e Iretama (2012 – 2016) e percentual (%) em relação ao Brasil	35
Tabela 3 – Valor total (Milhões R\$) dos contratos liberados no PRONAF - Brasil, Paraná, Corumbataí do Sul e Iretama (2012 – 2016) e percentual (%) em relação ao Brasil	36
Tabela 4 - Valores dos recursos liberados (R\$) para o PAA (2011 – 2014) e percentual (%) em relação ao Brasil	40
Tabela 5 – Participação dos municípios da Mesorregião Centro-ocidental Paranaense no total dos valores liberados (R\$) para o PAA (2011 – 2014).....	42
Tabela 6 – Valores investidos (R\$) na aquisição de gêneros alimentícios pelo PNAE e percentual de aquisição da agricultura familiar (2011 – 2014)	45
Tabela 7 – Valores transferidos pelo FNDE à alimentação escolar no Paraná e aplicados pelo Estado na agricultura familiar (2011 – 2014).....	47
Tabela 8 – Participação do Estado e dos municípios nos valores destinados a agricultura familiar no Paraná (2011-2014).....	47
Tabela 9 – Percentual dos valores liberados pelo FNDE por município em relação ao valor liberado para mesorregião centro-ocidental paranaense e Percentual de aquisição da AF por município (2011-2014).....	48
Tabela 10 - Indicadores Sociais e Econômicos das cooperativas paranaenses (2009 - 2014) .	62
Tabela 11 – População Censitária Urbana e Rural do Brasil, Paraná, Corumbataí do Sul e Iretama (1991, 2000, 2010)	94
Tabela 12 – Domicílios – urbano e rural	96
Tabela 13 – Distribuição dos habitantes por faixa etária.....	96
Tabela 14 – Produção Agrícola (quantidade em toneladas) e Valor da Produção (R\$ 1.000,00) – Iretama.....	98
Tabela 15 – Produção Agrícola (quantidade em toneladas) e Valor da Produção (R\$ 1.000,00) – Corumbataí do Sul.....	100
Tabela 16 – Número de empregos (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Corumbataí do Sul.....	130
Tabela 17 – Número de empregos (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama.....	130

Tabela 18 – Número de estabelecimentos formais (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Corumbataí do Sul	132
Tabela 19 – Número de estabelecimentos formais (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama	133
Tabela 20 – Valor Adicionado Fiscal (VAF) R\$ 1.000,00 e percentual (%) do setor em relação ao total – Corumbataí do Sul	134
Tabela 21 – Valor Adicionado Fiscal (VAF) R\$ 1.000,00 e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama.....	135
Tabela 22 – ICMS Arrecadado pelos municípios (R\$ 1,00) – Corumbataí do Sul e Iretama	137
Tabela 23 – Repasses estaduais ao município de Corumbataí do Sul.....	137
Tabela 24 – Repasses estaduais ao município de Iretama	137
Tabela 25 – Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (VBP - R\$ 1.000,00) e percentual (%) por variável em relação ao VBP total – Corumbataí do Sul e Iretama.....	138
Tabela 26 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000,00) e percentual (%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação ao PIB – Corumbataí do Sul (2009-2014)	140
Tabela 27 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000,00) e percentual (%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação ao PIB – Iretama.....	140

LISTA DE SIGLAS

AF	– Agricultura Familiar
ACI	– Aliança Cooperativa Internacional
CPR–Estoque	– Apoio à Formação de Estoques
PAA-Leite	– Apoio à Produção para o Consumo do Leite
ATER	– Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEI	– Cadastro Específico do INSS
CNPJ	– Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CME	– Campanha de Merenda Escolar
CNME	– Campanha Nacional de Merenda Escolar
CPR	– Cédula do Produtor Rural
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
ICMS	– Circulação de Mercadores e Serviços
COAMO	– Agroindustrial Cooperativa
COCAMAR	– Cooperativa Agroindustrial
CR	– Coeficiente de Correlação
CDS	– Compra com Doação Simultânea
COMCAM	– Comunidade dos Município de Campo Mourão
CNBB	– Confederação Nacional do dos Bispos do Brasil
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
CMN	– Conselho Monetário Nacional
COAPROCOR	– Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul
COAVRCAN	– Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu
DATER	– Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DAP	– Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNTR	– Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
DR	Demonstrativo do Resultado
DRE	– Demonstrativo do Resultado do Exercício
FECILCAM	– Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
FAE	– Fundação de Assistência ao Estudante
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GG	– Grupo Gestor
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IPVA	– Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IBC	– Instituto Brasileiro do Café
EMATER	– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
MA	– Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MEC	– Ministério da Educação
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCEPAR	– Organização da Cooperativas do Paraná
OCB	– Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	– Produto Interno Bruto
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar

PGPM	– Política de Garantia de Preços Mínimos
PEA	– População economicamente ativa
PR	– Paraná
PGPAF	– Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
PPGSeD	– Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento
RS	– Rio Grande do Sul
SAF	– Secretaria da Agricultura Familiar
SERT-PR	– Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho-Paraná
SEAF	– Seguro da Agricultura Familiar
SEBRAE	– Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SigPC	– Sistema de Gestão de Contas
SNCR	– Sistema Nacional de Crédito Rural
UNIOESTE	– Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNESPAR	– Universidade Estadual do Paraná
VAF	– Valor Adicionado Fiscal
VBP	– Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A RELEVÂNCIA DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PRONAF, PAA E PNAE	20
1.1 Agricultura Familiar: Definições e Relevância no Brasil	20
1.2 Políticas Públicas para a agricultura familiar: os programas governamentais PRONAF, PAA e PNAE	27
1.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	31
1.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	37
1.2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	43
CAPÍTULO 2: COOPERATIVISMO E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	51
2.1 Capital Social e Cooperativismo	51
2.2 Cooperativismo	54
2.2.1 O Cooperativismo no Paraná	60
2.2.2 A instituição cooperativa e o desenvolvimento local	65
2.3 O conceito de desenvolvimento local	70
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	77
3.1 Os procedimentos metodológicos e a abordagem interdisciplinar	77
3.2 Indicadores	80
3.2.1 Indicadores econômico-financeiros e sociais	81
3.2.2 Indicadores Socioeconômicos	86
3.3 Análise de correlação entre os indicadores de análise de desempenho econômico-financeiro das cooperativas e os indicadores socioeconômicos dos municípios	87
CAPÍTULO 4: AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DE CORUMBATAÍ DO SUL E IRETAMA	90
4.1 Os municípios de Corumbataí do Sul e Iretama	90
4.2 A Cooperativa COAPROCOR	104
4.3 A Cooperativa COAVRCAN	108

CAPÍTULO 5: RESULTADOS E DISCUSSÕES	112
5.1 As contribuições socioeconômicas da COAPROCOR e da COAVRCAN na promoção do desenvolvimento dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama	112
5.1.1. Análise do Desempenho Econômico-Financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN	112
5.1.2 A Correlação entre os Indicadores de Análise de Desempenho das Cooperativas e os Indicadores Socioeconômicos dos Municípios	124
5.1.3 A Participação das Cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN no Desenvolvimento Local: o Crescimento dos Indicadores Socioeconômicos em Corumbataí do Sul e Iretama	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	148
ANEXO I	161
APÊNDICE I	165
APÊNDICE II	169

INTRODUÇÃO

No Brasil, a dinâmica da vida rural vem se transformando há décadas, juntamente com os mesmos processos que caracterizam a modernidade, como a globalização, a exigência de novos conhecimentos, tecnologia, as novas dimensões da racionalidade produtiva, a instabilidade dos mercados, a fluidez das relações e o aparecimento de novos atores sociais.

Nesse cenário que engloba a modernização da agricultura, a produção de grãos em larga escala, a abertura de mercados e a ampliação dos canais de comercialização, ao contrário dos produtores latifundiários, a agricultura familiar sofreu vulnerabilidades econômicas, ambientais e produtivistas, sobretudo, pela pequena extensão de terras e poucos recursos financeiros para se manterem competitivamente na área agrícola. Assim, os agricultores familiares, na atual conjuntura brasileira, vivenciam os desafios oriundos desse processo histórico, influenciado, particularmente, pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais das últimas décadas.

A agricultura familiar, almejando atender objetivos comuns, procura formas de organizações sociais, como a constituição de associações de pequenos produtores e as Cooperativas de Agricultura Familiar. Sobre isso, Pinho (2001) aponta que as cooperativas são associações criadas para prestar serviços econômicos para seus cooperados e, ao mesmo tempo, desenvolver ações de caráter socioeconômico direcionadas para seus integrantes cooperados, seus familiares e comunidade.

As cooperativas de agricultura familiar passam a emergir como alternativa de inclusão social e geração de renda para os pequenos produtores frente à concorrência de um mercado globalizado, sobretudo diante das dificuldades financeiras dessas famílias que vivem em condições de carência. Os atores sociais como o governo, as organizações cooperativas, associações, os próprios produtores e os movimentos sindicais, exercem papéis fundamentais no que se refere aos contextos locais.

Diante disso, buscou-se nesse estudo, ampliar o entendimento sobre o tema escolhido “As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Local”, numa direção múltipla a partir da perspectiva interdisciplinar, considerando as reflexões de várias áreas do conhecimento científico, tais como a agronomia, a geografia, a economia, a contabilidade, a administração e a sociologia.

Os *loci* da análise são os municípios de Corumbataí do Sul, onde está localizada a Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul-PR e Região (COAPROCOR) e o de

Iretama – PR, no qual se encontra a Cooperativa dos Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN), pertencentes à mesma mesorregião, a Centro-ocidental Paranaense e à Microrregião de Campo Mourão – PR.

A questão norteadora que se estabelece como problemática na pesquisa é: quais as contribuições das cooperativas de agricultura familiar COAPROCOR e COAVRCAN na promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, no estado do Paraná?

O objetivo geral deste estudo é compreender a participação da COAPROCOR e da COAVRCAN no fortalecimento do capital social e na promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama no estado do Paraná.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Apresentar e discutir o contexto histórico da agricultura familiar e a relevância dos programas governamentais PRONAF, PAA e PNAE para este segmento.
- Compreender a trajetória do cooperativismo e suas relações com o conceito de capital social e desenvolvimento local.
- Apresentar o perfil socioeconômico dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama e o histórico da constituição das cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN.
- Analisar e comparar as duas cooperativas estudadas, buscando compreender as suas contribuições socioeconômicas para a promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

A concepção de desenvolvimento local adotada é definida por Buarque (1999, p. 9), o qual estabelece que o desenvolvimento de uma determinada localidade pode ser impulsionado por um grupo capaz de promover o “dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”, elevando as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, visando, sobretudo, aumentar a renda e as formas de riqueza e “ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais”

Essa pesquisa parte de uma abordagem quali-quantitativa, constituindo sua metodologia de natureza descritiva, a partir da análise de fontes documentais, de dados secundários e entrevistas, e de natureza exploratória visando proporcionar maior familiaridade com o objeto, torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2000).

As fontes primárias correspondem às informações obtidas diretamente nas cooperativas, em documentos de demonstrações contábeis e financeiras, relatório de gestão,

ficha de matrícula e entrevistas. Além dessas, a busca das fontes secundárias foi realizada em órgãos oficiais do poder público e revisão bibliográfica em obras, teses e trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Em ambas as cooperativas são observadas características comuns, como o fato do quadro social ser constituído, na maior parte, por produtores pertencentes à agricultura familiar, por possuírem menos de 1000 associados, por receberem receitas dos programas PAA e PNAE e indiretamente do PRONAF¹ e por terem sido constituídas no ano de 2009.

De acordo com os dados do IBGE (2010), Corumbataí do Sul possui 43% de sua população na área rural e a atividade agropecuária representa 55% do PIB. Em Iretama, 42% da população encontra-se na área rural e 40% do PIB corresponde à atividade agropecuária, isso significa que a atividade rural movimenta a economia dessas regiões.

A opção teórica por esse tema visa entender como as cooperativas de agricultura familiar se organizam para enfrentar localmente os problemas gerados em um contexto global e contribuir com reflexões interdisciplinares, buscando avançar no entendimento desse processo que envolve a criação das cooperativas de agricultura familiar. Ao final desse estudo, buscou-se elaborar considerações significativas às cooperativas, trazendo conhecimentos sobre sua evolução econômica, financeira e social, e contribuir para o exercício da agricultura familiar no modelo de cooperativas.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos organizados conforme os objetivos específicos já elencados. O primeiro capítulo está centrado em questões teóricas e conceituais específicas e tem como objetivo compreender o histórico da agricultura familiar no Brasil, bem como discutir as finalidades, características e a relevância dos programas governamentais PRONAF, PAA e PNAE enquanto políticas públicas para este segmento. O capítulo aborda o conceito de agricultura familiar e inclui um estudo dos valores liberados para esses programas no Brasil, no Paraná e nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

O segundo capítulo também está dedicado à revisão literária e o objetivo é compreender o contexto histórico no qual se originou o movimento cooperativista e o conceito de desenvolvimento local. Discute-se ainda, a definição de capital social e sua importância para o cooperativismo, fazendo um breve resgate histórico sobre como o movimento cooperativista surgiu no mundo, no Brasil e no Paraná, apontando vantagens para o desenvolvimento local. E, por fim, nesse segundo capítulo delinea-se a relação existente

¹ Considerando que o beneficiário direto é o agricultor familiar, portador da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

entre desenvolvimento, capital social e cooperativismo, ressaltando a capacidade das cooperativas de produzirem melhorias na qualidade de vida dos seus associados e da comunidade onde estão inseridas.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre os procedimentos metodológicos, os indicadores utilizados, as fórmulas empregadas e o diálogo interdisciplinar.

No quarto capítulo, busca-se investigar as características socioeconômicas dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama que levaram à constituição das cooperativas COAPROPOR e COAVRCAN. Foram apresentados os dados de localização, aspectos populacionais, econômicos e sociais e, ainda, o histórico da constituição e organização social das respectivas cooperativas.

No quinto e último capítulo, encontram-se os resultados e discussões das análises comparativas dos indicadores e das entrevistas realizadas nas duas cooperativas com o objetivo de identificar suas possíveis contribuições socioeconômicas para a promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama. Essa discussão foi realizada com amparo teórico e, paralelamente, com os argumentos apresentados nas entrevistas, sendo possível comparar as semelhanças e diferenças encontradas nas duas realidades.

Por fim, foram apresentadas as conclusões do estudo, evidenciando, diante dos dados analisados as possíveis contribuições socioeconômicas dessas cooperativas para o desenvolvimento local, deixando as recomendações e contribuições dessa pesquisa sobre o tema estudado.

CAPÍTULO 1

AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A RELEVÂNCIA DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PRONAF, PAA E PNAE

A complexidade que permeia o estudo sobre a agricultura familiar norteia, inclusive, a sua definição. Conceituar um segmento ou um grupo de pessoas, que pertencem a esta atividade envolve a compreensão de um processo histórico e o papel social de indivíduos que vivem em meio à diversidade existente no setor agrário.

Em virtude dessa afirmação, o objetivo deste capítulo se concentra em construir as bases teóricas que norteiam o trabalho de pesquisa, buscando compreender, por meio da revisão da literatura, o contexto histórico da agricultura familiar no Brasil e a relevância dos programas governamentais PRONAF, PAA e PNAE para esse segmento.

Desse modo, a seção apresenta-se subdividida em duas partes: na primeira, considera-se as transformações ocorridas no espaço rural, a evolução do conceito de agricultura familiar e a sua relevância no Brasil e no Paraná. A segunda parte busca apresentar os motivos que levaram à constituição dos programas governamentais PRONAF, PAA e PNAE, bem como seus objetivos, estratégias e contribuições, incluindo um estudo dos valores liberados no Brasil, no Paraná e nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, com o intento de identificar a relevância dessas políticas públicas para agricultura familiar e o comprometimento do poder público com esses programas.

1.1 Agricultura Familiar: Definições e Relevância no Brasil

A expressão “agricultura familiar”, segundo Navarro (2010), emerge nos Estados Unidos da América entre as décadas de 1950 e 1980, concretizando-se no período contemporâneo. Naquele país, o foco das ações governamentais contribuiu para o histórico de colonização e, posteriormente, esses novos habitantes passaram a ser conhecidos como *farmers*. A partir de incentivos fiscais, os colonos se tornaram produtores rurais, devido ao estímulo do governo a partir de novas bases produtivas e na integração nos variados mercados internos, participando, assim, ativamente da economia. Era desse modo que o Estado pretendia, ao fortalecer o mercado interno, impulsionar o crescimento sólido da economia para o desenvolvimento nacional dos Estados Unidos da América.

Na Europa, essa discussão a respeito do termo intensificou-se no final dos anos de 1980, e a produção agrícola sob gestão familiar recebeu a atenção dos cientistas sociais,

especialmente no Reino Unido e na França, antes mesmo da expressão “agricultura familiar” ser usada com maior frequência (NAVARRO, 2010).

No Brasil, Schneider (2003, p. 99) explica que o termo “agricultura familiar” surgiu nos anos 1990, “[...] tardiamente, se comparado à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos”. Ocorreram três eventos no país de impactos sociais e políticos fundamentais para concretização da chamada “agricultura familiar”. O primeiro foi o fortalecimento dos movimentos sociais do campo; o segundo diz respeito à criação do PRONAF, e o terceiro, mas não menos importante, está relacionado a uma retomada relativa dos estudos agrários no país, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, gerando uma reorientação dos debates acadêmicos acerca da nova ruralidade² brasileira.

Quanto aos debates acadêmicos sobre a nova ruralidade, para Schneider (2003) esse fato representou a construção de novos eixos temáticos, não observando a agricultura familiar somente pelo seu aspecto produtivo, mas considerando as mudanças socioeconômicas ocorridas no meio rural.

Por conseguinte, na literatura, o conceito de agricultura familiar foi se contrapondo à ideia de “campesinato”, este último relacionado pela Antropologia às questões da marginalidade dos grupos sociais no campo (NAVARRO, 2010), bem como a uma agricultura camponesa da qual a base é constituída pela unidade de produção gerida pela família.

Lima e Figueiredo (2006, p. 59) ressaltam que a adoção da expressão agricultor familiar e não de camponês “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem à dominação”. Um exemplo disso, segundo Navarro (2010), é o fato da agricultura familiar somente ter sido empregada na política como expressão da agenda nacional na primeira metade dos anos noventa, visto que, até então, esse agrupamento de produtores com estabelecimentos de menor escala era denominado de “minifundiários”, “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência” ou “agricultores de baixa renda”.

A pequena produção, de acordo com a literatura, quase sempre foi vinculada como característica desse grupo. Na pesquisa social e, ocasionalmente, em documentos de vulgarização, utilizava-se o termo “camponeses”, porém, quase nunca entre eles. Surgiram

² Abramovay (2009), Silva (2002), Campanhola e Silva (2000) e Veiga (2003) trazem, em suas pesquisas, o aprofundamento sobre as novas ruralidades brasileiras.

também expressões regionais como “lavradores” e “colonos”, a primeira mais usual no Nordeste, e a segunda nas regiões do Sul do Brasil (NAVARRO, 2010).

Resgatando o seu caráter distintivo em relação ao camponês, Abramovay (1992) traz uma importante contribuição ao analisar o surgimento do “agricultor familiar moderno”. Para o autor, o produtor familiar inserido na sociedade moderna é capaz de responder às demandas de produção do mercado, incorporando avanços técnicos fundamentais e valendo-se das políticas governamentais, transformando numa profissão, numa forma de trabalho, aquilo que como camponês era, antes de tudo, um modo de vida.

A estrutura rural, por sua vez, como um sistema complexo, envolve diversidade nas atividades desenvolvidas. Essa complexidade presente nos ecossistemas impõe limites e potencialidades às atividades agrícolas e no modo de produção que o produtor adota, o que resulta na existência de diferentes tipos de produtores, considerando suas práticas agrícolas, seus sistemas de produção e suas condições socioeconômicas.

Porquanto, frente à dificuldade na elaboração de uma definição teórica, que seja sem ressalvas, o Estado procurou formular um conceito normativo que permitisse operacionalizar as políticas públicas para a agricultura familiar. A Lei 11.326 de 2006 busca uma caracterização geral para um grupo social bastante heterogêneo. A referida lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e atribui uma definição para o “agricultor familiar” como aquele que pratica atividades no meio rural e atenda, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra da própria família; c) tenha renda familiar predominantemente das atividades realizadas no próprio estabelecimento; d) dirija o estabelecimento ou o empreendimento com sua família.

Entretanto,

[...] a expressão agricultura familiar definitivamente se consagrou, lentamente substituindo todas as demais, sobretudo a partir da consolidação do PRONAF, que institucionalizou tal noção e delimitou objetivamente o grupo de produtores sob sua definição (NAVARRO, 2010, p. 195).

Faz-se importante mencionar a reflexão proposta por Navarro (2010)³ de que não é possível atribuir alguma similaridade empírica e conceitual essencial aos milhões de famílias

³ O debate acerca do conceito de norma estatal e seus impasses no tempo presente evidencia-se em Navarro e Pedroso (2014).

rurais, pois seria simplesmente uma “noção”, o que não contribui para entender as desigualdades sociais e econômicas existentes no interior desses grupos.

A discussão proposta pelo autor é quanto à caracterização de homogeneidade com perfil de produção estável, sem considerar as especificidades de cada grupo de produtores familiares, como a condição social e econômica, o ecossistema de cada região, cultura e tradições locais. Elucida, também, a necessidade de cautela para a definição desse conceito, principalmente por ser objeto de direcionamento das políticas públicas.

Estudiosos como Schneider (2003) e Buianain *et al.* (2003) enfatizam a importância do trabalho da família para o conceito de agricultura familiar. O primeiro a caracteriza como uma forma social reconhecida na maioria dos países desenvolvidos nos quais predomina na estrutura agrária o trabalho dos membros familiares. Para Buianain *et al.* (2003), atualmente, a agricultura brasileira pode ser dividida em: a) patronal, compreendida pelos pequenos, médios e grandes produtores, que detêm capital para aplicar no uso de alta tecnologia, contratar mão de obra, realizar o cultivo em escala comercial, sendo que, normalmente, o destino de sua produção é voltado para o mercado externo; b) familiar, que é composta pelos produtores que utilizam mão de obra familiar, que possuem pequenas extensões de terra e fazem o cultivo de diversas culturas direcionadas, principalmente, ao atendimento das necessidades do mercado interno.

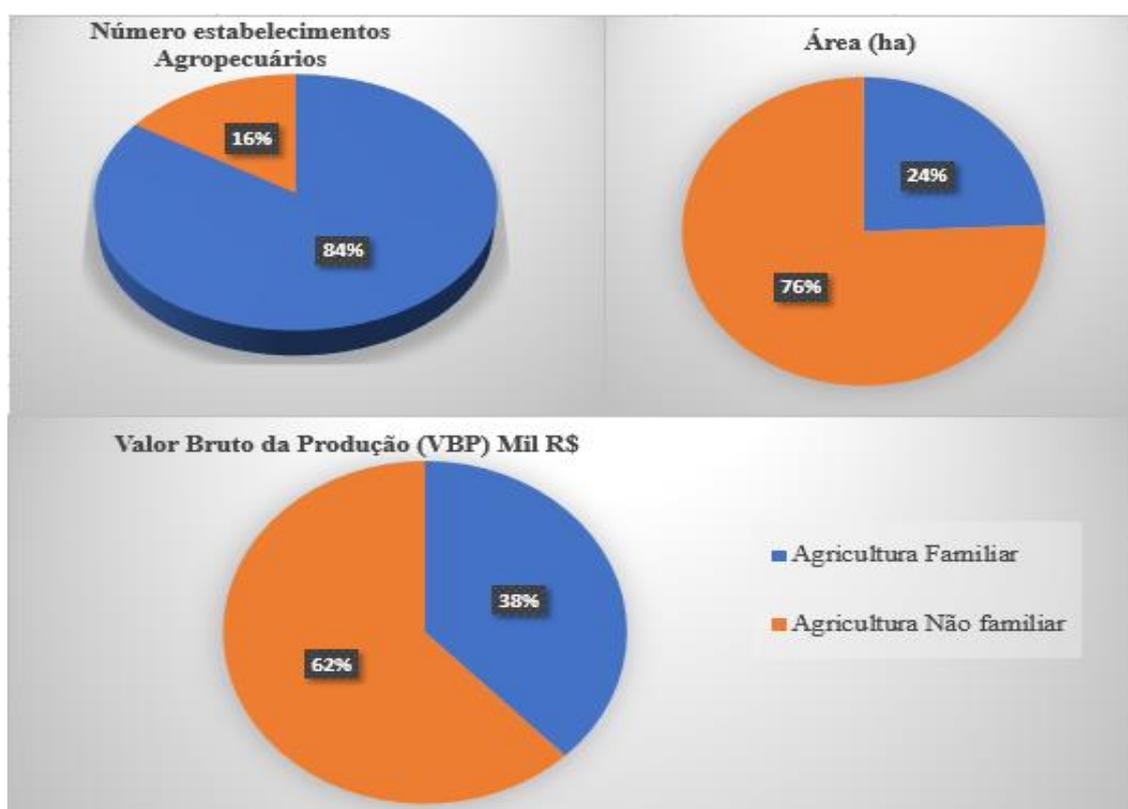
Sendo assim, dentre muitos conceitos e definições que caracterizam a agricultura familiar, as expressões “pequenos produtores”, “colonos” e “camponeses” são alguns termos utilizados que procuram, na verdade, identificar a enorme heterogeneidade existente nesse segmento da agricultura brasileira que, atualmente, de forma mais ampla e normativa, passaram a ser denominados de produtores ou agricultores familiares. O impasse está na complexidade existente no próprio segmento considerado familiar. Contudo, o que se percebe é que a ideia central perpassa o fato do agricultor familiar ser um ator social imbuído na agricultura moderna e, de algum modo, depender da atuação do Estado.

Nesse sentido, o caráter familiar encontra-se exposto nas práticas sociais desse grupo, incluindo uma relação entre trabalho, terra, consumo e família, cuja existência de uma centralidade da unidade de produção para a reprodução da família se torna fundamental. Portanto, a evolução do conceito da agricultura familiar acompanha seu processo histórico, as mudanças ocorridas no espaço rural ao longo das décadas e as conquistas provenientes das reivindicações desse segmento perante o poder público, primordialmente ao considerarmos a relevância desse setor para a inclusão econômica e social de milhares de famílias que vivem no campo.

Por vezes, a relevância da agricultura familiar para a economia brasileira vem sendo abordada progressivamente nas reflexões literárias. Abramovay (2006) reflete sobre três planos distintos em que está pautada a valorização da agricultura familiar no Brasil. O primeiro corresponde ao plano intelectual, devido aos estudos e pesquisas sobre a heterogeneidade da agricultura familiar no país e sua relevância socioeconômica. O segundo plano diz respeito ao surgimento das políticas públicas, em especial ao PRONAF e a intensificação de projetos de assentamentos de reforma agrária durante os anos 90. O terceiro e último é o plano social, que trata das forças organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, em busca de lutas que viabilizem a estrutura econômica da produção familiar.

Além disso, para a elaboração de um projeto de desenvolvimento no Brasil, a agricultura familiar, enquanto categoria social e produtiva, possui proporções consideráveis, conforme os Gráficos na Figura 1.

Figura 1 – Participação da agricultura Familiar no Brasil



Fonte: IBGE (2006) – elaborada pela autora

No último Censo Agropecuário do IBGE de 2006, divulgado em 2009 e lançado novamente em 2012, o número de estabelecimentos rurais de agricultura familiar era 4.367.902, equivalente a 84,4% do total de estabelecimentos rurais do país, porém

representando apenas 24,32% da área ocupada total (Figura 1) mas, mesmo assim, sendo responsável por empregar cerca de 80% da população economicamente ativa (PEA) e 38% do valor bruto da produção agrícola.

A Tabela 1 demonstra a participação da agricultura familiar no número total de estabelecimentos agropecuários, na área total e no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)⁴ no Brasil, no Paraná e nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

Tabela 1 – Participação da agricultura familiar (AF) – Censo Agropecuário 2006

Localidade		Nº estabelecimentos agropecuários		Área estabelecimento agropecuários		Valor Bruto Produção (VBP) Mil R\$	
		Total (abs)	(%)	Total (ha)	(%)	Total	(%)
Brasil	Agricultura Familiar	4.368.112	84,40	80.241.746	24,32	54.364.455	37,80
	Agricultura Não Familiar	807.377	15,60	249.699.647	75,68	89.456.854	62,20
	Total	5.175.489	100	329.941.393	100	143.821.309	100
Paraná	Agricultura Familiar	313.464	84,48	4.249.656	27,8	6.836.083	43
	Agricultura Não Familiar	57.587	15,52	11.036.878	72,20	9.061.785	57
	Total	371.051	100	15.286.534	100	15.897.868	100
Corumbataí do Sul	Agricultura Familiar	426	81,30	6.833	43,15	4.221	59,17
	Agricultura Não Familiar	98	18,70	9.002	56,85	2.913	40,83
	Total	524	100	15.835	100	7.134	100
Iretama	Agricultura Familiar	1.300	84,53	21.846	33,95	13.815	59,98
	Agricultura Não Familiar	239	15,47	42.503	66,05	9.218	40,02
	Total	1.539	100	64.349	100	23.033	100

Fonte: IBGE (2006) - organizada pela autora

Os números da Tabela 1 evidenciam a alta concentração fundiária no país, considerando que 15,6%, ou seja, 807.377 estabelecimentos rurais pertenciam aos classificados como não familiares, responsáveis por 75,68% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Ainda o Censo Agropecuário 2006 também revela a importância da agricultura familiar para o estado do Paraná, em razão de, do total de 371.051 estabelecimentos existentes, 84,48% pertencerem à agricultura familiar, representando 43% do valor bruto da produção agropecuária paranaense e 70% do pessoal ocupado em

⁴ O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. É calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil (BRASIL, 2016).

estabelecimentos agropecuários, o que dimensiona a sua relevância tanto no Brasil quanto no Paraná.

Nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, onde estão localizadas as cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN, o total de estabelecimentos classificados na agricultura familiar ultrapassa 80%, representando 43,15% da área total em Corumbataí do Sul, e 33,95% em Iretama, acima dos percentuais do Brasil e do Paraná. No entanto, ainda assim a concentração fundiária tem maior representatividade, sobretudo em Iretama. Por outro lado, a participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) demonstra a sua importância para os municípios, visto que representa 59% da produção total.

Em suma, os dados apresentados demonstram a representatividade da agricultura familiar no país, no estado e nos municípios mencionados, caracterizada não somente pelos indicadores socioeconômicos, mas também pelo processo histórico e pela realidade no campo. Ademais, durante décadas, essa população foi encarada “como importante socialmente, mas de expressão econômica marginal” (ABRAMOVAY, 2005, p. 57), sobretudo, com o desenvolvimento da produção em grande escala e a expressiva economia agropecuária denominada “patronal”, detentora dos meios de produção, do poder econômico e tecnológico.

Em vista disso, a significativa concentração de terras evidencia uma parte das desigualdades existentes no Brasil. Sobre essas desigualdades, enquanto limite ao próprio crescimento econômico, Abramovay (2005, p. 55-56) tece a seguinte reflexão:

Mais que um traço universal das sociedades humanas, a cisão entre equidade e eficiência é o mais importante resultado histórico da formação de sociedades altamente desiguais, que concentraram nas mãos de minorias as possibilidades de ganhos econômicos a partir do uso eficiente dos recursos.

Segundo o relatório do Banco Mundial, os mais pobres têm dificuldades de inserção em mercados dinâmicos, tanto na venda de produtos, como na obtenção de crédito para produzir. Entretanto, apesar das dificuldades e dos desafios gerados por um mercado globalizado, no Brasil a agricultura familiar tem mostrado capacidade de “incorporar ativamente inovações tecnológicas, tomar crédito e participar de mercados dinâmicos, contrariando a imagem caricatural associada ao camponês com aversão ao risco [...]” (ABRAMOVAY, 2005, p. 57).

Para Buainain (2003), quando o produtor familiar recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total que supera os custos da produção gerando excedentes financeiros, ou seja, lucro. Além disso, Abramovay (1997) considera que o estabelecimento cuja mão de obra

é essencialmente familiar, torna-se um diferencial para a formação de uma sociedade civil na zona rural, organizada a partir do próprio espaço compartilhado, podendo superar as desigualdades existentes no campo, aspecto essencial para o desenvolvimento conjunto dessa sociedade. Sobre isso, nas palavras do autor

Se a preocupação com a agricultura envolver não só o aspecto produtivo, mas também uma estratégia de desenvolvimento descentralizado e voltado à ocupação equilibrada do território, as unidades familiares apresentarão um trunfo decisivo: elas podem ser a base de formação de uma **sociedade civil no meio rural**, daquilo que aparece frequentemente como termos antagônicos: a **cidadania no campo**. Não é sem razão que no Sul do País, onde o peso social e econômico da agricultura familiar é, em geral, superior ao do setor patronal, se observam os embriões de organizações locais que poderão contribuir de maneira importante com uma nova visão do papel do espaço rural na luta contra as desigualdades (ABRAMOVAY, 1997, p. 77, grifos do autor).

Assim, os atores sociais como o governo, as organizações cooperativas e associações, os próprios produtores e os movimentos sindicais possuem papéis fundamentais para um projeto de desenvolvimento rural, principalmente quando se adentra nos contextos locais.

1.2 Políticas Públicas para a agricultura familiar: os programas governamentais PRONAF, PAA e PNAE

As mudanças na agricultura brasileira nos anos compreendidos entre 1970 e 1980 eram equivalentes àquelas ocorridas nos países considerados desenvolvidos, e a partir desse período acreditava-se que as profundas transformações na agricultura, baseadas no modelo então denominado “revolução verde”, superariam a chamada “questão agrícola”, aproximando a integração da agricultura com a indústria (BUAINAIN *et al.*, 2003).

Porém, os intensos investimentos em pesquisa e tecnologia, principalmente a partir dos anos 1990, parecem não terem sido suficientes para resolver os principais problemas desse segmento, tais como: falta de recursos financeiros para acompanhar o processo de modernização agrícola, dificuldades na comercialização e êxodo rural. Lamarche (1993) reflete sobre a exclusão de parte dos pequenos produtores do processo de modernização, pois permaneceram dependentes dos grandes proprietários de terra, com precariedade de acesso aos meios de trabalho, pobreza e extrema mobilidade social.

Cabe retomar, por meio dos estudos de Schneider *et al.* (2004), o que concerne ao início da década de 1990, quando se diz que a agricultura brasileira se encontrava em uma fase, especialmente na região meridional⁵ do Brasil, profundamente afetada pelo processo de abertura comercial e também de desregulamentação dos mercados, elementos que a sujeitavam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul. Dentre as dificuldades subsequentes da crise, apontada desde a segunda metade dos anos 1980, acena-se a menor disponibilidade de crédito e a queda da renda agrícola.

Com a abertura de mercados e uma concorrência global, privilegiavam-se os grandes produtores, alguns tipos de cultivos e determinadas regiões. A política de crédito foi concebida para os médios e grandes produtores. Diante desse processo, a agricultura familiar não obteve os mesmos benefícios da agricultura empresarial para se inserir no mercado produtivo e crescer economicamente, intensificando o histórico de apoio na forma de subsídios ou financiamentos do Estado aos latifundiários e grandes produtores rurais dos agronegócios (BUAINAIN *et al.*, 2003).

Nessa trajetória, é possível compreender as dificuldades socioeconômicas da agricultura familiar para sua inserção produtiva, pois, nesse período, os pequenos produtores permaneceram à margem do processo de modernização, de crédito rural e de apoio financeiro para inserção no mercado agrícola. A esse respeito, Delgado (2001) expõe que a agricultura brasileira foi penalizada particularmente nos períodos de maior expansão industrial (1956/61 e 1967/73), atingindo, sobretudo, os pequenos produtores e os trabalhadores rurais, considerando que os latifundiários tiveram acesso a variados mecanismos de políticas, como crédito, importações subsidiadas e isenções de impostos.

Moro (2001) salienta que a modernização foi parcial, por atingir apenas algumas áreas do território brasileiro que interessavam ao mercado exportador; foi classificadora, por manter a tradicional concentração fundiária e também dolorosa por acentuar o êxodo rural e a miséria, enquanto para Oliveira (2004) a agricultura familiar, mesmo com dificuldades, continua se reproduzindo e se destacando no Brasil na produção de alimentos e na geração de empregos no campo.

⁵ Na região meridional do Brasil estão localizados os estados da região Sul do País, os quais são: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No contexto de redemocratização⁶ do país na década de 1980, os agricultores passaram a exercer mais influência e possuir representatividade, subsidiados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG) e também pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Além disso, nesse mesmo período, surgiram importantes movimentos sociais como os dos trabalhadores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁷, dentre outros grupos organizados localmente como os agricultores deslocados pela construção de barragens e os seringueiros (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Nos anos 90, as políticas públicas para o campo passaram por um processo de transformação, associado à necessidade de alinhamento às novas demandas sociais que emergiram nessa época, incluindo a consolidação dos agricultores familiares como categoria social, e a busca por mais participação popular na formulação, aplicação e avaliação das políticas públicas. O movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à própria Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) promoveram mobilizações reivindicando uma reconversão e reestruturação produtiva direcionada aos agricultores familiares, que com abertura econômica promovida pela criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) seriam os mais prejudicados (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil” (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004, p. 22).

As reivindicações desses grupos geraram pressão ao Estado provocando uma intensa discussão acerca de um novo eixo de luta, “centrado na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural” (MIOR, 2003, p. 155). Então, a partir de 1990, é perceptível um interesse maior por parte do poder público pela agricultura familiar no Brasil, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, particularmente, da Secretaria da Agricultura

⁶ É conhecida como "redemocratização" na história do Brasil o período de abertura política, de recuperação das instituições democráticas abolidas pelo chamado regime militar, instituído em 1964.

⁷ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, surgiu em 1984, o primeiro encontro do movimento foi em Cascavel, no Paraná, com o objetivo de discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária.

Familiar (SAF)⁸. Tal fato materializou-se em políticas públicas, como por exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, responsável pelo financiamento de projetos individuais ou coletivos que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, tornando-se uma perspectiva para o desenvolvimento rural.

Uma característica importante desse desenvolvimento das políticas públicas foi o estabelecimento de marcos legais sólidos a partir da criação de leis, decretos, resoluções, normas, portarias e instruções normativas. O modelo de gestão intersetorial dessas políticas promove a participação social por meio da formação de conselhos setoriais e regionais, que têm responsabilidades sobre esses programas. “Dessa forma, o Brasil saiu da condição de país que praticamente ignorava a agricultura familiar e passou a ser uma importante referência internacional em políticas para o seu fortalecimento” (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p. 15).

Assim, novas políticas públicas foram implementadas com a finalidade de garantir a comercialização da produção agrícola familiar e promover o desenvolvimento local, como a criação dos programas nacionais PAA e PNAE e, dessa maneira, ao abordar o mercado institucional de alimentos, em seu sentido mais amplo, o setor público envolve pelo menos uma das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos. Essas operações podiam ter caráter contínuo, atendendo às escolas, creches e hospitais; ou caráter esporádico, como as realizadas para o atendimento de calamidades públicas e programas de governo referentes às políticas de Estado e aos programas de governo, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o PAA (MACIEL, 2008).

Cabe ressaltar novamente a relevância do Estado em relação às ações e atuações voltadas para a produção de base familiar, que apresenta uma considerável capacidade para atender a mercados exigentes em termos de diversificação e qualidade devido à possibilidade de flexibilidade e maior intensidade de utilização do fator trabalho.

No entanto, é importante evidenciar que o desenvolvimento dessa potencialidade exige conhecimentos não apenas relacionados à esfera da produção, mas também à gestão eficiente da propriedade e adoção de estratégias inovadoras de marketing e comercialização (CARMO, 1998). O poder público, por sua vez, precisa incentivar a capacitação desses produtores,

⁸ A constituição da Secretaria de Desenvolvimento Rural, bem como do Pronaf, foi permeada por conflitos no Ministério da Agricultura. Na prática, pode-se visualizar embates com outras políticas, como a agrícola voltada ao *agribusiness*. Em 1999 o Pronaf é repassado para o Ministério da Reforma Agrária (MIOR, 2003).

aproximando-os da universidade, de cursos de capacitação, de órgãos de assistência técnica⁹ e de empreendedorismo¹⁰, como também estimular formas de cooperação.

Além disso, a agricultura familiar brasileira reúne vantagens competitivas importantes para sua inserção nos mercados nacionais e internacionais, devido à diversidade produtiva existente nesse segmento e o modo de produção voltado ao policultivo, o que lhe outorga um diferencial significativo para a conquista de mercados promissores como os alimentos orgânicos, produtos naturais e típicos de cada região. A sua adaptabilidade às situações mais diversas é facilmente comprovada pelo fato de ter predominado no século XX, sob a forma patronal de produção, em todos os Estados capitalistas em desenvolvimento (VEIGA, 1996).

A atenção do Estado para esse segmento não pode se ater ao mero caráter assistencialista, mas deve incluir a inserção produtiva, comercial e social, sobretudo por ser a responsável pela produção da maior parte dos alimentos no Brasil, ocupando a maioria das pessoas no campo. Para reproduzir esse processo, algumas ações são necessárias como: atender às demandas dos produtores, estabelecer compromissos, viabilizar a produção, industrialização e comercialização, assim como o acesso a crédito e às novas tecnologias (MANTELLI; MOURA, 2011).

Não diferentemente dos demais estados do Brasil, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são de fundamental importância também para o Paraná, onde estão localizadas as duas cooperativas estudadas nessa pesquisa. Essas políticas representam as ações, as diretrizes e os princípios regulamentados por meio da ação do poder público, o qual participa direta ou indiretamente por intermédio dos entes públicos ou privados.

Em virtude disso, apresentam-se, a seguir, os objetivos, as estratégias e contribuições dos programas PRONAF, PAA e PNAE para a agricultura familiar, incluindo um estudo dos valores liberados no Brasil, no Paraná e nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, visando identificar a relevância dessas políticas públicas para a agricultura familiar e o comprometimento do poder público com esses programas.

1.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF nasceu junto da expressão “agricultura familiar”, impulsionado pelos movimentos sociais e políticos e as articulações após a Constituição Federal de 1988, que abrangeram os países do Mercosul com eventos nacionais e internacionais. No Brasil, as

⁹ No caso do Paraná do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

¹⁰ Um exemplo é a atuação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

propostas apresentadas nesses eventos foram amplamente reconhecidas como necessárias e muitas delas foram incorporadas ao “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, instituído em 1996 por meio do Decreto 1.946 e que, em seu escopo inicial, destinava-se a:

estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BRASIL, 1996).

Assim, o PRONAF é um marco legal importante, pois até então não havia nenhuma política pública envolvida tão diretamente ao apoio à Agricultura Familiar. Sua essência é a democratização de recursos por meio da concessão de crédito e recursos técnicos aos pequenos agricultores para mantê-los no campo e para competirem mercadologicamente; seus objetivos específicos estão divididos em quatro linhas: 1) Vínculo com órgãos setoriais para promover as ações de acordo com as necessidades dos produtores; 2) Financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios para o fortalecimento da agricultura familiar; 3) Fornecimento de crédito aos agricultores familiares no custeio e investimentos de atividades agropecuárias; 4) Capacitação e profissionalização dos produtores familiares (ALFATIN, 2003).

O Decreto 1.946 que deu origem ao PRONAF sofreu várias alterações ao longo dos anos e, em 2006, foi transformado na Lei nº 11.326, na qual foram estabelecidas finalmente as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, trazendo, de forma mais clara, os requisitos para ser um agricultor familiar, os quais resumidamente são: a) explorar parcela de terra; b) residir no estabelecendo ou local próximo; c) não deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; d) obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento; d) ter obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

O enquadramento legal de agricultor familiar se dá, atualmente, via DAP emitida por órgão de extensão rural, como a EMATER, e de representações dos agricultores familiares devidamente credenciados junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse documento é importante para acesso ao crédito rural (via PRONAF) e permite verificar se a

unidade familiar de produção rural preenche os requisitos definidos por lei. Com efeito, as constantes alterações realizadas no enquadramento pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de suas Resoluções, e depois ratificadas por portarias do MDA originam a emissão de novas DAPs integrando novos produtores ou alterando a categoria de outros, e é dessa forma que a abrangência do termo é regulada por conotações políticas, pelas relações de poder do Estado.

Para fins de crédito do PRONAF as famílias são enquadradas nos Grupos “A”, “A/C”, “B”, “C”, “D” e “E”. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Para cada grupo do PRONAF, existe um conjunto de linhas de crédito (conforme Quadro 1), com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo, assim, uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção (BRASIL, 2016).

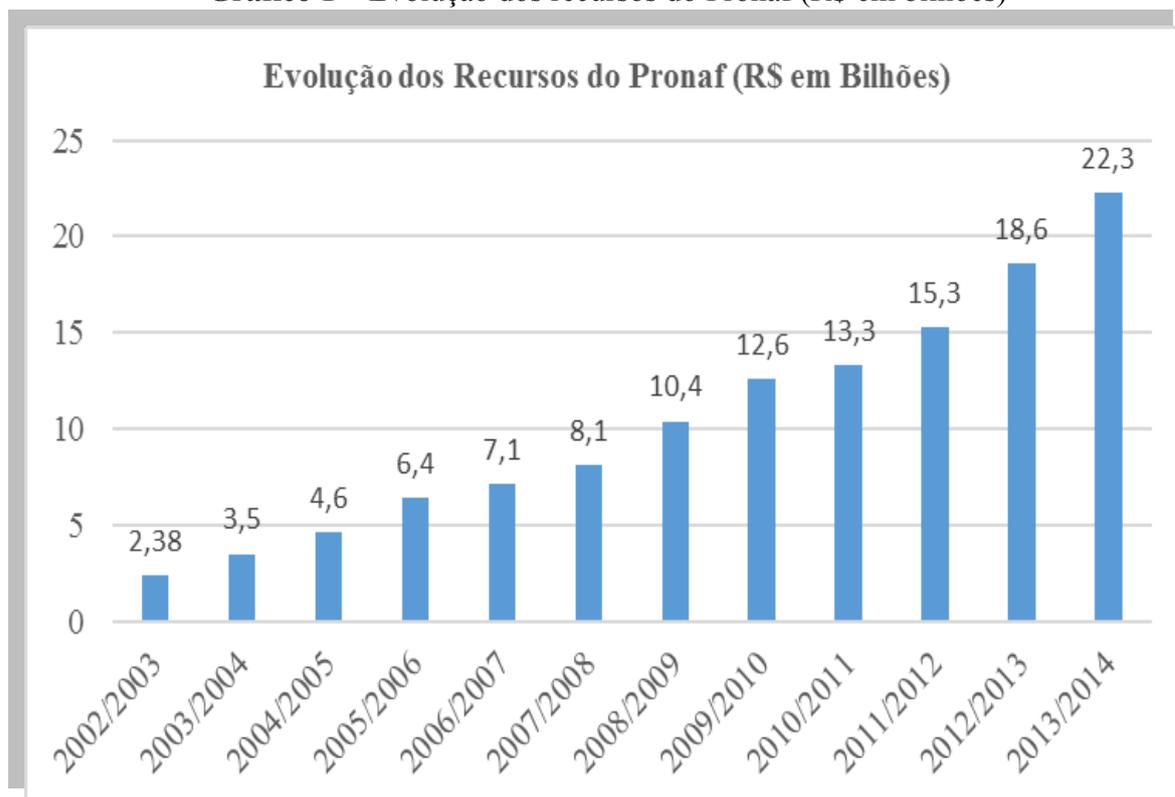
Quadro 1 – Subprogramas do PRONAF

SUBPROGRAMAS
PRONAF Agroindústria: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
PRONAF Mulher: financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.
PRONAF Agroecologia: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
PRONAF ECO: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
PRONAF Mais Alimentos: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
PRONAF Jovem: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.
PRONAF Microcrédito (Grupo "B"): financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
PRONAF Cotas-Partes: financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Fonte: BNDES (2017)

Para Abramovay e Veiga (1999), o PRONAF visa promover a aplicação de recursos estabelecendo compromissos entre os entes federais, estaduais, municipais e a sociedade civil, possibilitando meios para infraestrutura, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Dessa maneira, busca eliminar os fatores excludentes que impedem o desenvolvimento de áreas de predominância deste segmento, realizando investimentos em infraestrutura, energia elétrica, irrigação, vias de acesso, galpões de armazenamento, abatedouros, moradia, escolas, bem como a contratação de entidades públicas e privadas para apoio técnico aos agricultores (MA/SDR/DATER, 1996). Considerando a relevância desses investimentos para a agricultura familiar, apresenta-se, no Gráfico 1 a evolução dos recursos destinados ao PRONAF referente as safras 2002/2003 a 2013/2014.

Gráfico 1 – Evolução dos recursos do Pronaf (R\$ em bilhões)



Fonte: MDA (2016) – Adaptado pela autora

Segundo dados do MDA, sistematizados no Gráfico 1, os recursos governamentais destinados ao PRONAF aumentaram 836,97% de 2013/2014 em relação a 2002/2003, demonstrando a clara intenção de sustentação governamental a essa política pública com a elevação substancial de seu apoio financeiro. Essa ampliação dos valores do programa é de fundamental importância para um projeto de desenvolvimento rural, especialmente pelo fato

de o PRONAF ser considerado uma das políticas públicas de maior alcance aos produtores familiares. Para Saron e Hespanhol (2012, p. 657):

A obtenção deste status se deve a paulatina e expressiva ampliação dos recursos destinados ao programa, principalmente a partir do início (e no decorrer) do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), tendência que persiste no Governo de Dilma Rousseff (2011-2014).

Por outro lado, sobre o acesso a esses recursos, há uma crítica estabelecida por Navarro (2010) ao fazer menção à classificação dos agricultores existente na lei do PRONAF, denominando-a como arbitrária por permitir a ocorrência de entraves, devido à limitada tipificação dos agricultores em apenas seis grupos. Porém, o autor reconhece que a tipificação foi um avanço importante, enfatizando a necessidade de uma rediscussão do tema visando aprofundar a imensa diversidade social e produtiva que caracteriza as regiões agrárias, conduzindo ao aprimoramento da ação pública em benefício desse imenso conjunto de produtores e a implementação de uma série de políticas apropriadas à diversidade existente, e não apenas uma política de financiamento (NAVARRO, 2010).

De fato, a emergência de se discutir as diversidades socioeconômicas de cada região para os direcionamentos dos recursos é uma observação pertinente ao atendimento das necessidades locais e para a promoção de uma política efetiva de acesso ao programa. Da mesma forma, Abramovay (1999) alerta que se o PRONAF não for cuidadosamente planejado e gerido, sua inserção política agrícola poderá gerar mais atritos e conflitos do que verdadeiramente fortalecer a agricultura familiar.

Nesse sentido, o montante de recursos liberados para o PRONAF e o número de contratos realizados (organizados nas Tabelas 2 e 3), dimensionam a relevância dessa política para promover o desenvolvimento rural nas pequenas propriedades rurais.

Tabela 2 – Número de contratos liberados no PRONAF - Brasil, Paraná, Corumbataí do Sul e Iretama (2012 – 2016) e percentual (%) em relação ao Brasil

Localidade	2012	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2015	(%)	2016	(%)
Brasil	1.823.207	100	2.004.121	100	1.825.489	100	1.705.731	100	1.650.616	100
Paraná	154.096	8,452	159.639	7,966	153.101	8,387	137.931	8,086	133.801	8,106
Corumbataí do Sul	129	0,007	125	0,006	136	0,007	85	0,005	108	0,007
Iretama	355	0,019	332	0,017	300	0,016	335	0,020	343	0,021

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) - Organizada pela autora

Tabela 3 – Valor total (Milhões R\$) dos contratos liberados no PRONAF - Brasil, Paraná, Corumbataí do Sul e Iretama (2012 – 2016) e percentual (%) em relação ao Brasil

Localidade		2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	R\$	16.358.978.153	13.841.961.861	24.705.176.573	21.768.904.879	22.521.642.975
	(%)	100	100	100	100	100
Paraná	R\$	2.389.267.537	2.946.224.838	3.603.238.827	3.593.104.937	3.889.170.416
	(%)	14,605	21,285	14,585	16,506	17,269
Corumbataí do Sul	R\$	1.507.468	2.876.507	2.794.938	1.916.382	2.495.539
	(%)	0,009	0,021	0,011	0,009	0,011
Iretama	R\$	6.519.478	7.051.770	7.079.897	8.802.751	9.857.808
	(%)	0,040	0,051	0,029	0,040	0,044

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) - Organizada pela autora

Esses dados demonstram que tanto no Brasil quanto nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, no ano de 2016, em relação a 2012, houve redução no número de contratos (Tabela 2), porém os valores liberados para o programa aumentaram (Tabela 3). De acordo com os dados da Tabela 3, ao comparar-se o ano de 2016 com 2012, houve um incremento de R\$ 6.162.664.822 (37,67%) nos valores dos contratos liberados para o PRONAF no Brasil, R\$ 1.499.902.879 (62,78%) no Paraná, R\$ 988.071 (65,55%) em Corumbataí do Sul e R\$ 3.338.330 (52,21%) em Iretama. Já o número de contratos (Tabela 2), com relação ao mesmo período, teve redução de 9% em nível nacional, 13,14% no Paraná, 16% em Corumbataí do Sul e 3% em Iretama.

Sobre essa redução, Saron e Hespanhol (2012) concluíram em seus estudos, que vêm ocorrendo dificuldades para ampliar o número de beneficiários do PRONAF, pois diferentemente do volume de recursos, que aumentou constantemente, a redução no número de contratos aponta para o fato de que um número menor de beneficiários usufruiu de um montante maior de recursos do programa. Isso significa que, não aumentou o acesso ao programa, mas sim, com a alteração do valor contratual por beneficiário, os mesmos poderiam aumentar o montante financiado.

O acesso ao crédito agrícola para os agricultores familiares é de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico da região. Carneiro (1997) menciona a importância de as políticas públicas considerarem as potencialidades locais, comentando que

[...] levar em conta as potencialidades locais (da natureza, do mercado de trabalho e da cultura) implica ampliar a noção de agricultor de maneira a incorporar também aqueles que combinam a agricultura com outras atividades. Integrando o social e o cultural ao econômico é possível conceber uma política pública que vá além da simples implantação de novos arranjos tecnológicos e que incorpore os hábitos e os costumes locais ainda que estes sejam considerados “tradicionalistas” (CARNEIRO, 1997, p. 79-80).

Além da necessidade de uma política pública que promova o desenvolvimento da região, o PRONAF, a partir da safra 2013/2014, adotou uma estratégia importante para a inclusão de novos beneficiários, possibilitando o acesso ao programa dos proprietários da terra, mas também de parceiros, meeiros, arrendatários e assentados, já que o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) atrelava o título da terra ao crédito rural (ALFATIN, 2003).

Ademais, junto à disponibilização do crédito pelo Pronaf, foram desenvolvidos mecanismos de proteção aos agricultores familiares, como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que tem sido importante “para a convivência do produtor com os fenômenos climáticos extremos e para a manutenção e recuperação da sua capacidade produtiva, quando esses fenômenos ocorrem” (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p. 13). O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) garante preços para os beneficiários do Pronaf e o Programa Garantia-Safra, visando à proteção de agricultores familiares do semiárido que produzem alimentos, quando a seca ou a enchente afetam seus cultivos (CAMPOS; BIANCHINI, 2014).

As linhas do PRONAF e seus limites são criados e reformulados a cada Plano Safra, visando melhor atender às demandas desse setor, o que se percebe é que tanto a inclusão dos novos beneficiários, quanto os mecanismos de proteção são estratégias fundamentais para um projeto de inclusão econômica e social dos pequenos produtores.

Igualmente, entre os progressos do PRONAF como política pública, Buainain *et al.* (2007) enumera os principais: a) o foco preciso e um segmento dos agricultores familiares bem delimitado; b) a definição das demandas pela própria comunidade beneficiada por meio de avaliações do programa nos conselhos municipais; c) a busca pela integração com outros programas e projetos, governamentais ou não.

Portanto, trata-se de uma política pública constituída em um período de intensas lutas demandadas pelas organizações sociais, e que vem evoluindo em número de recursos liberados e representatividade econômica e social para o setor, tanto em nível estadual e municipal quanto no cenário da agricultura familiar brasileira.

1.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Outro programa de extrema importância para os agricultores familiares é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, por meio do artigo 19, da Lei nº 10.696. É uma ação governamental que utiliza mecanismos de comercialização para favorecer a

aquisição direta de produtos de agricultores familiares portadores da DAP, com o objetivo de agregar valor à produção e apoiar no enfrentamento da fome e da pobreza.

O PAA é uma das políticas públicas estruturadas dentro do conjunto de políticas do Programa Fome Zero do governo federal (ROCHA *et al.*, 2007). A Lei 12.512 de 2011 é um marco importante em sua regulamentação, pois no Art. 17 normatiza a compra de alimentos da agricultura familiar pelos Poderes Executivos, com a dispensa de licitação, e regulamenta esse processo, criando um mercado institucional para os produtos da agricultura familiar (CHIES; ROCHA, 2015).

O programa tem duas finalidades: melhorar as condições de segurança alimentar dos brasileiros em situação de maior vulnerabilidade social por meio do acesso a alimentação de qualidade e incentivar a produção da agricultura familiar realizando operações de compra a preços compatíveis com o de mercado e a formação de estoques estratégicos (TANACA, 2012).

A população beneficiária deste programa é composta de usuários de entidades da rede pública, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias. O governo federal adquire e distribui cestas de alimentos visando a alimentação deste público (MDA, 2016). Os recursos são repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério de Combate à Fome e à Pobreza (MDS). Podem fornecer para o PAA: agricultores familiares ou suas associações e cooperativas, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais e empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf (BRASIL, 2016).

O PAA funciona da seguinte maneira:

1. Parte dos produtos são adquiridos pelo governo federal diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.
2. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios, viabilizando a comercialização no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, e assim permitindo maior agregação de valor aos produtos.
3. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais (BRASIL, 2016).

A operacionalização do programa, segundo Andrade Junior (2009) se dá:

pelo estabelecimento da relação entre o agricultor familiar e o público beneficiário, num processo de “doação simultânea”; ou seja, um grupo formal de agricultores familiares (através de associações e/ou cooperativas) estabelece um acordo de fornecimento de alimentos para um ou mais grupos de consumidores (populações em situação de risco alimentar, hospitais, entidades beneficentes e ainda para a merenda escolar na rede pública de ensino), definindo produto, tipo, qualidade, quantidade, valor, período e cronograma de entrega. A proposta, denominada Cédula do Produtor Rural (CPR), é apresentada pelos agricultores, devendo ser assinada também pelos consumidores que, assim, atestam estar cientes e de acordo com as condições estabelecidas. Por sua vez, o Conselho Municipal (ou Estadual) de Segurança Alimentar e Nutricional endossa a proposta, assegurando que os consumidores beneficiários configuram uma população sob risco alimentar e/ou nutricional. Com a CPR aprovada, a CONAB deposita o valor correspondente à mesma em uma conta específica vinculada à organização dos fornecedores (associação, cooperativa, etc.). Estes, à medida que vão comprovando a entrega dos produtos (via Termo de Aceite dos consumidores e notas fiscais encaminhadas à CONAB), recebem autorização para realizar os saques correspondentes. O acesso à parte dos recursos contratados pode se dar antes do começo das entregas, desde que a CPR Especial traga em si a justificativa para tanto (ANDRADE JÚNIOR, 2009, p. 79).

Para elaborar e participar do programa, é necessário o conhecimento de inúmeros procedimentos, o que tem representado uma das limitações do agricultor no acesso ao recurso. Dessa forma, os agentes de assistência técnica e extensão rural das associações, cooperativas, e os agentes da ATER da localidade passam a ser os responsáveis por elaborar, enviar e também gerir e acompanhar a proposta do PAA, tendo, assim, o papel de promover a convergência das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

O PAA, além de promover o abastecimento alimentar com compras governamentais de alimentos, visa: a) fortalecer circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; b) valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; c) incentivar hábitos alimentares saudáveis e, d) estimular o associativismo (BRASIL, 2016).

Também é certo que “O PAA inovou quando definiu como seus objetivos centrais fortalecer a agricultura familiar, de um lado, e promover a segurança alimentar e o combate à fome, de outro” (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p. 17). A estratégia de aliar o combate à fome e o apoio à agricultura familiar é algo inédito, nunca presente em nenhum outro país (CAMPOS; BIANCHINI, 2014).

Para alcançar os objetivos a que se propõe, o PAA atua em seis modalidades: Compra Direta, Compra com Doação Simultânea – CDS, Apoio à Formação de Estoques – CPR-

Estoque, PAA-Leite (Apoio à Produção para o Consumo do Leite), Compra Institucional e Aquisição de Sementes (BRASIL, 2016). As diretrizes do PAA estão a cargo do Grupo Gestor (GGPAA) que é composto por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Ministério da Educação, enquanto que a operacionalização das ações é de responsabilidade do MDS e da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014). É a CONAB que estabelece parceria com as cooperativas e associações da agricultura familiar, que devem apresentar proposta de participação no PAA para fornecerem alimentos por seu intermédio.

O PAA tem participação na alimentação de 20 milhões de pessoas que se encontram na situação de insegurança alimentar e são atendidas por uma série de entidades todos os anos (CAMPOS; BIANCHINI, 2014). Porto *et al.* (2014) demonstram que, no período de 2003 a 2012, de um total de 5.564 municípios brasileiros, a CONAB já havia atendido com o PAA 2.760 municípios, isto é, mais de 45% da área de abrangência do país, executando recursos da ordem de R\$ 2.784.072.034,00, principalmente com agricultores de municípios com menos de 50 mil habitantes.

Tendo como base a relevância desses recursos para os agricultores familiares, a Tabela 4 apresenta a evolução dos valores liberados para o PAA no período de 2011 a 2014, no Brasil, no Paraná e nos dois municípios *loci* desse estudo.

Tabela 4 - Valores dos recursos liberados (R\$) para o PAA (2011 – 2014) e percentual (%) em relação ao Brasil

Localidade	2011	(%)	2012	(%)	2013	(%)	2014	(%)
Brasil	667.325.490	100,000	838.460.436	100,000	442.705.415	100,000	536.525.705	100,000
Paraná	54.141.728	8,113	76.647.088	9,141	48.194.804	10,886	31.002.572	5,778
Corumbataí do Sul	270.613,33	0,041	866.812,14	0,103	617.011,52	0,139	790.700,11	0,147
Iretama	99.451,80	0,015	35.424,27	0,004	96.501,63	0,022	748.533,22	0,140

Fonte: MDS; MDA (2016) – elaborada pela autora

Nota: Dados Extraídos do PAA DATA

No Brasil, no Paraná e em Corumbataí do Sul, 2012 foi o ano com a maior destinação de recursos para o programa comparado aos demais (Tabela 4) e em 2013 o Paraná teve o maior percentual de destinação de recursos (10,8%) comparado aos valores totais liberados para o programa no Brasil. Sendo assim, conforme a CONAB (2016), na safra 2012-2013, o

montante do crédito rural aplicado pelo estado do Paraná na agricultura brasileira foi de R\$ 137,5 bilhões, sendo R\$ 22,3 bilhões para a agricultura familiar, ou seja, 16,21% do total. Para o PAA, foram destinados R\$ 1,2 bilhões, que deveriam ser investidos em três modalidades: CPR-Estoque, Compra com doação simultânea e Compra Direta. O volume de recursos realmente aplicado foi de R\$ 586.567.131, ou seja, 48% do valor previsto (CONAB, 2016).

A Tabela 4 também demonstra que o município de Iretama teve um incremento significativo no ano de 2014, de 652,66% em relação a 2011. Já o município de Corumbataí do Sul, a partir de 2012, passou por um aumento considerável de seus recursos liberados, que aumentaram em 220,31% comparados ao ano anterior. Pode-se observar que no período de 2011 a 2014, apesar do avanço significativo nos recursos do PAA nos municípios estudados, houve queda 7,01% e 16,96% no Brasil e no Paraná, inclusive a participação do Paraná no valor total liberado no Brasil reduziu de 8,1% em 2011 para 5,7%, em 2014. Além disso, pesquisas em outras regiões relatam descontinuidade na liberação dos recursos (ANDRADE JÚNIOR, 2009; GRISA *et al.*, 2009; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2015), tratando-se, portanto, de um fator limitante em um programa público que visa à permanência do homem no campo e o estímulo à produção familiar.

Dessa forma, com o intuito de verificar a participação dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama no valor total liberado para o PAA, foram sistematizados, na Tabela 5 (na sequência), os valores e percentuais liberados para cada município da mesorregião Centro-ocidental Paranaense e o percentual de sua respectiva participação, no período de 2011 a 2014.

A referida tabela mostra que Corumbataí do Sul e Iretama, sede das cooperativas de agricultura familiar COAPROCOR e COAVRCAN foram, em 2014, os municípios com maior participação no volume de recursos recebidos para o PAA dos que compreendem a mesorregião Centro-ocidental Paranaense, principalmente Corumbataí do Sul, com 30,73%, seguido de Iretama, com 29,09%.

No período estudado, o município de Corumbataí do Sul é destaque no recebimento de recursos da mesorregião, uma vez que de 2011 a 2014 obteve a maior participação dentre os municípios. Inclusive, no ano de 2012, esse percentual foi de 31,85%, comparado aos 12,10% do ano anterior, configurando um incremento significativo. Diferentemente, Iretama teve uma queda gradativa de 2011 a 2013, porém com um importante incremento em 2014. A participação do município passou de 1,30% do ano de 2012 para 29,09% em 2014. Com efeito, em razão dos objetivos do PAA, esse programa é de fundamental importância para

movimentar a economia dessas localidades, sobretudo quanto à inclusão produtiva dos agricultores familiares e o atendimento da demanda de seus beneficiários.

Tabela 5 – Participação dos municípios da Mesorregião Centro-ocidental Paranaense no total dos valores liberados (R\$) para o PAA (2011 – 2014)

Município	2011	(%)	2012	(%)	2013	(%)	2014	(%)
Corumbataí do Sul	270.613,33	12,10	866.812,14	31,85	617.011,52	22,44	790.700,11	30,73
Iretama	99.451,80	4,45	35.424,27	1,30	96.501,63	3,51	748.533,22	29,09
Engenheiro Beltrão	126.836,45	5,67	156.734,60	5,76	296.090,66	10,77	133.927,95	5,20
Moreira Sales	163.418,23	7,31	139.332,97	5,12	219.557,16	7,99	100.948,24	3,92
Terra Boa	140.729,91	6,29	179.918,56	6,61	161.873,75	5,89	48.312,88	1,88
Juranda	101.585,56	4,54	191.422,67	7,03	160.432,48	5,83	54.615,01	2,12
Ubiratã	67.917,96	3,04	140.996,79	5,18	97.501,76	3,55	113.583,70	4,41
Araruna	95.600,97	4,27	120.157,76	4,42	116.167,53	4,22	32.634,10	1,27
Campo Mourão	67.421,47	3,01	86.464,78	3,18	116.943,78	4,25	59.514,25	2,31
Roncador	119.365,30	5,34	71.984,53	2,64	71.980,26	2,62	46.128,19	1,79
Fênix	86.870,18	3,88	86.387,92	3,17	94.450,56	3,44	38.408,17	1,49
Altamira do Paraná	58.256,67	2,60	89.354,95	3,28	50.629,36	1,84	73.568,92	2,86
Barbosa Ferraz	99.169,75	4,43	80.866,44	2,97	37.754,60	1,37	43.586,40	1,69
Boa Esperança	74.728,22	3,34	73.827,09	2,71	76.445,34	2,78	34.264,25	1,33
Quarto Centenário	65.399,66	2,92	71.632,32	2,63	78.763,90	2,86	37.218,78	1,45
Janiópolis	89.201,12	3,99	25.907,55	0,95	96.779,99	3,52	35.281,99	1,37
Luiziana	55.705,19	2,49	83.347,72	3,06	49.629,04	1,80	43.675,99	1,70
Campina da Lagoa	24.089,99	1,08	43.106,70	1,58	94.534,24	3,44	28.659,59	1,11
Mamborê	57.771,90	2,58	20.121,25	0,74	72.199,19	2,63	28.836,46	1,12
Peabiru	59.786,50	2,67	19.667,00	0,72	43.809,01	1,59	21.360,58	0,83
Goioerê	71.866,23	3,21	19.163,31	0,70	20.623,05	0,75	23.083,30	0,90
Quinta do Sol	55.413,47	2,48	38.835,20	1,43	23.279,43	0,85	14.750,20	0,57
Farol	41.982,25	1,88	28.762,67	1,06	40.492,37	1,47	17.958,40	0,70
Nova Cantu	104.707,68	4,68	17.924,32	0,66	-	-	-	-
Rancho Alegre D'Oeste	38.799,19	1,73	33.383,99	1,23	16.096,49	0,59	3.600,00	0,14
Total Liberado	2.236.688,98	100,00	2.721.537,50	100,00	2.749.547,10	100,00	2.573.150,68	100,00

Fonte: MDA; MDS (2016) – Elaborada pela autora

Nota: (-) sem informações

De acordo com Campos e Bianchini (2014, p. 18), “o programa foi um dos principais instrumentos de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo entre os agricultores familiares”, visto que mais de quatro mil organizações vendem ou já venderam para o PAA, podendo, por meio dessa experiência, ganhar novos mercados públicos e privados. Os autores ainda expõem outro aspecto interessante do programa: a qualidade e a variedade dos alimentos, totalizando mais de três mil tipos: frutas, verduras, legumes, feijão, arroz, carnes, leite e farinhas.

Ademais, diversas ações foram direcionadas para qualificar as diferentes modalidades, ao longo dos anos de existência do programa. Entre essas ações, Porto *et al.* (2014) mencionam: a) o estímulo à oferta de alimentos regionais, em muitos casos não valorizados no mercado local e a aceitação da entrega de pequenas quantidades; b) a valorização dos

produtos agroecológicos, com pagamento de até 30% a mais que o produto convencional e c) o estímulo à participação de mulheres no programa.

Para Duval e Ferrante (2008), o PAA, de modo geral, tem estimulado os pequenos agricultores em relação ao sistema de policultivo, tem ajudado a melhorar a qualidade da alimentação para o autoconsumo devido à diversificação da produção e proporcionado a inclusão produtiva dessas famílias que deixam de procurar alternativas de trabalho na cidade ou mesmo não agrícolas.

Além disso, o PAA se dá a partir da valorização dos circuitos curtos de comercialização e abastecimento, priorizando a relação direta entre produtores e consumidores, promovendo maior circulação local da riqueza, gerando empregos e, conseqüentemente, arrecadação municipal (PORTO *et al.*, 2014).

Portanto, é possível observar a importante participação desse programa na promoção de ações de segurança alimentar, nutricional e de apoio à agricultura familiar e que, ao ser tratado com seriedade e responsabilidade ética, torna-se um instrumento gerador de renda no campo e de desenvolvimento local. Em virtude disso, para os municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, o aumento significativo dos recursos liberados promove maior visibilidade quanto aos objetivos e à relevância dessa política pública para melhoria de vida de seus beneficiários e para o fortalecimento da agricultura familiar.

1.2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Nessa mesma dinâmica também se destaca o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, do mesmo modo que o PAA, visa garantir a comercialização da produção dos agricultores familiares.

O PNAE teve origem na década de 1940, quando o então chamado Instituto de Nutrição defendia a proposta do Governo Federal de oferecer alimentação nas escolas, porém, isso não se concretizou. Com o Decreto no 37.106/1955, o Ministério da Educação criou a “Campanha de Merenda Escolar” (CME). Já com o Decreto no 39.007/1956, a CME passa a ser denominada de Campanha Nacional de “Merenda” Escolar (CNME) (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014).

Desde 1976, a alimentação escolar passou a ser financiada com recursos públicos alocados no Ministério da Educação (MEC). Em 1979, o nome do programa foi novamente modificado, passando a chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014), firmando-se com caráter centralizador, por meio do qual o órgão centralizador planejava os cardápios, comprava os alimentos com licitação, contratava

laboratórios especializados para o controle de qualidade e também realizava a distribuição dos alimentos em todo o país (RIBEIRO *et al.*, 2013).

Em 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), vinculada ao MEC que, dentre outras atribuições, era responsável pela gestão da alimentação escolar. Essa centralização ampliava a compra de alimentos formulados e industrializados, gerava tanto problemas logísticos de distribuição e armazenamento como problemas culturais, pela não valorização e respeito aos hábitos alimentares locais (ÁVILA; CALDAS; ÁVILA, 2014).

A partir de 1994, a Lei 8.913, de 12/07/1994 promoveu a descentralização dos recursos, ficando a execução do programa sob responsabilidade das Secretarias de Educação dos municípios, dos estados e do Distrito Federal (RIBEIRO *et al.*, 2013). O gerenciamento do programa passa a ser realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio da Medida Provisória nº1784, de 14/12/1998.

Outro importante avanço para o PNAE foi a Medida Provisória nº 2178, de 28/06/2001 que tornou obrigatório o percentual de 70% dos recursos transferidos pelo governo federal para a aquisição de gêneros básicos¹¹, devendo-se respeitar os hábitos alimentares regionais, a vocação agrícola do município e promovendo o desenvolvimento da economia local (BRASIL, 2016).

Outro marco que merece destaque é a sanção da lei nº 11.947, aprovada em 2009, que atribuiu um mercado institucionalizado para a agricultura familiar, prevendo um limite de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo governo federal aos estados e municípios para a aquisição de alimentos para a merenda escolar dos alunos da rede pública de ensino, de produtos adquiridos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, da região onde estão localizadas as escolas. Fomentou-se, assim, o desenvolvimento rural local com a criação de canais de comercialização da produção agropecuária familiar (OLIVEIRA *et al.*, 2015; BRASIL, 2016).

Essa conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamentou-se nas diretrizes estabelecidas na referida lei no que tange:

- Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;

¹¹ Produtos básicos são considerados os alimentos imprescindíveis para a composição de uma alimentação saudável. No caso da agricultura familiar, alguns dos produtos podem ser hortifrutigranjeiros, laticínios, mel, sementes, pescado, carnes, castanhas, grãos, oleaginosas.

- Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (BRASIL, 2016).

Para participar do programa, o agricultor familiar deve possuir a DAP, podendo comercializar seus produtos individualmente ou agrupar-se em cooperativas e associações. São atendidos pelo programa os alunos de todo o sistema básico de educação. Com essa articulação entre um setor que apresenta grande demanda por alimentos, as escolas, e o segmento da agricultura familiar, torna-se possível expandir os mercados para que sejam fortalecidos. Para Gomes (2012, p. 189), “o PNAE inaugura assim um precedente histórico em relação às compras institucionais, e representa um novo mercado para a agricultura familiar em todo o país de, no mínimo, 900 milhões de reais”.

Tendo em vista o importante papel desse programa para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, apresenta-se, na Tabela 6, o valor total liberado para aquisição de gêneros alimentícios pelo PNAE no Brasil, no Paraná, em Corumbataí do Sul e Iretama e o percentual de aquisição da agricultura familiar no período de 2011 a 2014¹².

Tabela 6 – Valores investidos (R\$) na aquisição de gêneros alimentícios pelo PNAE e percentual de aquisição da agricultura familiar (2011 – 2014)

Localidade		2011		2012		2013		2014	
		Valores (R\$)	(%)	Valores (R\$)	(%)	Valores (R\$)	(%)	Valores (R\$)	(%)
Brasil	Agricultura Familiar	234.670.508	7,8	366.611.838	11,4	581.001.541	16,4	771.282.907	21,4
	Agricultura Não Familiar	2.755.626.667	92,2	2.852.308,988	88,6	2.955.930.030	83,6	2.555.268.338	78,6
	Total	2.990.297.175	100	3.218.920.826	100	3.536.931.571	100	3.326.551.245	100
Paraná	Agricultura Familiar	14.693.430	9,4	28.951.551	17,6	41.883.723	22,3	63.293.780	36,3
	Agricultura Não Familiar	140.900.622	90,6	135.945.175	82,4	145.742.609	77,7	110.844.412	63,7
	Total	155.594.052	100	164.896.726	100	187.626.332	100	174.138.192	100
Corumbataí do Sul	Agricultura Familiar	3.171	10,8	4.768	14,4	0	0	11.403	33
	Agricultura Não Familiar	25.989	89,2	28.304	85,6	32.860	100	23.121	67
	Total	29.160	100	33.072	100	32.860	100	34.524	100
Iretama	Agricultura Familiar	0	0	0	0	48.241	35,7	54.640	45
	Agricultura Não Familiar	98.040	100	106.332	100	86.739	64,3	66.662	55
	Total	98.040	100	106.332	100	134.980	100	121.302	100

Fonte: FNDE (2016) – organizada pela autora

¹² Os dados apresentados são preliminares, extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento a partir de 2011. Os registros do SigPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fins de prestação de contas (FNDE, 2016).

Considerando o percentual direcionado para aquisição da agricultura familiar no Brasil, a Tabela 6 demonstra que a agricultura familiar ainda possui pouco acesso aos recursos direcionados para o programa, levando a compreensão de que a maioria dos estados brasileiros não está cumprindo o mínimo estabelecido na lei 11.947/2009 de 30%. Apesar disso, pode-se observar que, no Paraná, houve uma evolução gradativa, superando esse limite em 2014, com 36,30%. Já as compras de gêneros alimentícios de agricultores familiares no município de Iretama (Tabela 6), somente efetivou-se a partir de 2013, com 35,7% do total liberado, e em 2014, com 45%.

Dessa forma, considerando o limite estabelecido na lei de 30% e os percentuais direcionados para a agricultura familiar no Brasil e no Paraná, Iretama tem se destacado nesse processo que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar. Em suma, no ano de 2014, tanto Iretama quanto Corumbataí do Sul cumpriram e superaram este limite, inclusive acima do percentual em nível nacional.

A respeito disso, Real e Schneider (2011, p. 74) afirmam que “mesmo com a obrigatoriedade legal, ainda são poucos, porém, os municípios que tem utilizado os recursos do PNAE para a compra de gêneros de agricultores familiares”. Nesses casos, os municípios precisam informar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) as justificativas do não cumprimento do limite de 30% (FNDE, 2014). Segundo a análise dos pareceres conclusivos emitidos pelos Conselheiros da Alimentação Escolar (CAE) ao FNDE, dentre as justificativas para o não atendimento do limite mínimo estão: inviabilidade de fornecimento regular e constantes de gêneros alimentícios, condições higiênicas e sanitárias inadequadas, impossibilidade de emissão de nota fiscal e outros (como falta de interesse dos agricultores, demora da Prefeitura em elaborar a chamada pública, e os agricultores já terem destinado todos os gêneros para o PAA) (SARAIVA *et al.*, 2013).

Enquanto o artigo 14 da Lei Federal 11.947/2009 estabelece o mínimo de recursos a serem gastos na compra de produtos da agricultura familiar, o artigo terceiro determina que se priorizem as compras de produtos produzidos no âmbito municipal, o que contribuiria para o desenvolvimento local. Quando isso não é possível, deve-se estabelecer a seguinte ordem decrescente de prioridades: compra de agricultores da região, do território rural, do estado e, finalmente, de outros estados.

Diante disso, as Tabelas 7 e 8 (abaixo) evidenciam uma evolução significativa na participação do estado na compra de gêneros dos agricultores familiares. No período estudado (Tabela 7) o Estado foi ampliando o repasse aos agricultores familiares e superando em 2014

o limite mínimo (30%) estabelecido em lei, aplicando 36,35% na agricultura familiar, sendo que esse percentual em 2011 era de 9,44%.

Tabela 7 – Valores transferidos pelo FNDE à alimentação escolar no Paraná e aplicados pelo Estado na agricultura familiar (2011 – 2014)

Ano	Valor total (R\$) transferido pelo FNDE destino a alimentação escolar (Paraná)	Valor (R\$) efetivamente destinado a Agricultura Familiar	Valor (R\$) referente ao percentual mínimo conforme define a Lei... (30%)	(%) destinado a agricultura familiar (Paraná)
2011	155.594.052,00	14.693.430,19	6.678.215,60	9,44
2012	164.896.762,00	28.951.551,26	49.469.028,60	17,56
2013	187.626.332,00	41.883.723,75	56.287.899,60	22,32
2014	174.138.192,00	63.293.780,96	52.241.457,60	36,35

Fonte: FNDE (2016) - organizada pela autora

Tabela 8 – Participação do Estado e dos municípios nos valores destinados a agricultura familiar no Paraná (2011-2014)

Valor (R\$) efetivamente aplicado pelo Estado na agricultura familiar	(%) do Estado em relação ao montante destinado a AF	Valor (R\$) Aplicado pelos municípios na agricultura familiar	(%) dos municípios em relação ao montante destinado a AF
2.523.619,64	17,18	12.169.810,55	82,82
12.652.702,71	43,70	16.298.848,55	56,30
23.505.677,34	56,12	18.378.046,41	43,88
36.021.645,00	56,91	27.272.135,96	43,09

Fonte: FNDE (2016) – organizada pela autora

O estado do Paraná (via Secretaria da Educação) em 2011 (Tabela 8) era responsável por 17,18% da compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, e os municípios possuíam maior representatividade com 82,82%.

A partir de 2012, o Estado passou a ampliar sua participação, superando a compra dos municípios nos anos de 2013 e 2014 em aproximadamente 56%. Isso demonstra o empenho do Estado do Paraná para a incorporação desse recurso na agricultura familiar, todavia, faz-se importante observar que a elevação do percentual de aquisição de produtos dos agricultores familiares (principalmente em 2014) é resultado das ações conjuntas tanto do Estado quanto dos municípios, sobretudo ao analisarmos os percentuais de participação na composição do valor total aplicado na agricultura familiar no Paraná.

Nesse contexto, com o objetivo de verificar o percentual de participação dos dois municípios estudados nos valores liberados pelo FNDE em relação aos municípios da mesorregião centro-ocidental paranaense, apresenta-se, na Tabela 9 (na sequência), o

percentual destinado a cada município dessa mesorregião e o percentual de compra da agricultura familiar.

Tabela 9 – Percentual dos valores liberados pelo FNDE por município em relação ao valor liberado para mesorregião centro-ocidental paranaense e Percentual de aquisição da AF por município (2011-2014)

Município	2011		2012		2013		2014	
	(%) do total liberado	(%) destinado a AF	(%) do total liberado	(%) destinado a AF	(%) do total liberado	(%) destinado a AF	(%) do total liberado	(%) destinado a AF
Campo Mourão	26,39	23	27,39	16	28,44	22	27,375	27
Goioerê	8,30	22	8,28	50	7,56	33	7,257	0
Ubiratã	6,26	29	6,01	23	6,35	30	7,892	40
Campina da Lagoa	4,98	33	5,23	9	5,59	0	6,835	3
Terra Boa	4,38	30	4,36	38	4,14	0	4,698	0
Engenheiro Beltrão	4,20	30	4,17	26	3,96	44	4,560	61
Moreira Sales	4,31	52	4,42	42	4,24	30	3,203	57
Peabiru	3,52	0	3,60	0	4,05	0	4,547	7
Mamborê	4,26	54	4,02	30	4,01	0	3,540	0
Iretama	3,82	0	3,63	0	3,69	36	3,434	45
Roncador	3,39	0	3,77	0	3,77	29	3,199	39
Araruna	3,55	0	3,20	61	3,25	10	3,087	40
Barbosa Ferraz	3,30	39	3,04	50	2,96	15	3,671	42
Nova Cantu	2,92	33	2,75	26	2,51	25	2,076	46
Juranda	2,12	40	1,86	42	1,81	0	1,753	0
Janiópolis	1,93	35	1,75	32	1,85	1	1,877	44
Luiziana	2,01	66	1,83	55	1,81	75	1,644	0
Quarto Centenário	1,50	0	1,61	0	1,48	13	2,008	43
Quinta do Sol	1,51	53	1,66	46	1,59	0	1,489	33
Altamira do Paraná	1,46	39	1,84	31	1,90	67	1,025	34
Fênix	1,41	38	1,38	34	1,32	0	1,023	55
Boa Esperança	1,27	20	1,33	0	1,08	34	1,081	14
Farol	1,18	0	1,01	19	1,11	29	1,071	18
Corumbataí do Sul	1,14	11	1,13	14	0,90	0	0,977	33
Rancho Alegre D'Oeste	0,89	39	0,74	31	0,64	0	0,679	10

Fonte: FNDE (2016) – organizada pela autora

De acordo com os dados sistematizados na Tabela 9, dos valores repassados para a mesorregião centro-ocidental paranaense, Campo Mourão possui a maior participação no período estudado, dos 25 municípios que receberam recursos do PNAE, somente dois

cumpriram o limite estabelecido em lei de 30% nos quatro anos estudados. Já o município de Corumbataí do Sul possui baixa representatividade no valor liberado para mesorregião (equivalente a 1%) e destacou-se no ano de 2013, direcionando 33% para a agricultura familiar. Em contrapartida, Iretama possui uma participação maior (aproximadamente 3%) no valor total liberado para a mesorregião em comparação a Corumbataí do Sul e, em 2013 e 2014, desse valor, foram destinados 36% e 45% à agricultura familiar.

Diante da importância desse programa como gerador de renda, Triches e Schneider (2010), ao estudarem a participação dos alimentos advindos da agricultura familiar na alimentação escolar nos municípios de Dois Irmãos e Rolante – RS, verificaram a adoção de novas formas de produção (como os produtos orgânicos e tradicionais), incentivo à organização e cooperação, aumento da renda e auxílio na diminuição do êxodo rural.

Portanto, verificou-se, nesse estudo, que a evolução da gestão da alimentação escolar no Brasil, no que diz respeito ao planejamento e à forma de aquisição de alimentos, tais como o processo de descentralização dos recursos e a obrigatoriedade para a compra de alimentos básicos, foi determinante para o fortalecimento do Programa e da Agricultura Familiar. Observou-se, também, uma evolução gradual no direcionamento dos recursos e a necessidade de adequação dos estados e municípios brasileiros quanto ao limite mínimo para a aquisição de alimentos dos agricultores familiares.

Por vezes, pode-se destacar uma relação entre os programas PAA e PNAE, principalmente quanto à experiência do PAA em comprar da agricultura familiar com dispensa de licitação e distribuir às entidades, dentre elas as escolas, contribuindo para a criação de um mercado institucionalizado para a agricultura familiar. Além disso, os dados apresentados elucidam a relevância desses programas para o fortalecimento da agricultura familiar, demonstrando políticas não meramente assistencialistas, mas que objetivam a inserção do produtor no mercado agrícola, geração de emprego e renda de uma classe que segundo SARAIVA *et al.* (2013) é a responsável pela maior parte do abastecimento da mesa dos brasileiros, que responde por sete de cada dez empregos no campo, ocupando 80% do setor rural.

De modo geral, os avanços das políticas públicas significam uma conquista para o pequeno produtor, tendo sido observado nessa pesquisa, tanto em nível nacional e estadual quanto dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, que o acesso a essas políticas se tornou uma possibilidade de inclusão econômica e social a quem realmente necessita, com a obtenção de resultados importantes a todos os envolvidos, embora ainda com limitações e desafios a serem analisados e superados.

Da mesma maneira, a relevância desses programas está, primordialmente, na articulação entre os diferentes segmentos sociais e os setores governamentais visando direcionamento de recursos para um segmento que possui potencial produtivo, criando, assim, um mercado institucionalizado, que ainda precisa ser estimulado, para a promoção do desenvolvimento local e uma conexão entre o campo e a cidade.

CAPÍTULO 2

COOPERATIVISMO E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O ato de cooperar envolve relações de confiança e de união dos objetivos comuns que, aliados ao fortalecimento do capital social, significam a base para a constituição de uma cooperativa, e esses conceitos entrelaçados apresentam aspectos importantes na discussão e entendimento do conceito de desenvolvimento local.

O objetivo do presente capítulo é compreender, por meio da revisão da literatura, o contexto histórico no qual se originou o movimento cooperativista e suas relações com o conceito de capital social e desenvolvimento local.

Na primeira parte, abordou-se o conceito de capital social e sua importância para o cooperativismo. Na segunda, foi realizado um breve histórico de como o movimento cooperativista surgiu no mundo, no Brasil e no Paraná, apresentando também os indicadores sociais e econômicos das cooperativas paranaenses, verificando sua evolução e representatividade na economia paranaense no período de 2009 a 2014. Além disso, buscou-se compreender as relações das sociedades cooperativas e o desenvolvimento local. A terceira parte é constituída pela revisão literária sobre o conceito de desenvolvimento local, no qual se baseia essa pesquisa, procurando demonstrar que existe uma forte relação entre as concepções de desenvolvimento e capital social, sustentabilidade e inclusão social.

2.1 Capital Social e Cooperativismo

A cooperação, em busca da união de interesses rumo à satisfação das necessidades de um grupo, envolve a qualidade das relações que os indivíduos conseguem estabelecer entre si, com a sua comunidade e/ou com outros grupos organizados em associações, cooperativas, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos. Esse vínculo, baseado em valores sociais ou recursos cooperativos pode formar relações estáveis e duráveis impulsionadoras do desenvolvimento local.

O potencial atribuído a essas relações está vinculado à formação de um capital social considerando que, para que ele exista em uma sociedade, precisa haver cooperação voluntária entre as pessoas, tendo como finalidade o benefício mútuo, buscando o desenvolvimento econômico e social de onde se vive. Putnam (2006) afirma que a cooperação voluntária só existe se for garantida por relações de confiança, sendo formada com mais facilidade em

sociedades que já apresentaram em seu histórico o capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

Capital social não é um termo novo, e pode-se atribuir a Lyda Judson Hanifan, em 1916, a primeira referência ao conceito, compreendendo-o como um conjunto de relações sociais entre os indivíduos e seus familiares (FRANCO, 2001). A expressão capital social, segundo Putnam (1996, p. 19), é creditada à urbanista Jane Jacobs conhecida pela publicação, em 1961, do seu livro *Morte e vida das grandes cidades americanas*, no qual a autora procura explicar o caráter associativo das vizinhanças nas grandes cidades americanas. Coleman (1988) destaca, nos anos 1970, o economista Glenn Loury, pela introdução do conceito como relação de confiança que melhora o uso dos recursos individuais.

Franco (2001) cita Bourdieu e Coleman como os precursores na elaboração de um conceito para o termo capital social. Para Bourdieu (1985, p. 248 *apud* Pontes, 1996, p. 3) o capital social pode ser definido como “o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações maios ou menos institucionalizadas de aquiescência ou reconhecimento mútuo”. Esse autor retrata os benefícios que os indivíduos conseguem ao agruparem-se.

Robert Putnam (1996, p. 177) menciona que “o capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O autor realizou uma pesquisa durante 20 anos buscando compreender as razões históricas que marcaram o desempenho das instituições em áreas diferentes da Itália, e buscou exemplos em situações diferenciadas como os fundos rotativos de crédito na Nigéria e regiões cívicas no norte da Itália.

Esses estudos de Putnam possibilitaram a conclusão de que foi a existência de um capital social nas regiões no norte da Itália e a sua ausência nas regiões do sul italiano que desencadeou a diferença de desempenho econômico e institucional local. Sem as ações coletivas e coordenadas para alcançar os objetivos propostos pela comunidade, os resultados não teriam sido tão produtivos. Sendo assim, compreende-se que o crescimento econômico é comumente associado ao acúmulo de uma série de capitais: físico, financeiro, natural e humano (PERES, 2000) e Putnam (1996) classifica uma quinta forma de capital: o social.

Peres (2000) argumenta que o capital social baseado na confiança entre os indivíduos e na rede social promove as relações de mercado e contribui para a criação e participação dos indivíduos em organizações horizontais, nas quais prevalecem a ausência de hierarquia entre

seus membros, como a organização cooperativa, marcada pelas decisões tomadas em assembleias por todos os seus cooperados.

Nessa perspectiva, os estudos realizados pelos autores apresentados permitiram importantes contribuições nos enfoques que sustentam nossa argumentação a favor da importância do capital social para o desenvolvimento da região onde os grupos organizados estudados estão inseridos e para a formação desse capital, que conduz à criação de um elo de cooperação, primordial para o surgimento do cooperativismo. Um exemplo são os movimentos sociais e as organizações rurais que, por meio de um capital social organizado, buscam a superação das dificuldades do campo.

Abramovay (2000) procurou sistematizar os mecanismos de atuação do capital social no desenvolvimento rural. Para o autor, o capital social seria, antes de tudo, um tipo de resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva, partindo do raciocínio de que as práticas privadas nem sempre funcionam e que, por seus interesses imediatos, os indivíduos teriam, diante da ação cooperativa, uma oportunidade.

Uma inovação, que o autor apresenta, é a possibilidade de criação de capital social em ambientes em que as raízes históricas não o fomentaram. Ele pode ser criado, existindo organizações que sinalizem aos agentes alternativas às práticas políticas convencionais como o clientelismo, abuso de poder e corrupção de toda a natureza.

O reconhecimento do potencial cooperativo, como alternativa às formas ineficientes de governança e como uma oportunidade no cenário agrícola é retratado pelo autor. Franco (2000, p. 104) estabelece uma relação entre confiança e cooperação quando afirma que “a confiança promove a cooperação”. Quanto mais alto o nível de confiança numa comunidade, maior a expectativa de existir cooperação. É a própria cooperação que suscita a confiança”. Ao mesmo tempo, para o autor, a relação do capital social com o desenvolvimento local está na sua própria existência nas organizações, gerando um diferencial como maior eficiência, melhor funcionamento e os atores sociais também aumentam em número e capacidade, preparando a sociedade civil para que saiba explorar as suas potencialidades e as oportunidades de progresso e desenvolvimento.

Em seus estudos, Bialoskorski Neto (2002) identificou que existe uma correlação positiva entre o valor da produção, níveis de educação e menor disparidade na posse da terra nas localidades onde as cooperativas operam. Para o autor, as cooperativas possibilitam distribuição de renda e acúmulo de capital social, principalmente na agricultura.

Nessas regiões onde predomina o desenvolvimento do capital social na agropecuária, Bialoskorski Neto e Balieiro (2001) verificaram a presença de relações contratuais bem

definidas, podendo-se estimar, preliminarmente, que o capital social e humano são variáveis importantes, positivamente correlacionadas e expressivas para a produção agropecuária e para o processo de desenvolvimento. Além do capital humano, os autores ressaltam a capacidade de um grupo de se organizar e constituir processos produtivos, fato gerador de características relevantes para o processo de desenvolvimento baseado no capital social.

Portanto, as relações sociais organizadas e construídas para unir objetivos comuns se fazem presentes nos atos de cooperação voluntária, evoluindo para formação de um capital social e no aparecimento de alguns atores sociais como as cooperativas, as associações, os movimentos sociais. Essas instituições construídas com a presença de laços de confiança ultrapassam os aspectos puramente econômicos e impulsionam o desenvolvimento sustentável na região onde estão inseridas.

Assim, as sociedades cooperativas estão imersas nesse processo, cujo capital social é a base de sua constituição e visa, sobretudo, o aumento desse capital, pela participação de seus cooperados, pela fixação de objetivos comuns, pela estruturação da rede social e o compromisso com o desenvolvimento local.

2.2 Cooperativismo

O cooperativismo possui, evidentemente, a cooperativa como seu principal instrumento. Essa é, na verdade, um tipo formal de organização que tem por base a vontade espontânea das pessoas que acreditam em melhores resultados trabalhando colaborativamente. Segundo Veiga (2001), o cooperativismo é um sistema de cooperação econômica, podendo envolver diversas formas de produção e de trabalho. Historicamente, surge com o capitalismo, porém, dentre suas finalidades, inclui a superação desse modelo.

Por outro lado, Rech (2000) aponta que o cooperativismo, em seu conteúdo ideológico, funciona de forma parecida em todo o mundo e evidencia duas grandes posições: na visão capitalista, observa que as cooperativas surgiram para atenuar as características concentradoras do capital e, no ponto de vista socialista, as cooperativas eram entendidas como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social.

Diferentemente, Bialoskorski Neto (2003) remete-se ao cooperativismo como sendo uma doutrina econômica que discute os aspectos da própria organização econômica da população sob o prisma das relações solidárias entre os agentes. Ricciardi e Jenkins (2000) acrescentam que o cooperativismo pode ser visto como um sistema econômico peculiar, em que o trabalho comanda o capital. Isso se deve ao fato dos cooperados serem donos do capital e dos meios de produção, além de constituírem a própria força de trabalho.

O cooperativismo como um sistema e as cooperativas como a unidade de convívio e transformação de seus membros precisam estar voltados às questões globais, nacionais e locais (VEIGA, 2001). Diante disso, parte-se da ideia de que é no local onde vive que o cidadão adquire as suas primeiras experiências de cidadania, cobrando e verificando os resultados advindos do ato cooperativo. É também no município onde trabalham que estabelecem as primeiras relações com o mercado local.

Quanto às sociedades cooperativas, Boesche (2005, p. 24) cita a definição formulada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1995: “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático”.

A ideologia cooperativista se difundiu pelo mundo e atua em diferentes setores da economia (VEIGA, 2001). A cooperação, como forma de ajuda, sempre esteve presente ao longo da história da humanidade, porém, a cooperação sistematizada nasce com as cooperativas modernas, que surgem em meio às transformações oriundas da Revolução Industrial do século XVIII, definindo novos modelos de produção e mudando radicalmente a organização da sociedade, principalmente com o aparecimento da classe operária, explorada pelo capitalismo. As consequências socioeconômicas desse novo modelo são inúmeras e permanecem até os dias atuais.

Diante das limitações econômicas, sociais e até mesmo humanas de uma classe que se encontrava marginalizada na sociedade, os trabalhadores buscavam a união para superar essas condições e encontrar novas formas de relacionamento social e econômico. Dessas ações conjuntas, nasceu o associativismo. Para Pinho (1982), o movimento inspirado no associativismo foi constituído como uma reação aos abusos do capitalismo industrial liberal da época. Como resultado desse movimento, surgiu em Rochdale, na Inglaterra, a primeira cooperativa a se desenvolver no mundo. Era uma empresa diferenciada que buscava uma ação conjunta em defesa dos seus interesses comuns por meio do desenvolvimento econômico de todos os que cooperavam. Tratava-se de uma nova proposta de realização econômico-social (ILHA, 2005).

As primeiras experiências cooperativistas e associativistas fundaram-se inicialmente com os socialistas utópicos, os quais apresentavam a autogestão do trabalho como uma alternativa defensiva ao desemprego, às condições de vida e de trabalho dos operários industriais. Visavam uma sociedade mais justa, solidária e sem desigualdade social.

O cooperativismo surgiu dentro do socialismo utópico ou cristão da primeira metade do século XIV, através de reformadores humanistas que o colocaram como instituição típica da economia social. Situa-se entre o liberalismo capitalista e o socialismo marxista [...] (GRAÇA, 1988, p. 46).

Na citação acima, a autora refere-se à história do cooperativismo. Por sua vez, “o Cooperativismo e o Associativismo surgiram em oposição às consequências do liberalismo econômico, sobretudo na Inglaterra e na França” (PINHO, 2004, p. 137). Entre os pensadores que precederam os ideais econômicos e sociais associativistas e cooperativistas destacam-se: o holandês Peter Cornelius Plockboy, radicado na Inglaterra, com a proposta de organização e a união de associações de pequenos grupos e/ou associações familiares (SCHNEIDER, 1991); o inglês John Bellers, preconizando um tipo de colônia, que deveria ser composta por 300 a três mil associados (OLIVEIRA, 1984) e nesta deveria prevalecer a cooperação entre seus integrantes, durante o processo de trabalho (PINHO, 1977).

Todavia, foi o inglês Robert Owen quem mais se destacou entre todos os idealistas e precursores da filosofia cooperativista (ABRANTES, 2004), tornando-se um dos principais precursores do pensamento cooperativista que integrou o Socialismo Utópico na Europa (SCHNEIDER, 1991). Influenciado pelos pensamentos de John Bellers, Owen revoltou-se contra a precariedade das condições de trabalho dos operários. Como industrialista e proprietário de fábricas de algodão em New Lanark (Escócia), defendeu que a ordem social e econômica daquela época, deveria ser substituída por um novo modelo (OLIVEIRA, 1984) baseado na concepção de que todo mundo deveria ser feliz, embora enfatizasse que a felicidade não poderia ser alcançada individualmente (RECH, 2000). É considerado o primeiro a organizar cientificamente o cooperativismo, articulando-o com a sociedade (ABRANTES, 2004).

“Owen transformou a grande fábrica de fios de algodão de New Lanark (Escócia) em colônia-modelo (AGUIAR, 2002, p. 21)”. Realizou várias experiências na gestão do trabalho dos operários com base na solidariedade e espontaneidade dos envolvidos (HUGON, 1980). Apesar dos sucessivos fracassos, acreditava na filosofia do cooperativismo como forma de reduzir a pobreza, e foi também um dos pioneiros a usar o termo “cooperação” como contraposição à competição (ABRANTES, 2004). Suas experiências contribuíram para a criação de outras organizações respaldadas no consumo, dentre elas, a Cooperativa de consumo em Brighton, a Cooperativa de Rochdale e o Banco de Trocas de Proudhon (SCHNEIDER, 1991).

Outros atores sociais de grande importância para o cooperativismo foram o francês François Marie Charles Fourier, que propôs a existência de uma sociedade por associação de produção rural, sem a necessidade de desconstituir a propriedade privada (HUGON 1980) e o francês Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon, um dos precursores das cooperativas de produção, conhecido como o precursor do Socialismo Industrialista (BULLA, 1992).

Em suma, os socialistas utópicos propunham uma doutrina econômica baseada em transformações de ordem social e de uma sociedade considerada perfeita para seus idealizadores. O movimento doutrinário do Cooperativismo de Consumo, que surgiu em Rochdale, estava permeado de propostas utópicas que marcaram os primórdios do associativismo.

Posteriormente, na segunda metade do século 19, essa vertente recebeu importantes contribuições práticas dos idealizadores de cooperativas de crédito, de produção e de trabalho, originadas na Europa Ocidental. Incorporando, mais tarde, uma nova vertente teórica do pensamento cooperativo, oriunda da Universidade de Münster (Alemanha)¹³. Na última década do século 20, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) passa a dedicar-se à atualização dos princípios doutrinários do cooperativismo (PINHO, 2001).

Apesar de tanto cooperativa quanto associação possuírem suas origens na união das pessoas em busca de objetivos comuns e nas relações firmadas com base na confiança, na solidariedade e no desenvolvimento local, a principal diferença entre elas está na natureza dos dois processos: as associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, filantropia, já as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, sendo o seu principal objetivo o de viabilizar o negócio produtivo dos associados (AMARAL, 2017), “o cooperativismo é a forma mais evoluída do associativismo” (OCEPAR, 2017).

Contudo, devido ao cooperativismo também ser uma forma de associativismo e a cooperativa possuir um “quadro social”, muitas cooperativas utilizam o termo “associado” para se referirem aos seus cooperados. Inclusive, a Lei 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo traz em seu conteúdo o termo “associados” ao se tratar dos membros cooperados das sociedades cooperativas, como rege o artigo 4 da referida lei: “As

¹³ A Escola de Münster foi desenvolvida por um grupo de professores do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster na Alemanha, é conhecida também como “Teoria Econômica da Cooperação Cooperativa”. Esta teoria baseia-se no racionalismo crítico, com colocações comprováveis. Apresenta a seguinte definição: “As Cooperativas são agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente” (PINHO, 2001, p. 91).

cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”. Nesse sentido, no decorrer desta pesquisa, utiliza-se tanto o termo associado como cooperado para caracterizar o membro ou sócio de uma cooperativa.

O cooperativismo tem como base norteadora os princípios cooperativistas, originados da cooperativa de Rochdale, no ano de 1844, na Inglaterra, os quais foram se modificando ao longo do tempo. Boesche (2005) menciona os sete princípios mundiais do cooperativismo voltados à promoção e à valorização do indivíduo na sociedade:

1. Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações livres, nenhum indivíduo é obrigado a se associar ou permanecer como associado;
2. Gestão democrática: autogestão, as decisões são tomadas em assembleia com a participação dos cooperados;
3. Participação econômica dos membros: os cooperados contribuem e realizam a gestão do capital da cooperativa democraticamente;
4. Autonomia e independência: são organizações autônomas, controladas por seus membros;
5. Educação, formação e informação: diz respeito ao fornecimento de treinamentos para os seus cooperados, administradores, representantes e funcionários;
6. Interesse pela comunidade: as cooperativas precisam estar comprometidas com o desenvolvimento local e sustentável das regiões que estão inseridas;
7. Intercooperação: refere-se ao interesse comum.

Esses princípios são a base para a constituição de uma sociedade cooperativa. Para Boesche (2005) são os pilares para formação de seu estatuto social, sendo os três primeiros princípios relacionados à dinâmica interna e os três últimos à conduta interna da cooperativa que ativa suas relações com o ambiente externo. O quarto princípio complementa os primeiros e traz a responsabilidade para o cumprimento dos demais.

Além dos princípios que norteiam a constituição dessas instituições, segundo Bialoskorski Neto (2001, p. 63), “o ambiente econômico e os objetivos do empreendimento é que determinam como se dão as formas organizacionais”, especialmente das cooperativas. Assim, em um ambiente institucional favorável à sua formação, a empresa cooperativa descobre meios de crescimento e desenvolvimento. Dessa forma, a origem de vários segmentos de organizações cooperativas no mundo reflete a necessidade de sua criação naquele momento por parte de seus membros, que vislumbraram uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social por intermédio da cooperação voluntária.

No Brasil, o cooperativismo e o associativismo surgiram no final do século XIX e o que motivou a adoção do seu sistema de organização foi a abolição da escravatura, pois o trabalho escravo não poderia ser mais utilizado. A partir da década de 1980, a expansão do capitalismo impulsionou as experiências coletivas de geração de renda e de trabalho, principalmente como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. A conjuntura econômica brasileira da época, as desigualdades sociais geradas pelo processo de industrialização, a crescente imigração de estrangeiros no país e a instabilidade econômica do Brasil foram fatores favoráveis para a organização das primeiras cooperativas (DURLO; CARLESSO, 2005).

A Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto foi a primeira cooperativa brasileira. Sua fundação ocorreu em 27 de outubro de 1889, na cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. Após essa experiência cooperativista, outras foram surgindo (PINHO, 2004). Em 1891, foi fundada a cooperativa de consumo dos funcionários da Companhia telefônica, em Limeira, no estado de São Paulo (DURLO; CARLESSO, 2005) e, posteriormente, foi expandindo-se para outros estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais (CATTANI, 2003).

Em 1932, surgiu a primeira legislação específica para o cooperativismo, principalmente em função das dificuldades oriundas do comércio internacional do café. Em 1971, por meio da Lei 5.764, ficou instituída no Brasil uma legislação específica para as cooperativas (RECH, 2000). A referida lei, em seu artigo sexto, expressa a classificação das cooperativas em:

- a) Singulares: as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;
- b) Cooperativas centrais ou federações de cooperativas: as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;
- c) Confederações de cooperativas: as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais da mesma ou de diferentes modalidades.

Nas décadas posteriores, houve a expansão do cooperativismo em vários segmentos, como o de crédito rural, de consumo, habitacional, agrícola, entre outros. Em algumas regiões do país, as cooperativas ainda se encontravam em constante crescimento. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1969, é o órgão máximo de representação das

cooperativas brasileiras. A Agenda Internacional do Cooperativismo 2015, elaborada pela OCB, apresenta que, em 2013, existiam no Brasil: 6.827 cooperativas, 11.563.427 associados, 337.793 empregados e o número de associados das cooperativas representavam 5,7% da população brasileira. Em 2014, o segmento exportou U\$\$ 5,2 bilhões, alcançando o superávit na balança comercial no valor de U\$\$ 4,8 bilhões, por meio de relações comerciais com 143 países (OCB, 2016).

O cooperativismo brasileiro teve uma forte influência da imigração europeia, considerada a principal responsável pela consolidação do sistema. Com uma maior concentração da imigração nos estados do sul do Brasil, o estado do Paraná passou a ter uma participação importante para a estruturação do sistema cooperativista.

2.2.1 O Cooperativismo no Paraná

No Paraná, os primeiros movimentos marcados pela cooperação iniciaram com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães, no ano de 1829, que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje um município (OCEPAR, 2016). No estado, as cooperativas de agricultores imigrantes foram muito importantes para proporcionar a sua adaptação socioeconômica e cultural na região. Os imigrantes viam na constituição cooperativa uma forma de assegurar o desenvolvimento econômico e social em um local que pouco conheciam.

Entre as experiências mais importantes para o movimento cooperativista, destaca-se a da Colônia Cecília, em 1890, no município de Palmeira, no Paraná, idealizada pelo agrônomo Giovanni Rossi (OCEPAR, 2016). Posteriormente, em 1906, surgiu a Cooperativa Mista 26 de Outubro e, em 1909, a Cooperativa Florestal Paranaense, sendo então consideradas as mais antigas do estado do Paraná.

Posteriormente, entre a década de 1930 e 1950, surgiram as cooperativas de origem holandesa e alemã, iniciadas com a chegada de imigrantes europeus. Na década de 1960, surgiram as cooperativas agropecuárias do Oeste e Sudoeste do Paraná, com imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já no norte do Paraná as cooperativas foram formadas com os imigrantes de São Paulo (SETTI, 2006).

A Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, uma das mais importantes cooperativas na atualidade, foi fundada em 1925, em Carambeí, por um grupo de 450 imigrantes holandeses que constituíram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes (OCEPAR, 2016).

O ferroviário ucraniano Valentin Cuts foi um dos grandes incentivadores do cooperativismo na colônia dos imigrantes, responsável por constituir 14 cooperativas no

Paraná, duas em São Paulo e uma Santa Catarina. Houve também, em 1920, a constituição da Sociedade Cooperativa de Comércio União Lavoura, pelo padre Teodoro Drapienski. Apesar disso, seus objetivos eram de cunho político confessional (SERRA, 1995).

O movimento cresceu, mais tarde, a partir da década de 1920, entre madeireiros e ervateiros. Entre os anos 1930 e 1940, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda. – Agromate, que marcou história até o declínio do setor ervateiro, quando então se transformou em Rural Sul, para tentar sobreviver a partir da diversificação de atividades (OCEPAR, 2016).

O café foi o produto que fomentou o cooperativismo na região norte do Paraná. Considerado um dos momentos marcantes do cooperativismo na década de 1960, o Instituto Brasileiro do Café incentivou a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de superação das dificuldades do setor (SERRA, 1995). No ano de 1964, o Paraná tinha 33 cooperativas de café, algumas das quais desapareceram por causa do declínio da produção.

De acordo com Serra (1995), possivelmente por despreparo dos agricultores, algumas cooperativas pertenciam à mesma região, abrindo concorrência entre elas e, com a crise do café, grande parte se dissolveu. Todavia, quando novas cooperativas foram surgindo, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) evitou que um mesmo município tivesse mais de uma cooperativa do mesmo ramo, para não incorrer no erro do passado, possibilitando um projeto mais seguro. O autor cita a cooperativa COCAMAR, de Maringá, e a cooperativa COAMO, de Campo Mourão, como exemplos de caso de sucesso, que conseguiram se firmar nesse contexto paranaense.

O sistema cooperativo do Paraná é representado pela Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR). Sua criação em 2 de abril de 1971 foi um marco para o sistema cooperativo paranaense que conta com cooperativas de 13 ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer e transporte.

Conforme os dados da OCEPAR de 2014, estavam registradas 223 cooperativas responsáveis por 1.079.737 cooperados, 79.241 trabalhadores, 2,2 milhões de postos de trabalho indiretos, e pagamento de R\$ 2 bilhões em salários. Foram R\$ 50,5 bilhões em faturamento, R\$ 2,8 bilhões em novos investimentos e US\$ 2,4 bilhões em exportações e R\$ 1,9 bilhão de resultados gerados aos cooperados, além de R\$ 1,3 bilhão em impostos recolhidos.

No Paraná, essas cooperativas também investiram R\$ 10 milhões na sociedade e R\$ 60 milhões em investimentos ambientais (OCEPAR, 2016). A Tabela 10 retrata essa evolução,

por meio dos indicadores sociais e econômicos paranaenses das cooperativas do Paraná, de acordo com as informações do Sistema OCEPAR no período de 2009 a 2014.

Tabela 10 - Indicadores Sociais e Econômicos das cooperativas paranaenses (2009 - 2014)

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Faturamento (bilhões R\$)	25,06	26,40	32,21	38,13	45,62	50,51
Cooperativas (unidades)	238	236	240	236	231	223
Cooperados (pessoas)	548.812	641.564	735.453	856.098	985.494	1.079.737
Colaboradores (pessoas)	55.774	59.350	62.389	66.755	72.449	79.241
Exportações (US\$ milhões)	1.470	1.640	2.200	2.100	2.362	2.400
Impostos recolhidos (R\$ bilhões)	1.000	1.171	913	1.648	1.776	1.300
Investimentos (R\$ milhões)	1.000	1.011	1.100	1.323	2.163	2.805
Postos de trabalhos gerados	1,3 milhões	1,4 milhões	1,5 milhões	1,6 milhões	1,7 milhões	2,2 milhões
Participação no PIB Agropecuário do PR (%)	53	54	55	56	56	56

Fonte: Sistema OCEPAR/Cooperativas Paraná (2016).

A partir dos dados organizados na Tabela 10, pode-se inferir que os indicadores de faturamento, geração de empregos, investimentos, Produto Interno Bruto (PIB)¹⁴ agropecuário e exportações são referências no desenvolvimento da região, principalmente pela representação das cooperativas no PIB Agropecuário do Paraná de, em média, 55%, no período de seis anos. Outro dado importante está relacionado ao faturamento das cooperativas que apresentou uma evolução gradativa até 2014. Esse incremento foi de 102%, quando comparado a 2009 e, mesmo não havendo aumento no número de cooperativas, o número de cooperados cresceu 97% nesse mesmo período, o que representa a abrangência do sistema cooperativista e o fortalecimento do capital social no estado.

¹⁴De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP (2016), o PIB da Agropecuária é “composto pelas atividades da agricultura e da pecuária e indica o valor adicionado da produção primária”.

Da mesma forma, houve evolução no ano de 2014 com relação a 2009:

- no número de colaboradores, em 42%,
- nos investimentos realizados, em 181% e
- nos postos de trabalho gerados, em 69%.

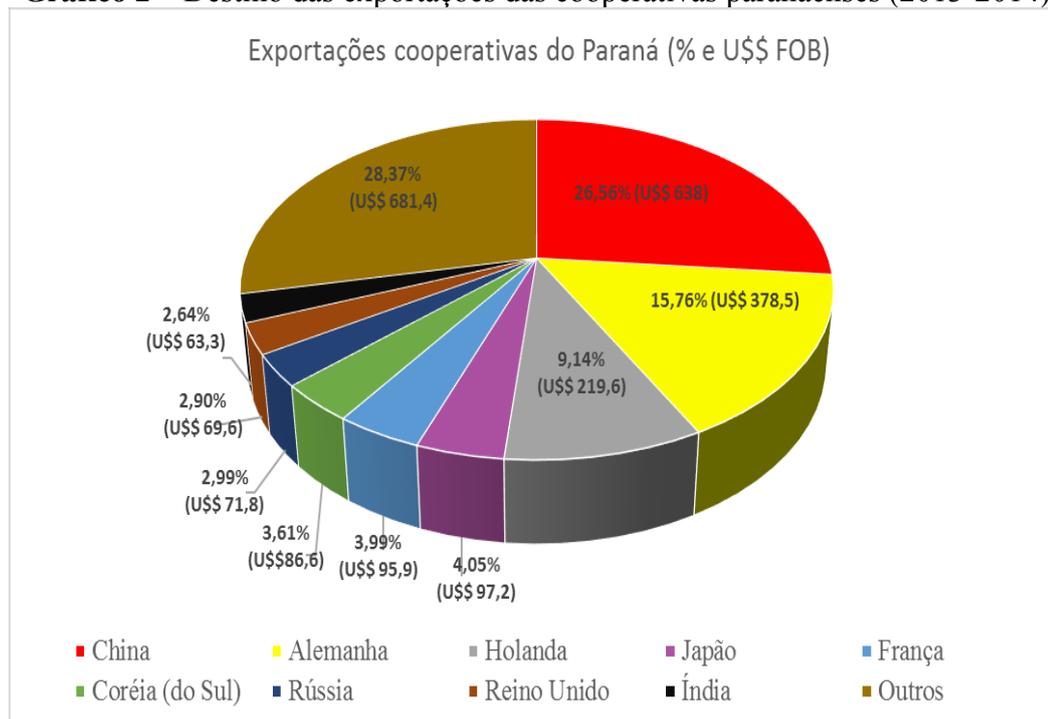
Esses dados evidenciam as contribuições das cooperativas para geração de renda local. Novos investimentos em industrialização, armazenagem, tecnologia e infraestrutura, por exemplo. Além de agregar renda à produção dos cooperados, os aportes em agroindústria impulsionaram a economia paranaense e geraram milhares de postos de trabalho (OCEPAR, 2012). Assim como os valores dos impostos recolhidos de 1,3 bilhões (2014) tornaram as cooperativas importantes instrumentos na execução da política fiscal do governo.

Pode-se considerar que a cooperação entre produtores/cooperados e cooperativas também beneficia as regiões, ofertando empregos e gerando renda nessas localidades. Pelo desenvolvimento econômico, por meio da entrega de produtos/produção, serviços e até mesmo na distribuição das sobras, alcança-se uma classe que necessita de inclusão social e de melhor qualidade de vida. Além disso, para crescer economicamente, as cooperativas inserem-se no mercado global, como exportadoras.

Pensando nesse mercado, cuja concorrência ultrapassa os limites territoriais e situa-se em um contexto mais amplo, as exportações interferem na economia local gerando resultados via comercialização. Os dados apresentados (Tabela 10) apontam para um aumento representativo de 63% no valor das exportações em 2014, quando comparado a 2009.

Neste sentido, o Gráfico 2, na sequência, demonstra os principais países compradores dos produtos da região paranaense, sendo a China o país para o qual o estado do Paraná mais exporta, representando 26,56% em 2014 do total de suas exportações. Logo, caso haja dificuldade para o fornecimento de produtos ou serviços para esse mercado, as cooperativas exportadoras serão afetadas, comprometendo o desenvolvimento da região onde estão inseridas.

Diante dos dados apresentados, constata-se a significativa representatividade das cooperativas na economia do Paraná para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Pode-se perceber também que muitas destas organizações se equiparam a grandes empresas pela capacidade de produção e competitividade.

Gráfico 2 – Destino das exportações das cooperativas paranaenses (2013-2014)

Fonte: MDIC Elaboração: GeTec/Ocepar; OCEPAR (2016).

Entretanto, as cooperativas precisam estar preocupadas com o desenvolvimento local, diferenciando-se das grandes corporações internacionais, considerando que

As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (SANTOS, 2007, p. 85).

Em outras palavras, agir como uma instituição despreocupada com a solidariedade não faz parte do ideário cooperativista. As cooperativas estão inseridas em um mercado globalizado e utilizam de estratégias para que o negócio de seus cooperados seja viável economicamente. Esse tipo de organização busca alternativas para continuar existindo em um mercado extremamente competitivo.

Dentro dessa dinâmica, as cooperativas de agricultura familiar surgem juntamente com a dificuldade de inserção econômica e social dos pequenos produtores. As organizações cooperativas que possuem estrutura física, produtiva, financeira e econômica capazes de concorrer com as corporações internacionais, e que buscam rentabilidade e resultado em seus

negócios, muitas vezes não atendem às necessidades dos agricultores familiares, os quais possuem condições diferenciadas dos cooperados capitalizados também sócios da cooperativa.

No que se refere à agricultura familiar, a formação de associações e cooperativas torna-se uma ferramenta importante de organização social, política e econômica. Desse modo, o cooperativismo é entendido como uma alternativa interessante aos agricultores familiares, organizando, agregando valor, comercializando e promovendo a inserção da produção em mercados locais, regionais e globais, agindo como instrumento de enfrentamento à concorrência empresarial (RIBEIRO *et al.*, 2012).

Conforme a Portaria nº17 de 23/03/2010, em seu artigo 7, para que uma cooperativa ou associação seja considerada um empreendimento da agricultura familiar, precisa obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para pessoas jurídicas (DAP - Jurídica), e, dentre as exigências para a obtenção desse documento, está a necessidade de, no mínimo, 70% de seus cooperados terem a DAP física e ao menos 55% de sua produção beneficiada, processada ou comercializada, sendo oriunda de seus sócios portadores da DAP.

Assim, nessas condições emergem as cooperativas de agricultura familiar, com uma gestão diferenciada, na qual todos os seus membros compartilham de dificuldades e desafios comuns, prezando pela cooperação, união, formação humana, social e econômica dos seus membros, visando o desenvolvimento da comunidade onde estão inseridos.

2.2.2 A instituição cooperativa e o desenvolvimento local

As cooperativas como novo instrumento de desenvolvimento econômico e social expandiram-se rapidamente por todos os continentes, sendo esse sistema adotado em diversos países. Porém, essas organizações não podem ser consideradas como um modelo inerente ao capitalismo e nem ao socialismo, pois se busca resgatar o que é considerado como bom para sociedade em cada ideologia (ABRANTES, 2004).

Ao serem inseridas no modelo econômico capitalista, as cooperativas não podem esquecer o ideário cooperativista, a solidariedade e a cooperação. Diante disso, Santos (2007, p. 146) contribui com um conceito diferenciado sobre a divisão do trabalho e esclarece que

Da divisão do trabalho por cima cria-se uma solidariedade gerada de fora e dependente de vetores verticais e de relações pragmáticas frequentemente longínquas. A racionalidade é mantida à custa de normas férreas, exclusivas, implacáveis, radicais. Sem obediência cega não há eficácia. Na divisão do trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e

dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais.

Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade extrema dos atores, uma adaptabilidade endógena. A cada movimento novo, há um novo reequilíbrio em favor da sociedade local e regulado por ela.

O autor, como crítico da globalização, apresenta uma nova proposta que vem da divisão do trabalho por baixo, da solidariedade criada de dentro e do desenvolvimento endógeno (local). São essas características que as grandes cooperativas, inseridas em um mercado global, não podem perder, pois, caso isso aconteça, serão equivalentes a grandes empresas de relações pragmáticas longínquas. Furtado (1984) corrobora essa ideia, ao indicar uma proposta de desenvolvimento pautada na economia criativa e no conjunto de relações baseadas na valorização cultural e na perspectiva de inclusão socioeconômica e cultural.

Com isso, torna-se compreensível que a concepção de desenvolvimento vá além do crescimento econômico e o papel das cooperativas precisa estar pautado no compromisso com a comunidade. Pereira (2007) também avança nesse caminho quando conduz a discussão de desenvolvimento e crescimento econômico mediante a reunião de outros aspectos, dentre os quais se destaca o capital social. Esse recurso é utilizado para criar oportunidades em regiões nas quais o desenvolvimento precisa ser estimulado.

O capital social, o cooperativismo e o desenvolvimento vinculam-se a relações intrínsecas. Essa tríade leva à promoção de um processo de desenvolvimento pautado na formação humana, na preocupação com o bem-estar humano e social desta e das próximas gerações. De acordo com Leonello (2010), a partir de 1990 as iniciativas de cooperação passaram a ser observadas pela concepção de sustentabilidade à medida que proporcionavam o desenvolvimento local e social.

A relação entre desenvolvimento e cooperativismo é um debate bastante importante no meio acadêmico. Está associada ao processo de mudança de ordem econômica, política, humana e social, assim como parte de um dos princípios basilares da doutrina cooperativista que é o interesse pela comunidade (não excluindo os demais), ou seja, pela região onde está localizada a cooperativa. Nesse sentido, ampliam-se as discussões na compreensão do aparecimento de vários atores sociais e sua participação no processo decisório em âmbito local e regional.

Para Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205) “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Por conseguinte, o desenvolvimento local permite a formação de identidades, de

diferenciação de setores e de localidades, abordando estratégias de valorização dos espaços sócio territoriais delimitados, diante do mercado globalizado (FRANCO, 2002).

Na inserção do processo de desenvolvimento local, uma cooperativa não deveria descuidar dos aspectos culturais que a envolvem.

Os significados culturais têm a ver com a formação dos associados, com dimensões sociais da cooperação[...]

Pensar o cooperativismo apenas sob a dimensão econômica representa perigoso fracionamento de algo muito complexo, em termos sociais (FRANTZ, 2012, p. 115).

Portanto, o propósito de criação das cooperativas parte do princípio de que haverá uma contribuição econômica e social para a região em que atua, pois são instituições que possuem raízes locais, não sendo caracterizadas somente pela sua produção, mas pelo conjunto social que as envolve. Etkin (2003) esclarece que o conjunto social é composto por todos os indivíduos interessados na organização, ou seja, seus clientes, funcionários, concorrentes e fornecedores. As cooperativas constituem-se em bases sólidas, criando identidade e estruturas flexíveis para adequar-se às mudanças advindas do mercado.

Oliveira (2001) afirma que as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, por trabalharem pelo crescimento e pelo desenvolvimento sustentado das comunidades onde atuam. Bialoskorki Neto (2002), em seus estudos, observou um aumento médio de 2,5% da renda média regional quando houve um aumento de 10% na proporção de produtores associados em cooperativas, confirmando sua hipótese de que a organização cooperativa é importante para a geração de renda.

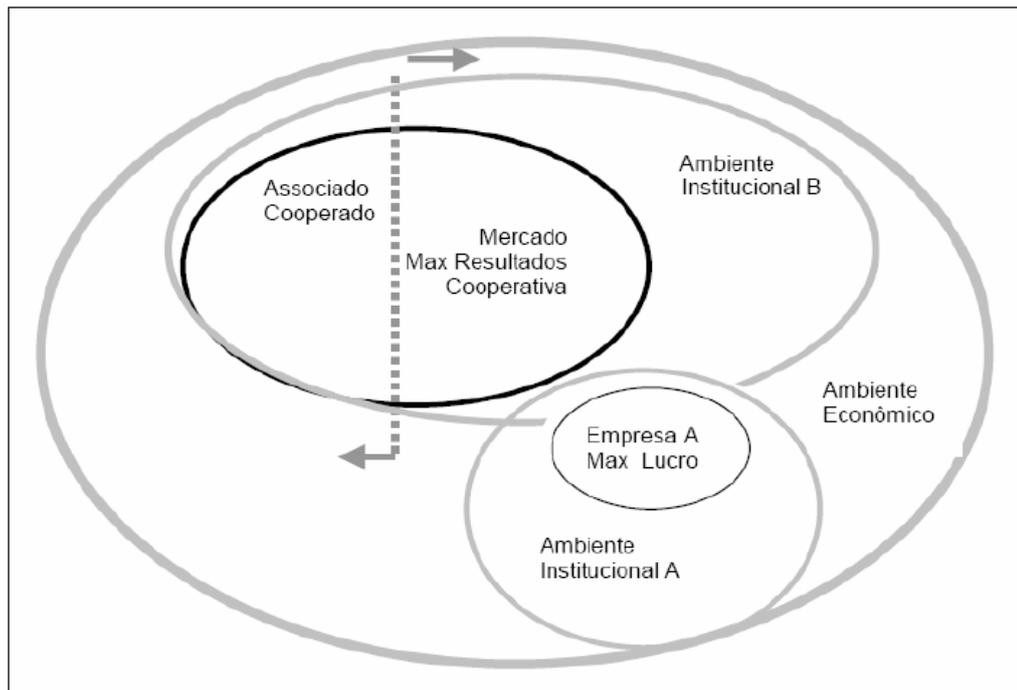
Para o autor, os empreendimentos cooperativistas possuem uma importante função pública de desenvolvimento econômico, por promover geração de renda e empregos, além de distribuir renda aos seus cooperados com o rateio das sobras, proporcionais às suas operações.

Bialoskorski Neto (2002) também cita que as cooperativas do ramo agropecuário articulam estratégias para atingir a sua dimensão social, voltada ao bem-estar do cooperado. O autor sistematiza a relação da cooperativa com o associado e com o mercado e traça uma comparação com outra empresa que apenas é voltada ao mercado, conforme demonstrado na Figura 2.

Na Figura 2 (em seguida), o autor retoma a questão da inserção da cooperativa no ambiente local, recebendo interferências do cenário econômico. Observa-se também a importância do associado nesse conjunto de relações, a busca da maximização de resultados para a cooperativa e de lucro para a empresa. Porém, na lógica de mercado, ambas são

concorrentes. As cooperativas atuam em um espaço delimitado e formam uma rede estabelecida pela relação entre os cooperados. A vinculação de uma pessoa em uma cooperativa torna-a um agente participante do desenvolvimento local (SALANEK FILHO, 2006).

Figura 2 – Dimensões das estratégias em cooperativas agropecuárias



Fonte: Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: Um ensaio analítico (BIALOSKORSKI NETO, 2002).

Bialoskorski Neto (2002) parte da análise de que as sociedades cooperativas estão inseridas em um ambiente institucional diferente das sociedades mercantis. As cooperativas apresentam como lógicas motoras a social e a de mercado, diferentemente às empresas mercantis, que buscam apenas a lógica da maximização do lucro em outro ambiente institucional.

Dessa forma, a abordagem do termo cooperativismo refere-se às formas de integração social existentes no tecido socioprodutivo. A respeito disso, Veiga (2001) expõe sobre o caráter distinto das empresas cooperativas, ao combinarem lógicas sociocoletivas e eficiência empresarial. Assim, na lógica cooperativista, o processo de desenvolvimento depende das potencialidades humanas (FRANTZ, 2012).

As cooperativas admitem uma visão subjetivada desde a sua concepção, pois apesar de necessitarem de uma organização, a ação predominante está no ato de cooperar, de atingir objetivos comuns e tal motivação é algo intrínseco aos seus cooperados. Talvez esteja nesse

espaço de cooperação, explicita Schneider (2003, p. 60), uma oportunidade de contribuição à sobrevivência da humanidade, em termos de políticas econômicas, sociais e ambientais.

Uma nova visão sobre as suas atribuições, segundo Benecke (1980), diz respeito a dois polos: a cooperativa como atividade exclusivamente econômica e como uma organização sociopolítica e ideológica, o que significa dizer que, como instrumento econômico, interfere nas questões sociais, ao mesmo tempo em que, como instrumento social, interfere nas questões econômicas.

A ideia de Benecke (1980) é válida e significativa, pois ao considerar as ações das cooperativas em dois polos distintos, apresenta uma visão dialética em que um é consequência do outro. Porém, para atingir o econômico e o social, a instituição precisa ter êxito em sua atividade produtiva, pois, caso contrário, não atingirá nenhum dos polos.

Desse modo, o desenvolvimento vai além do crescimento econômico e o papel das cooperativas precisa estar pautado no compromisso com a comunidade. Pereira (2007) expõe que o capital humano, os processos de aprendizagem, o conhecimento e outros bens intangíveis localizados, são considerados, atualmente, recursos importantes que podem gerar processos de desenvolvimento local. Esses recursos podem ser utilizados para criar oportunidades em regiões em que o desenvolvimento precisa ser estimulado (PEREIRA, 2007).

Somente pensar em crescimento econômico, na atualidade, não é o suficiente. “Pensa-se hoje, cada vez mais, como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano” (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

As cooperativas, nesse cenário, exercem um papel de extrema importância como alternativa de desenvolvimento local e regional. Mendes e Filho (2007) expõem que o cooperativismo tem uma característica muito forte sobre a responsabilidade econômica e social dos seus cooperados, e tem proporcionado, nos últimos anos, um desenvolvimento relevante, em aspectos econômicos e sociais, considerados essenciais para o desenvolvimento do ser humano.

A partir dessas reflexões, torna-se clara a importância do cooperativismo para o desenvolvimento, sobretudo nas pequenas cidades, onde a dificuldade se encontra em estabelecer a organização entre as pessoas e na formação do capital do social, unindo e engajando a comunidade na busca da satisfação de suas necessidades individuais e coletivas. A cooperação é vista como indutora de novos conhecimentos e práticas, modificando o

comportamento de seus agentes e abrindo caminhos para novas experiências (CANTERLE, 2004).

Por fim, buscou-se, nesse estudo, delinear a importância das cooperativas para o desenvolvimento local. Nesse sentido, observou-se o aparecimento de organizações sociais que buscam, por meio da economia, da comercialização de bens e serviços, gerar renda para seus associados, trazer recursos para região em que estão inseridas e melhorias na qualidade de vida de todos os envolvidos. Assim, o desenvolvimento local é aliado a um conceito que supera os aspectos econômicos e considera as potencialidades regionais, o bem-estar social e a sustentabilidade.

2.3 O conceito de desenvolvimento local

A discussão que envolve o conceito de desenvolvimento local é muito vasta e compreende diversos fatores: econômicos, sociais, culturais, políticos. O que se propõe nesse estudo não é uma visão apenas econômica do conceito, mas relacionada a um processo que promova o desenvolvimento humano e social dos indivíduos em uma sociedade.

Inicialmente, o desenvolvimento econômico do território era parte das estratégias e iniciativas de desenvolvimento local das cidades, pautadas, principalmente, na geração de emprego. Porém, com as transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo dos anos, essas estratégias passaram a integrar o desenvolvimento humano e social, envolvendo todos os atores da sociedade civil e do sistema socioeconômico local (SENHORAS, 2007).

Dentre as teorias sobre o desenvolvimento local, Benko e Lipietz (1994) reforçam que as experiências atreladas a esse desenvolvimento são somente expressão de um novo sistema industrial “pós-fordista”. Para os autores, duas revoluções estão vinculadas a esse processo: a primeira originou-se com a crise do taylorismo pós-guerra, afetando as relações profissionais entre capital-trabalho à medida que houve mobilização não somente nas empresas, mas na cultura local com o enriquecimento das competências técnico-profissionais; a segunda corresponde à organização industrial em redes, por exemplo, estabelecendo relações de parceria.

Historicamente, até a década de 1970, o fordismo era o modelo utilizado para assegurar o bem-estar, o aumento da produtividade e a fatura de recursos naturais. Esse modelo de crescimento econômico do pós-guerra logo entrou em colapso ao se esgotarem seus postulados, sobretudo com a descoberta de que os recursos naturais não eram infinitos, como os economistas abordavam. O tema do desenvolvimento econômico, para Souza (2007), originou-se, na maior parte dos casos, juntamente às crises econômicas do sistema capitalista.

Já o termo *crescimento econômico* teve origem com Adam Smith. Sua contribuição foi fundamental para o entendimento de como o mercado atua para a diminuição dos custos médios e obtenção de lucros e identifica, também, alguns fatores da riqueza nacional. Ele acreditava que, com o crescimento do mercado, a renda e o emprego aumentavam, impulsionando o desenvolvimento (SOUZA, 2007).

No entanto, foi a partir das flutuações econômicas no século XIX, devido à concentração de renda e da riqueza, que a abordagem de desenvolvimento teve destaque, com o surgimento de poucos países industrializados, tornando evidentes as desigualdades econômicas entre as nações. Ademais, a Grande Depressão¹⁵, em 1930, ocasionou consequências devastadoras e uma taxa significativa de desemprego. O desenvolvimento econômico, no final dessa mesma década, ficou destacado devido à aplicabilidade da Contabilidade Nacional, oriunda da teoria keynesiana, que passou a comparar a renda *per capita* dos países e os quantificar como “ricos” ou “pobres” (SOUZA, 2007).

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, para Souza (2007), não têm uma definição unânime e economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal, Nurkse admitem a importância do crescimento para se chegar ao desenvolvimento. Esses estudiosos, de acordo com o autor, se encontraram mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas.

Nesse sentido, é imprescindível para essa discussão considerar as contribuições de Amartya Sen¹⁶(2000), pois suas ideias têm revolucionado a teoria e a prática do conceito de desenvolvimento, acima de tudo por considerar que a qualidade de vida deve ser medida por nossa liberdade e não por nossas riquezas. Em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, o autor procura analisar sob um viés diferenciado o papel do desenvolvimento, ampliando o aspecto restritivo que o associa ao crescimento do Produto Interno Bruto renda pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

Para o autor, embora tais fatores contribuam diretamente para a expansão de liberdades, o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. Precisa ser percebido como a extinção de privações de liberdade, transformando as pessoas em agentes passivos, com condições de exercer suas escolhas e, assim, tornar-se-ão agentes ativos de mudanças (SEN, 2000).

¹⁵ A Grande Depressão de 1930 foi decorrente da queda da Bolsa de Valores em Nova Iorque (SOUZA, 2007, p. 2).

¹⁶ Amartya Sen é economista e filósofo, um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia e Desenvolvimento – Universidade da ONU.

As principais fontes de privação, segundo Sen (2000), são a pobreza, referindo-se à fome, a nutrição necessária, a saúde, as vestimentas e a moradia inapropriada; a carência de oportunidade econômica, a qual inclui um trabalho digno; a negligência dos serviços públicos, como educação, assistência médica e acesso a água tratada ou saneamento básico; a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos, privando os indivíduos da liberdade de ter uma vida digna, de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

A teoria de Amartya Sen (2000) sobre o desenvolvimento apresenta uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, uma multiplicidade de instituições como o governo, as autoridades locais, organizações de mercado, partidos políticos, dentre outras instituições cívicas e o relacionamento interativo de muitos agentes, envolvidos pelos seguintes aspectos significativos de liberdade: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades locais, garantia de transparência e segurança protetora.

Nesse sentido, o desenvolvimento, para Sen (2000), decorre da interação desses diferentes atores, à medida que se predomine o respeito e o estímulo às liberdades individuais, grupais e institucionais, ampliando as relações de confiança, cooperação e reciprocidade. Com efeito, essa concepção se identifica com um modelo de desenvolvimento endógeno atrelado ao conceito de desenvolvimento de local.

Santos e Rodríguez-Garavito (2006) e Santos (2007) propõem um conceito de desenvolvimento local de base “de baixo para cima”, considerando o local como um espaço singular para experimentações contra-hegemônicas. Os teóricos não acreditam que o desenvolvimento dependa exclusivamente do Estado e das elites econômicas locais, mas sim da sociedade civil como atora de um processo de construção coletiva conduzindo o desenvolvimento a um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão socioeconômica e política, podendo, inclusive, caminhar para uma “outra globalização” (SANTOS, 2007).

Dessa forma, é possível perceber que o desenvolvimento local está intrinsecamente ligado ao espaço econômico, social e cultural. Para Ávila (2000, p. 28), o espaço, tratando de Desenvolvimento Local, é o “lugar mais ou menos bem delimitado, [...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Discutindo esse conceito, o autor concebe o espaço como uma área delimitada, onde há a vida e suas relações. Nessa percepção, o local não se refere ao tamanho territorial, mas ao

conjunto de relações existentes em uma região, microrregião ou cidade, concebendo as heterogeneidades e especificidades do lugar (SANTOS, RODRÍGUES-GARAVITO, 2006).

Diante dessas considerações, entende-se que o conceito de desenvolvimento local perpassa a noção de espaço, pelo conjunto de relações estabelecidas localmente, pela identidade vinculada a um grupo, a uma sociedade, a um lugar. Sendo assim, o espaço de articulação e implementação das ações voltadas para o desenvolvimento é definido pela localidade, sofrendo inclusive, os problemas advindos do paradoxo global-local, principalmente quanto à questão da sustentabilidade e da inclusão social. Enfrentar esses aspectos exige capacidade dos indivíduos, grupos e organizações para associar as suas identidades e necessidades locais ao que realmente interessa da sociedade global moderna (SENHORAS, 2007).

Na visão de Buarque (2004), o desenvolvimento local é um processo de mudança registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos que leva ao dinamismo econômico e à melhoria na qualidade de vida da população daquela região. Concebe uma transformação econômica local, resultante da mobilização das energias da sociedade. Por meio desse processo, a comunidade poderá descobrir as suas potencialidades e as suas capacidades específicas, elevando, assim, a competitividade e a viabilidade produtiva local, aumentando as oportunidades sociais, a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que garante a conservação dos recursos naturais.

Trata-se de um conceito que considera os seguintes fatores inovadores e importantes para o desenvolvimento: a organização interna e a mobilização da sociedade local. É na organização social que são expostos os desejos, conhecimento e necessidade de seus membros. Destarte, para modificar a realidade local, identificam sua condição social, econômica e reconhecem as potencialidades e capacidades existentes.

Brose (2002) lembra que o desenvolvimento não é uma questão de riqueza, mas sim de qualidade de vida e está vinculado ao desenvolvimento humano e à dimensão da sustentabilidade, à medida que significa a liberdade das pessoas de estruturarem suas vidas, sem comprometer a liberdade de escolha das gerações futuras.

Assim, o desenvolvimento local está vinculado a ações que mobilizam uma coletividade, utilizando os potenciais locais para a geração de renda, inclusão produtiva, objetivos inerentes ao próprio desenvolvimento tanto econômico como social. Entretanto, os investimentos em capital social, capital humano, capital financeiro e econômico, precisam ser fomentados, permitindo a interdependência e uma visão unificada de todas essas dimensões.

De acordo com Furtado (2005, p. 227)

O verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, uma forma de ativação e direção de forças sociais, de melhora da capacidade cooperativa, em exercício da ação e criatividade. Assim podemos tratá-lo de um processo primeiramente social e cultural, e conseqüentemente econômico.

O autor trata da capacidade de uma comunidade em se unir localmente e superar os desafios inerentes a um contexto global, de utilizar as forças produtivas locais para gerar o desenvolvimento que vem, primeiramente, daquela comunidade, sociedade ou segmento.

[...] Nessa visão, o Desenvolvimento Local aparece com um desabrochamento de capacidades, competências e habilidades de gestão das próprias condições e qualidade de vida, metabolizando comunitariamente as participações efetivamente contributivas dos agentes externos (ÁVILA, 2000, p. 72-3).

Também amparado nesse conceito, Zapata (2001) entende que os territórios e as localidades dispõem de recursos humanos, econômicos, culturais, institucionais e ambientais pouco ou não explorados, os quais podem demonstrar, quando utilizados adequadamente, seu potencial de desenvolvimento.

Com iniciativas e estratégias, essas localidades podem diversificar a economia local, favorecendo o aparecimento de empresas, cooperativas e, inclusive, de novos mercados. Ainda de acordo com Zapata (2001), a estratégia de apoio ao desenvolvimento local e regional é baseada na construção de parcerias, da cooperação e da formalização de convênios entre os atores sociais, e tem como eixos a edificação do capital social, o fomento apropriado aos pequenos microempreendimentos e o fortalecimento da governança local.

Do mesmo modo, para que o desenvolvimento ocorra, há necessidade de inovações estratégicas para a inclusão produtiva, de qualificação do capital humano, de novas formas de gestão empresarial para atender às exigências das constantes mudanças tecnológicas, sem desconsiderar as especificidades dos diversos contextos locais (ZAPATA, 2001).

O desenvolvimento econômico local envolve um planejamento baseado nas visões estratégicas para o ajuste das economias externas com as potencialidades da economia local. As instituições governamentais, como atores sociais, podem auxiliar nesse processo. Nesse sentido, segundo Silveira (2006, p. 30)

[...] uma nova visão política está surgindo: os atores e instituições governamentais são, obviamente, relevantes em todo o processo de promoção do desenvolvimento local [...] na forma de metodologias e programas de apoio – estão claramente presentes na cena pública, com o papel ativo de diversos núcleos irradiadores [...]. Mas, o fulcro dessas dinâmicas, e do que hoje emerge como um movimento social associado à

perspectiva do desenvolvimento local, não é o protagonismo do Estado ou das grandes instituições: é, seguramente, o protagonismo local, é a percepção dos atores envolvidos em dinâmicas locais como sujeitos de seu desenvolvimento, através da valorização dos ativos locais, especialmente das potencialidades de cooperação ocultas em cada território.

Paralelamente, Braceras *et al.* (2004), em suas pesquisas sobre a gestão do desenvolvimento local no Rio Grande do Norte, salienta a importância das estratégias locais mediante a implantação de programas de caráter vertical e horizontal, integrando, acima de tudo, uma gestão holística, aberta e baseada no diálogo. Ressalta a relevância da participação cidadã, da ação dos atores sociais e da coordenação administrativa.

Para o autor, valorizar as ações locais exige uma mudança de paradigma. No rural, por exemplo, o município (ou Estado) deve buscar novos modelos de infraestrutura que fomentem as economias dos pequenos produtores, procurando investigar e satisfazer as necessidades básicas da população. Disserta também sobre a importância de a gestão municipal conscientizar os cidadãos quanto ao manejo sustentável dos recursos (GRACERAS *et al.*, 2004).

Outra questão a considerar é destacada por Mohan e Stokke (2000), ao chamarem a atenção para os riscos da tendência de idealizar o local, subestimando os possíveis conflitos de interesses, as relações de poder e as desigualdades sociais, desprezando as possíveis influências políticas e econômicas nacionais e transnacionais. Ademais, a instabilidade do processo de globalização vigente na contemporaneidade, a endogenia e a autossuficiência não são desvinculadas do caráter macroestrutural do desenvolvimento, ou seja, além de descobrir as potencialidades e recursos locais, faz-se necessária a construção de um tecido local autônomo, porém integrado às redes globais (JUNQUEIRA, 2000).

A base do discurso contemporâneo sobre o desenvolvimento é a articulação. Essa é a chave para novas formas de pensamento e ação entre global e local, Estado e mercado, econômico e social, lucro e solidariedade, poder político e econômico, identidade e universalidade, na busca do novo modelo de desenvolvimento, primordialmente em favor da sustentabilidade do planeta (DOWBOR, 1999).

Pensar no local é também pensar em sustentabilidade. De cor com Franco (2002), a sustentabilidade não está relacionada somente à preservação ou à conservação de recursos naturais limitados e não renováveis e sim a um sistema durável, “capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar as condições para sua continuidade (FRANCO, 2002, p. 148)”. Dessa forma, o autor, ao relacionar a dimensão de sustentabilidade ao conceito de desenvolvimento, afirma que

[...] o desenvolvimento sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades que buscam atingir um padrão de organização em rede dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (FRANCO, 2002, p. 153).

Nesse sentido, as organizações com um capital social organizado, comprometidas com o desenvolvimento local, podem promover o desenvolvimento de maneira sustentável, criando relações sociais duráveis e, ao mesmo tempo, flexíveis quanto aos avanços necessários para o progresso.

Em suma, o conceito de desenvolvimento local que vai ao encontro desse estudo, oportuniza o diálogo social a fim de desencadear a cooperação entre os diversos atores locais. Estes, por sua vez, possuem a responsabilidade de mobilizar as potencialidades locais, visando o desenvolvimento econômico e social, buscando melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, adotando estratégias sustentáveis de inclusão social.

Dessa forma, a partir da concepção de desenvolvimento local adotada, pode-se compreender como as cooperativas, objeto desse estudo, contribuem para o desenvolvimento da região onde estão inseridas. As contribuições sobre o tema não se esgotam nessa pesquisa, e os estudos dos autores aqui tratados implicam no surgimento de novas ideias, abrindo caminhos para se repensar o desenvolvimento da sociedade.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é descrever os procedimentos metodológicos adotados nesse estudo, traçando as principais características e propósitos dos indicadores utilizados, as fórmulas empregadas, como se dará a análise, o critério das entrevistas e o diálogo interdisciplinar.

3.1 Os procedimentos metodológicos e a abordagem interdisciplinar

Os tipos de pesquisas, segundo a natureza dos dados e de análise, podem ser: qualitativas, quantitativas ou mistas, e, de acordo com Vasconcelos (2013, p. 160), “na perspectiva do paradigma da complexidade, sugere optar sempre por estudos mistos”. Portanto, essa pesquisa parte de uma abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória, segundo Cooper e Schindler (2003), conduz o pesquisador a desenvolver conceitos mais claros, estabelecendo prioridades. Pela sua caracterização como exploratória, poderá servir como subsídio para futuros estudos envolvendo as contribuições das cooperativas de agricultura familiar para o desenvolvimento local. Todavia, esse estudo não poderá ser generalizado, nem se tornar um padrão para o sistema cooperativista no Paraná.

A natureza descritiva se dá a partir da análise de fontes documentais, das entrevistas e dos indicadores utilizados. Os *loci* da análise são os municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, localizados no estado do Paraná. As unidades de análise são respectivamente duas cooperativas: a Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul-PR (COAPROCOR) e a Cooperativa dos Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN).

As fontes primárias para o desenvolvimento dessa pesquisa correspondem às informações obtidas em documentos das cooperativas (Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Balanço Patrimonial, Estatuto Social, Ficha Matrícula) e por meio das entrevistas realizadas com os agricultores familiares, representantes das cooperativas e dos municípios onde estão sediadas. As fontes secundárias foram obtidas em órgãos oficiais do poder público e com a revisão literária que se sustentou em obras, teses e trabalhos acadêmicos sobre o tema.

A estrutura bibliográfica dessa dissertação está focada nos conceitos de agricultura familiar, capital social, cooperativismo e desenvolvimento local, o qual, por meio de revisão da literatura, buscou-se compreender o seu histórico e a relação entre eles. Na sequência, apresentou-se as características socioeconômicas dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama no Paraná, as potencialidades locais, situando as cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN como atores sociais envolvidos na promoção do desenvolvimento local.

A conceituação de atores sociais utilizada é definida como “o planejamento do arranjo institucional das investigações em ambientes sociais exige um mapeamento dos atores do campo em foco. Por ator, entende-se aqui tanto organizações, grupos, seções de uma organização, quanto indivíduos envolvidos na área” (VASCONCELOS, 2013, p. 184). Evidencia-se, assim, como atores sociais presentes nessa pesquisa: os agricultores familiares, o poder público, as instituições governamentais e as organizações sociais, como as cooperativas, associações, movimentos sociais.

Quanto às entrevistas, optou-se pela forma semiestruturada (Apêndice I). A seleção da amostra é não probabilística intencional, em que “o pesquisador seleciona membros da amostra para atender a alguns critérios”, como o de possuírem conhecimento sobre o tema estudado e condições de fornecer informações relevantes para atender aos objetivos da pesquisa (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 169). Nesse sentido, foram realizadas nove entrevistas, as quais foram gravadas e transcritas (conforme Apêndice II) sendo:

- a) Seis entrevistas com cooperados agricultores familiares (três de cada cooperativa): buscou-se agricultores cuja base do seu trabalho fosse a agricultura familiar; cooperados com associação de, no mínimo, desde 2010 (como as cooperativas foram constituídas no último semestre de 2009, as movimentações efetivamente ocorreram em 2010); cooperados ativos (que estivessem entregando seus produtos e operando com a cooperativa); com residência nos municípios de Corumbataí do Sul (no caso da COAPROCOR) e Iretama (no caso da COAVRCAN).
- b) Duas entrevistas com os presidentes das respectivas cooperativas: por representarem a gestão das cooperativas de agricultura familiar estudadas.
- c) Uma entrevista com o secretário da agricultura de Iretama: o objetivo era entrevistar um gestor de cada município que possuísse atividades vinculadas à prefeitura e relacionadas à agricultura familiar, porém não foi possível realizar a entrevista com o secretário da agricultura de Corumbataí do Sul. Foram feitos vários contatos por telefone e e-mail, mas sem resposta.

As entrevistas foram realizadas nas respectivas cooperativas, que ajudaram a entrar em contato com os cooperados que atendessem aos critérios já relatados e aceitassem ser entrevistados.

Por fim, realizou-se, nesse estudo, uma análise comparativa do desempenho econômico-financeiro e social das cooperativas (período de 2009 a 2014)¹⁷ e uma análise de correlação entre o indicadores econômico-financeiros e os indicadores socioeconômicos dos municípios (que contemplem dados nesse período), as entrevistas e a respectiva literatura sobre o tema.

Por conseguinte, a análise dos indicadores tem como base a complexidade das relações que representam, e as entrevistas tornaram-se importantes instrumentos de discussão sobre sua efetividade socioeconômica para promoção do desenvolvimento local. Nesse sentido,

Em alguns campos, o reconhecimento da complexidade ou da sutileza da expressão empírica de determinadas variáveis levou à noção de indicadores indiretos, que apenas sinalizam para a possível emergência do fenômeno, cuja descrição e análise exigirão a partir daí uma metodologia mais complexa (VASCONCELOS, 2013, p. 234).

Adotou-se também, a estratégia da triangulação para a análise dos dados, considerando que se busca criar “uma rede de evidências na qual as indicações quantitativas são comparadas e analisadas concomitantemente aos dados quantitativos, aumentando o rigor da pesquisa (VASCONCELOS, 2013, p. 160)”.

Dessa forma, partiu-se da concepção de que é fundamental a tomada de consciência da responsabilidade social do pesquisador acerca da temática trabalhada, grupo populacional ou intervenção pública, considerando “todas as suas complexidades, desafios, paradoxos e incertezas” (VASCONCELOS, 2013, p. 92) e de que:

A partir da constatação de que os fenômenos sociais são interligados com fenômenos naturais e subjetivos, a pesquisa em ciências humanas e sociais são de natureza eminentemente interdisciplinar e, portanto, podem também integrar os diferentes instrumentos específicos de pesquisa das mais diferentes ciências, quando relevantes para a apreender a complexidade do fenômeno (VASCONCELOS, 2013, p. 217-218).

¹⁷ O recorte temporal foi de cinco anos, iniciando em 2009, pois, no segundo semestre desse mesmo ano, as duas cooperativas foram constituídas. O estudo foi realizado até 2014 devido a alguns indicadores utilizados estarem disponíveis somente até essa data.

Buscou-se trabalhar com a pesquisa interdisciplinar pela necessidade da contribuição de vários campos do saber frente à complexidade das relações existentes entre os diversos atores sociais para que se chegue à concepção de desenvolvimento local.

3.2 Indicadores

A identificação e/ou construção de indicadores expressa as características concretas do fenômeno em foco, de suas variáveis, por meio de parâmetros quantitativos e/ou qualitativos operacionais. Alguns apontam para uma complexidade e subjetividade maiores (como estado civil na sociedade moderna), outros apresentam variáveis relativamente simples (como idade, moradia, renda). Partindo do reconhecimento dessa complexidade, “a escolha de variáveis e indicadores adequados é de grande relevância paradigmática, teórica e político-ideológica. O exemplo mais simples e conhecido está na análise de renda em economia” (VASCONCELOS, 2013, p. 235).

Essa reflexão proposta pelo autor diz respeito à questão da análise da renda *per capita* que isoladamente não abrange as diferenças de renda entre os vários estratos sociais de uma população e retoma como premissa básica e crucial para a realização de pesquisas (em ciências humanas, sociais e saúde) a construção e identificação de indicadores que partam “sempre dos conceitos teóricos fundamentais da pesquisa (escolhidos a partir dos temas-chaves do objeto central) e suas implicações éticas e político-sociais, bem como serem referenciados no paradigma do conhecimento que os inspira” (VASCONCELOS, 2013, p. 235).

A partir dessas considerações, buscou-se trabalhar com indicadores que auxiliem na compreensão das contribuições das cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN para o desenvolvimento local, utilizando indicadores econômico-financeiros e sociais (das cooperativas) e indicadores socioeconômicos (dos municípios).

Os indicadores econômico-financeiros e sociais são obtidos com a aplicação de fórmulas e comparações envolvendo duas grandezas. Segundo Gitman (2006, p. 42), “a análise de índices não inclui somente o cálculo de determinado índice. Mais importante do que isso é a interpretação do valor desse índice”.

A realização das análises do desempenho econômico-financeiro e social das cooperativas (COAPROCOR e COAVRCAN) no período de 2009 a 2014 e dos indicadores/dados socioeconômicos dos municípios possibilitou verificar a evolução da situação econômica e social das cooperativas e de Corumbataí do Sul e Iretama. Já a análise das entrevistas possibilitou comparar as duas realidades.

Dessa maneira, verificou-se a evolução dessas cooperativas e seus possíveis impactos no desempenho econômico e social dos municípios, ou seja, suas possíveis contribuições para o desenvolvimento local.

3.2.1 *Indicadores econômico-financeiros e sociais*

Trata-se, nessa pesquisa, os termos indicadores/coeficientes/índices, somente como *indicadores*. Os coeficientes selecionados são os indicadores econômico-financeiros e sociais, sendo que os principais estão relacionados ao patrimônio, à liquidez, ao endividamento, ao financiamento, à lucratividade e outros relacionados aos associados, impostos, sobras e receitas no exercício.

Os indicadores auxiliam o gestor, associados, cooperados, clientes, fornecedores, governo e a comunidade a acompanhar a situação econômica, financeira e social em um determinado período. São valores isolados e relações apuradas, coletados nas demonstrações contábeis das cooperativas, no caso desse estudo, da COAPROCOR e da COAVRCAN, especificamente do Balanço Patrimonial e do Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Para obtenção de outros dados, utilizou-se documentos como: livro de matrícula, livro de registro de empregados e relatório de gestão das cooperativas.

Para Iudícios (1998), a contabilidade permite, com o Balanço Patrimonial e o DRE, que qualquer pessoa interessada obtenha informações para fazer análise, estimar variações e tirar conclusões sobre a situação econômica e financeira de uma determinada empresa, considerando que esses dois relatórios são importantes ferramentas de gestão que se complementam.

Dessa forma, para compreender os cálculos dos indicadores econômico-financeiros, faz-se importante conhecer a finalidade desses dois relatórios. O DRE visa fornecer, de maneira ordenada, as sobras ou perdas (lucro ou prejuízo no caso de uma empresa mercantil), auferidos pela empresa em determinado exercício, posteriormente transferida para conta do Patrimônio Líquido.

Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 97) expõem que o DRE é a “apresentação, de forma resumida, das operações realizadas pelas empresas, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período apurado segundo o regime de competência”. O resultado é subdividido em tópicos, correspondendo à receita líquida, lucro bruto, lucro operacional, lucro antes do imposto de renda e lucro líquido do exercício. Contudo, segundo a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, o termo “lucro” não é utilizado para cooperativas, sendo substituído por “sobras”, as quais podem ser positivas ou negativas.

O Balanço Patrimonial tem como finalidade “apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data” (SOUZA; GOUVEIA; VEIGA, 2008, p. 95). Conforme a Lei 6.404/76, o Balanço Patrimonial é composto de três elementos básicos:

- a) Ativo: corresponde às aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos;
- b) Passivo: corresponde às obrigações da empresa, incluindo os financiamentos para aquisição de direitos do ativo fixo;
- c) Patrimônio Líquido: corresponde à diferença entre o ativo e o passivo (BRASIL, 1976).

Cabe mencionar que as demonstrações contábeis são apresentadas e elaboradas conforme as normas de contabilidade aplicáveis às sociedades cooperativas, nos termos da Lei 5764/71, às normas internacionais de contabilidade e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nesta pesquisa, procurou-se selecionar para análise econômica, financeira e social das cooperativas, indicadores que poderiam contribuir com os seus objetivos. Esses indicadores também foram objeto de estudo dos autores Carvalho e Bialoskorski Neto (2007), importantes estudiosos para o movimento cooperativista, e avaliam o desempenho econômico financeiro e social durante o período estudado, correspondendo aos: índices de estrutura, índices de liquidez e índices de rentabilidade. Sendo assim, seguem, sequencialmente relacionados, os indicadores utilizados e suas respectivas fórmulas:

- a) **Índices de estrutura:** são os índices relacionados à composição do ativo (estrutura econômica) e do passivo (estrutura financeira). Indicam o grau de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros e ao nível de imobilização do capital (HOJI, 2004). O Quadro 2 demonstra os símbolos e as fórmulas dos índices de estrutura utilizados.

Quadro 2 – Índices de estrutura

Índices de estrutura		
Símbolo	Índice	Fórmula
(CAPTR/AT)	Participação de capital de terceiros sobre o ativo total	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo prazo}}{\text{Ativo total}}$
(ENDIVID)	Grau de endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} + \text{Patrimônio Líquido}}$
(CAPTR/CP)	Quociente de Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Capital Próprio}}$

Fonte: Adaptado de Carvalho e Bialoskorski Neto (2007).

O índice de participação de capital de terceiros, sobre o ativo total mede o volume de capital de terceiros que está investido no Ativo Total da Cooperativa. Por meio desse índice, pode-se verificar a dependência de capital de terceiros, representada na fórmula pelo Passivo Circulante mais o Exigível a longo prazo.

O Passivo Circulante são todas as “duplicatas e contas a pagar, tributos a recolher, empréstimos e financiamentos e outras obrigações, vencíveis dentro do prazo de um ano” e o Exigível “a Longo Prazo” corresponde às obrigações de uma empresa, que serão liquidadas após o final do exercício financeiro seguinte (na maioria das instituições considera-se o "exercício" um ano civil corrido), pertencente ao grupo do Passivo Não Circulante. Esse grupo diz respeito aos “empréstimos e financiamentos, bem como outras obrigações com vencimento superior a um ano e receitas menos despesas diferidas” (PADOVEZE; BENEDICTO, 2010, p. 34-35).

Para o cálculo desse índice (CAPTR/AT) também se utilizou os valores do ativo total que é a soma de todas as contas de ativos da cooperativa, ou seja, do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante. Padoveze e Benedicto (2010, p. 34-35) esclarecem que o Ativo Circulante são as “disponibilidades, contas a receber de clientes, estoques e outros valores a realizar, dentro do prazo de um ano”. E no Ativo Não Circulante encontra-se o(s) : a) o realizável a longo prazo: os quais são os “bens e direitos a receber ou a realizar com prazo superior a um ano”; b) os investimentos: os quais são as “ações ou cotas de outras empresas propriedades não utilizadas nas operações”; c) o imobilizado: os quais são os “bens e direitos adquiridos com intenção de não venda, para utilização nas atividades operacionais da companhia, líquidos das depreciações, amortizações e exaustões, e das perdas por desvalorizações (antigo ativo fixo); d) o intangível: os quais são os “direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (marcas, patentes, fundo do comércio adquirido etc.) líquido das amortizações e das perdas por desvalorizações”.

O próximo índice descrito é o Grau de Endividamento, que mede o volume de recursos necessários ao financiamento dos investimentos da cooperativa em curto e em longo prazo. Para seu cálculo, utilizou-se os valores referentes ao Capital de Terceiros, divididos pelos valores do Capital de Terceiros, somados ao Patrimônio Líquido. De acordo com Padoveze e Benedicto (2010, p. 34-35), o Patrimônio Líquido é o “valor das entradas de capital, menos as ações mantidas em tesouraria, mais as avaliações não contabilizadas em resultados e lucros retidos, tanto como reservas quanto na rubrica lucros acumulados, e prejuízos acumulados, se houver”.

Por fim, o último índice de estrutura, mas não menos importante, o Quociente de capital de terceiros/capital próprio, que mede o volume de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido da cooperativa.

- b) **Índices de liquidez:** Os índices de liquidez são indicadores da capacidade de pagamento da empresa, ou seja, a capacidade de cumprir seus compromissos. O Quadro 3 apresenta os símbolos e as fórmulas dos indicadores de liquidez utilizados.

Quadro 3 – Índices de liquidez

Índices de liquidez		
Símbolo	Índice	Fórmula
(LIQ.CORR)	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
(LIQ.SECA)	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
(LIQ.GERAL)	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Fonte: Adaptado de Carvalho e Bialoskorski Neto (2007).

O Índice de Liquidez Corrente mede a capacidade da cooperativa em honrar seus compromissos no curto prazo. Indica quantas vezes o ativo circulante cobre o passivo circulante. Gitman (2006) menciona que, em geral, quanto mais alto o índice de liquidez corrente, mais a empresa é considerada líquida, como também um índice de liquidez corrente igual a 2 é ocasionalmente aceitável. Contudo, a aceitação de um valor depende do setor no qual a empresa atua.

O Índice de Liquidez Seca mensura a capacidade de pagamento em curto prazo, observando apenas as disponibilidades, sem considerar estoques.

O Índice de Liquidez Geral indica a capacidade de pagamento a longo prazo, considerando o que a empresa converterá em dinheiro, a curto e a longo prazo, e relacionando com tudo o que já assumiu como dívida.

- c) **Índices de rentabilidade:** os índices de rentabilidade determinam quanto estão rendendo os capitais investidos (HOJI, 2004). Os índices de rentabilidade envolvem, em grande parte, os valores apresentados no DRE. O Quadro 4 apresenta os símbolos e fórmulas dos índices de rentabilidade utilizados.

A margem bruta (Quadro 4) ou margem de lucro bruto mede “a porcentagem de cada unidade monetária de vendas que resta após o pagamento do custo dos produtos vendidos” (GITMAN, 2006, p. 52). Quanto mais alta essa margem, melhor, ou seja, menor o custo relativo dos produtos vendidos (GITMAN, 2006). Ainda cabe mencionar que a receita das

“vendas líquidas” é as vendas totais menos impostos, devoluções e abatimentos, e as “sobras brutas” são resultantes da “receita líquida de vendas” menos o custo dos produtos vendidos.

A margem operacional (Quadro 4) determina o volume das sobras operacionais em relação às vendas líquidas. Para Gitman (2006), essa margem mensura a dimensão de cada unidade monetária de vendas que continua após a dedução de todos os custos e despesas, sem incluir juros, impostos e dividendos de ações preferenciais.

Quadro 4 – Índices de rentabilidade

Índices de rentabilidade		
Símbolo	Índice	Fórmula
MARG. BRUTA	Margem Bruta	$\frac{\text{Sobras Brutas}}{\text{Vendas Líquidas}}$
MARG. OPER.	Margem Operacional	$\frac{\text{Sobras Operacionais}}{\text{Vendas Líquidas}}$
MARG. LIQ	Margem Líquida	$\frac{\text{Sobras Líquidas}}{\text{Vendas Líquidas}}$
RET. SL/PL	Quociente de Sobras Líquidas sobre o Patrimônio Líquido ou Retorno sobre o PL	$\frac{\text{Sobras Líquidas}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Adaptado de Carvalho e Bialoskorski Neto (2007).

A margem líquida demonstra a capacidade de realizar sobras líquidas em relação ao volume da atividade econômica. A margem de lucro líquido representa a proporção de cada unidade monetária de receita de vendas restante após a dedução de todos os custos e despesas, incluindo juros, impostos e dividendos de ações preferenciais (GITMAN, 2006). Quanto mais alta a margem de lucro líquido, melhor.

O retorno sobre o Patrimônio Líquido indica a capacidade da cooperativa de remuneração do seu patrimônio (capital dos cooperados) (ASSAF NETO, 2008) e exprime a rentabilidade da cooperativa no período. É obtido pela relação entre o lucro líquido, após o imposto de renda, e o patrimônio líquido.

- d) **Indicadores sociais:** as sobras ou perdas líquidas encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária (AGO), por serem distribuídas aos associados, representam um indicador social. Esses valores são o resultado final do exercício social, após a destinação para fundos e reservas previstos no estatuto social das cooperativas. Da mesma forma, outro indicador social é o “capital social integralizado médio (CSIM)”, obtido pela divisão do valor do capital social integralizado dividido pelo número total de associados (LOPES, 2009).

Para análise dos indicadores mencionados, foi realizada a análise vertical e a horizontal. Gitman (2006) explica que a análise vertical ocorre quando se divide uma grandeza por outra utilizando-se de dados de um mesmo período, fazendo-se comparações

entre elas, e a análise horizontal se dá quando se comparam os indicadores de períodos diferentes, analisando simplesmente a tendência dos índices.

Os cálculos dos indicadores mencionados são a base para a análise de desempenho econômico-financeiro e social das cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN. A análise do desempenho econômico-financeiro e social das cooperativas deu-se dentro de cada ano (análise vertical), no período de 2009 a 2014 (análise horizontal). Para melhor compreensão da distribuição desses valores, utilizou-se de tabelas e gráficos.

3.2.2 *Indicadores Socioeconômicos*

Os indicadores socioeconômicos utilizados nesta pesquisa são dados secundários, oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e da Secretaria da Fazenda (SEFA). A escolha desses indicadores foi realizada com base em sua interferência no desenvolvimento local.

Sendo assim, os indicadores socioeconômicos dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama-PR, usados para a análise comparativa (2009-2014), e suas definições adotadas pelo IPARDES (2016) são:

- a) Emprego formal (RAIS): o número de empregos (postos de trabalho) está relacionado ao total de vínculos empregatícios ativos, diferenciando-se do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência.
- b) Estabelecimentos Formais: nesse indicador o levantamento da RAIS é realizado em nível de estabelecimento empregador. Um estabelecimento empregador é definido como sendo uma unidade que tenha um código específico no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) ou no CEI (Cadastro Específico do INSS). Considera-se somente os estabelecimentos que apresentaram algum empregado em 31/12 ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano.
- c) VAF – Valor Adicionado Fiscal: o valor adicionado fiscal (VAF) corresponde à diferença entre o valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo ICMS e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil.

- d) Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária: é a receita bruta de cada produto, resultado da multiplicação do seu preço médio estadual pela respectiva estimativa de produção de cada município no ano de referência.
- e) Produção Agrícola em toneladas: é a quantidade produzida no ano-base do levantamento. Subentende a possibilidade de cultivos sucessivos ou simultâneos (simples, associados e/ou intercalados) no mesmo ano e no mesmo local, podendo, por isso, a área informada da cultura exceder à área geográfica do município.
- f) ICMS arrecadado pelos municípios: a arrecadação está distribuída de acordo com o local de instalação do estabelecimento do contribuinte (quando cadastrado) e onde foi recebida, nos outros casos. Os valores do ICMS são apresentados pelo total, ou seja, 100% (não estão distribuídos entre Estado e municípios).
- g) Repasses estaduais aos municípios: refere-se ao valor do repasse aos municípios do Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS), Fundo de exportação, Royalties Petróleo, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) (SEFA, 2016).
- h) PIB a preços Correntes: é o valor do Produto Interno Bruto global expresso em moeda corrente, resultante da multiplicação do valor constante por um índice de preço. O Produto Interno Bruto é o total de riqueza (bens e serviços) gerada por um período de tempo (normalmente de um ano) em um espaço geográfico (País, região, Estado ou município).

3.3 Análise de correlação entre os indicadores de análise de desempenho econômico-financeiro das cooperativas e os indicadores socioeconômicos dos municípios

O coeficiente de correlação (CR) usado foi o Coeficiente de Pearson (r), que determina a intensidade e a direção da correlação entre as variáveis avaliadas em nível intervalar. É expresso por um índice numérico que varia de -1 a + 1, onde:

- - 1: Correlação negativa, inversa e perfeita;
- + 1: Correlação positiva, direta e perfeita (FEIJOO, 2010).

O termo correlação significa relação em dois sentidos (co + relação) e é usado em estatística para designar a força que mantém unidos dois conjuntos de valores. A verificação da existência e do grau de relação entre as variáveis é o objeto de estudo da correlação. Calcula-se o coeficiente de correlação de Pearson conforme a seguinte fórmula (BARBETTA, 2014):

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

Onde x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são valores medidos de ambas as variáveis. Para além disso, é necessário o uso das médias aritméticas de ambas as variáveis (\bar{x} e \bar{y}) conforme:

$$\bar{x} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n x_i \quad \bar{y} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n y_i$$

Para o cálculo da correlação de Pearson, foi utilizado o software estatístico R considerando os conjuntos de valores em que cada conjunto representa os indicadores socioeconômicos e os indicadores econômico-financeiros, conforme descrito no Quadro 5.

Quadro 5 - Conjunto de indicadores utilizados para o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson

Indicadores econômico-financeiros das cooperativas	Indicadores socioeconômicos dos municípios
Despesas com Pessoal (com imposto)	Número de empregos gerados (total)
	Número empregos Comércio Atacadista
	Número de estabelecimentos (total)
	VBP (total R\$ 1.000,00)
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)
	VAF (total R\$ 1.000,00)
	ICMS (R\$1,00)
	PIB (total R\$ 1.000,00)
Sobras disponíveis	Número de empregos gerados (total)
	Número empregos Comércio Atacadista
	Número de estabelecimentos (total)
	VBP (total R\$ 1.000,00)
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)
	VAF (total R\$ 1.000,00)
	ICMS (R\$1,00)
	PIB (total R\$ 1.000,00)
Receita Operacional Bruta	Número de empregos gerados (total)
	Número empregos Comércio Atacadista
	Número de estabelecimentos (total)
	VBP (total R\$ 1.000,00)
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)
	VAF (total R\$ 1.000,00)
	ICMS (R\$1,00)
	PIB (total R\$ 1.000,00)
Sobras (Lucro líquido do Exercício)	Número de empregos gerados (total)
	Número empregos Comércio Atacadista
	Número de estabelecimentos (total)
	VBP (total R\$ 1.000,00)
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)
	VAF (total R\$ 1.000,00)
	ICMS (R\$1,00)
	PIB (total R\$ 1.000,00)

Capital Social Integralizado	Número de empregos gerados (total)
	Número empregos Comércio Atacadista
	Número de estabelecimentos (total)
	VBP (total R\$ 1.000,00)
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)
	VAF (total R\$ 1.000,00)
	ICMS (R\$1,00)
	PIB (total R\$ 1.000,00)

Fonte: elaborado pela autora.

Buscou-se selecionar para a análise de correlação os indicadores econômico-financeiros que refletem na renda dos cooperados e na rentabilidade das cooperativas, bem como indicadores socioeconômicos que demonstram a movimentação econômica dos municípios no período estudado.

Foram apresentados nesse capítulo: a metodologia adotada, a descrição dos indicadores e as fórmulas utilizadas. A seguir, o próximo capítulo está fundamentado nas características socioeconômicas dos municípios, visando compreender o contexto socioeconômico dessas regiões, nas quais foram constituídas as cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN.

CAPÍTULO 4

AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DE CORUMBATAÍ DO SUL E IRETAMA

Este capítulo tem por objetivo apresentar o perfil socioeconômico dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama e o histórico da constituição das cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN.

Os dados apresentados são importantes para delinear as principais características dos referidos municípios e, ao mesmo tempo, mostrar a sua dinâmica.

Realizou-se, nesse capítulo, uma breve contextualização quanto à localização, aspectos populacionais, econômicos e sociais, utilizando dados de órgãos governamentais como o IBGE e o IPARDES e, na literatura, em estudos realizados sobre esses municípios. Buscou-se também, compreender o histórico da constituição da COAPROCOR e da COAVRCAN com base nas pesquisas acadêmicas realizadas, nos dados fornecidos pelas cooperativas e nas entrevistas com seus gestores.

4.1 Os municípios de Corumbataí do Sul e Iretama

As cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN, estão sediadas nos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama no estado do Paraná, estes, por sua vez, pertencem a mesorregião centro-ocidental paranaense e fazem parte dos vinte e cinco municípios integrantes da microrregião da COMCAM (Comunidade dos Município de Campo Mourão - Microrregião 12), como pode ser visualizado na Figura 3.

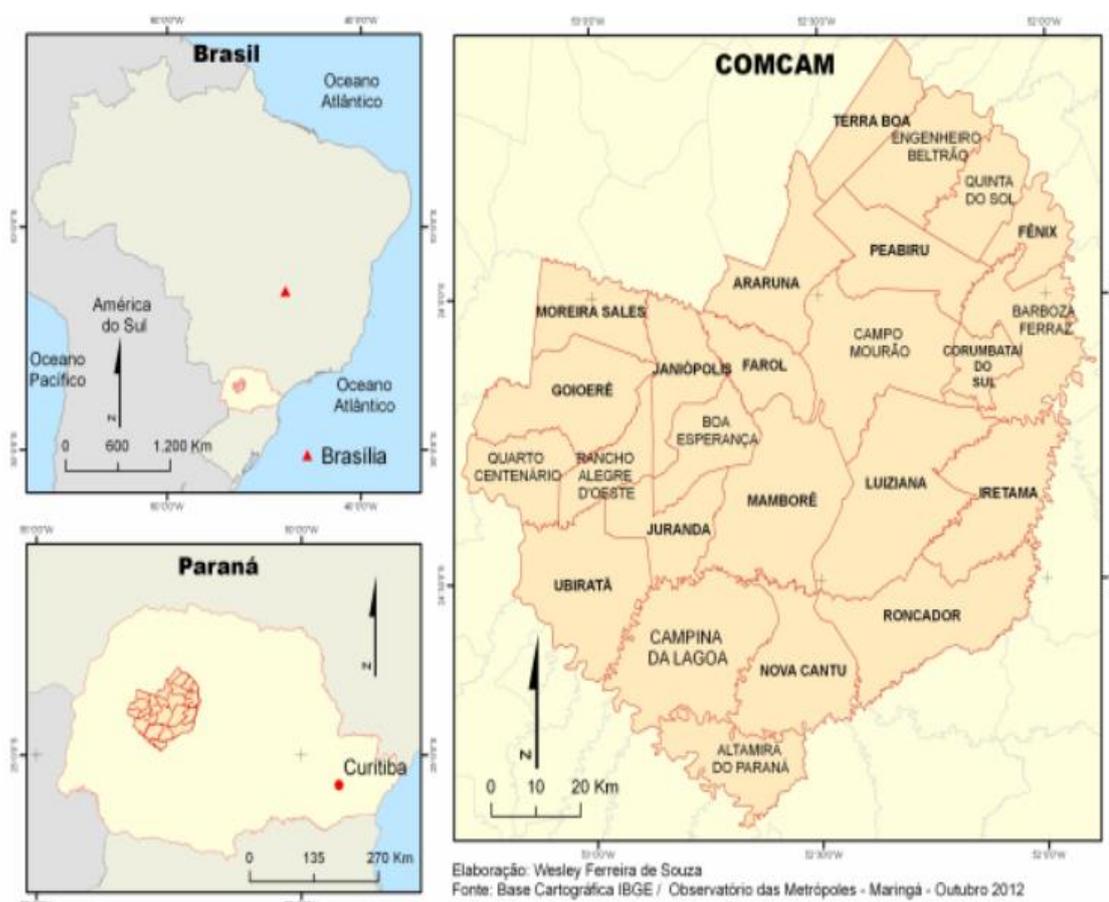
O município de Corumbataí do Sul está situado geograficamente a uma latitude sul 24°06'04", e longitude a oeste 52°07'11", com altitude de 601 metros acima do nível do mar e sua área territorial é de 169,528 km². O clima do município é subtropical, sendo que a temperatura oscila entre 21° a 32° graus (IPARDES, 2017). Possui população de 4.002 habitantes, sendo aproximadamente 47% na zona rural. A população economicamente ativa (PEA) é de 2.243 habitantes e o número total de domicílios corresponde a 742 na zona urbana e 568 na rural. A renda média domiciliar *per capita* é R\$ 406,62 e o índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM)¹⁸ de 0,638 está entre os mais baixos do

¹⁸ O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: o IDHM Saúde corresponde à oportunidade de viver uma vida longa e saudável, o IDHM Educação indica a

estado paranaense, na 373ª posição, paralelamente ao Índice de Gini¹⁹ de 0,42, na 304ª posição (IBGE, 2010).

O município de Iretama está localizado na latitude 24°25'26"S, longitude 52°06'21"W e altitude de 595 metros, com área territorial de 568,330 km² (IPARDES, 2017). Possui população de 10.622 habitantes, 42% na zona rural. Os dados do censo demográfico de 2010 mostram que a PEA corresponde a 5.129, a renda média domiciliar *per capita* é de R\$ 605,35 e o número total de domicílios é de 4.017, sendo 2.275 na zona urbana e 1.742 na rural. Apresenta, também, um dos menores índices de Desenvolvimento Humano da região de 0,665 e o Índice de Gini de 0,58443 (IBGE, 2010).

Figura 3 – Localização da COMCAM no Brasil e no Paraná



Fonte: Observatório das Metrôpoles Maringá (2012).

possibilidade de ter acesso ao conhecimento e o IDHM Renda demonstra a possibilidade de se ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (IPARDES, 2016).

¹⁹ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (IPARDES, 2016).

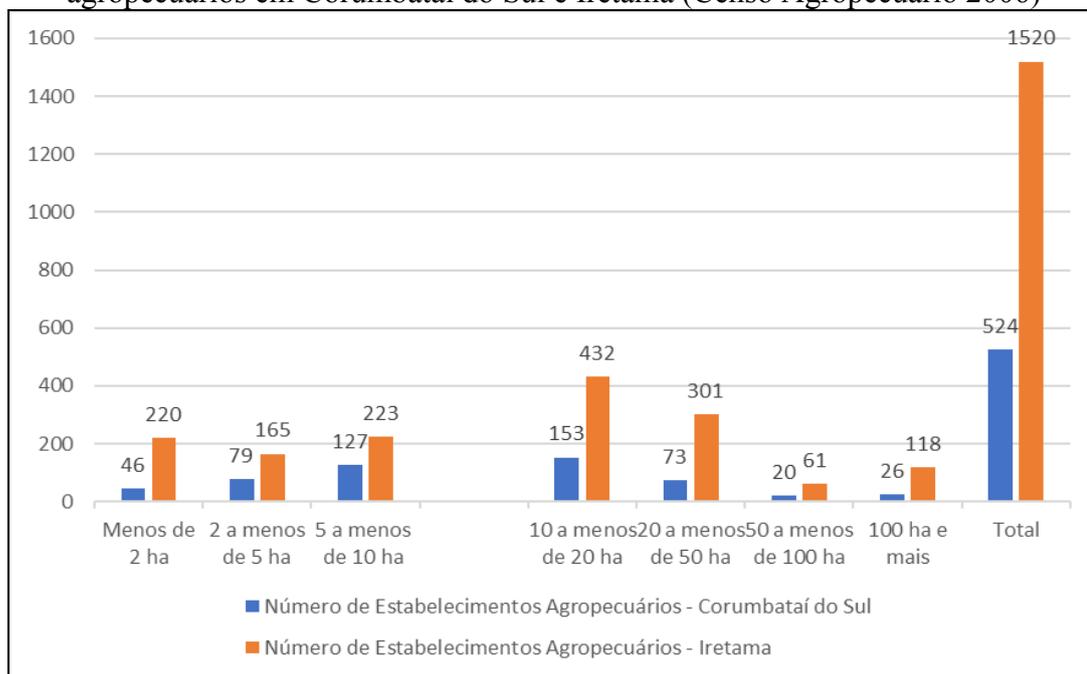
Observa-se, na Figura 3, que Corumbataí do Sul tem fronteiras com os municípios de Barbosa Ferraz, Campo Mourão e Peabiru. Iretama tem fronteiras com Luiziana, Roncador e Barbosa Ferraz. É complexa a formação do relevo dos municípios estudados, pois apresenta quatro formas principais: a) montanhas; b) planaltos; c) planícies e d) depressões. O planalto onde estão situados é chamado Planalto Meridional. A formação do solo, de acordo com a nova nomenclatura da Classificação Brasileira de Solos é denominada LATOSSOLO ROXO (SEAB, 2017). Trata-se de um solo bastante fértil, argiloso, solos profundos, boa porosidade e boa drenagem. O tipo de vegetação pertence à Mata Atlântica, destacando-se o Ipê, a Imbuia e a Figueira.

O que movimenta a economia de Corumbataí do Sul é a agricultura sustentada pela cafeicultura e a fruticultura, até porque sua topografia, especialmente pelo relevo acidentado, favorece esse predomínio e dificulta, em sua maior parte, o cultivo das culturas mecanizadas. O município é formado por pequenas unidades de agricultura familiar (LEONELLO, 2010). O processo de colonização desse município se desenvolveu, principalmente, com base na agricultura permanente do café (COLAVITE; PASSOS, 2010).

Da mesma forma que Corumbataí do Sul, a constituição de Iretama encontra-se vinculada às importantes transformações ocorridas no estado do Paraná após os anos de 1960. Nessa época, a população paranaense encontrava-se situada nas áreas rurais e predominava a cafeicultura, produção essa que se utilizava de técnicas rudimentares e intensiva mão de obra (IPARDES, 2007). O relevo do município também é bastante acidentado, favorecendo à predominância de minifundiários.

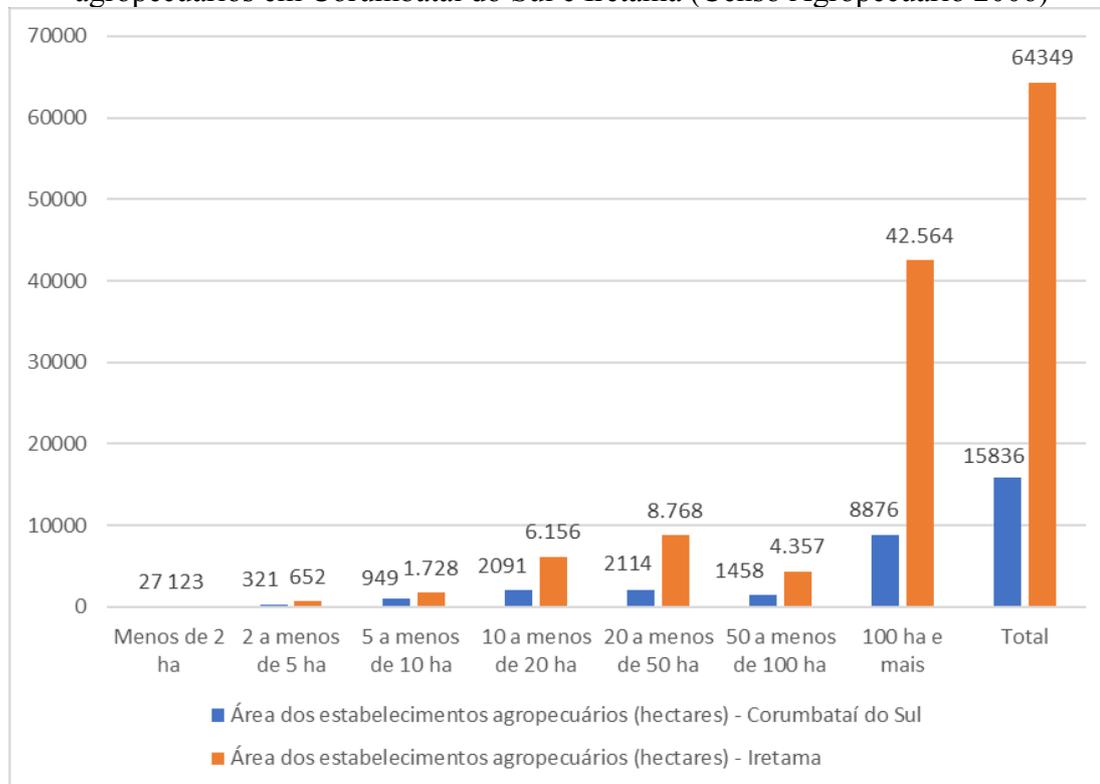
Os Gráficos 3 e 4 demonstram a estrutura fundiária de Corumbataí do Sul e Iretama. Verifica-se, no Gráfico 3, que 29,2% dos estabelecimentos agropecuários em Corumbataí do Sul (29,2%) e 28,4% dos de Iretama possuem entre 10 e menos de 20 hectares. Pode-se observar, conforme os dados do censo agropecuário realizado em 2006, que os municípios são constituídos por pequenas propriedades rurais. 48% dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 10 hectares em Corumbataí do Sul e esse percentual em Iretama é de 40%. Por sua vez, conforme o Gráfico 4, 56% da área total de Corumbataí do Sul e 66,15% da área de Iretama pertencem aos estabelecimentos agropecuários com 100 hectares ou mais.

Gráfico 3 – Estrutura Fundiária – Grupos de área total e número de estabelecimentos agropecuários em Corumbataí do Sul e Iretama (Censo Agropecuário 2006)



Fonte: elaborado pela autora com dados obtidos do IBGE, 2017

Gráfico 4 – Estrutura Fundiária – Grupos de área total e área dos estabelecimentos agropecuários em Corumbataí do Sul e Iretama (Censo Agropecuário 2006)



Fonte: elaborado pela autora com dados obtidos do IBGE, 2017

A modernização agrícola no estado do Paraná transformou o meio rural, motivando a migração nesses municípios. O fenômeno da perda de população foi observado na maioria dos municípios da região, e também brasileiros, onde a população, em busca de melhores condições socioeconômicas, migrou para outros centros. Essa tendência pode estar associada à perda da capacidade produtiva do município de origem, ocasionando a falta de condições de subsistência de sua população (Tabela 11).

Tabela 11 – População Censitária Urbana e Rural do Brasil, Paraná, Corumbataí do Sul e Iretama (1991, 2000, 2010)

Localidade	População	1991	%	2000	%	2010	%	Δ% (1991/2010)
Brasil	Urbana	110.990.990	76	137.953.959	81	160.925.804	84	45
	Rural	35.834.485	24	31.845.211	19	29.829.995	16	-17
	Total	146.825.475	100	169.799.170	100	190.755.799	100	30
Paraná	Urbana	6.197.953	73	7.786.084	81	8.912.692	85	44
	Rural	2.250.760	27	1.777.374	19	1.531.834	15	-32
	Total	8.448.713	100	9.563.458	100	10.444.526	100	24
Corumbataí do Sul	Urbana	1.762	27	1.998	40	2.127	53	21
	Rural	4.880	73	2.948	60	1.875	47	-62
	Total	6.642	100	4.946	100	4.002	100	-40
Iretama	Urbana	6.522	41	6.156	54	6.187	58	-5
	Rural	9.292	59	5.179	46	4.435	42	-52
	Total	15.814	100	11.335	100	10.622	100	-33

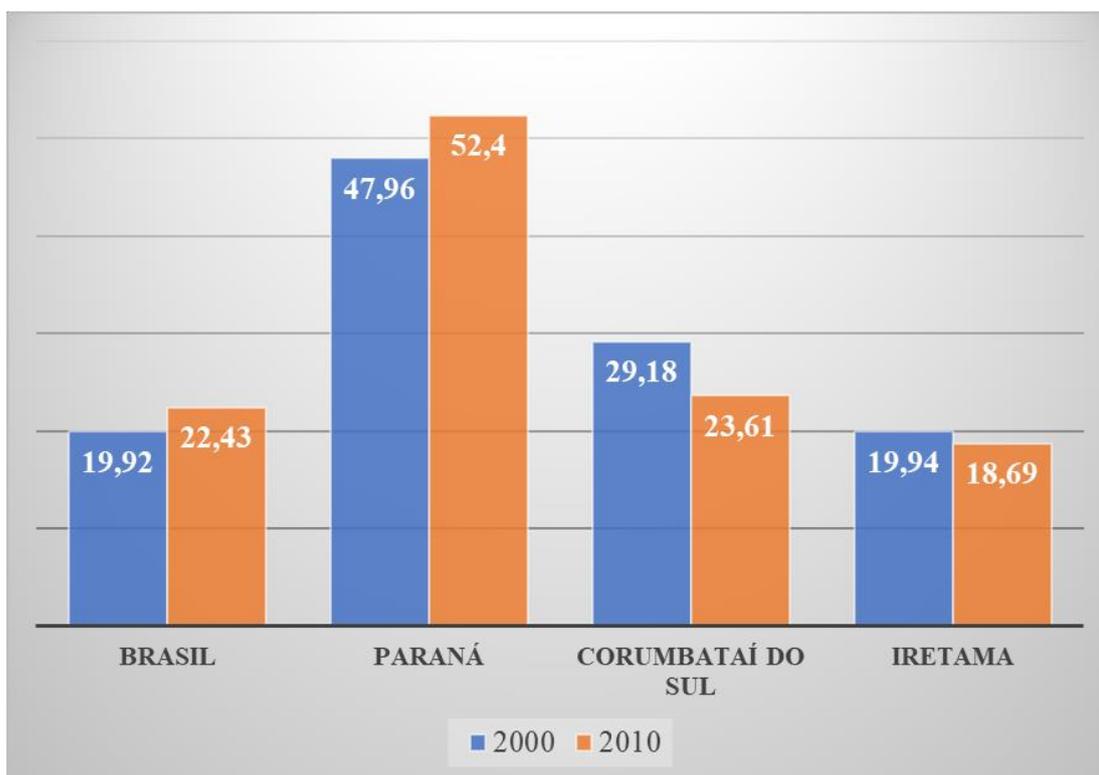
Fonte: elaborada pela autora com dados obtidos do IBGE (2016).

Em 20 anos (Tabela 11), o Brasil teve um acréscimo populacional de 30% e o Paraná de 24%. Por outro lado, a população de Corumbataí do Sul e Iretama reduziu 40% e 33%, respectivamente. De acordo com Costa (2009), em 1980, Corumbataí do Sul possuía 94% da sua população na zona rural e 10.993 habitantes. Contudo, com o passar dos anos, o município ficou à margem do processo de modernização da agricultura e não teve acesso a políticas agrícolas adequadas contribuindo para o êxodo rural. Sendo assim, em 1991, o número total de habitantes era de 6.642, ou seja, houve uma redução de 40%.

O município de Iretama também sofreu com a crise econômica da época e com as dificuldades oriundas da falta de recursos para acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Além disso, no caso dos municípios analisados, a perda de população demonstrada pode ter como causa provável a redução da cultura do café, a qual, pela sua característica, demandava considerável mão de obra. Essa redução da população também se encontra evidenciada na densidade demográfica (Gráfico 5) dos respectivos municípios. Em contrapartida, no Brasil e no Paraná, houve aumento no número de habitantes por km².

Na área rural, a redução no número de habitantes foi constante tanto no país como nos municípios estudados. Verifica-se, na Tabela 11, que as populações rurais dos referidos municípios possuem representatividade considerável. Ao analisarmos o Censo de 2010, esses percentuais são de 47% e 42%. Diferentemente, no Brasil e no Paraná, a população rural corresponde a 16% e 15%.

Gráfico 5 – Densidade demográfica de Corumbataí do Sul e Iretama (hab/km²)



Fonte: IBGE (2017)

A Tabela 12 apresenta o número de domicílios na área urbana e rural em Corumbataí do Sul e Iretama dos últimos dois censos. Identifica-se que em Corumbataí do Sul, os domicílios na área rural representavam 59% no ano de 2000 passando para 46,89% em 2010. O aumento no número de domicílios na área urbana também ocorreu em Iretama, passando de 52,40% para 56,63%. Nessa região, a erradicação de vários hectares plantados da cultura de café levou a população residente na área rural, onde essa perda de residentes é mais acentuada, a procurar nos centros urbanos melhores condições de subsistência (MANÇANO, 2008).

Tabela 12 – Domicílios – urbano e rural

Localidade		2000	(%) relativa	2010	(%)relativa
Corumbataí do Sul	Urbano	643	40,85	801	53,11
	Rural	931	59,15	707	46,89
	Total	1574	100	1508	100
Iretama	Urbano	1889	52,40	2275	56,63
	Rural	1716	47,60	1742	43,37
	Total	3605	100	4017	100

Fonte: IPARDES (2017)

Na Tabela 13, verifica-se a distribuição de habitantes por faixa etária, evidenciando que a população desses municípios está concentrada entre as faixas de 10 e 49 anos. Além disso, pode-se observar que houve um decréscimo populacional na faixa de 0 a 9 anos, o que significa que o número médio de filhos por mulher também decresceu. Outro dado importante é a projeção para 2020, pois possivelmente haverá um aumento da população com idade acima de 50 anos.

Tabela 13 – Distribuição dos habitantes por faixa etária

Faixa Etária	Corumbataí do Sul			Iretama		
	2000	2010	Projeção 2020	2000	2010	Projeção 2020
0 a 9 anos	1183	716	398	3068	2091	1194
10 a 19 anos	1219	731	406	2509	2043	1257
20 a 29 anos	718	523	492	1764	1440	1436
30 a 39 anos	694	552	496	1555	1452	1372
40 a 49 anos	510	579	544	1178	1522	1453
50 a 59 anos	459	456	567	916	1118	1469
60 anos ou mais	475	622	803	1222	1510	1860
Total	4946	4002	3706	11335	10622	10041

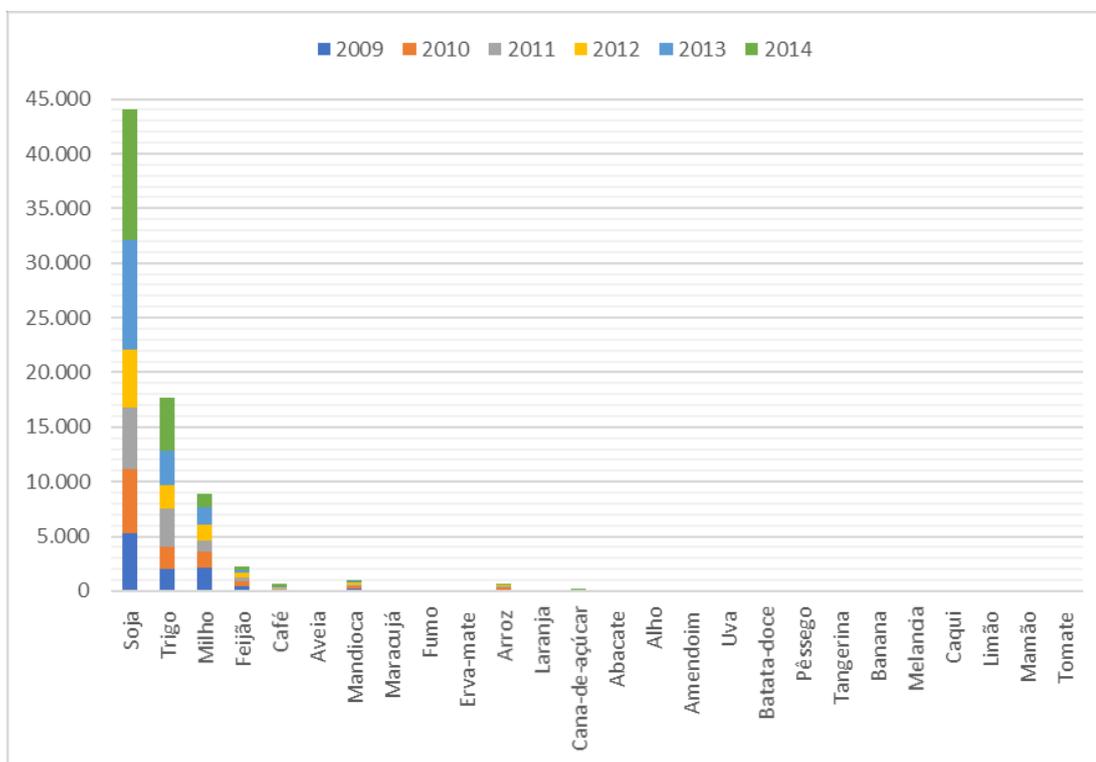
Fonte: IPARDES (2017)

No que se refere à produção agrícola predominante em Iretama, a cultura da soja, do milho e do trigo são as mais representativas em área colhida (conforme o Gráfico 6, na sequência), em quantidade de toneladas e no valor da produção. A área total dos estabelecimentos rurais do município é de 64.349 ha e a área colhida em 2014 (incluindo todas as culturas) foi de 18.846 ha, a maior no período estudado. Nesse mesmo ano, da área colhida, a soja representou 64%, o trigo 25%, o milho 7%, o feijão 2%, o café 1% e a aveia 1%.

Do mesmo modo, quanto à produção agrícola em Corumbataí do Sul, o Gráfico 7, em seguida, demonstra o predomínio da cultura da soja, do milho e do trigo, acrescentando somente o café, com representatividade no total da área colhida, principalmente em 2010. A área total dos estabelecimentos rurais do município é de 15.836 ha e a área colhida em 2014

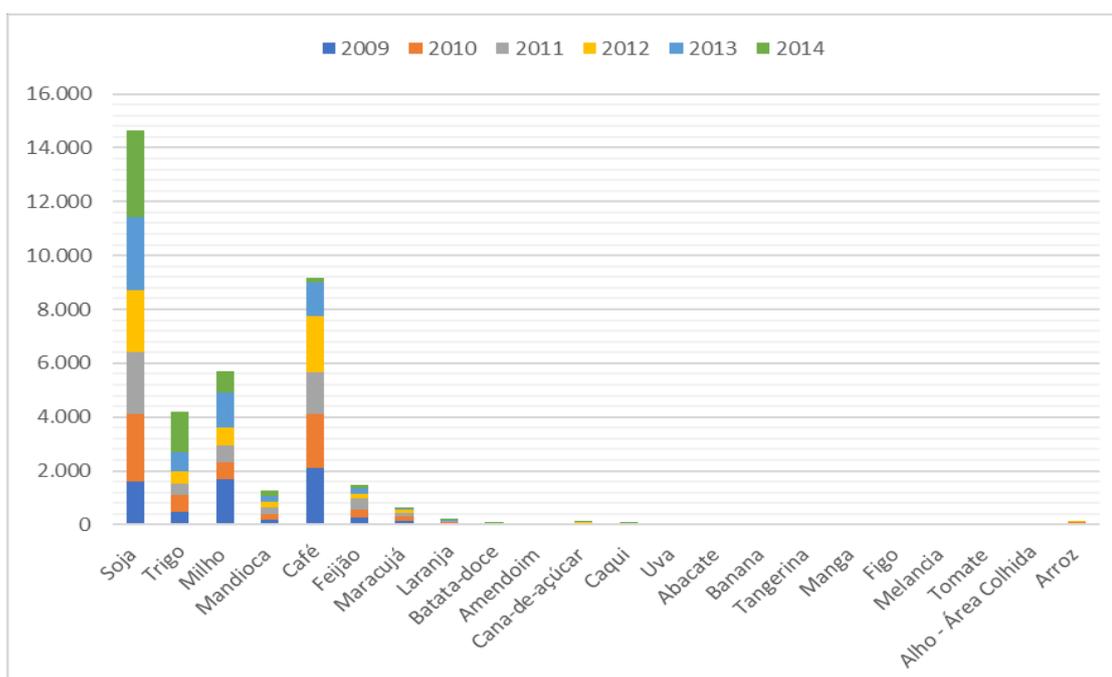
foi de 6.151 ha, destes, 52% correspondem à produção de soja, 24% de trigo, 13% de milho, 3% de mandioca, 3% de café, 2% de feijão e 1% de maracujá.

Gráfico 6 – Área colhida (ha) por cultura em Iretama (2009-2014)



Fonte: IPARDES (2017)

Gráfico 7 – Área colhida (ha) por cultura em Corumbataí do Sul (2009-2014)



Fonte: IPARDES (2017)

Nos dois municípios, as demais culturas (com exceção da soja, milho e trigo) representaram, em 2014, 4% da área colhida em Iretama e 11% em Corumbataí do Sul. Trata-se da produção realizada na pequena propriedade, com uma maior variedade de produtos, que atinge diretamente a uma quantidade maior de estabelecimentos e de famílias de produtores rurais. Assim, nas propriedades com grande extensão territorial, predomina-se a plantação de culturas mecanizadas, como é o caso da soja.

Sobre isso, o agricultor familiar e cooperado da COAVRCAN ressaltou, na entrevista realizada, a importância dessas pequenas propriedades onde prevalece a mão-de-obra familiar: “A agricultura familiar hoje provê 80% do consumo no país todo, porque os grandes agricultores são como empresas, não são agricultores familiares, eles plantam duzentos, trezentos alqueires de soja, mas não se come só soja” (AF 5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Na Tabela 14, abaixo, encontram-se sistematizados os dados da produção agrícola do município de Iretama em toneladas e o VBP (Valor Bruto da Produção). A produção de soja, no período estudado, apresentou uma significativa participação no VBP de Iretama. Em 2014, esse percentual foi de 73,07%, as demais dezoito culturas representaram 26,93%. Destas, as que possuíram maior participação foram: o trigo (12,63%), o milho (7,07%), o maracujá (2,85%), o café (1,55%), o feijão (1,43%) e a mandioca (0,47%).

Tabela 14 – Produção Agrícola (quantidade em toneladas) e Valor da Produção (R\$ 1.000,00) – Iretama

Produto	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)
Abacate	-	-	-	-	-	-	50	50	60	76	50	87
Alho	-	-	4	24	4	23	4	14	4	20	4	24
Amendoim	-	-	4	4	4	8	4	8	4	8	4	8
Arroz	100	65	489	301	180	90	85	49	8	6	15	11
Banana	30	12	30	15	30	14	30	11	31	29	30	12
Batata-doce	12	7	40	28	38	17	36	18	-	-	19	19
Cafê	104	322	120	531	120	896	85	449	180	786	212	825
Cana-de-açúcar	600	18	600	21	600	30	300	15	660	33	230	12
Erva Mate	-	-	-	-	-	-	120	38	-	-	70	105
Feijão	389	555	655	545	500	591	675	1.493	320	887	455	759
Fumo	13	60	14	86	14	57	-	-	24	115	30	104
Laranja	30	9	30	12	30	7	45	13	254	64	81	81
Mandioca	4.180	535	4.400	1.012	3.600	725	2.800	603	1.680	665	985	251
Maracujá	13	14	75	120	12	19	300	360	10	25	1.010	1.515
Melancia	40	13	180	75	52	21	40	28	60	78	-	-
Milho	6.664	1.719	11.675	2.977	4.394	1.696	8.081	3.206	10.206	3.589	8.750	3.758
Pêssego	-	-	10	15	10	13	40	54	3	8	7	18
Soja	14.257	10.921	17.550	8.979	20.406	14.580	14.589	10.743	20.620	27.130	34.580	38.844
Trigo	4.160	1.747	5.960	2.193	6.676	2.698	5.083	2.821	2.250	1.842	10.080	6.713
Uva	-	-	12	15	12	25	12	14	50	163	12	15

Fonte: IPARDES; IBGE (2017) – organizada pela autora

Nota: (-) sem informações

Verifica-se também que o município de Iretama (Tabela 14) possui diversificação em sua produção, já que de 2009 a 2014 foram acrescentados seis produtos, desconsiderando as plantações de hortaliças²⁰. Além disso, em 2014, das culturas permanentes, a área total colhida foi de 286 hectares, diversificados em 11 culturas, predominando o café, o maracujá, a uva e a laranja.

Essa diversificação é característica da pequena propriedade rural e a cooperativa COAVRCAN foi constituída para auxiliar os produtores na comercialização de sua produção, sobretudo quanto ao acesso aos programas governamentais PAA e PNAE e à distribuição dos alimentos para a rede pública de ensino. O presidente da COAVRCAN evidencia que

[...] a cooperativa além de incentivar, o próprio produtor nos procura perguntando o que ele pode produzir, porque ele quer vender. O produtor vê o seu vizinho vendendo os produtos e vem nos procurar para saber como fazer. O próprio produtor está vendo que não tem outra saída e que o caminho é buscar a diversificação para comercializar seus produtos (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

Nesse trecho da entrevista, o presidente da cooperativa destacou que a diversificação na pequena propriedade se tornou uma necessidade para comercialização. Ao ser questionado sobre quais produtos a COAVRCAN trabalha, ele explicou que são “[...] vários produtos, depende da época, hoje nós levamos nas escolas laranja, milho verde, é a fruta da época. Também trabalhamos com hortaliças, com batata, batata doce, alface, chicória, couve, cebolinha, a horta completa” (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

Os cooperados da COAVRCAN entrevistados evidenciaram a diversificação existente em suas propriedades. Um dos produtores respondeu que, na sua produção, há “parte de hortaliças, tubérculos e tempero, como alface, rúcula, couve, couve-flor, brócolis, repolho, tomate...minha produção é bem variada” (AF 4, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017). Além desses produtos, outros também foram citados como “banana, erva-mate, gado, galinhas e [...] um pouco de hortaliças também, mas na cooperativa entrego somente banana” (AF 5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017). Nessa outra entrevista, o agricultor respondeu que está trabalhando “com frango caipirão, bicho-da-seda, maracujá e melancia e tenho alguns terrenos arrendados para diversificar um pouco a lavoura, plantando um pouco de soja

²⁰ Foram encontrados dados sobre a produção de hortaliças na SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento somente a partir de 2013.

também. Entrego na cooperativa: maracujá, poncã e melancia” (AF 6, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

No município de Corumbataí do Sul, com tal característica, observa-se, na Tabela 15, uma constante diversificação na produção agrícola, pois, em 2014, constam vinte e três produtos, demonstrando um acréscimo de nove culturas em relação a 2009, as quais são: amendoim, batata-doce, caqui, figo, limão, manga, melancia, tangerina e tomate.

Tabela 15 – Produção Agrícola (quantidade em toneladas) e Valor da Produção (R\$ 1.000,00) – Corumbataí do Sul

Produto	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)
Abacate	90	41	112	74	120	133	120	110	150	127	150	184
Alho	4	10	4	20	4	23	4	18	-	-	-	-
Amendoim	-	-	10	12	15	30	15	32	11	23	15	32
Arroz	96	62	48	29	45	20	9	6	-	-	-	-
Banana	75	29	75	23	75	35	75	38	75	54	75	38
Batata -doce	-	-	224	159	224	159	224	181	224	192	224	211
Cafê	1.218	3.776	2.666	11.815	1.718	12.830	2.054	10.896	1.222	5.167	105	642
Cana-de- açúcar	1.800	53	1.800	59	600	30	700	36	700	35	700	35
Caqui	-	-	15	15	15	15	20	21	100	119	100	43
Feijão	219	274	399	438	398	565	190	437	190	561	84	81
Figo	-	-	10	30	10	30	10	32	10	36	10	37
Laranja	400	116	1.092	436	600	147	450	155	450	225	450	277
Limão	-	-	-	-	-	-	-	-	12	9	20	21
Mandioca	3.000	387	3.600	846	4.500	906	4.500	892	4.000	1.444	4.000	1.360
Manga	-	-	-	-	-	-	-	-	30	58	30	33
Maracujá	3.000	3.600	2.000	3.200	2.000	3.260	1.080	1.879	720	1.416	720	1.433
Melancia	-	-	50	21	50	20	50	21	60	28	60	34
Milho	3.780	975	2.448	624	3.560	1.353	3.662	1.468	7.650	2.298	4.555	1.423
Soja	3.248	2.544	8.000	4.088	7.583	5.418	5.746	4.188	9.120	7.804	9.939	10.361
Tangerina	-	-	-	-	-	-	-	-	35	19	40	22
Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	45	59	45	49
Trigo	1.355	569	1.380	507	1.125	454	1.160	647	1.470	1.188	3.345	1.616
Uva	7.000	11	7.000	131	15.000	169	10.000	168	15.000	432	15.000	562

Fonte: IPARDES; IBGE (2017) – organizada pela autora

Nota: (-) sem informações

Ademais, é possível visualizar, na Tabela 15, que o incentivo da COAPROCOR ao cultivo de maracujá teve seu auge em 2009 sendo responsável por 29% do VBP, o segundo

produto mais representativo. O primeiro foi o café, com 30,34%, e o terceiro a soja, com 20,44%. Verifica-se também uma constante queda na produção de maracujá a partir de 2012, em 2014, passou a representar 7,75% do VBP. Esse fato ocorreu em virtude de intempéries climáticas e o aparecimento de um vírus que provocava o endurecimento dos frutos. A COAPROCOR buscou, por meio de parceiras como o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), um novo modelo de produção de maracujá-amarelo (IAPAR, 2016). O presidente da cooperativa explica que:

[...] para vencer o desafio da virose, não foi somente um trabalho da COAPROCOR esteve envolvida: a EMATER, o IAPAR, o sindicato, o município, então foi uma parceria grande, uma pesquisa, um experimento de dois anos (Olavo Luciano, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.07.2017).

O presidente da COAPROCOR também relatou que os produtores utilizam, atualmente, para erradicar a virose, um novo processo para a plantação do maracujá: as mudas são cultivadas em estufa e são plantadas somente quando estiverem mais “altas”, pois caso o “purgão”[sic] que transmite a virose afetar a plantação, essa estará em um estágio mais avançado, o que não afetará demasiadamente a produção.

A Tabela 15, também aponta que, em 2014, apesar dos 56,02% do VBP corresponderem à produção de soja, a diversificação da produção se mostra evidente devido à organização do município para a comercialização dos demais produtos. A soma das outras vinte e duas culturas listadas representam 43,98% do VBP, sendo que, após a soja, os percentuais mais significativos são da plantação de trigo (8,74%), maracujá (7,75%), milho (7,69%), mandioca (7,35%), café (3,47%) e uva (3,04%).

Nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares, constatou-se que a COAPROCOR apoia e incentiva essa diversificação. De acordo com o presidente da cooperativa, “[...] quando iniciou em 2000 o principal produto era o maracujá. Hoje, com o passar dos anos, são entregues na cooperativa: caqui, figo, poncã, laranja, limão, abobora, batata doce, tomate” (Olavo Luciano, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.05.2017). Um dos produtores relatou que planta “maracujá, laranja, poncã” (AF 3, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017) e que trabalha com a diversificação desde quando a cooperativa iniciou seus trabalhos.

As entrevistas de outros dois produtores evidenciaram a importância da diversificação como fonte de renda e a variedade de produtos existentes na pequena propriedade.

[...] tem uma parte que é soja, planto um pouco de milho, um pouco de maracujá e tem um pouco de café para despesa... A intenção é sempre ter mais produtos, plantar mandioca, plantar outras variedades [...] O maracujá ajuda muito, eu não tenho o que reclamar. [...] Tudo o que você entrega, o milho ou outro produto, é lucro, o problema é você não ter nada para entregar (AF 1, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

No meu caso lá, eu tinha plantio de mandioca, mandioca é mais resistente um pouco, eu plantava um pouquinho de tomate, jiló, quiabo, abobrinha ... estou plantando café e no meio do café eu gosto de plantar de tudo. O que eu já entreguei aqui (na cooperativa) é maracujá, mandioca. (AF 2, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

Parte desses produtos citados pelos agricultores são entregues na cooperativa, que realiza a comercialização. Tanto a COAVRCAN como a COAPROCOR, por terem seu quadro social constituído principalmente por agricultores familiares, possuem acesso aos programas PAA e PNAE. No capítulo 2, destacou-se a importância dessas políticas públicas para o pequeno produtor, criando um mercado institucionalizado e contribuindo para a diversificação da produção, considerando a necessidade de vários produtos para compor o cardápio da merenda escolar (PNAE) e das instituições socioassistenciais ou equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Dentre as contribuições desses programas, um dos agricultores entrevistados cita a diversificação para realizar a comercialização: “[...] na pequena atividade são poucas nossas terras, então têm que diversificar e para isso, você tem que ter um lugar para entregar. E o programa ajuda muito” (AF 6, COAVRCAN).

O preço pago acima do preço de mercado também foi relatado pelos cooperados: “Para entregar o produto tem vantagem, porque você entrega para o governo, se o preço de mercado está R\$ 1,50 o produtor entrega por R\$ 2,80, a diferença é boa, é bastante” (AF 1, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

Além dessas vantagens dos programas, um produtor também aborda a importância da organização em uma cooperativa para acessá-los: “[...] tudo gira em torno do financeiro, a renda do cooperado aumenta bastante com os contratos do PAA e do PNAE e se não fosse a cooperativa não tinha como a gente acessar esses programas” (AF 4, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

O presidente da COAVRCAN e um dos cooperados também evidenciaram a importância desses programas para uma alimentação saudável nas escolas, para o agricultor familiar continuar produzindo em sua propriedade e para o acesso a outros mercados, referindo-se à entrega em outros municípios.

A melhor coisa que tem, porque se não tivesse esses programas não haveria o pequeno produtor. Hoje está ruim, não está bom ainda, mas se não tivesse os programas estaria cem por cento ruim. Esse programa é muito bom, e a merenda da escola, acontece de as vezes, eu sair junto para a entrega, na hora da merenda e como a gente tem o conhecimento nas escolas, oferecem um prato de comida, e a gente come junto para ver o que é que está acontecendo, a merenda da escola está cem por cento de primeira, estão caprichando bastante, está muito bom. É importante para o agricultor porque produz e para as crianças. Olha, nunca teve desse jeito! (Elpidio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

É fundamental, é de vital importância para gente, porque se não fosse esse mercado institucional, nós não teríamos condições de acessar outros mercados, e outros mercados também não conheceriam o nosso produto. Hoje, esses dois programas provêm uma qualidade de vida enorme para os nossos filhos. A minha filha come um produto que eu entrego na escola dela, os adultos comem o produto que eu entrego na escola estadual, então a qualidade de vida hoje dos nossos filhos e das pessoas que estão dentro do sistema de ensino é muito grande, eles têm acesso a uma alimentação que eles não têm nem na casa deles...é uma alimentação completa e balanceada. Dentro das escolas nós temos as nutricionistas, a cooperativa também tem uma nutricionista nossa, então é uma alimentação perfeita (AF 5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

O secretário da agricultura do município de Iretama também evidencia a importância da comercialização com o acesso aos programas: “[...] bastante importante porque produzir é fácil, o difícil é vender, então se não tivesse essas políticas como PAA e PNAE não teria onde o produtor entregar e vender [...]” (Sr. Frederico Igor Westphal, secretário da agricultura de Iretama, 24.07.2017). No trecho abaixo, um cooperado da COAPROCOR acrescenta que, com os programas, o produtor consegue comercializar vários produtos e que não deveriam ser extintos considerando sua importância para o pequeno produtor.

[...] você não perde mais nada, na realidade muitas coisas que a cooperativa não comercializava, pelo programa conseguimos comercializar como a poncã, a banana, a batata. É muito importante, não poderia acabar de jeito nenhum, é um excelente programa, principalmente para o pequeno produtor (AF 3, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

Assim, como se trata de um mercado institucionalizado que cria um mecanismo de comercialização para os agricultores familiares, as receitas das cooperativas estudadas e, conseqüentemente, a renda dos cooperados dependem das relações estabelecidas com esses programas.

Portanto, as entrevistas realizadas mostram que o PAA e o PNAE são importantes instrumentos para melhoria de renda dessas famílias, para manter o produtor no campo e dar incentivo à diversificação da produção. Além disso, a constituição da COAPROCOR e da

COAVRCAN, apoiando a comercialização e a diversificação de frutas, foi um marco importante no fortalecimento da agricultura familiar e do capital social local.

4.2 A Cooperativa COAPROCOR

Oriunda da busca de interesses comuns, sobretudo para enfrentar as dificuldades provenientes do processo de modernização, situações climáticas, físicas (relevo da região), econômicas e sociais, foi constituída, primeiramente, em 1992, a Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul (AMOCOR).

O objetivo da AMOCOR era reunir produtores de café, mas permaneceu sem movimentação durante cinco anos, e careceu de reestruturação em função das reduções drásticas na cultura do café, sendo reformulado seu Estatuto Social em 1997, passando, então, a ser denominada de Associação de Produtores de Corumbataí do Sul (APROCOR) que, por meio de parcerias e convênios, passou a incentivar a exploração de outras atividades, como exemplo em 2001, a cultura do maracujá azedo (LEONELLO, 2016).

Em 1999, por meio de um convênio com o poder público municipal, a associação obteve um barracão, onde são realizados os recebimentos, classificação dos produtos entregues e a comercialização (a cooperativa utiliza atualmente essa estrutura) (Figuras 4 e 5). A associação também realizou parcerias com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT-PR), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e contou com o apoio da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão-PR (FECILCAM). Essas parcerias desenvolveram trabalhos de capacitação dos produtores, realizando cursos com o objetivo de ampliar os conhecimentos em tecnologia de produção, gerencial e de mercado.

Diante da oportunidade de conhecer melhor os mercados e elaborar estratégias de produção e comercialização, os líderes da associação conjuntamente de seus parceiros, Prefeitura Municipal e EMATER, identificaram na cultura do maracujá azedo (*Passiflora edulis f. flavicarpa*) uma maneira de diversificar a produção (que era principalmente o café) e gerar renda para o pequeno produtor, pois essa cultura possibilitaria: renda durante uma maior parte ano, baixo investimento inicial, utilização de pouca área para plantio, mão-de-obra familiar e rápido retorno de investimento (inicia-se o plantio em agosto/setembro e em dezembro do mesmo ano).

Inicialmente, a associação comercializava o maracujá para as indústrias com valor reduzido, *in natura*, para Curitiba, Maringá e São Paulo, como também para grandes

supermercados. Posteriormente, passou a negociar com a empresa de cosméticos Natura (PARANÁ, 2015).

Figura 4 – Sede da COAPROCOR



Foto: Wiese (2017)

Figura 5 – Produção entregue na COAPROCOR



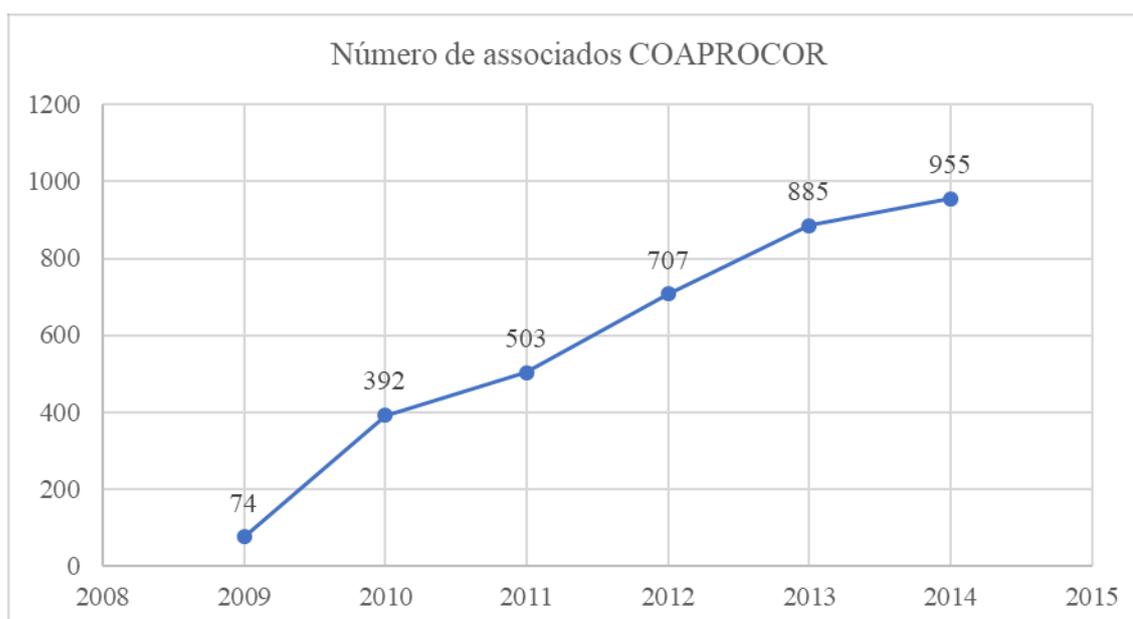
Foto: Wiese (2017)

A APROCOR percebeu o potencial da cultura do maracujá e, a fim de melhorar a renda dos produtores, identificou a importância de se constituir uma cooperativa, paralelamente às atividades da associação. Em 2009, foi fundada a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR), com o propósito de comercializar os produtos, proporcionar assistência técnica aos agricultores e incentivar o cultivo do maracujá e de outras culturas.

Os agricultores desse município que estão ligados à COAPROCOR são considerados pequenos e médios produtores, com extensão da propriedade entre 1 e 20 alqueires de terras. O quadro social da cooperativa em 2014 era de 955 cooperados (Gráfico 8). A COAPROCOR atende também aos municípios de Barbosa Ferraz, Nova Tebas, Iretama, Godoy Moreira, Arapuã, Quinta do Sol, Peabiru, Prudentópolis, Lidianópolis, Borrazópolis, Jandaia do Sul, além de outro fora da região, o município de Reserva.

Observa-se, no Gráfico 8, no período estudado, que o número de cooperados cresceu gradativamente a cada ano, saindo de 75 cooperados em 2009 para 955 em 2014. Os produtores entrevistados relataram que o principal motivo para se tornarem cooperados é a comercialização de seus produtos. Também se mostraram ser participativos nas reuniões e assembleias, explicando que normalmente comparecem e que geralmente as opiniões deles são ouvidas, comentando que não são todas consideradas.

Gráfico 8 – Número de cooperados da COAPROCOR (2009 – 2014)



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A gestão democrática é uma das características das cooperativas, pois precisam que seus associados sejam participativos e que as principais decisões sejam conjuntas e unânimes. O presidente da COAPROCOR comenta como eles trabalham para envolver seus cooperados.

Temos outras maneiras de organizar a questão do cooperado sócio. Todo lugar que a cooperativa está fazendo a comercialização...é montado uma parceria, a gente não tem investimento físico, a parceria é com a prefeitura, as vezes com a associação, quando você leva um convite ou quando você vai fazer um trabalho, uma reunião, levar uma tecnologia, você faz isso em grupo, é aproveitado isso tudo e já é transmitido a ação da cooperativa (Olavo Luciano, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.07.2017).

No trecho da entrevista acima, o presidente da COAPROCOR relata como a cooperativa organiza sua gestão de forma que seus cooperados possam estar informados e participativos nas decisões. Assim, verifica-se que as parcerias realizadas para obtenção de um espaço para as reuniões, a organização do tema a ser discutido (como as ações da cooperativa, deliberações, informações e até mesmo treinamentos) são fundamentais para que a gestão da COAPROCOR de maneira democrática, na prática, se efetive.

A cooperativa foi acompanhando a necessidade do mercado e de seus cooperados, buscando melhorar suas sobras e criar mecanismos de comercialização. Assim, em 2012, surgiu a necessidade de realizar a industrialização de seus produtos, montando uma indústria que realiza o processamento para produção de polpa de frutas (Figura 6).

Figura 6 – Polpa de frutas da COAPROCOR



Foto: Wiese (2017)

Com a chegada da virose e a diminuição na produção do maracujá, que era o produto carro-chefe da cooperativa, a COAPROCOR passou a incentivar a produção de outros produtos. Atualmente, a cooperativa conta com uma variedade como o tomate, a uva de mesa, sucos e vinhos, laranjas, poncã, caqui, pimentão, batata doce. No entanto, o maracujá ainda é o carro-chefe da cooperativa (COAPROCOR, 2016).

Além disso, grande parte da receita da cooperativa é proveniente dos programas PAA e PNAE, como explica o seu presidente:

O foco principal da cooperativa são os programas PNAE e PAA, temos um projeto muito grande, apesar que já mudou muito, agora é por classificação. O nosso último projeto era de dois milhões de reais, agora o maior projeto tem que ser de trezentos mil reais e para ser aprovado ainda ter que ser somente de mulheres, por exemplo, por classificação, mulheres, assentados, etc., igual ao PNAE. Pelo PNAE a COAPROCOR trabalha com legumes e frutas, as outras cooperativas trabalham com mel, pão, doces. O contrato é com o Estado, temos alguns contratos municipais, mas são poucos (Olavo Luciano, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.07.2017).

O presidente refere-se às atuais mudanças para o acesso aos programas, considerando a importância dessas políticas públicas como canais de comercialização da produção entregue na cooperativa.

4.3 A Cooperativa COAVRCAN

A Cooperativa dos Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN) iniciou suas atividades em 2009, tendo surgido da vontade dos agricultores familiares em aproveitar as vantagens oferecidas pelos programas do governo, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse mesmo ano, a cooperativa atendeu produtores de cinco municípios paranaenses: Iretama, Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná e Campina da Lagoa.

Nos estudos de Andrade (2013, p. 183), verificou-se que “a história da formação dessa cooperativa é diferente da COAPROCOR. Ela nasce na forma de cooperativa, e não como associação”, sua atuação mais efetiva ocorreu a partir de 2011. O presidente da COAVRCAN relata como a cooperativa foi constituída:

O pequeno agricultor tinha dificuldade para vender os produtos deles, não conseguiam vender o que eles produziam. Então, juntaram os municípios de Iretama, Roncador, Nova Cantu e Altamira do Paraná e resolveram fazer essa cooperativa. O sistema seria uma associação, mas como juntaram muitos produtores já se formou uma cooperativa, assim surgiu a COAVRCAN, com a

junção desses quatro municípios. Dentro de pouco tempo, isso foi em 2009, na criação da cooperativa já havia mais de cem cooperados e foi crescendo (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

O presidente também explicou que a sede se encontra em Iretama porque, na época, os produtores conseguiram um recurso do governo municipal para iniciar a atividade, que era para a compra de uma maravalha, e os outros municípios não quiseram entrar com contrapartida. Por meio do convênio firmado com o poder público municipal, a cooperativa obteve um terreno no bairro Esplanado, mas, atualmente, está localizada em outro endereço (Figura 7) dividindo um barracão com outra instituição, possivelmente até conseguirem recursos para uma nova infraestrutura.

Figura 7 – Sede da COAVRCAN



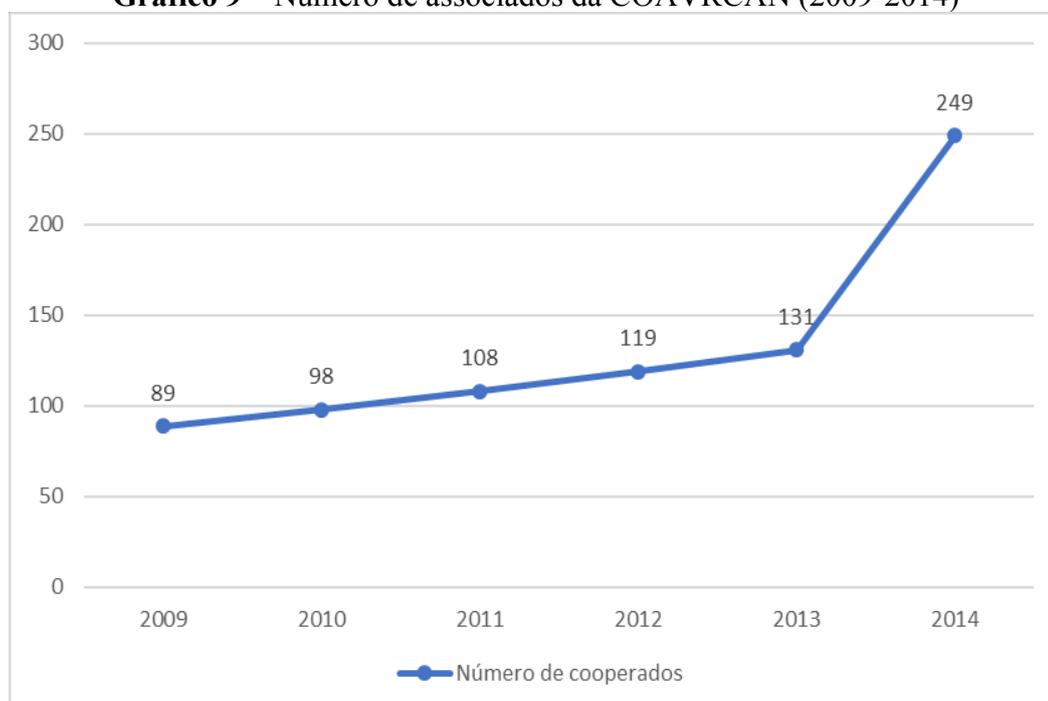
Foto: Wiese (2017)

A cooperativa atende a 40 municípios com produtos para a merenda escolar, tem sua área de atuação para efeito de admissão de associados abrangendo os municípios de Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná, Mato Rico e seus municípios limítrofes. Para a realização das entregas, a COAVRCAN conseguiu uma importante aquisição: a compra de um caminhão (Figura 8). De acordo com o Sr. Elpídio, presidente da cooperativa, pelo fato de não ser um meio de transporte refrigerado, acontece perdas de produtos nesse processo.

Figura 8 – Caminhão para entrega dos produtos em outros municípios**Foto:** Wiese (2017)

A receita da COAVRCAN é exclusivamente da entrega de produtos resultantes dos recursos dos programas PAA e PNAE, portanto, dentre as dificuldades enfrentadas pela cooperativa, está o atraso no pagamento pelo governo que “diminuiu a verba, então a gente diminuiu também” (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

O número de cooperados também cresceu de 2009 a 2014, conforme o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Número de associados da COAVRCAN (2009-2014)

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: O número de associado de 2010 a 2013 é estimativa.

Nos registros da COAVRCAN, constam 89 cooperados em 2009 e 249 em 2014²¹ (Gráfico 9), contudo, não há dados exatos desses números nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. O presidente da cooperativa estima que houve um aumento de 10% (dez por cento) por ano. Na entrevista realizada, o Sr. Elpídio também comenta que “todo dia chega gente na cooperativa querendo ser associado, querendo entrar também, falando que de agora em diante vai produzir” (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

Os cooperados também relataram a necessidade da formação de um capital social para a constituição da COAVRCAN. Tornaram-se sócios pela possibilidade de melhorar a renda e ter acesso aos programas do governo e, em grupo, isso seria mais fácil.

Por meio da cooperativa, se tem acesso aos programas do governo, no caso, a gente trabalha com miudeza, entrega para a COAVRCAN, então fica mais fácil, porque sozinho é complicado para trabalhar. E dar força ao grupo também porque um sozinho fica difícil, quanto mais gente, fica melhor, mais fácil (AF 6, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Além disso, segundo o presidente da cooperativa, os associados são participativos e “depois das assembleias, de vez em quando, nós fazemos uma reunião do conselho, nós chamamos mais pessoas [...]” (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017). Os cooperados também responderam que participavam das reuniões e que suas opiniões geralmente eram ouvidas. Este agricultor acrescentou ainda que “na verdade, não é somente nas reuniões, às vezes a gente chega aqui fala alguma coisa, comenta com a secretaria e isso vai além. Então, tudo o que a gente fala aqui é ouvido[...]” (AF 4, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Dessa forma, a COAVRCAN foi constituída com o propósito de estimular o associativismo rural, promover a recepção da produção de seus associados, embalagem, transporte, armazenagem em suas unidades, seja própria ou em cooperação com entidades afins, realizar a organização mercadológica e a comercialização da produção, incentivar a diversificação da produção visando a sustentabilidade e o incentivo à preservação do meio ambiente.

²¹ Em 2017, esse número cresceu para 831 cooperados, sendo 279 do sexo feminino (COAVRCAN, 2017).

CAPÍTULO 5

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo dedica-se às análises comparativas das duas cooperativas estudadas, buscando compreender as suas contribuições socioeconômicas para a promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

5.1 As contribuições socioeconômicas da COAPROCOR e da COAVRCAN na promoção do desenvolvimento dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama

As cooperativas precisam de resultados econômicos para se manterem ativas, prestando serviços aos seus cooperados, por isso, um bom desempenho econômico-financeiro interfere na atuação do seu quadro social, na renda do cooperado, na integralização do capital e na distribuição das sobras.

Nesse sentido, analisamos o desempenho econômico-financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN e dos indicadores socioeconômicos dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, com o propósito de verificar se houve evolução desses indicadores que interferem na vida econômica e social dos cooperados e de toda a comunidade.

Além disso, com a realização das entrevistas, procurou-se compreender a participação das cooperativas no desenvolvimento dos municípios e no desenvolvimento socioeconômico do quadro social; os possíveis desafios econômicos e financeiros enfrentados pelas cooperativas nesse período, e se conseguiram superá-los; a importância da cooperativa para os cooperados e para o município e se houve melhoria na qualidade de vida.

5.1.1. Análise do Desempenho Econômico-Financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN

O desempenho econômico e financeiro das cooperativas influencia na renda dos seus cooperados e na permanência econômica do empreendimento para que não ocorram prejuízos financeiros. Tanto cooperados como fornecedores, clientes, administradores, comunidade e governo, possuem interesses na viabilidade econômica dessas organizações, pois seu funcionamento interfere no desenvolvimento da região onde se encontra inserida.

Assim, os relatórios contábeis proporcionam dados e informações para que esses grupos possam acompanhar e tomar decisões referentes as relações comerciais existentes com as cooperativas.

Os resultados obtidos com os levantamentos e coleta de dados dos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício) foram sistematizados no Anexo I, analisados de forma sintética por meio da análise horizontal e vertical (Anexo I, Quadro 6 e 7) e utilizados para o cálculo e análise dos indicadores econômico-financeiros e sociais (Quadro 8 e 9).

A análise vertical da cooperativa COAPROCOR, conforme é demonstrada no Quadro 6, mostra a distribuição do ativo e do passivo total. Observou-se que, a partir de 2010, a cooperativa aumentou significativamente seu ativo circulante, variando de 33% em 2010 a 47% em 2014, atingindo seu percentual máximo em 2011 com 68%. A partir de 2010, a cooperativa realizou aquisição de investimentos (imobilizado, máquinas e equipamentos, veículos) tendo estes uma participação no ativo total de 67%.

A utilização desse tipo de estratégia deve ser cautelosa, pois pode comprometer a capacidade de pagamento da organização por possuir baixa liquidez, uma vez que a cooperativa não demonstrou um ativo circulante equivalente ao passivo circulante. No entanto, de 2011 a 2013, o ativo circulante (bancos, créditos, estoques) passou a representar cerca de 65% do ativo total, não apresentando dívidas a longo prazo.

Quadro 6 – Resumo dos Indicadores Patrimoniais e Financeiros, do Balanço Patrimonial (2009-2014) da Cooperativa COAPROCOR

Variável	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo Circulante	100%	33%	68%	67%	60%	47%
Ativo Não Circulante	0	67%	32%	33%	40%	53%
Ativo Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Passivo Circulante	68%	89%	82%	75%	30%	27%
Exigível a Longo Prazo	0	0	0	0	11%	23%
Patrimônio Líquido	32%	11%	18%	25%	59%	51%
Passivo Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Nos anos de 2013 a 2014 (diferentemente dos outros anos), de acordo com o Quadro 6, a COAPROCOR contraiu dívidas a longo prazo, representando 11% do passivo total em 2013 e 23% em 2014, demonstrando a capacidade da organização em investir para alavancar seus negócios. É importante salientar que a capacidade de retorno de uma empresa é diretamente proporcional à sua capacidade de investimento. Quanto maior o investimento, maior o potencial de retorno. A COAPROCOR aumentou o patrimônio líquido, utilizando, em sua maior parte, recursos próprios para financiar seu ativo. Conforme os demonstrativos apresentados nos anos de 2013 a 2014, o risco financeiro da cooperativa foi baixo.

No Quadro 7, encontra-se o resumo dos Indicadores Patrimoniais e Financeiros do Balanço Patrimonial da COAVRCAN.

Quadro 7 – Resumo dos Indicadores Patrimoniais e Financeiros, do Balanço Patrimonial (2009-2014) da Cooperativa COAVRCAN

Variável	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo Circulante	100%	100%	100%	100%	100%	22%
Ativo Não Circulante	0%	0%	0%	0%	0%	78%
Ativo Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Passivo Circulante	0%	31%	23%	87%	66%	18%
Exigível a Longo Prazo	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Patrimônio Líquido	100%	69%	77%	13%	34%	82%
Passivo Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa (2017)

No Quadro 7, observa-se, em 2012 e 2013, uma queda no patrimônio líquido da COAVRCAN em relação ao passivo total e um aumento do passivo circulante, o que indica que a cooperativa passou a financiar suas atividades com capital de terceiros, aumentando o risco financeiro da organização. Contudo, no ano de 2014, a cooperativa realizou investimentos na proporção de 78% do ativo total, reduzindo seu passivo circulante e aumentando o patrimônio líquido em 82% em relação ao passivo total, demonstrando que os recursos adquiridos de terceiros nos dois anos anteriores foram convertidos em investimentos.

De modo geral, quanto aos índices de estrutura, observa-se, no Quadro 8, que a COAPROCOR teve o maior grau de endividamento em 2010, ou seja, 89% de seus recursos financeiros aplicados no ativo da cooperativa (disponível, contas a receber, estoques) encontravam-se financiados com recursos de terceiros. No entanto, esse cenário mudou a partir de 2013, sendo que, em 2014, esse percentual passou para 49%. Já a COAVRCAN, conforme o Quadro 9, não apresentou movimentação financeira em 2009 e o seu maior endividamento ocorreu em 2012, correspondendo a 87%, passando para 18% em 2014.

Quadro 8 – Indicadores econômico-financeiros e sociais da COAPROCOR (2009-2014)

ÍNDICES DE ESTRUTURA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
(CAPTR/AT)	0,683	0,894	0,818	0,749	0,408	0,494
(ENDIVID)	0,683	0,894	0,818	0,749	0,408	0,494
(CAPTR/CP)	2,152	8,443	4,486	2,983	0,688	0,976
ÍNDICES DE LIQUIDEZ	2009	2010	2011	2012	2013	2014
(LIQ. CORR)	1,465	0,371	0,829	0,893	1,986	1,780
(LIQ. SECA)	1,465	0,149	0,450	0,650	1,178	1,023
(LIQ. GERAL)	1,465	0,371	0,829	0,893	1,474	1,243
ÍNDICES DE RENTABILIDADE	2009	2010	2011	2012	2013	2014

MARG. BRUTA	0,185	0,097	0,197	0,391	0,472	0,360
MARG. OPER.	0,053	0,001	0,029	0,113	0,148	0,178
MARG. LIQ	0,044	0,001	0,025	0,096	0,126	0,151
RET.SL/PL	0,417	0,054	0,617	1,184	0,300	0,432
INDICADORES SOCIAIS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CSIM	170,051	80,290	83,448	61,875	852,592	1.586,608

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Quadro 9 – Indicadores econômico-financeiros e sociais da COAVRCAN (2009-2014)

ÍNDICES DE ESTRUTURA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
(CAPTR/AT)	0,00	0,313	0,231	0,870	0,658	0,178
(ENDIVID)	0,00	0,313	0,231	0,870	0,658	0,178
(CAPTR/CP)	0,00	0,455	0,300	6,677	1,925	0,216
ÍNDICES DE LIQUIDEZ	2009	2010	2011	2012	2013	2014
(LIQ. CORR)	0,00	3,199	4,331	1,150	1,519	1,220
(LIQ. SECA)	0,00	3,199	4,331	1,150	1,519	1,220
(LIQ. GERAL)	0,00	3,199	4,331	1,150	1,519	1,220
ÍNDICES DE RENTABILIDADE		2010	2011	2012	2013	2014
MARG. BRUTA	0,00	0,083	0,373	0,194	0,060	0,022
MARG. OPER.	0,00	-0,024	0,228	-0,199	0,068	0,239
MARG. LIQ	0,00	-0,024	0,228	-0,199	0,068	0,239
RET.SL/PL	-0,014	-0,117	0,775	-12,210	1,189	0,698
INDICADORES SOCIAIS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CSIM	69,73	88,84	80,61	73,16	66,46	240,96

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Nota: para o cálculo do CSIM utilizou-se uma estimativa do número de cooperados de 2010 a 2013

O aumento do grau de endividamento pode revelar falta de capital de giro próprio para financiar operações e investimentos a longo prazo, recorrendo, assim, ao capital de terceiros. Para Diniz e Souza Neto (2010), quanto maior for o grau de endividamento da empresa, maior será o risco financeiro, principalmente se as estruturas financeiras possuírem um peso maior para exigibilidades de curto prazo. Por sua vez, o nível de endividamento também pode ser conhecido como grau de alavancagem financeira, à medida que as obrigações (capital de terceiros) exercem a função de rentabilizar o capital próprio e isso acontece quando a rentabilidade econômica ou rentabilidades dos ativos for superior ao custo do capital de terceiros (DINIZ; SOUZA NETO, 2010).

Por conseguinte, a COAPROCOR, no ano de 2010 (Quadro 8), para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, possuía, aproximadamente R\$ 8,00 de capital de terceiros, melhorando gradativamente esse índice em 2013 e 2014, quando para cada R\$ 1,00 de capital próprio, mantinha aproximadamente R\$ 1,00 de capital de terceiros, ou seja, a cooperativa se restabeleceu economicamente e passou para uma administração mais cautelosa. Tal fato se justifica pelo investimento da cooperativa no processo de industrialização em 2012 e, após essa data, verifica-se um retorno do investido realizado.

Em 2012 a COAVRCAN (Quadro 9) para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido havia aproximadamente R\$ 6,00 de capital de terceiros. Esse cenário, em 2014, mudou, havendo uma inserção significativa no capital próprio, sendo que, para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, havia apenas R\$ 0,20 de capital de terceiros.

A estrutura financeira altera conforme a política financeira da organização cooperativa e das características de sua atividade e sofre também as influências do contexto econômico, como taxa de juros, garantias, disponibilidade recursos, políticas públicas. Para uma melhor análise da situação econômico-financeira, faz-se necessária uma análise conjunta com os demais índices. Nesse sentido, os índices de liquidez representados nos Quadros 8 e 9 medem a capacidade financeira da cooperativa em pagar os compromissos assumidos com seus credores, sendo que quanto maior, melhor.

Observa-se, no Quadro 8, que o índice de liquidez corrente da COAPROCOR estava comprometido em 2010 (menor índice), correspondendo a 0,37 (ou seja, para cada R\$ 100,00 em dívidas, a cooperativa possuía apenas R\$ 37,00 para pagamento). Porém, melhorou gradativamente seu desempenho financeiro, passando para 1,99 em 2013 e 1,78 em 2014. No Quadro 9, em relação à COAVRCAN, a situação é diferente. A cooperativa teve uma redução na capacidade de pagar seus compromissos de 2012 a 2014, pois passou de 4,33 em 2011 (para cada R\$ 100,00 em dívidas, a cooperativa possuía R\$ 433,00 para pagamento) para apenas 1,22 em 2014. Considerando-se os estoques (índice de liquidez seca), o realizável a longo prazo e o exigível a longo prazo (índice de liquidez geral), os percentuais da COAVRCAN não se alteraram, pois, no período estudado, a cooperativa não possuía estoques, nem compromissos a longo prazo.

Por outro lado, os índices de liquidez da COAPROCOR de 2010 a 2012 foram os menores dos anos estudados. O índice de liquidez seca (o qual desconsidera os estoques) em 2010 foi de 0,15 (para cada R\$ 100,00 em dívidas a cooperativa possuía R\$ 15,00 para pagamento), o menor do período. Nessa condição, a situação financeira da cooperativa poderia estar comprometida pelo estoque elevado. Todavia, esse quadro se alterou a partir de 2012. Em 2014, ao analisar a liquidez seca, a cada R\$ 100 de dívidas, a cooperativa possuía R\$ 102,00 para pagamento. Com relação à sua capacidade de pagamento a longo prazo, em 2014, o índice de liquidez geral foi de 1,24, demonstrando que a cooperativa obteve uma evolução no seu resultado financeiro, incidindo sobre sua capacidade de pagamento para honrar seus compromissos a curto e a longo prazo.

Já os índices de rentabilidade têm o propósito de facilitar uma análise gerencial acerca da capacidade da cooperativa de gerar retornos. No Quadro 8, verifica-se que a

COAPROCOR, até 2011, apresentou baixos índices de rentabilidade e retorno, o que interfere diretamente nas sobras distribuídas aos seus cooperados, mas, a partir de 2012, houve uma evolução gradativa. Por conseguinte, em 2010, a cooperativa demonstrou seus menores índices: a margem bruta (trata-se das sobras após a dedução dos custos dos produtos vendidos) foi de 0,097, a qual corresponde que, para cada R\$ 100,00 de venda líquida, a cooperativa teve R\$ 9,70 de lucro bruto; a margem líquida (inclui a dedução de todos os custos e despesas, incluindo juros, impostos e dividendos) de 0,001 demonstra que, para cada R\$ 100,00 de vendas líquidas, a cooperativa obtinha R\$ 0,10 de lucro disponível; o retorno sobre o patrimônio líquido (é o ganho líquido da cooperativa em relação a cada R\$ 1,00 investido) de 0,054 indica que, para cada R\$ 100,00 investidos, proporcionou um retorno de R\$ 5,40.

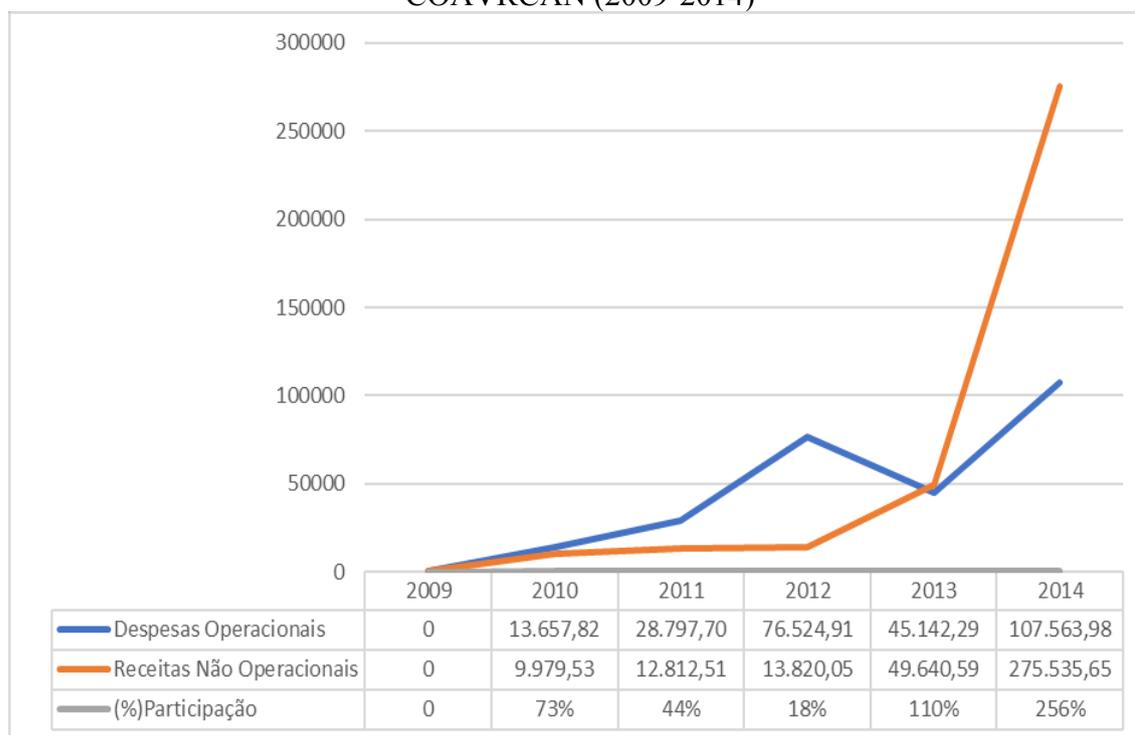
Verifica-se, no Quadro 8, que em 2014 a margem operacional e a margem líquida da COAPROCOR foram as maiores do período, de 0,178 e 0,151, respectivamente. Com relação ao retorno sobre o patrimônio líquido, nesse mesmo ano, para cada 100,00 investidos, a cooperativa proporcionou um retorno de R\$ 43,20, porém, o melhor retorno ocorreu em 2012, de R\$ 118,40.

Por outro lado, o desempenho econômico-financeiro da COAVRCAN (Quadro 9) mostrou-se diferente da COAPROCOR. A rentabilidade no período estudado apresenta resultados positivos na margem bruta, mas, ao deduzir as despesas operacionais, em 2010 e 2012, os índices de rentabilidade foram negativos.

A COAVRCAN, apesar do crescimento em sua receita bruta (Anexo I), passando de R\$ 6.120,94 em 2009 para R\$ 297.994,76 em 2014, apresentou custos elevados, deduzindo uma fatia considerável da receita. A partir de 2013, a cooperativa apresentou bons resultados comparados aos demais anos, entretanto, percebe-se que do resultado de R\$ 170.978,79 (realizado em 2014) inclui-se R\$ 161.971,67 de receitas não operacionais (como ver-se-á no Gráfico 10).

Os resultados da COAVRCAN foram positivos em 2011, 2013 e 2014 (Quadro 9). Em 2013, ocorreu o maior retorno sobre o patrimônio líquido de 1,189, ou seja, para cada R\$ 100,00 investidos, a cooperativa proporcionou um retorno de R\$ 118,90, passando para R\$ 69,80 em 2014. Todavia, faz-se importante mencionar que a cooperativa possui receitas não operacionais (conforme o DRE essas receitas referem-se a doações recebidas) que não advêm da atividade operacional da empresa. O Gráfico 10 (na sequência), representa a participação das receitas não operacionais no total das despesas operacionais no período de 2009 a 2014.

Gráfico 10 – Participação das receitas não operacionais no total das despesas operacionais da COAVRCAN (2009-2014)



Fonte: dados da pesquisa (2017)

Nesse período, as receitas não operacionais contribuíram significativamente para o pagamento das despesas, contudo, como não se trata da rentabilidade do negócio, caso haja sua cessação, a cooperativa poderá ter seus resultados comprometidos. Além disso, observa-se, no Gráfico 10 que, em 2013 e 2014, os valores recebidos de doações superaram o total das despesas operacionais, contribuindo para o resultado positivo.

Conforme entrevista com o presidente da cooperativa, a COAVRCAN, nesse período, realizou várias parcerias que contribuíram para que continuassem com suas atividades. A prefeitura, segundo ele, tem sido a principal parceira:

A prefeitura favorece a gente bastante, na verdade, até o nosso técnico é da prefeitura, porque nós não temos condições de ter um técnico aqui ... a Emater de Campo Mourão também nos ajuda bastante, são parceiros (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

O presidente também explicou sobre as dificuldades em alavancar sobras/lucros para a cooperativa, uma vez que as receitas da COAVRCAN são exclusivamente dos programas do governo.

Uma das dificuldades é porque a cooperativa cresceu muito rápido e não tem verba do governo suficiente. Nós não temos muito lucro, trabalhamos e só cobramos 15%

das pessoas que entregam, não compramos o produto e vendemos [...] diminuiu a verba, então a gente diminuiu também [...].

Temos dificuldade porque atrasa o pagamento do governo, as pessoas entregam, pegamos os produtos e levamos para as escolas. Acontece que qualquer erro na soma já não vem o pagamento de ninguém... às vezes temos dificuldades para se organizar. Quando pegamos o romaneio em uma escola, se ocorre qualquer dúvida todos ficam sem receber, 100% do recebimento da cooperativa é para atender a demanda do governo.

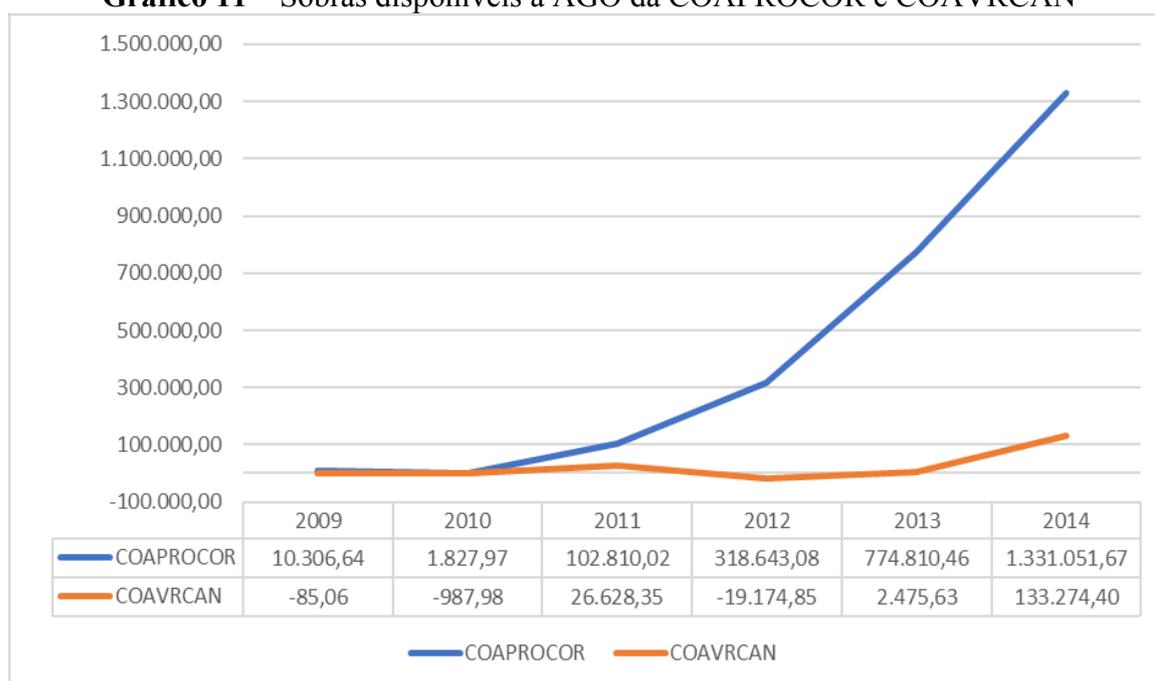
[...] nós temos um caminhão, às vezes, o motorista sai de Iretama na segunda feira de madrugada e retorna na terça feira à noite. Esse é o jeito da gente trabalhar, é que o lucro é pouco e o gasto é muito (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

As dificuldades relatadas mostram a dependência financeira da cooperativa dos recursos dos programas PAA e PNAE e que, possivelmente, os 15% cobrados pelo intermédio das vendas e entregas não estão sendo suficientes para cobrir seus gastos. Esse fato se mostra nos indicadores econômico-financeiros negativos e na significativa participação de receitas não provenientes de sua atividade operacional.

Assim, pode-se considerar que a COAVRCAN não obteve um bom desempenho econômico financeiro no período estudado, podendo promover ações que impulsionem a melhora dos seus índices, pois, de acordo com Menegário (2000) e Oliveira Jr. (1996), apesar das cooperativas não visarem lucros, elas dependem de resultados econômicos positivos para continuarem crescendo e mantendo suas atividades.

As sobras, oriundas dos resultados positivos, destinam-se ao incremento de capital, utilizado para investimentos comuns ou na distribuição de sobras aos seus associados (OLIVEIRA JR., 1996). Assim, as sobras são importantes indicadores sociais, pois contribuem para a melhoria da renda dos cooperados, na possibilidade de melhores investimentos para qualidade do atendimento e dos serviços da cooperativa, como assistência técnica, contratação de colaboradores, compra de equipamentos, financiamentos aos seus cooperados, programas de educação cooperativa e de atuação na comunidade.

O Gráfico 11 demonstra uma comparação das sobras disponíveis a Assembleia Geral das duas cooperativas no período de 2009 a 2014.

Gráfico 11 – Sobras disponíveis a AGO da COAPROCOR e COAVRCAN

Fonte: dados da pesquisa (2017)

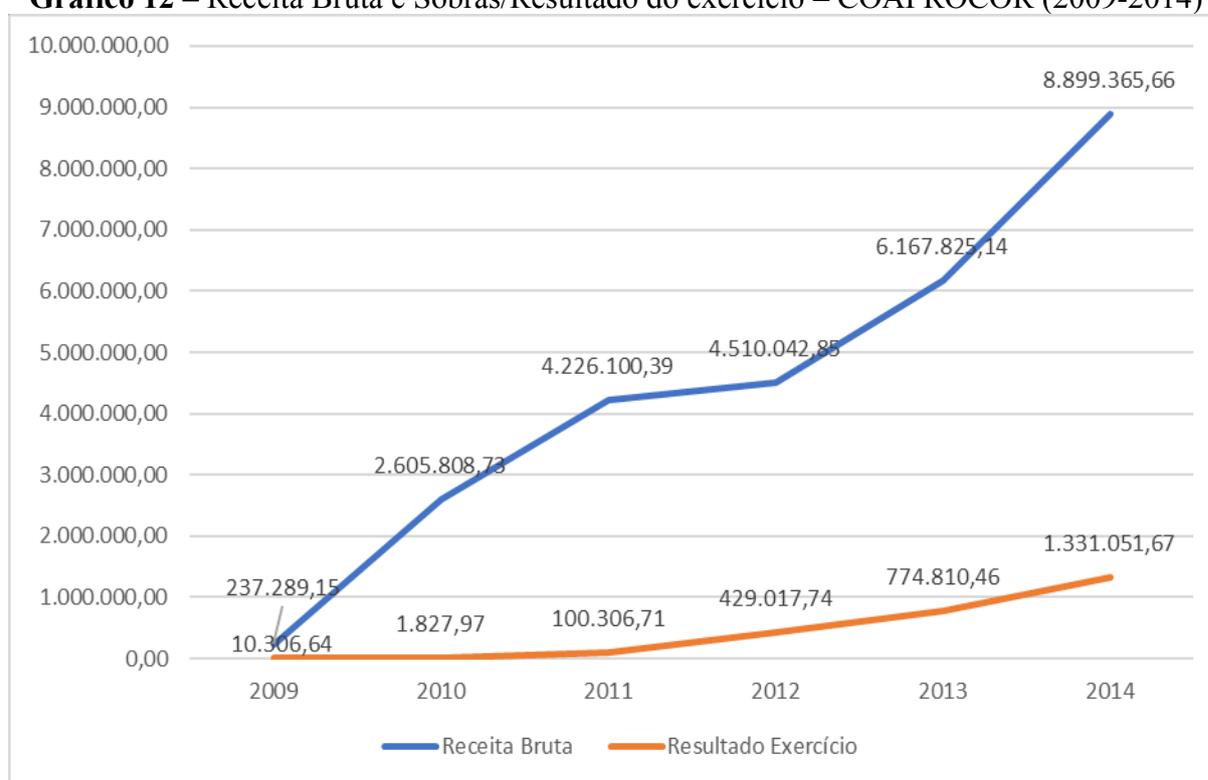
Cabe ressaltar que a COAPROCOR já iniciou suas atividades com um trabalho que estava sendo realizado pela APROCOR e encontraram alternativas para comercializar a produção e alavancar seus recursos, sendo possível evidenciar um constante incremento no valor distribuído aos seus associados (Gráfico 11). Em 2014, esse aumento foi de 12.814 % em relação a 2009 (ano que iniciaram as suas atividades). Sobre o bom desempenho econômico-financeiro da COAPROCOR, o agricultor e presidente da cooperativa evidencia que

Foi resultado de um trabalho realizado em anos anteriores, que levou ao crescimento rápido em 2013 e 2014. Desde o início do plantio do maracujá, em 2000, já tivemos um bom resultado. Iniciamos o plantio em sete produtores, posteriormente esse número foi aumentando e com apenas três, quatro anos de comercialização estávamos com mais de duzentos produtores plantando maracujá. Esse número foi crescendo, antes atendíamos somente Corumbataí do Sul, depois praticamente 12 a 15 municípios, de três mil quilos na indústria fomos para um milhão e meio de quilos de maracujá. Com relação ao mercado, iniciamos com a fruta direta que é a fruta *in natura* para as redes de supermercado no ano de 2003, com cinco mil e seiscentas caixas ano, mas já em 2005 a 2008 estávamos com quase sessenta mil caixas ano. Esse crescimento foi alavancando o crescimento da região, dos outros municípios e da agricultura familiar dessa região que tinha uma dependência de organização (Olavo Luciano, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.07.2017).

Diferentemente, a COAVRCAN iniciou suas atividades com a cooperativa, dependendo dos recursos públicos por meio dos programas PAA e PNAE, buscando soluções para comercialização e melhoria de renda dos seus cooperados. Em 2009, não houve movimentação financeira e em 2010 e 2012 passou por dificuldades econômico-financeiras, pois não houveram sobras, mas sim perdas/prejuízo.

O Gráfico 12 demonstra crescimento da receita da COAPROCOR e no resultado do exercício, sobretudo em 2013 e 2014. No Gráfico 13, observa-se que a COAVRCAN também apresentou evolução na receita bruta, as sobras, entretanto, tiveram períodos de queda, mas também aumentaram em 2013 e 2014.

Gráfico 12 – Receita Bruta e Sobras/Resultado do exercício – COAPROCOR (2009-2014)



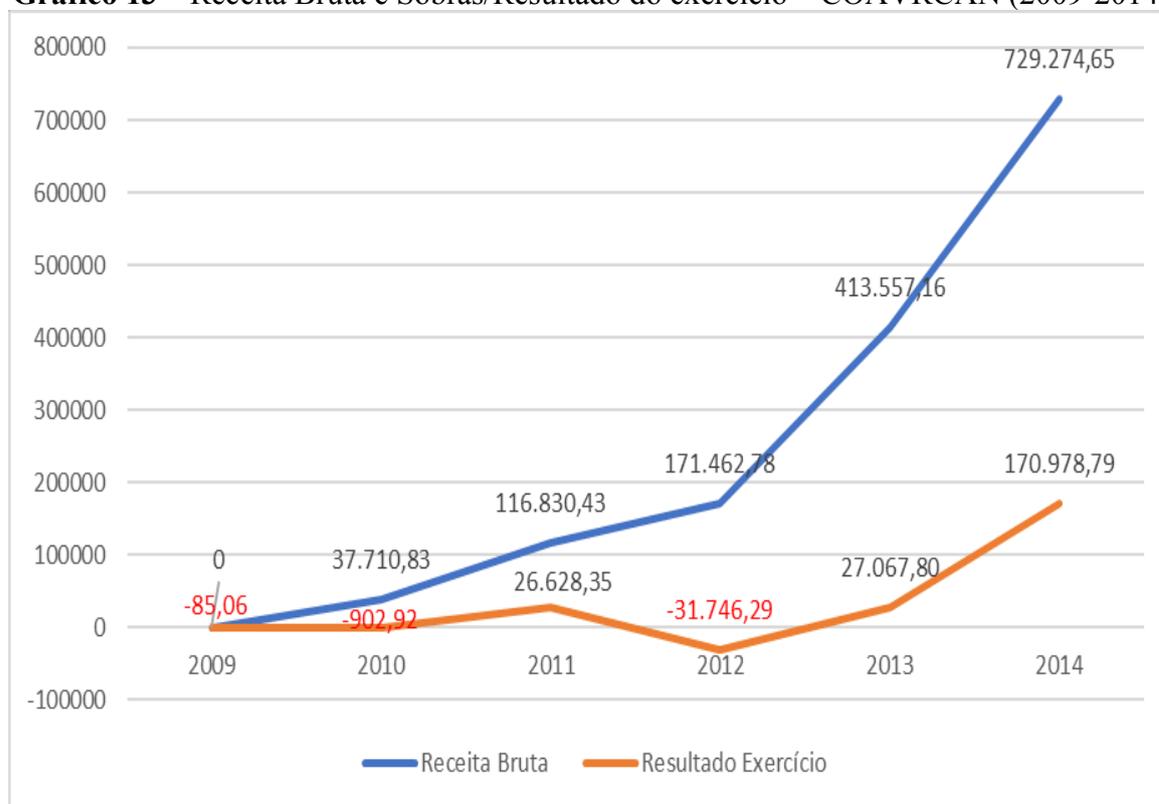
Fonte: dados da pesquisa (2017)

Verifica-se no Gráfico 12, que a COAPROCOR, a partir de 2010, demonstrou uma significativa evolução no seu desempenho econômico-financeiro (análise horizontal). A receita operacional bruta aumentou 3.650% em 2014 comparada a 2009, e as sobras (lucro líquido do exercício) do exercício cresceram 12.814% em 2014 com relação a 2009. O presidente da COAPROCOR também explica que os programas PAA e PNAE são fundamentais para o aumento da receita da cooperativa:

O PNAE deixa um resultado porque você faz a industrialização e dá uma possibilidade de ter uma rentabilidade maior, tanto para o cooperado quanto para a cooperativa. Agora o PAA não, isso tudo é discutido em assembleia, se é definido 20% para a cooperativa, é esse o percentual captado. Já, o PNAE é um pouco maior, 30%, porque a logística é muito ampla, você tem que ir em muitas escolas para entregar dois quilos, cinco quilos, dez quilos, área rural. A receita desses programas é bem representativa na cooperativa (Olavo Luciano, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.07.2017).

A COAVRCAN, apesar do crescimento gradativo em sua receita bruta (Gráfico 13), alcançando 1.833% em 2014 comparado a 2010, o gráfico aponta períodos em que houve prejuízos em vez de sobras.

Gráfico 13 – Receita Bruta e Sobras/Resultado do exercício – COAVRCAN (2009-2014)



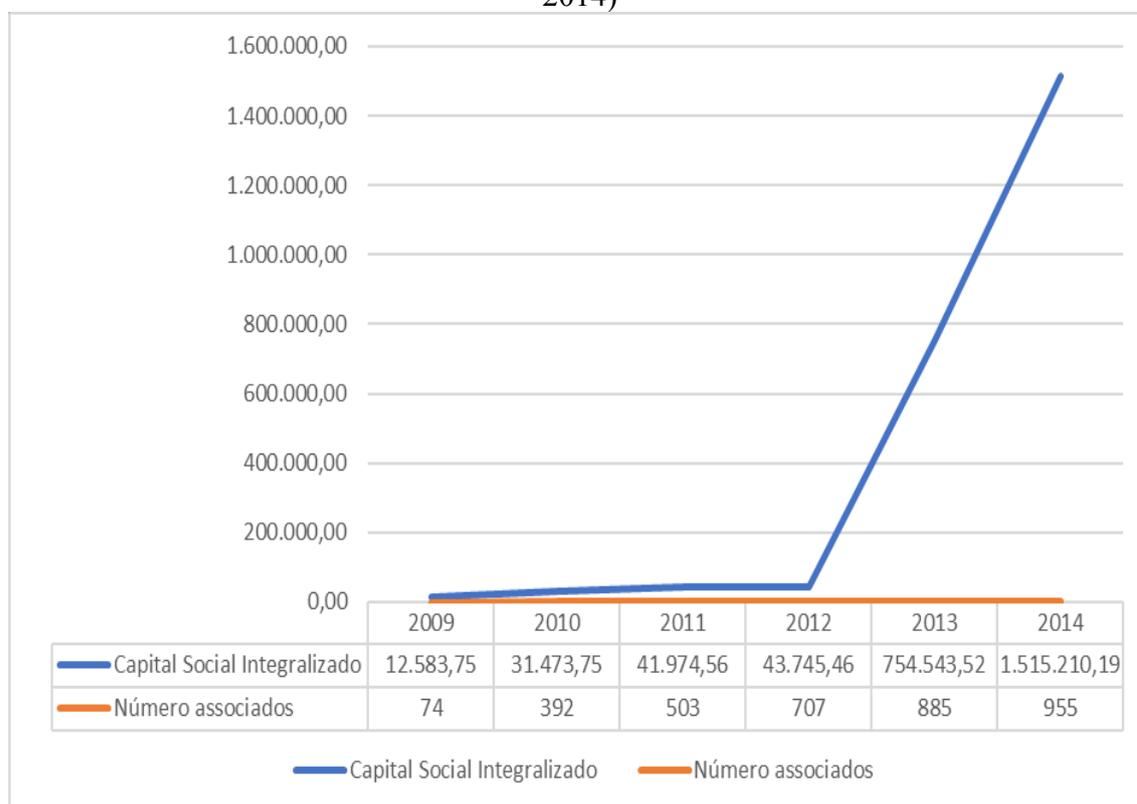
Fonte: dados da pesquisa (2017)

Os Gráficos 14 e 15 demonstram a evolução do capital social integralizado e o número dos associados de 2009 a 2014 da COAPROCOR e da COAVRCAN, dados utilizados para o cálculo do capital social integralizado médio.

O capital social representa a contribuição dos cooperados para a formação e manutenção das atividades da cooperativa. Já o patrimônio líquido refere-se ao montante de recursos próprios, também revela a saúde financeira da organização (LOPES, 2009). Diante disso, pode-se observar no Gráfico 14 que a COAPROCOR evoluiu no período estudado,

tanto em número de associados (1.190% em 2014 comparado a 2009) como no valor do Capital Social Integralizado (11.941% em 2014 com relação a 2009).

Gráfico 14 – Capital Social Integralizado e Número de Associados da COAPROCOR (2009-2014)

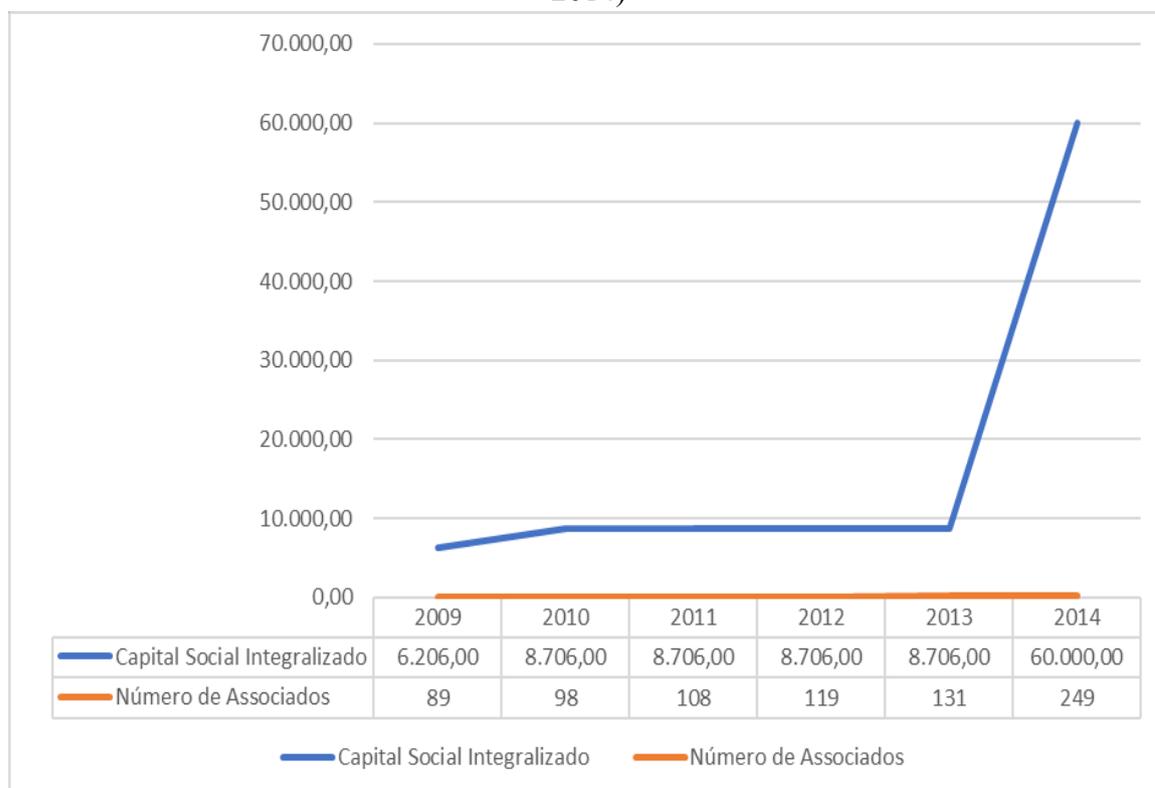


Fonte: dados da pesquisa (2017)

O capital social integralizado médio (CSIM) da COAPROCOR, calculado e sistematizado no Quadro 8, indica que a motivação do cooperado em operar com sua cooperativa também aumentou de 170,05 em 2009 para 1.586,01 em 2014 (na cooperativa essa divisão é realizada proporcionalmente as operações realizadas, mas o CSIM indica uma média integralizada por cooperado).

No Gráfico 15 (na sequência), verifica-se um crescimento no número de associados da COAVRCAN de 179,78% em 2014 comparado a 2009 e, no capital social integralizado também houve incremento, principalmente em 2014, saindo de R\$ 6.206,00 em 2009 para R\$ 60.000,00. O CSIM da COAVRCAN (Quadro 4) aumentou de 69,73 para 240,96.

Gráfico 15 – Capital Social Integralizado e Número de Associados da COAVRCAN (2009-2014)



Fonte: dados da pesquisa (2017)

Bialoskorski Neto (2002) estuda as variáveis que explicam o desempenho social das cooperativas, concluindo que a explicação do desempenho social é o resultado econômico e financeiro. Nessa perspectiva, um bom desempenho econômico e financeiro das cooperativas estudadas pode resultar em melhoria no seu desempenho social, afetando a vida dos seus cooperados.

Na próxima subseção, realizou-se a correlação de alguns indicadores econômico-financeiros analisados nesta seção com os indicadores socioeconômicos dos municípios estudados, com o objetivo de verificar se existe uma correlação positiva entre eles.

5.1.2 A Correlação entre os Indicadores de Análise de Desempenho das Cooperativas e os Indicadores Socioeconômicos dos Municípios

Neste estudo, espera-se um sinal positivo de correlação entre os indicadores de desempenho econômico-financeiros das cooperativas e os indicadores socioeconômicos dos municípios, definidos conforme descrição na metodologia (capítulo 3).

Na interpretação do coeficiente de correlação (CR) de Pearson (r), entender-se-á que, se o coeficiente for positivo, significa que quando o conjunto de valores da variável

independente aumenta ou diminui, o conjunto de valores da variável dependente caminha na mesma direção. Já, se o coeficiente em questão for negativo, a situação é contrária à mencionada anteriormente, isto é, se o conjunto de valores da variável independente aumenta ou diminui, o conjunto de valores da variável dependente diminui ou aumenta, respectivamente (LEVIN; FOX, 2004). Dessa forma, o Quadro 10 fornece um guia de como se poderá descrever e interpretar uma correlação dado o valor numérico.

Quadro 10 – Parâmetro de análise do Coeficiente de Correlação (CR) de “r”

- 1,00 ← correlação negativa perfeita	0,00 ← não há correlação	+ 0,10 ← fraca correlação positiva
- 0,60 ← forte correlação negativa		+ 0,30 ← correlação positiva moderada
- 0,30 ← correlação negativa moderada		+ 0,60 ← forte correlação positiva
- 0,10 ← fraca correlação negativa		+ 1,00 ← correlação positiva perfeita

Fonte: Levin e Fox (2004).

Sendo assim, as variáveis com fortes indicadores de correlação positiva, podem ser também aquelas com maior influência nas variáveis independentes, que representa um indicador socioeconômico do município. Já, com relação às outras variáveis que apresentam apenas coeficientes de correlação moderados ou fracos, indicam uma menor influência na variável independente. Todavia, ressalta-se que a análise de correlação permite a compreensão do comportamento de apenas algumas variáveis, não dimensionando a relação de causa e efeito entre elas.

No Quadro 11 (a seguir), encontram-se sistematizados os Coeficientes de Correlação dos indicadores econômico-financeiros e sociais das cooperativas e os indicadores socioeconômicos dos seus respectivos municípios.

Quando se analisa a correlação das despesas com pessoal da COAPROCOR e os indicadores de Corumbataí do Sul, com exceção do VBP da Agricultura (que apresentou índice negativo), observa-se uma forte correlação positiva em todos os demais, principalmente no número de empregos do comércio atacadista de 0,99 (praticamente perfeita), o VAF de 0,97, o número de empregos gerados (total) de 0,96 e o ICMS de 0,90.

Do mesmo modo, na análise da cooperativa COAVRCAN com o município de Iretama, verifica-se uma forte correlação positiva em todos os indicadores socioeconômicos. Os maiores índices referem-se ao número de estabelecimentos (total), VAF, PIB com 0,88, o VBP (total) 0,87 e o número de empregos gerados (total) 0,76. Isso indica que, quando essas

Quadro 11 – Coeficientes de Correlação de Pearson (r) envolvendo os indicadores econômico-financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN e os indicadores socioeconômicos dos seus respectivos municípios

COAPROCOR			COAVRCAN		
Variável Dependente (Cooperativa)	Variável Independente (Município)	Correlação de Pearson (r)	Variável Dependente (Cooperativa)	Variável Independente (Município)	Correlação de Pearson (r)
Despesas com Pessoal (com imposto)	Número de empregos gerados (total)	0,96	Despesas com Pessoal (com imposto)	Número de empregos gerados (total)	0,76
	Número empregos Comércio Atacadista	0,99		Número empregos Serviços	0,61
	Número de estabelecimentos (total)	0,73		Número de estabelecimentos (total)	0,88
	VBP (total R\$ 1.000,00)	0,72		VBP (total R\$ 1.000,00)	0,87
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	-0,03		VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	0,83
	VAF (total R\$ 1.000,00)	0,97		VAF (total R\$ 1.000,00)	0,88
	ICMS (R\$1,00)	0,90		ICMS (R\$ 1,00)	0,63
	PIB (total R\$ 1.000,00)	0,83		PIB (total R\$ 1.000,00)	0,88
Sobras disponíveis	Número de empregos gerados (total)	0,99	Sobras disponíveis	Número de empregos gerados (total)	0,66
	Número empregos Comércio Atacadista	0,97		Número empregos Serviços	0,17
	Número de estabelecimentos (total)	0,85		Número de estabelecimentos (total)	0,53
	VBP (total R\$ 1.000,00)	0,61		VBP (total R\$ 1.000,00)	0,53
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	-0,12		VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	0,62
	VAF (total R\$ 1.000,00)	0,94		VAF (total R\$ 1.000,00)	0,63
	ICMS (R\$1,00)	0,95		ICMS (R\$ 1,00)	0,23
	PIB (total R\$ 1.000,00)	0,74		PIB (total R\$ 1.000,00)	0,62
Receita Operacional Bruta	Número de empregos gerados (total)	0,91	Receita Operacional Bruta	Número de empregos gerados (total)	0,92
	Número empregos Comércio Atacadista	0,93		Número empregos Serviços	0,64
	Número de estabelecimentos (total)	0,78		Número de estabelecimentos (total)	0,81
	VBP (total R\$ 1.000,00)	0,84		VBP (total R\$ 1.000,00)	0,88
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	0,26		VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	0,95
	VAF (total R\$ 1.000,00)	0,99		VAF (total R\$ 1.000,00)	0,93
	ICMS (R\$1,00)	0,87		ICMS (R\$ 1,00)	0,72
	PIB (total R\$ 1.000,00)	0,93		PIB (total R\$ 1.000,00)	0,95

COAPROCOR			COAVRCAN		
Sobras (Lucro líquido Exercício)	Número de empregos gerados (total)	0,99	Sobras (Lucro líquido Exercício)	Número de empregos gerados (total)	0,72
	Número empregos Comércio Atacadista	0,99		Número empregos Serviços	0,27
	Número de estabelecimentos (total)	0,82		Número de estabelecimentos (total)	0,55
	VBP (total R\$ 1.000,00)	0,62		VBP (total R\$ 1.000,00)	0,59
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	-0,13		VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	0,69
	VAF (total R\$ 1.000,00)	0,95		VAF (total R\$ 1.000,00)	0,68
	ICMS (R\$1,00)	0,92		ICMS (R\$ 1,00)	0,35
	PIB (total R\$ 1.000,00)	0,75		PIB (total R\$ 1.000,00)	0,68
Capital Social Integralizado	Número de empregos gerados (total)	0,97	Capital Social Integralizado	Número de empregos gerados (total)	0,67
	Número empregos Comércio Atacadista	0,89		Número empregos Serviços	0,18
	Número de estabelecimentos (total)	0,99		Número de estabelecimentos (total)	0,57
	VBP (total R\$ 1.000,00)	0,48		VBP (total R\$ 1.000,00)	0,59
	VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	-0,17		VBP Agricultura (R\$ 1.000,00)	0,69
	VAF (total R\$ 1.000,00)	0,87		VAF (total R\$ 1.000,00)	0,70
	ICMS (R\$1,00)	0,98		ICMS (R\$ 1,00)	0,27
	PIB (total R\$ 1.000,00)	0,61		PIB (total R\$ 1.000,00)	0,71

Fonte: elaborado pela autora (2017)

despesas cresceram (pois geram renda), no período estudado, as variáveis independentes correlacionadas também cresceram fortemente.

A correlação gerada entre as sobras disponíveis da COAPROCOR e os indicadores, seguem a mesma linha, sendo que o número de empregos gerados (total), o número de empregos no comércio atacadista, o VAF e o ICMS, apresentam uma correlação praticamente perfeita, de 0,94 a 0,99, somente o VBP na agricultura apresentou correlação negativa.

Em relação às sobras disponíveis da COAVRCAN e os indicadores de Iretama, observou-se forte correlação positiva com quatro variáveis independentes: no número de empregos gerados (total) de 0,66, no VBP agricultura de 0,62, no VAF de 0,63 e no PIB de 0,62. No ICMS e no número de empregos do setor de serviços constata-se uma fraca correlação positiva. Quando as sobras aumentam, o número de estabelecimentos (total) e o VBP crescem moderadamente, ambas variáveis com um índice de 0,53.

Na correlação entre receita operacional bruta e os indicadores socioeconômicos de Corumbataí do Sul, constata-se uma fraca correlação positiva somente no VBP da agricultura, pois verifica-se que à medida que a receita da cooperativa aumenta gradativamente, no período estudado, o VBP da agricultura tem queda em alguns anos e crescimento em outros. Contudo, alguns indicadores apresentam uma correlação praticamente perfeita, estes são: VAF (total) 0,99, PIB (total) 0,93, número de empregos no comércio atacadista 0,93, número de empregos gerados (total) 0,91. O ICMS e o número de estabelecimentos também apresentaram uma forte correlação positiva com os índices 0,87 e 0,78, respectivamente. Em contrapartida, as correlações entre esses indicadores no município de Iretama apresentaram-se praticamente perfeitas no PIB (total) e no VBP Agricultura com índices de 0,95, no VAF (total) de 0,93 e no número de empregos gerados de 0,92, como também uma forte correlação positiva nos demais indicadores.

Quanto às sobras líquidas do exercício da COAPROCOR, verifica-se, no Quadro 11, uma correlação praticamente perfeita com o número de empregos gerados (total) de 0,99, o número de empregos do comércio atacadista de 0,99, o VAF (total) de 0,95 e o ICMS de 0,92. Com exceção do VBP na agricultura que apresentou uma fraca correlação negativa, quando os valores das sobras líquidas cresceram, os demais indicadores do município (PIB, número de estabelecimento e VBP total) também cresceram fortemente indicando uma possível influência da COAPROCOR.

De outra forma, as sobras líquidas do exercício da COAVRCAN demonstraram, no período analisado, uma correlação positiva moderada no número de empregos do setor de serviços em 0,27, no ICMS (total) de 0,35, no número de estabelecimentos (total) de 0,55 e no

VPB (total) de 0,59. Além disso, os outros indicadores apresentaram uma forte correlação positiva, destacando-se: número de empregos gerados (total) de 0,72, VBP da agricultura de 0,69, PIB (total) de 0,68 e VAF (total) de 0,68.

Na análise da relação do capital social integralizado da COAPROCOR com os indicadores de Corumbataí do Sul, constata-se que, quando este aumenta, também existe incremento no número de empregos gerados (0,97), o número de estabelecimentos (0,99), o ICMS (0,98), o número de empregos no comércio atacadista (0,89), o VAF total (0,87) e o PIB (0,61). O VBP da agricultura, do mesmo modo que nos demais indicadores já observados, possui uma fraca correlação negativa (-0,17) e o VBP total possui uma correlação positiva moderada com o índice de 0,48.

Já na relação entre o capital social integralizado da COAVRCAN e os indicadores de Iretama observa-se uma forte correlação positiva entre 4 indicadores, são eles: PIB total 0,71, VAF total 0,70, VBP da agricultura 0,69 e número de empregos gerados 0,67. Verifica-se, no Quadro 11, uma fraca correlação positiva no número de empregos no setor serviços 0,17 e no ICMS 0,27, e entre os demais indicadores nota-se uma correlação positiva moderada.

Na correlação entre os indicadores econômico-financeiros das cooperativas e os indicadores socioeconômicos dos seus respectivos municípios, identificou-se, com exceção do VBP da agricultura em Corumbataí do Sul, que existe correlação positiva, considerando o período analisado, assim, quanto maior o desempenho econômico e financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN, maior será o crescimento dos indicadores sociais e econômicos estudados dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

5.1.3 A Participação das Cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN no Desenvolvimento Local: o Crescimento dos Indicadores Socioeconômicos em Corumbataí do Sul e Iretama

Os indicadores socioeconômicos estudados representam a movimentação da economia nos municípios, conseqüentemente o consumo, a geração de emprego e de renda. Nesse sentido, realizou-se uma comparação entre a evolução desses indicadores e a atuação das cooperativas neste período. Para isso, utilizou-se dados dos órgãos governamentais, dados financeiros da COAPROCOR e da COAVRCAN e a realização de entrevistas.

Nas Tabelas 16 e 17 verifica-se o número de empregos (RAIS) por segmento e o percentual do setor em relação ao total, no período de 2009 a 2014, dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

Tabela 16 – Número de empregos (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Corumbataí do Sul

Empregos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Indústria	30	7,77	36	9,42	34	8,70	30	7,26	30	6,86	20	4,06
Construção Civil	-	-	2	0,52	4	1,02	5	1,21	3	0,69	3	0,61
Comércio Varejista	44	11,40	46	12,04	49	12,53	47	11,38	51	11,67	81	16,43
Comércio* Atacadista	15	3,89	16	4,19	23	5,88	44	10,65	53	12,13	74	15,01
Serviços	243	62,95	229	59,95	229	58,57	244	59,08	270	61,78	284	57,61
Agropecuária	54	13,99	53	13,87	52	13,30	43	10,41	30	6,86	31	6,29
Total	386	100,00	382	100,00	391	100,00	413	100,00	437	100,00	493	100,00

*Onde estão computados os empregos gerados pela COAPROCOR, conforme o CNAE principal 46.33-8-01 (Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos)

Fonte: IPARDES (2017) – organizada pela autora

Nota: (-) sem informações

Tabela 17 – Número de empregos (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama

Empregos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Indústria	41	3,49	45	3,80	45	3,44	18	1,40	19	1,36	48	3,33
Construção Civil	37	3,15	31	2,62	36	2,75	16	1,24	13	0,93	112	7,77
Comércio varejista	105	8,94	122	10,31	154	11,76	160	12,41	178	12,77	174	12,07
Comércio atacadista	49	4,17	50	4,23	56	4,27	84	6,52	79	5,67	64	4,44
Serviços*	813	69,25	820	69,32	892	68,09	890	69,05	983	70,52	903	62,66
Agropecuária	129	10,99	115	9,72	127	9,69	121	9,39	122	8,75	140	9,72
Total	1.174	100,00	1183	100,00	1310	100,00	1289	100,00	1394	100,00	1441	100,00

*Onde estão computados os empregos gerados pela COAVRCAN, conforme o CNAE principal 94.12-0-99 (outras atividades associativas profissionais)

Fonte: IPARDES (2017) – organizada pela autora

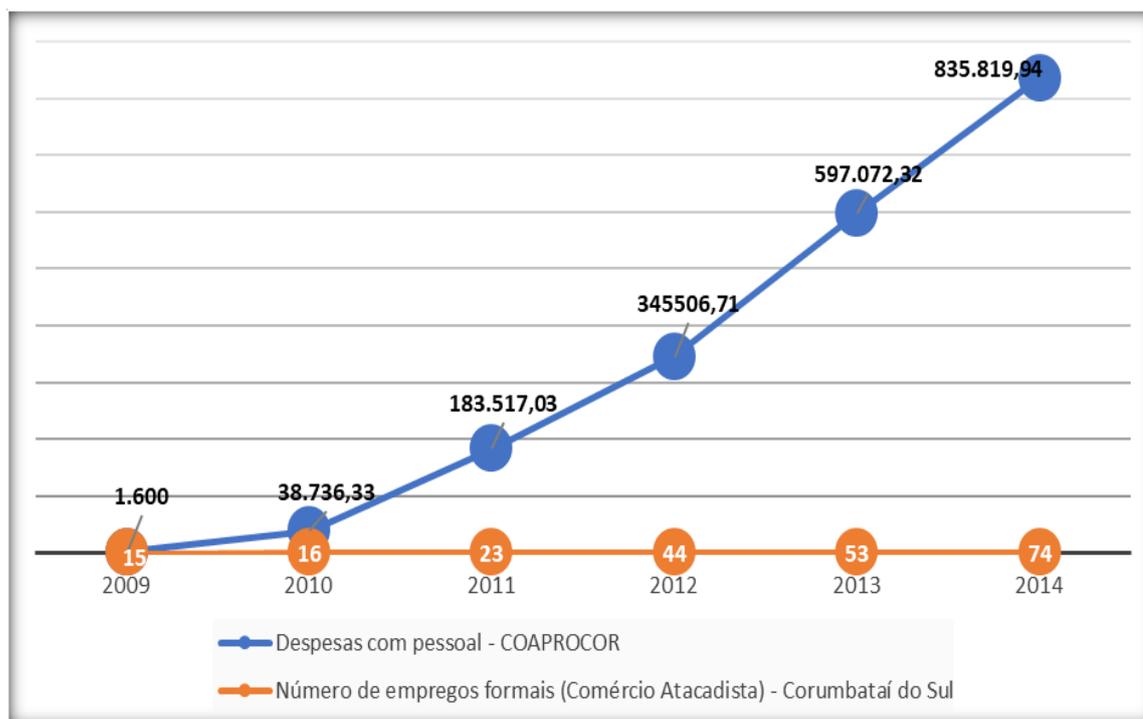
A geração de empregos em Corumbataí do Sul, conforme a Tabela 16, ampliou em 27,72% de 2009 para 2014 e em Iretama esse percentual foi de 22,74% (Tabela 17). Observa-se ainda que os índices de correlação (Quadro 11) entre as variáveis dependentes (da cooperativa) e o número de empregos gerados, incluindo o setor comércio atacadista, foram de 0,89 a 0,99, indicando um forte relacionamento entre essas variáveis.

A COAPROCOR enquadra-se na classificação de comércio atacadista (conforme sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)), no município essa atividade teve uma evolução constante no período estudado, com participação de 3,89% em 2009 e 15,01% em 2014 (ano com o maior número de empregos nesse setor).

No mesmo período, conforme o Gráfico 16 (na sequência), tanto as despesas da cooperativa com pessoal quanto o número de empregos nessa atividade, aumentaram consideravelmente. Em 2012, o número de empregos no comércio atacadista cresceu 91%

comparado a 2011, da mesma forma as despesas da cooperativa com pessoal tiveram um incremento de 88,27%.

Gráfico 16 – Despesas da COAPROCOR com Pessoal e Número de Empregos Formais no comércio atacadista em Corumbataí do Sul (2009- 2014)

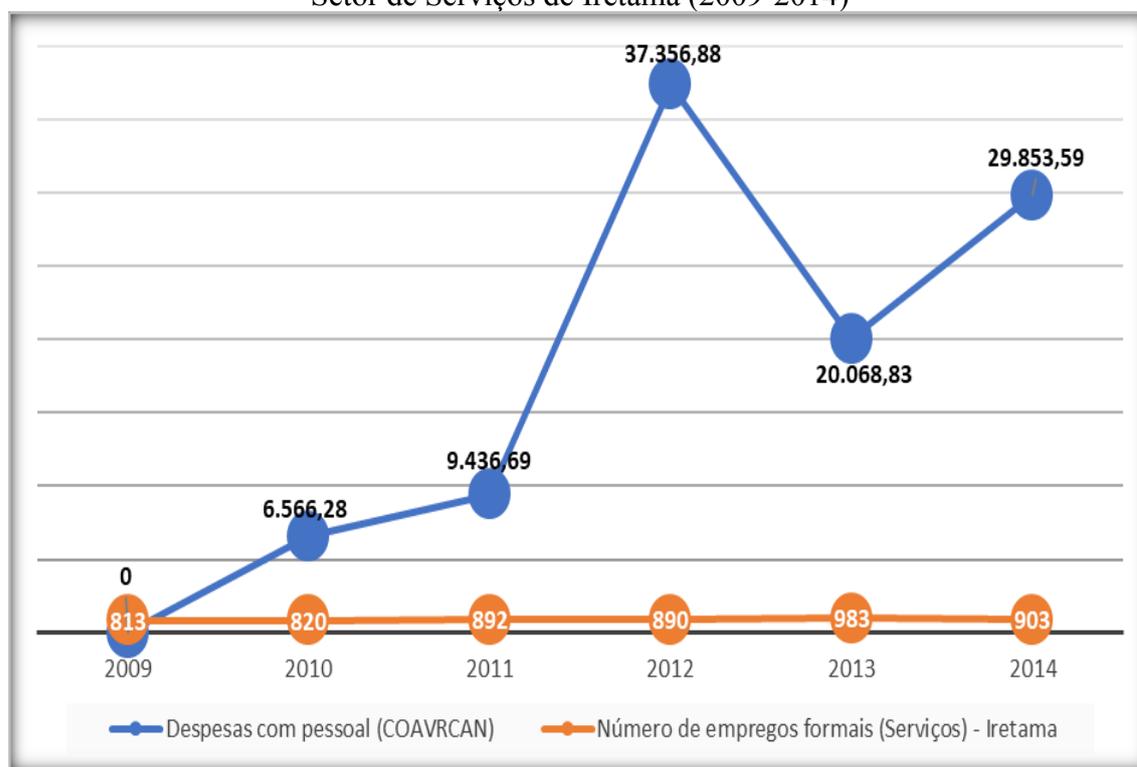


Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), IPARDES (2017)

Já a COAVRCAN enquadra-se no segmento serviços, conforme a Tabela 17. Esse setor é responsável por aproximadamente 67% dos empregos gerados em Iretama, sua maior participação ocorreu em 2013 com 70,52% do total. Em 2014, o segmento teve uma expansão de 11,07% comparado a 2009. Os índices de correlação (Quadro 11) entre as variáveis dependentes (da cooperativa) e o número de empregos gerados, foram de 0,66 a 0,92, menor que os índices da COAPROCOR, porém, também demonstra um forte relacionamento entre essas variáveis.

Verifica-se, no Gráfico 17, na sequência, que a COAVRCAN aumentou suas despesas com pessoal no período estudado. Ao verificar-se a correlação (Quadro 11) entre as despesas com pessoal e os números de empregos gerados no setor de serviços, identifica-se uma forte correlação entre essas variáveis de 0,61, porém menor que a da COAPROCOR em seu segmento (0,99). Por outro lado, nota-se também no Gráfico 17, que mesmo sem a atuação da cooperativa, em 2009 esse segmento já empregava 813 funcionários.

Gráfico 17 – Despesas da COAVRCAN com pessoal e Número de Empregados Formais do Setor de Serviços de Iretama (2009-2014)



Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), IPARDES (2017)

Ressalta-se que a atividade do comércio atacadista, na qual a COAPROCOR está classificada, possui uma baixa participação no total de empregos gerados pelo município, podendo caracterizar poucas empresas atuando nesse setor. Assim, a COAPROCOR possui um papel representativo no desenvolvimento desse segmento. Por outro lado, em Iretama é o setor de serviços que mais gera empregos no município, portanto, além da COAVRCAN possivelmente outras empresas estão atuando fortemente no desenvolvimento desta atividade.

Nas Tabelas 18 e 19 encontram-se os números de estabelecimentos formais dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama de 2009 a 2014.

Tabela 18 – Número de estabelecimentos formais (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Corumbataí do Sul

Estabelecimentos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Indústria	6	8,57	6	8,33	5	6,94	5	7,14	7	9,72	7	8,33
Construção Civil	-		2	2,78	1	1,39	2	2,86	2	2,78	9	10,71
Comércio varejista	21	30,00	24	33,33	23	31,94	23	32,86	25	34,72	31	36,90
Comércio atacadista	1	1,43	2	2,78	2	2,78	2	2,86	2	2,78	2	2,38
Serviços	17	24,29	14	19,44	16	22,22	16	22,86	15	20,83	16	19,05
Agropecuária	25	35,71	24	33,33	25	34,72	22	31,43	21	29,17	19	22,62
Total	70	100,00	72	100,00	72	100,00	70	100,00	72	100,00	84	100,00

Fonte: IPARDES (2017) – organizada pela autora

Nota: (-) sem informações

Tabela 19 – Número de estabelecimentos formais (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama

Estabelecimentos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Indústria	6	3,75	5	3,13	6	3,17	5	2,55	4	2,04	9	4,35
Construção Civil	8	5,00	8	5,00	11	5,82	6	3,06	4	2,04	7	3,38
Comércio varejista	54	33,75	51	31,88	65	34,39	70	35,71	71	36,22	72	34,78
Comércio atacadista	4	2,50	3	1,88	2	1,06	5	2,55	4	2,04	5	2,42
Serviços	25	15,63	25	15,63	33	17,46	37	18,88	35	17,86	33	15,94
Agropecuária	63	39,38	68	42,50	72	38,10	73	37,24	78	39,80	81	39,13
Total	160	100,00	160	100,00	189	100,00	196	100,00	196	100,00	207	100,00

Fonte: IPARDES (2017) – organizada pela autora

As cooperativas, a partir de sua atuação, podem impulsionar a economia local, ampliando o número de empregos, comercializando os produtos de seus associados e proporcionando renda para fomentar o comércio da região, impulsionando o aumento de estabelecimentos formais no município. No caso de Corumbataí do Sul, conforme os dados da Tabela 18, o número de estabelecimentos passou de 70 em 2009 para 84 em 2014, um aumento de 20%, com destaque para o comércio varejista, pois representa 36,9% do total. Na análise de correlação, esse indicador apresenta forte relação com os indicadores da COAPROCOR.

No município de Iretama também houve crescimento no número de estabelecimentos (Tabela 19), passando de 160 em 2009 para 207 em 2014, um incremento de 29,38%, sendo que dois setores se destacam: a agropecuária, com 39,13% do total, e o comércio varejista, com 34,78% do total. Além disso, dois indicadores econômico-financeiros da COAVRCAN demonstraram forte correlação positiva com esses números, os quais são: despesas com pessoal e receita operacional bruta.

O presidente da COAVRCAN comenta que os valores recebidos pelos produtores da comercialização para o PNAE estadual movimentam o comércio local.

[...] O que acontece com esse dinheiro? Ele volta para o comércio. O produtor vende, recebe aqui e gasta aqui no comércio. Na verdade, é uma cadeia, um vai puxando o outro [...] a cooperativa COAVRCAN trabalha com o sócio no município, por exemplo, Campina da lagoa a gente faz entrega e o sócio é de lá, a gente não quer levar produto de fora, a gente só leva quando falta, então para o desenvolvimento do município é muito importante (Sr. Frederico Igor Westphal secretário da agricultura de Iretama, 24.07.2017).

As Tabelas 20 e 21 demonstram os valores referente ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) de Corumbataí do Sul e Iretama. De acordo com Mourão (2008, p. 141), o Valor Adicionado é “as REMUNERAÇÕES MONETÁRIAS dos Fatores de Produção, em cada

Setor integrante da CADEIA PRODUTIVA. Esse conceito põe em relevo o regime de dependência recíproca em que operam os setores produtivos”.

Tabela 20 – Valor Adicionado Fiscal (VAF) R\$ 1.000,00 e percentual (%) do setor em relação ao total – Corumbataí do Sul

VAF (R\$ 1000,00)	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Produção Primária	9.346	75,87	15.559	80,95	14.712	67,61	18.181	69,87	23.048	74,75	28.623	74,52
Indústria	763	6,19	884	4,60	1.207	5,55	1.369	5,26	1.157	3,75	912	2,37
Comércio/ Serviços	2.167	17,59	2.776	14,44	5.835	26,81	6.472	24,87	6.617	21,46	8.865	23,08
Recursos/ Autos	40	0,32	-		5	0,02	-		12	0,04	10	0,03
Per Capita	2	0,02	4	0,02	5	0,02	6	0,02	7	0,02	10	0,03
Total	12.318	100,00	19.220	100,00	21.761	100,00	26.023	100,00	30.835	100,00	38.411	100,00

Fonte: IPARDES (2017) – organizada pela autora

Nota: (-) sem informações

O Valor Adicionado Fiscal (VAF) é caracterizado como um indicador econômico/contábil utilizado pelo Estado para calcular o repasse da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS) aos municípios e representa a soma das operações e prestações realizadas em seu território (Soares *et al.*, 2011). Esse índice tem influência direta no crescimento e no desenvolvimento econômico e social dos municípios, devido à sua capacidade de produção.

Diante de tal importância, no município de Corumbataí do Sul (Tabela 20), identifica-se, no período analisado, que a produção primária representa em média 74% do VAF, evidenciando a significativa contribuição desse segmento para a economia local. Em segundo lugar, saindo de 17,59% em 2009, para 23,08% em 2014 está o setor de comércio e serviços, com predominância nesse setor as ações da COAPROCOR, cuja atividade principal está classificada no CNAE 46.33-8-01 (comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos).

Os cooperados da COAPROCOR relataram a importância da cooperativa para o desenvolvimento da economia local, ressaltando que “a cooperativa traz renda para o município ao proporcionar renda para o produtor, permitindo que as pessoas permaneçam no município, pois se não tiver população, não tem arrecadação” (AF 3, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

Outro agricultor relatou que a cooperativa “foi muito importante quando produziu muito” (AF 2, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017), referindo-se aos resultados da cooperativa antes da queda na produção do maracujá devido a virose.

Nos índices de correlação, observa-se (Quadro 11) uma correlação praticamente perfeita em quase todos os indicadores da COAPROCOR e o VAF total, variando de 0,89 a 0,99. Do mesmo modo, os da COAVRCAN também demonstram uma forte correlação positiva com o VAF, de 0,63 a 0,93.

No município de Iretama (Tabela 21), a produção primária representa, em média, 66% do VAF com progresso gradativo, passando de 57,59% em 2009 para 73,74% em 2014. O setor de serviços está em segundo lugar, mas apresentando queda, passando de 34,05% em 2009 para 22% em 2014.

Tabela 21 – Valor Adicionado Fiscal (VAF) R\$ 1.000,00 e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama

VAF (R\$ 1000,00)	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Produção Primária	24.521	57,59	32.164	58,65	49.915	67,44	61.286	69,43	70.148	68,67	89.462	73,74
	3.555	8,35	6.238	11,37	7.374	9,96	8.681	9,83	6.953	6,81	5.172	4,26
Comércio/ Serviços	14.496	34,05	16.364	29,84	16.728	22,60	18.301	20,73	24.975	24,45	26.685	22,00
Recursos/Autos	3	0,01	77	0,14	-	-	-	-	77	0,08	-	-
Per Capita	3	0,01	5	0,01	7	0,01	8	0,01	9	0,01	11	0,01
Total	42.576	100,00	54.845	100,00	74.018	100,00	88.268	100,00	102.155	100,00	121.320	100,00

Fonte: IPARDES (2017) – organizada pela autora

Nota: (-) sem informações

Para os cooperados da COAVRCAN entrevistados, a cooperativa contribui para o desenvolvimento local porque, além de trazer recursos oriundos dos programas governamentais, gera renda para os agricultores e para terceiros que dependem da cooperativa. Relataram também que esse montante é gasto pelo produtor no município de Iretama.

Na verdade, traz muito dinheiro, pois tem os recursos estaduais, acontece de uma cidade ter produtor, mas ele não entregar os produtos, por exemplo em Luiziana, aquele dinheiro acaba voltando para Iretama, para o comércio da cidade, pois a cooperativa pega o produto daqui quando não tem em outro município e faz a entrega (AF 4, cooperado da COAPROCOR, 24.07.2017).

Além do financeiro, o dinheiro que recebemos, gastamos no comércio dentro do próprio município, isso é um ciclo... A cooperativa hoje é de vital importância para o desenvolvimento do município e automaticamente dos cooperados que fazem parte dela e dos terceiros que também sobrevivem dela, pois algumas pessoas de maneira indireta ganham dinheiro com a cooperativa (AF 5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Verifica-se ainda, nas Tabelas 20 e 21, um crescimento consecutivo no VAF total dos dois municípios: Corumbataí do Sul com 211,83% e Iretama com 184,95% em 2014 comparado a 2009. De certo, quanto mais alto for o VAF de um município, maior será o valor a receber e a disponibilidade de recursos para a cidade realizar investimentos públicos e melhorar as condições de vida de seus habitantes.

O Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios estudados compreende o valor adicionado pelas transações econômicas de mercado, que se constituam em fato gerador do ICMS (MOURÃO, 2008). E o Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS) é um imposto indireto e “trata-se de um percentual aplicado aos preços de mercados para convertê-lo em PRODUÇÃO FÍSICA GOVERNAMENTAL” (MOURÃO, 2008, p. 48, destaques do autor).

[...] o consumidor final, ao recolher Imposto Indireto está automaticamente financiando os Serviços Públicos dos quais se beneficiará a exemplo de: escolas, hospitais, apoio à criança desamparada, segurança pública, lazer coletivo etc. Do mesmo modo, as empresas também estarão usufruindo dos Impostos Indiretos quando utilizam a Infraestrutura Econômica que o Governo disponibiliza para a consecução do Processo Produtivo empresarial (MOURÃO, 2008, p. 48).

Em vista disso, o aumento do valor arrecadado interfere diretamente no âmbito social e econômico, pois o município disponibilizará de mais recursos para investir em educação, segurança, saúde, infraestrutura. Para arrecadar recursos, o município necessita de movimentação na economia local, da população, de novas empresas. O presidente da COAVRCAN e um cooperado da COAPROCOR relataram a importância do pequeno produtor e da cooperativa para o município:

No nosso município se tirar a cooperativa, o município “vai para baixo”, porque não tem outro produtor, é só o pequeno produtor. O produtor de soja, ele vende o seu produto e vai gastar o dinheiro em Campo Mourão ou Maringá, ele não gasta aqui. Já com o pequeno produtor é diferente, ele recebe o seu dinheiro hoje e vai fazer a compra dele, pagar qualquer coisa, mas é aqui, dentro do município. Então, se não tivesse a cooperativa, um município pequeno como o nosso, que tem menos de 10.000 habitantes, não iria crescer, porque quem está movimentando é o pequeno produtor (Elpídio Ferraz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

A gente que é produtor, precisa de uma associação. Na verdade, se não tem a associação em Corumbataí, o município seria um cemitério, porque só tem aposentado, e o preço do café não está pagando o trabalho e agora a gente não perde nada, tudo o que você produz, você vende. (AF 3 cooperado da COAPROCOR, 17.07.2017).

Na Tabela 22 (abaixo), constam os valores do ICMS arrecadado pelos municípios analisados, no período de 2009 a 2014. O acréscimo no valor arrecadado do ICMS em Corumbataí do Sul de 342,41% (2014 comparado a 2009) mostra-se significativo. Nota-se que, em 2013, o valor praticamente triplicou em relação ao ano anterior (passando de R\$ 14.214 para R\$ 42.562). Correlacionando esse indicador com as variáveis da COAPROCOR, nota-se uma correlação praticamente perfeita entre todas elas, de 0,87 a 0,98.

Tabela 22 – ICMS Arrecadado pelos municípios (R\$ 1,00) – Corumbataí do Sul e Iretama

Localidade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Corumbataí do Sul	12.914	21.178	18.813	14.214	42.562	57.133
Iretama	267.373	247.862	300.466	334.749	472.107	376.324

Fonte: SEFA; IPARDES (2017) – organizada pela autora

Já Iretama apresentou, no período analisado, um crescimento descontínuo, com queda em 2010 e 2014 com relação ao ano anterior, no entanto, comparando 2009 a 2014 houve evolução de 42,89%, e 2013 foi o ano de maior arrecadação. Nota-se, no Quadro 11, que esse indicador somente obteve uma forte correlação positiva com dois indicadores econômico-financeiros da COAVRCAN: despesas com pessoal (0,63) e receita bruta operacional (0,72).

As Tabelas 23 e 24 apresentam os repasses estaduais aos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

Tabela 23 – Repasses estaduais ao município de Corumbataí do Sul

Ano	ICMS		Fundo de Exportação	Royalties Petróleo	IPVA	Total Repasse líquido
	Repassse Bruto	Repassse Líquido				
2009	1.262.870,25	1.010.296,41	21.645,27	9,01	65.247,98	1.097.198,67
2010	1.380.009,91	1.104.008,12	25.445,88	0,00	66.448,58	1.195.902,58
2011	1.564.469,33	1.251.575,69	26.229,68	0,00	86.856,66	1.364.662,03
2012	1.699.909,66	1.359.927,93	23.797,28	0,00	99.495,40	1.483.220,61
2013	2.505.068,31	2.004.054,88	32.256,25	789,27	109.884,71	2.146.985,11
2014	2.722.656,26	2.178.125,23	35.087,47	991,30	122.651,35	2.336.855,35

Fonte: SEFA (2017) – organizada pela autora

Tabela 24 – Repasses estaduais ao município de Iretama

Ano	ICMS		Fundo de Exportação	Royalties Petróleo	IPVA	Total Repasse líquido
	Repassse Bruto	Repassse Líquido				
2009	2.304.331,31	1.843.465,24	38.992,01	15,84	185.354,96	2.067.828,05
2010	2.532.329,38	2.025.863,70	46.694,12	0,00	211.298,19	2.283.856,01
2011	2.827.754,00	2.262.203,42	47.456,92	0,00	245.728,16	2.555.388,50
2012	3.106.405,36	2.485.124,49	43.488,92	0,00	290.016,45	2.818.629,86
2013	3.881.048,67	3.104.839,16	49.948,92	1.222,17	342.177,90	3.498.188,15
2014	4.588.642,63	3.670.914,32	58.959,50	1.671,22	432.083,26	4.163.628,30

Fonte: SEFA (2017) – organizada pela autora

O ICMS representa, em média, 92% e o IPVA 6% do total de repasses ao município de Corumbataí do Sul. Em Iretama, essa proporção é de 89% do ICMS e 10% do IPVA. Evidencia-se, nas Tabelas 23 e 24, um incremento consecutivo no total de repasse líquido, nos dois municípios, sobretudo em 2013. Em Corumbataí do Sul, esse aumento foi de 112,98% e, em Iretama, 101,35% no ano de 2014 comparado a 2009. De acordo com Soares *et al.* (2011) o rateio do ICMS aos municípios é realizado por critérios ordenados, por variáveis que apontam deter as dimensões das necessidades dos municípios, como a população, evasão escolar, mortalidade infantil, área e, principalmente, o Valor Adicionado Fiscal.

Na Tabela 25, encontram-se os valores de outro importante indicador socioeconômico, o Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (VBP), o qual representa uma estimativa da geração de renda no meio rural, revertendo em uma variável relevante para acompanhamento do desempenho do setor como um todo. Engloba produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca, dentre outros (PARANÁ, 2017).

Tabela 25 – Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (VBP - R\$ 1.000,00) e percentual (%) por variável em relação ao VBP total – Corumbataí do Sul e Iretama

Localidade	Variável	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
		Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Corumbataí do Sul	Agricultura	14.649	69,29	23.552	71,96	28.274	70,00	20.671	56,67	22.429	49,23	19.734	48,10
	Florestais	290	1,37	315	0,96	383	0,95	401	1,10	393	0,86	415	1,01
	Pecuária	6.202	29,33	8.863	27,08	11.734	29,05	15.406	42,23	22.741	49,91	20.878	50,89
	Total	21.143	100,00	32.731	100,00	40.391	100,00	36.479	100,00	45.564	100,00	41.028	100,00
Iretama	Agricultura	16.053	36,95	14.972	24,97	21.905	26,43	27.378	28,47	36.343	31,48	40.930	33,44
	Florestais	1.524	3,51	2.470	4,12	12.197	14,72	13.608	14,15	6.401	5,54	5.501	4,49
	Pecuária	25.868	59,54	42.508	70,90	48.782	58,86	55.180	57,38	72.699	62,97	75.981	62,07
	Total	43.446	100,00	59.951	100,00	82.885	100,00	96.167	100,00	115.444	100,00	122.413	100,00

Fonte: IPARDES (2017) – organizada pela autora

O VBP da agricultura em Corumbataí do Sul (Tabela 25) aumentou 35% em 2014 com relação a 2009, contudo sua participação no VBP total diminuiu, passando de 69% em 2009 para 48,10% em 2014. Esses decréscimos influenciaram na correlação negativa entre a maioria dos indicadores da COAPROCOR. Possivelmente, esse resultado ocorreu com o incremento no VBP da Pecuária (passando de 29,33% do total em 2009 para 50,89% em 2014). Cabe ressaltar que a partir de 2012, como já foi mencionado nesse estudo, também houve queda na produção de maracujá, influenciando na redução do VBP na agricultura. O VBP total aumentou 94%.

A COAPROCOR, no período estudado, passou por vários desafios para alavancar a produção e a atividade comercial da cooperativa, mas o maior deles foi a redução na produção do maracujá, devido à virose. O produtor e presidente da cooperativa relata como isso afetou a cooperativa e seus associados e como funciona a demanda de mercado nesse caso:

[...] o maior desafio, na minha opinião, e que estamos vencendo, foi a chegada da virose, gerando a diminuição da produção do maracujá, que é o carro-chefe da cooperativa. O que acontece? O mercado desenha o oposto ao trabalho da cooperativa, porque o cooperado só fica contente, ou seja, só é realmente fiel, enquanto está precisando da cooperativa. Assim são todos os produtores, com a diminuição do fruto por causa da virose representou para o associado que ele não dependia da cooperativa porque ficou fácil de comercializar com o mercado porque havia pouco produto. [...] o produtor passa a não entregar toda a produção na cooperativa. Contudo, nesse ano, com o trabalho que foi feito, vencemos a virose e aprendemos com a nova tecnologia a retomar a produção. Toda a produção da fruta já está voltando novamente para a cooperativa, porque tem muita fruta sendo entregue para comercializarmos, então isso é um desafio: você estar informando aos cooperados da necessidade, mesmo na hora que esteja fácil para comercializar, estar presente na cooperativa (Olavo, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.07.2017).

Verifica-se, na Tabela 25 que, no município de Iretama, a participação da agricultura também teve queda em todos os anos comparados a 2009. Em média, representou 30%, mas o VBP da agricultura aumentou 154% em 2014 com relação a 2009. Do mesmo modo que em Corumbataí do Sul, houve um crescimento significativo e gradativo no VBP total, esse incremento foi de 181,76%.

A COAPROCOR e a COAVRCAN ao incentivarem a diversificação da produção e ao aumentarem as vendas podem contribuir com a expansão do VBP dos seus municípios. De fato, na análise de correlação, dos cinco indicadores da COAPROCOR, quatro demonstraram uma forte correlação positiva com o VBP total de Corumbataí do Sul, já nos da COAVRCAN, dois apresentaram forte correlação positiva com o VBP total e três obtiveram índices positivos moderados (Quadro 11). Para o presidente da COAPROCOR, “[...] dos oito milhões que girou no ano, a maior parte vai para a matéria-prima, que vem de onde? Sai da propriedade, sem dúvida nenhuma” (Olavo, produtor e presidente da COAPROCOR, 15.07.2017). Além disso, ele também explica que

O associado é assim, se desperta por algumas atividades, cada um tem seu dom, sua forma de pensar e a cooperativa sempre esteve à disposição para fazer a parte dela que é o pós-porteira, que é a comercialização. Por exemplo, se chegar algum produtor aqui com qualquer produto, mesmo que a gente nunca tenha comercializado, se encontrarmos um canal de comercialização, vamos fazer isso. A maioria dessas culturas comercializadas foram apoiadas pela COAPROCOR [...].

O trecho da entrevista acima deixa evidente a preocupação da COAPROCOR em incentivar a diversificação, bem como em criar mecanismos para a comercialização da produção de seus cooperados e, dessa forma, gerar renda.

As Tabelas 26 e 27 apresentam os valores do Produto Interno Bruto (PIB) de Corumbataí do Sul e Iretama. O PIB pode ser calculado pelo somatório do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores, estes, por sua vez, representam o valor da produção menos o valor dos bens intermediários utilizados na produção (BLANCHARD, 2007).

Tabela 26 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000,00) e percentual (%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação ao PIB – Corumbataí do Sul (2009-2014)

PIB (R\$ 1.000,00)	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
VAB agropecuária	9.707	34,57	18.171	46,10	20.528	44,39	18.407	39,64	19.329	36,93	16.266	31,11
VAB indústria	1.222	4,35	1.946	4,94	2.369	5,12	3.139	6,76	2.628	5,02	2.304	4,41
VAB serviços	6.360	22,65	8.469	21,49	10.777	23,30	10.496	22,61	13.194	25,21	14.244	27,24
VAB administração, saúde, educação pública e seguridade social	9.845	35,06	9.946	25,23	11.058	23,91	12.892	27,77	15.085	28,82	16.749	32,03
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	947	3,37	883	2,24	1.516	3,28	1.497	3,22	2.108	4,03	2.724	5,21
PIB Total	28.082	100,00	39.416	100,00	46.247	100,00	46.431	100,00	52.344	100,00	52.287	100,00

Fonte: IBGE (2017) – organizada pela autora

Tabela 27 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000,00) e percentual (%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação ao PIB – Iretama

PIB	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
VAB agropecuária	21.544	26,05	23.995	24,77	26.875	23,98	43.541	30,53	50.918	29,91	70.492	36,24
VAB indústria	3.486	4,22	4.206	4,34	5.998	5,35	7.795	5,47	9.274	5,45	10.161	5,22
VAB serviços	31.852	38,51	39.628	40,91	46.410	41,42	53.905	37,80	67.287	39,52	65.079	33,46
VAB Administração, saúde, educação pública e seguridade social	20.822	25,18	23.043	23,79	25.582	22,83	28.915	20,27	32.959	19,36	37.410	19,23
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	4.999	6,04	5.984	6,18	7.191	6,42	8.460	5,93	9.826	5,77	11.366	5,84
PIB Total	82.702	100,00	96.856	100,00	112.056	100,00	142.616	100,00	170.264	100,00	194.507	100,00

Fonte: IBGE (2017) – organizada pela autora

Pode-se observar, na Tabela 26, um incremento de 86% no PIB do município de Corumbataí do Sul em 2014 comparado a 2009. Esses valores obtiveram um crescimento constante em todos os setores durante o período estudado. Os segmentos que possuem maior representatividade no valor total do PIB (2014) são: administração, saúde, educação pública e seguridade social com 32,03%, agropecuária com 31,11% e serviços com 27,24%.

Em Iretama, o PIB também apresentou expansão no período de 2009 a 2014. O PIB do município teve um incremento de 135% (2014), com participação de 36,24% da agropecuária,

33,46% do setor de serviços, 19,23% da administração, saúde, educação pública e seguridade social e 5,84% dos impostos.

No crescimento econômico, a evolução desse indicador também está atrelada à elevação da renda e do consumo, visto que, quanto mais uma pessoa ganha, mais ela pode gastar e, assim, uma política de geração de renda leva a um aumento do consumo e, conseqüentemente, do PIB. Nesse sentido, sob a ótica da renda o PIB, é mensurado a partir das remunerações das famílias, o que engloba salários, lucros, juros e aluguéis. A essas remunerações são acumulados os impostos indiretos e deduzidos os subsídios (DORNBUSCH; FISCHER, 1991).

No caso da COAPROCOR e da COAVRCAN, o agricultor familiar busca nesse tipo de organização uma maneira de melhorar a renda, proporcionar o sustento da família, elevar o padrão de consumo, focando na união de interesses locais e, com o desenvolvimento econômico, conquistar o desenvolvimento humano e social da comunidade onde a cooperativa está inserida. Os agricultores entrevistados mencionaram a contribuição da cooperativa para a melhoria na qualidade de vida dos seus cooperados e familiares.

O produtor e cooperado da COAPROCOR observa que “quando a gente vende um produto, como esses produtos que vão para o governo, o preço é melhor, então ajuda bem” (AF 2, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017). Nessa outra entrevista, o cooperado da COAVRCAN acrescenta que o padrão de consumo da sua família melhorou:

“digamos que há três anos minha renda subiu bastante e o conforto da minha família também melhorou. Minha casa hoje possui conforto, tirei carro novo duas vezes, tudo com esse dinheiro das entregas na cooperativa, o que eu comercializo nos mercados mantenho minhas despesas” (AF 4, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Além disso, também foi mencionada por um produtor, a facilidade em realizar as compras dos produtos (insumos, fertilizantes) pela COAPROCOR: “é mais fácil para o cooperado comprar os produtos para usar na lavoura porque se ele está entregando mercadoria tem crédito” (AF 2, associado da COAPROCOR, 15.07.2017).

A importância socioeconômica da COAPROCOR e da COAVRCAN mostrou-se presente ao indagar sobre a contribuição da organização em grupo, por meio de uma instituição formal, facilitando o trabalho dos produtores: “a cooperativa corre atrás das coisas, o produtor trabalha na roça, traz o produto e entrega, e eles se comprometem com a comercialização. Não tem como eu vender cem quilos de maracujá, mil quilos, tem que ser a cooperativa” (AF 1, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

O auxílio na parte da entrega e da comercialização novamente aparece como uma importante contribuição da cooperativa: “todo mundo que quer produzir a cooperativa proporciona sustentabilidade, ela ajuda, principalmente na parte da entrega. É muito importante, se a cooperativa não existisse, as coisas estariam bem piores hoje, veio ajudar bastante, porque sozinho é difícil” (AF 6, cooperado COAVRCAN, 24.07.2017).

Nessa entrevista, o cooperado evidencia a necessidade de o produtor cooperar, trabalhar fazendo a sua parte na produção para conquistar o desenvolvimento econômico:

[...] aquele que tem boa vontade consegue crescer, porque a cooperativa comercializa [...]. Isso, não quer dizer que a cooperativa leva os oitocentos cooperados ao crescimento, porque existem aqueles que realmente “nem com bomba não vai”, mas os que possuem boa vontade para trabalhar, quem gosta de trabalhar e tem vontade, de fato, a cooperativa contribui para o seu crescimento (AF 4, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

No relato abaixo, o produtor da COAPROCOR cita que, antes da criação da cooperativa, sua família iria viver em outra cidade à procura de melhores condições de vida. Demonstra a criação de laços de confiança e atitudes de cooperação no trabalho em grupo.

[...] na realidade as coisas melhoraram, quando não tinha a cooperativa iríamos até embora, depois começamos a trabalhar com a cooperativa, firmamos essa parceria [...] é um jogo, ela nos ajuda e nós a ajudamos e, assim prosseguimos! Pois, se não tiver uma colaboração não avançaremos. Ela ajuda na comercialização, na compra de produtos. Tudo que a cooperativa pode ajudar ela faz (AF 3, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

A importância das cooperativas para o desenvolvimento econômico do município, para gerar renda e melhorar a qualidade de vida dos seus cooperados foi mencionada em todas as entrevistas, contudo, um dos agricultores familiares entrevistados acrescenta a questão social, a criação de uma identidade por parte do agricultor, afirmando que “[...] não é somente na questão financeira a contribuição da cooperativa, nós precisávamos de uma identidade, porque o agricultor estava sem identidade, tinha muitos com vergonha de dizer que era agricultor pela discriminação da própria sociedade” (AF5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017). Ele acrescenta o fato de a COAVRCAN ter ajudado os produtores a reafirmarem a sua identidade, o amor pela sua profissão: “e hoje não, nós temos identidade e a cooperativa veio reforçar essa identidade e nos encher de orgulho de sermos agricultores, de nosso produto ser consumido aqui, em outras cidades e em outros centros” (AF5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Ainda, o produtor e cooperado da COAVRCAN ressalta a melhora na autoestima dos agricultores familiares que contribuem com uma alimentação saudável nas escolas: “porque nós somos produtores de alimentos [...] a cooperativa veio criar uma identidade, e hoje a gente diz: eu sou cooperado da COAVRCAN, está aqui o meu produto” (AF 5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

As reflexões apresentadas nas análises das entrevistas trouxeram fatos, opiniões e informações que ajudaram na compreensão dos números e mostraram que a importância das cooperativas no desenvolvimento local é evidenciada tanto na questão econômica, como na questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtos oriundos da agricultura familiar fazem parte da alimentação cotidiana da família brasileira, pois, como cultivam em uma pequena extensão de terras, trabalham com uma variedade de culturas, como as frutas e hortaliças. Uma das características desse segmento é a participação dos membros da família no trabalho no campo. No Brasil, no Paraná e nos municípios estudados, a maioria (84%) dos estabelecimentos rurais pertencem à agricultura familiar.

Apesar da significativa participação socioeconômica da agricultura familiar, os pequenos produtores enfrentam dificuldades para produzir, devido à falta de recursos econômicos e financeiros. A comercialização da produção também é um problema, pois produzem em pouca quantidade, em um mercado competitivo, que busca pela produção em larga escala visando à redução de custos. Em vista disso, muitas dessas famílias entregam seus produtos em mercados locais, porém nem todos os agricultores familiares conseguem inserir-se nos canais de comercialização.

Assim, com o objetivo de buscar soluções para se manterem no campo, produzir e vender seus produtos, bem como criar canais de comercialização, os agricultores familiares constituem as cooperativas de agricultura familiar. No caso das cooperativas estudadas, observou-se, além da necessidade da criação da cooperativa, a necessidade de fortalecer o capital social para sua existência. Isso também ficou evidente nas entrevistas, ao exporem sobre as dificuldades e desafios enfrentados desde a sua constituição, pois a superação desses desafios depende e dependeu da união de todos os cooperados.

A COAPROCOR conseguiu crescimento econômico inovando, atendendo à demanda do mercado e inserindo-se em novas, criando canais de comercialização. A virose no fruto do maracujá também foi apontada como um grande desafio que, por meio de parcerias e uma nova técnica de plantio, está sendo superada. Na COAVRCAN, o principal desafio apontado foi a queda nos recursos liberados pelo governo para a compra de produtos da agricultura familiar.

As políticas públicas direcionadas para esse segmento estão proporcionando melhores condições econômicas e melhoria na qualidade de vida dessa população. Os programas PAA e PNAE proporcionam fonte de renda para os cooperados e afetam a rentabilidade de ambas cooperativas, inclusive a COAVRCAN foi constituída para auxiliar os agricultores no acesso a esses programas. Contudo, no Brasil, no período de 2011 a 2014, os recursos direcionados

para o PAA apresentaram uma redução de 7%. Caso essa redução seja ainda maior, as cooperativas enfrentarão dificuldades econômicas, principalmente a COAVRCAN, que depende exclusivamente desse recurso.

Em suma, a agricultura familiar vem evoluindo significativamente, seja pelas organizações sociais ou pelas políticas públicas que convergem nas expectativas dessas famílias, na busca de melhores condições financeiras e na procura de espaço no mercado competitivo da atualidade. Isto posto, a emergência de políticas públicas que visam, acima de tudo, promover o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores está na necessidade de se contribuir para a redução dos problemas sociais locais, permitir a inclusão produtiva em um mercado globalizado, gerar emprego e renda e possibilitar a permanência das famílias e do trabalho no meio rural.

Identificou-se também que o estado do Paraná está cumprindo o limite de 30% estabelecido por lei para compra da merenda escolar da agricultura familiar pelo PNAE (no Brasil, em 2014, esse percentual foi de 21,4%). Corumbataí do Sul e Iretama, no ano de 2014, também direcionaram 33% e 45% do PNAE para a agricultura familiar. Nos municípios estudados, verificou-se que esses valores contribuem para a movimentação da economia local.

A importância da cooperativa para a melhoria da condição de vida dos agricultores ficou evidente neste estudo, pois, além da entrega de produtos saudáveis para os alunos nas escolas municipais e estaduais, criou-se um mercado institucionalizado que está proporcionando melhoria na renda dos agricultores e uma merenda de qualidade. O pequeno produtor passou a ter orgulho de sua profissão, incluindo-se socialmente.

No estudo dos indicadores econômico-financeiros e sociais, identificou-se que a COAPROCOR obteve um bom desempenho econômico-financeiro no período de 2009 a 2014, aumentando a receita bruta e as sobras distribuídas aos associados. Já a COAVRCAN não apresentou um bom desempenho econômico-financeiro, pois houve um período que as sobras foram negativas e o aumento das sobras no último ano não está relacionado à atividade operacional da cooperativa. Porém, em outro estudo, poderá ser realizada uma análise mais detalhada desse desempenho incluindo outros índices contábeis. O aumento no quadro social foi significativo nos dois casos.

Contudo, cabe mencionar que cada organização possui uma política financeira que sofre influência do contexto econômico, como taxa de juros, garantias, disponibilidade recursos, políticas públicas. No caso da COAVRCAN, podem ser realizadas ações que impulsionem a melhoria dos seus índices e rentabilidade da cooperativa, como sua inserção

em novos mercados, e a criação de outros canais de comercialização para não depender unicamente da receita oriunda do poder público.

Esta dissertação teve como objetivo geral compreender a participação da COAPROCOR e da COAVRCAN no fortalecimento do capital social e na promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama e os índices de correlação entre os indicadores socioeconômicos dos municípios e os indicadores econômico-financeiros das cooperativas mostraram-se, na maioria, positivos, com correlação moderada ou forte. Apesar, de não indicarem causa e efeito, esse resultado demonstra que, quanto maior o desempenho econômico e financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN, maior será o crescimento dos indicadores socioeconômicos estudados dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

Além disso, constatou-se que, desde a constituição das cooperativas em 2009, houve crescimento nos indicadores socioeconômicos e aumento na diversificação da produção dos municípios. Da mesma forma, nas entrevistas realizadas foram relatadas a importância das cooperativas para o desenvolvimento local e para o agricultor familiar.

Os entrevistados mencionaram que as cooperativas contribuíram para: a) o crescimento da economia local; b) diversificação da produção; c) fortalecimento do capital social; d) melhoria na renda e na qualidade de vida dos cooperados; e) resgatar a identidade do agricultor familiar; f) facilitar a comercialização da produção; g) facilitar a compra de produtos; h) acessar as políticas públicas, especificamente os programas PAA e PNAE.

Ademais, as cooperativas estudadas foram constituídas de maneira diferenciada, a COAPROCOR iniciou com um trabalho desde a associação AMOCOR em 1992, e seus bons resultados econômico-financeiros e sociais são decorrentes das ações promovidas antes da constituição da cooperativa em 2009, mas ainda assim está em fase embrionária de desenvolvimento. Já a COAVRCAN, iniciou-se como cooperativa, e apesar do capital social já existente, estão trabalhando para fortalecê-lo, para firmar-se no mercado e conquistar autonomia financeira. A cooperativa está em fase de desenvolvimento e a disponibilidade de dados para esta dissertação em alguns casos foi escassa.

A discussão sobre a importância das cooperativas de agricultura familiar para o desenvolvimento da região onde está inserida não se esgota nesse estudo. A presente pesquisa limita-se aos anos compreendidos de 2009 a 2014, podendo ser realizada uma nova investigação comparando os indicadores dos anos anteriores à criação das cooperativas ou acompanhar seu desenvolvimento nos próximos anos.

Pôde-se perceber, neste estudo, que a formação e o fortalecimento do capital social, aliados às organizações cooperativistas podem criar estratégias capazes de melhorar as condições econômicas e sociais de uma região por meio das sociedades organizadas, como é o caso das cooperativas de agricultura familiar COAPROCOR e COAVRCAN que têm contribuído no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, abr/Jun, p. 73-78, 1997.
- ABRAMOVAY, Ricardo. VEIGA, José E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Texto para Discussão. Brasília: FIPE/IPEA, 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural. **Economia aplicada**. São Paulo, vol. 4, n.2, abr/jun, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, jan/abr, p. 53-66, 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Brasília: CGEE, 2006.
- ALFATIN, Iara G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. 225 folhas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - UNB - CDS – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2003.
- AMARAL, Inácia G. **Associativismo e Cooperativismo**. UFERSA – Universidade Federal do Semi-Árido, 2017. Disponível em:
<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Cartilha%20de%20Associativismo%20e%20Cooperativismo.PET-PROEX.pdf> Acesso em: 10.10.2017.
- ANDRADE JÚNIOR, Remy C. de. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA)**. 117 folhas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ÁVILA, Vicente F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande-MS, v. 1, n. 1, set., p. 63-76, 2000.
- ÁVILA, Mário L. CALDAS, Eduardo L. ÁVILA, Silvia R. Coordenação e Efeitos Sinérgicos em Políticas Públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS;

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p. 96 – 113.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/> Acesso em: 13 Dez. 2016.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 9ª ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **Las regiones que ganan: distritos y redes**. Los nuevos paradigmas de la geografía económica. V alimcia: Ed. Alfons EI Magnànim, 1994.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo**. Porto Alegre: Coop. dos Jornalistas de Porto Alegre, 1980.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Estratégias e cooperativas agropecuárias: Um ensaio analítico. In: BRAGA, Marcelo J.; REIS, Brício S (Orgs.). **Agronegócio Cooperativo-Reestruturação e Estratégias**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002, p. 77-97.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Ambiente Institucional e estratégias de empreendimentos cooperativos. **Revista Saberes**, Salvador-BA, v. 0, p. 35-49, 2003.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 119-138, jan/mar, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; BALIEIRO, Carolina F. Capital Social e Cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo: Um ensaio analítico. **Revista Vanguarda Econômica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 80-89, 2001.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4.Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: subprogramas**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf> Acesso em: 10.10.2017.

BOESCHE, Leonardo. **Fidelidade Cooperativa: uma abordagem prática**. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005.

BRACERAS, Fidel M. *et al.* **Gestão do desenvolvimento local: experiências exitosas no Rio Grande do Norte**. Natal: IICA, 2004.

BRASIL. **Lei N. 10.696**, de 2 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

_____. **Lei Nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

_____. **Lei Nº 6.404**, DE 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

_____. **Lei Nº11.326**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, de 24 de Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 15 Out. 2016.

_____. **Lei Nr. 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm Acesso em 03 Set. 2016.

_____. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: Companhia Nacional de Abastecimento Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf Acesso em: 13 Dez. 2016.

_____. MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Volume de recursos liberados para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> Acesso em: 13 Out. 2016.

_____. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=> Acesso em: 13 Dez. 2016.

_____. FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE Histórico**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico> Acesso em: 14 Dez. 2016.

_____. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Valor Bruto da Produção**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/valor-bruto-da-producao> Acesso em: 05 Set. 2016.

_____. **Decreto No 1.946**, de 28 de Junho de 1996. 1996b. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2015/2016**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/Cr%C3%A9dito%20Rural%20Pronaf%202015-2016.pdf Acesso em: 13 Out. 2016.

_____. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

_____. **Execução do PNAE**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacaoescolar-funcionamento/execucao-alimentacao> Acesso em: 11 Out. 2016.

_____. FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar> Acesso em: 13 Out. 2016.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**. 103 experiências no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2002.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Incra, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

JBUAINAIN, Antonio M.; ROMEIRO, ADEMAR R.; GUANZIROLI, Carlos E., Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, 2003.

BUIANAIN, Antônio M. *et al.* **Ações de combate a fome e a pobreza rural: metodologia para avaliação de impacto**. Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para agricultura (IICA), 2007.

BULLA, Leonia Capaverde. Serviço Social, educação e práxis: tendências teóricas e metodológicas. Faculdade de Educação. Folhas. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

CAMPOS, Arnaldo de; BIANCHINI, Valter. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p. 10-17.

CANTERLE, Nilsa M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. 2004. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/a-pratica-associativa-e-seus-atores-no-processo-de-desenvolvimento/> Acesso em: 16 Dez. 2016

CARMO, Maristela S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 45, n. 1, jul., p.1-15, 1998.

CARNEIRO, Maria J. Política pública e a agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, abril, p. 70-82, 1997.

CARVALHO, Flávio L.; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Identificação dos Principais Indicadores para Avaliação de Desempenho Financeiro de Cooperativas Agropecuárias. XLV CONGRESSO DA SOBER. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Brasil, Londrina, 22 de Julho de 2007, 19 p.

CATTANI, Antonio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CAZELLA, Ademir A; SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro. HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-50.

CHIES, Claudia.; ROCHA, Márcio M. A agricultura familiar e as políticas públicas: avaliação dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste-PR. **Revista Percursos**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 27-54, 2015.

COAPROCOR. **Institucional**. Disponível em: <http://www.coaprococor.com.br/institucional.php>
Acesso em: 05 Out. 2016.

COLAVITE, Ana Paula; PASSOS, Messias M. Papel da Aprocor na inserção de Corumbataí do Sul na rede urbana de produção da fruticultura e olericultura. In: **Anais do V Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. Campo Mourão: FECILCAM/NUPEM, 2010.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, (94) (supplement), pp. 95-120, 1988.

COLEMAN, James. **The foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Business research methods**. 8th ed. Boston: Irwin : McGraw-Hill, 2003.

COSTA, Fábio R; ROCHA, Márcio M. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. **Revista Geografia**. v. 18 , n. 2 , p. 109-127, 2009.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: **Políticas públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

DINIZ, Annévia Palhares Vieira; SOUZA NETO, José Antônio. O endividamento em face da alavancagem do retorno do capital próprio: uma investigação no setor alimentício nacional. In: SOUZA NETO, José Antônio; MARTINS, Henrique Cordeiro (orgs.). **Finanças e Governança corporativa: práticas e estudo de caso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 3-288.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Makron Bookm,1991.

DOWBOR, Ladislau. “O poder local diante dos novos desafios sociais”. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Cepam, 1999, p. 3-24.

DURLO, Avani R.; CARLESSO, Stéle Bicca S. O controle interno e as cooperativas. **Simpósio de Iniciação Científica dos cursos de Ciências Contábeis**, Santa Maria, jul, p. 181-199, 2005.

DUVAL, Henrique C.; FERRANTE, Vera L. S. B. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e desenvolvimento. In: FERRANTE, Vera L. S. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 308-322.

ETKIN, Jorge Ricardo. **Gestión de la complejidad en las organizaciones: la estrategia frente a lo imprevisto y lo impensado**. México: Oxford, 2003.

FEIJOO, Ana Maria Lopes Calvo. Correlação. In: **A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, pp. 70-77. ISBN: 978-85-7982-048-9. Available from SciELO Books .

FRANCO, Augusto. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Instituto de Política, 2001.

FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de desenvolvimento local, integrado e sustentável**. Brasília: Ed. Millennium/ Instituto de Política, 2000.

FRANCO, Augusto. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: ARCA, Sociedade do Conhecimento, 2002.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2012.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIL, Antônio C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

GOMES, Renata M. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: reflexões no contexto das políticas públicas sociais**. 288 folhas. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GOVERNO DO PARANÁ - Secretaria da Fazenda (SEFA). **Repasses Financeiros aos municípios**. Disponível em: <http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/repasses/index.jsp> Acesso em: 21 Jan. 2017

GRAÇA, Marcos. Cooperar para fugir do desemprego. In: BISSIO, Beatriz. **Cadernos do terceiro mundo**, Biopirataria: a Amazônia em perigo. Editora Terceiro Mundo, n. 205, 1988.

GRISA, Catia; SCHIMIDT, Claudia.; MATTEI, Lauro F.; MALUF, Renato S.; LEITE, Sérgio P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e

questões para o debate. In: Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Action Brasil, Juazeiro-BA, v. 24, 2009.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática. 5. Ed. São Paulo: atlas, 2004.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

ILHA, Paulo César. A história do pensamento cooperativo e o modelo de gestão organizacional. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Cascavel, v.5, n.8, p.23-41, jan./jun. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=_EN&coduf=41&search=parana Acesso em: 13 Dez. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados SIDRA**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 20 Set. 2016

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 Out. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios do Estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE – Paraná – 2012**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf Acesso em: 13 Dez. 2016.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de dados do Estado**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php> Acesso em: 13 Dez. 2016.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **População Estimada (IBGE)**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/> Acesso em: 18 Jan. 2017.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos municipais**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/> Acesso em: 18 Jan. 2017.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **IDHM**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br> Acesso em: 20 Set. 2016.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de Gini**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br> Acesso em: 20 Set. 2016.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico Socioeconômico do Território Paraná Centro**. Curitiba: IPARDES, SEAB, IAPAR, 2007.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1 Acesso em: 16 Maio 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JUNQUEIRA, Rodrigo G. P. “Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, nov/dez, p. 117-130, 2000.

LAMARCHE, Hugles. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 145 f. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2010.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LIMA, Jorge R. T.; FIGUEIREDO, Marcos A. B. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto T.; FIGUEIREDO, Marcos Antônio B. (Org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006, p. 57-81.

LOPES, ABEL P. **Análise de indicadores econômico-financeiros e sociais na gestão de cooperativas agropecuárias na região central do Estado do Rio Grande do Sul**. 138 folhas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. SDR.DATER. **Manual de operacionalização do Pronaf**. Brasília: 1996, 47 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa> Acesso em: 13 Dez. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº17 de 23 de março de 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/38b66a12dbba-d0fa8f977390f7c99d2a..pdf> Acesso em: 23 Jan. 2017.

MANÇANO, Rosângela V. **O associativismo como fator de desenvolvimento econômico local: estudo de caso da Associação de Produtores Rurais de Corumbataí do Sul**. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2008.

MACIEL, Lucas R. **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

MANTELLI, Jussara; MOURA, José F. S. Produção alimentar de base ecológica na agricultura familiar. **Revista Geográfica de América Central**, vol 2, n. 47, jul., p. 1-12, 2011.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. 121 f. Dissertação (mestrado em economia) – Universidade de São Paulo.

MIOR, Luiz C. **“Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense”**. 316 folhas. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MENDES, Judas T. G.; FILHO, Pedro S. Cooperativas Agropecuárias: Contribuição Econômica, desafios e Oportunidades. In: STADUTO, Jefferson A. R.; BRAUN, Mirian B. S.; SILVA, Chistian L.; JUNIOR, Weimar F. R (orgs.). **Agronegócio e Desenvolvimento regional: reflexões sobre a competitividade das cadeias de produção Paranaense**. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 203-230.

MOHAN, Giles; STOKKE, Kristian. Participatory development and empowerment: the dangers of localism. **Third World Quarterly**, v. 21, n. 2, apr, pp. 247-268, 2000.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge G (Org.). **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá: PGG – UEM, 2001, p. 27-60.

MOURÃO, Francisco de Assis. **Contabilidade Social**. Manaus: EDUA, 2008.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José E. R., NAVARRO, Zander (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2010, p. 185-209.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatório OCB 2013**. Disponível em: <http://relatorioocb2013.brasilcooperativo.coop.br/?portfolio=visao-panoramica> Acesso em 15 Maio 2016.

_____. Organização das Cooperativas Brasileiras. **História**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ocb/historia.asp> Acesso em 15 Maio 2016.

_____. Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/o-que-e-cooperativismo> Acesso em: 16 Dez. 2016.

OCEPAR. Organização das Cooperativas do Paraná. **O cooperativismo no Paraná e o Sistema Ocepar**. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> Acesso em 12 Abr. 2016.

_____. Organização das Cooperativas do Paraná. **Indicadores sociais e econômicos das cooperativas paranaenses**. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2015/noticias/12/03/encontro_estadual_I_clique_aqui/INDICADORES_COOPERATIVISMO_PARANAENSE_ATUALIZADO_DIA_02_12_2015.pdf Acesso em: 16 Maio 2016.

_____. Organização das Cooperativas do Paraná. **Exportação das Cooperativas Paranaenses 2014**. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/attachments/article/102895/exp14.pdf> Acesso em 16 Maio 2016.

_____. Organização das Cooperativas do Paraná. **AGO I: Cooperativas do PR vão investir R\$ 1,15 bi em agroindústria e armazenagem (2012)**. <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/43-100042> Acesso em 08 Jun. 2016.

_____. Organização das Cooperativas do Paraná. **Princípios básicos do Cooperativismo**. Disponível em <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-44-19> Acesso em: 16 Dez. 2016.

_____. Organização das Cooperativas do Paraná. **Representação das Cooperativas**. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-43-46> Acesso em: 10.10.2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. Med. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das Cooperativas: Uma abordagem Prática**, São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **REVISTA FAE**, Curitiba, v.5, n.2, maio/ago, p. 39-48, 2002.

OLIVEIRA, Kaiza C. da S.; PINHEIRO, Lessi I. F. Avaliação de políticas públicas: uma perspectiva em dados do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, In: **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 206, 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/alimentos.html> Acesso em: 13 Dez. 2016.

OLIVEIRA, Nestor B. **Cooperativismo: guia prático**. 2.ed. Porto Alegre: Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, 1984.

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Claro. **Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas**. 3. ed. Curitiba: OCEPAR, 1996. 80 p. (Série Cooperativismo, 14).

PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDITO, Gideon C. **Análise das demonstrações financeiras**. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Preços médios de terras agrícolas**. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras_pdf_publicacao.pdf Acesso em: 31.08.2017.

PEREIRA, Sudanês B. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In: MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (Org.). **Desenvolvimento Regional Local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: UFS, 2007, p. 101 – 130.

PERES, Fernando C. Capital Social: a nova estrela do crescimento econômico. **Preços Agrícolas**. Piracicaba, n. 163, maio, p. 6-9, 2000.

PINHO, Diva B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PINHO, Diva B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PINHO, Diva B.. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, Diva B. Cooperativismo: Fundamentos Doutrinários e Teóricos. In: NUNES, Cesar; COSTA, Davi R. M; SCHNEIDER, José C.; PANZUTTI, Ralph; BIALOSKOSKI NETO, Sigismundo (Orgs.). **Educação Cooperativista**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001, p. 72-102.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIBEIRO, Ana L. P. *et al.* Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – GEDECON Unicruz**. Cruz Alta, v.1, n. 1, p. 36-49, 2013.

RIBEIRO, Kleber Á; NASCIMENTO, Deise C.; DA SILVA, Joelma F. B. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI - Petrolina/PE. In: **Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**, n. 2, ago, Brasília: SESCOOP, 2012.

RICCIARDI, Luiz; JENKINS, Roberto L. **Cooperativa a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTR, 2000.

ROCHA, Ana G. P. *et al.* Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**. Brasília, v.1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/27/24> Acesso em: 13 Dez. 2016.

RODRIGUES, Ana Lúcia *et al.* **Diagnóstico da Região COMCAM**. Universidade Estadual do Paraná (UEM)/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)/ Observatório das Metrópoles/UEM- Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2012. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/relatorio_comcam.pdf Acesso em: 23.07.2014.

SALANEK FILHO, Pedro. **Capital Social e Cooperativismo Agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da região de atuação da cooperativa COPACOL. 160 Folhas. Dissertação (Mestrado em organizações e desenvolvimento) - UNIFAE Centro Universitário, Curitiba, 2007.

SANTOS, Ariovaldo, GOUVEIA, Fernando H. C.; VIEIRA, Patrícia S. **Contabilidade das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Boaventura S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, Cesar A. Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Another production is possible**. Beyond the capitalist canon. London: Verso, 2006, p. xvii - lxii.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SARAIVA, Elisa B.; SILVA, Ana P. F.; SOUSA, Anete A; CERQUEIRA, Gabrielle F.; CHAGAS, Carolina M. S.; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, Apr., p. 927-935, 2013.

SARON, Flávio A.; HESPANHOL, Antônio N.. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas públicas de apoio à agricultura familiar. **GeoUERJ**. Rio de Janeiro, ano 14, v. 2, n. 23, jul/dez, p. 656-683, 2012.

SCHNEIDER, José O. **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156> Acesso em: 22.06.2017.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENHORAS, Elói M. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local - As boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, mai/ago, p. 3-26, 2007.

SERRA, Elpídio. Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná. **Boletim de Geografia – UEM**, ano 13, n. 13, out., 1995.

SETTI, Eloy O. **Cooperativismo Paranaense**: OCEPAR 35 anos: Mais de um século de história. Curitiba: OCEPAR, 2006.

SILVEIRA, Caio M. Desenvolvimento local: uma hipótese política. In: SILVA, Geraldo; COCCO, Giuseppe (orgs). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: SEBRAE, 2006, 240 p.

SOUZA, Nali J. **Desenvolvimento econômico**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOARES, Maurélio; GOMES, Ely Carmo Oliveira; FILHO, J. R. T. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. **Revista de Administração Pública**, vol 45, n. 2, p. 459-481, 2011.

PORTO. Sílvio I. *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p. 34-57.

REAL, Luciana C. V.; SCHNEIDER, Sergio. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

TANACA, Eline K. T. **Proposta de modelo de avaliação de fornecedores do programa de aquisição de alimentos do município de São Carlos-SP**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Departamento de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.

TRICHES, Rozane Márcia. SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, José E. Debates: agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 13, n.3, set/dez, p. 383-404, 1996.

VEIGA, Sandra M. **Cooperativismo uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

ZAPATA, Tânia *et al.* Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVA, Caio M.; REIS, Liliane C. **Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias**, Rio de Janeiro: Ritz, 2001, p. 115-128.

ANEXO I
ANÁLISE HORIZONTAL

Segue relacionado abaixo o resumo com os valores ou contas utilizadas para as análises dos resultados e discussões.

Resumo dos Indicadores Patrimoniais, Financeiros, e das Sobras Líquidas das cooperativas estudadas, com base no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultado do Exercício no período de 2009 a 2014.

COAPROCOR						
Balanço Patrimonial						
Variável	Ano					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ATIVO TOTAL ou Patrimônio Bruto	77.889,73	317.526,95	891.473,95	1.443.255,76	4.355.916,27	6.087.273,75
Ativo Circulante	77.889,73	105.400,95	604.317,95	965.428,83	2.598.551,62	2.876.948,40
Estoques	0,00	63.189,30	276.394,67	262.621,40	1.058.105,10	1.223.448,15
Ativo Não Circulante	0,00	212.126,00	287.156,00	477.826,93	1.757.364,65	3.210.325,35
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	19.400,04	860.477,93
Imobilizado	0,00	212.126,00	287.156,00	477.826,93	1.737.964,61	2.349.847,42
PASSIVO TOTAL ou Recursos de Terceiros	53.180,52	283.902,60	728.985,71	1.080.867,22	1.775.985,78	3.006.120,43
Passivo circulante	53.180,52	283.902,60	728.985,71	1.080.867,22	1.308.211,51	1.616.351,35
Passivo Não Circulante	0,00	0,00	0,00	0,00	467.774,27	1.389.769,08
Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	467.774,27	1.389.769,08
Patrimônio Líquido ou Capital Próprio ou Recursos Próprios	24.709,21	33.624,35	162.488,24	362.388,54	2.579.930,49	3.081.153,32
Capital Social Integralizado	12.583,75	31.473,75	41.974,56	43.745,46	754.543,52	1.515.210,19

Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.365,21
PASSIVO TOTAL ou Recursos de Terceiros	0,00	3.509,45	10.309,80	17.359,78	43.817,28	52.964,15
Passivo circulante	0,00	3.509,45	10.309,80	17.359,78	43.817,28	52.964,15
Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido ou Capital Próprio ou Recursos Próprios	6.120,94	7.718,02	34.346,37	2.600,08	22.757,82	245.030,61
Capital Social Integralizado	6.206,00	8.706,00	8.706,00	8.706,00	8.706,00	60.000,00
Ingressos/Receitas Brutas	0,00	37.710,83	116.830,43	171.462,78	413.557,16	729.274,65
Ingressos/Receitas Vendas	0,00	37.710,83	116.830,43	171.462,78	319.341,06	699.571,65
Ingressos/Receitas Prestação Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	94.216,10	29.703,00
Ingressos/Receita Líquida	0,00	37.710,83	116.830,43	159.588,27	396.426,02	714.391,70
Sobra e Lucro Líquido do Exercício Total	-85,06	-902,92	26.628,35	-31.746,29	27.067,80	170.978,79
Sobra Bruta	0,00	3.119,72	43.521,41	30.958,57	23.912,81	15.890,23
Resultado Operacional	-85,06	-902,92	26.628,35	-31.746,29	27.067,80	170.978,79
Sobra e Lucro Exercício	-85,06	-902,92	26.628,35	-31.746,29	27.067,80	170.978,79
Resultado Exercício	-85,06	-902,92	26.628,35	-31.746,29	27.067,80	170.978,79

Capital Social Integralizado Médio (C.S.I. Médio) = Capital Social Integralizado (CSI)/ N° de Associados						
Variável (R\$ 1000,00)	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Capital Social Integralizado	6.206,00	8.706,00	8.706,00	8.706,00	8.706,00	60.000,00
N° de Associados	89	98	108	119	131	249
C.S.I Médio	69,73	88,83	80,61	73,16	66,45	240,96

Fonte: elaborada pela autora (2017)

APÊNDICE I
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Roteiro para entrevista (gestor da COAPROCOR)
<p>Nome: _____ Idade: _____</p> <p>Cargo: _____ Data: ____/____/____</p>
<p>1- A COAPROCOR demonstrou um crescimento significativo, principalmente em 2013 e 2014, em sua receita e na distribuição das sobras. Quais foram as ações desenvolvidas que levaram a esse resultado?</p> <p>2- Quais foram os desafios que a cooperativa enfrentou desde sua constituição? Como conseguiu superá-los?</p> <p>3- Os cooperados são participativos (participando das reuniões, assembleias, decisões)?</p> <p>4- Quais as contribuições dos programas PRONAF, PAA e PNAE?</p> <p>5- Como é a organização para o acesso aos programas?</p> <p>6- A cooperativa incentiva a diversificação da produção? Como?</p> <p>7- Quais são os produtos entregues na cooperativa?</p> <p>8- Em sua opinião, a cooperativa contribui para a melhoria na qualidade de vida dos associados? Como?</p> <p>9- Em sua opinião, qual a importância da cooperativa na promoção do desenvolvimento do município?</p>
<p>As informações aqui contidas serão utilizadas para aferir dados referentes a pesquisa sobre a participação das cooperativas de agricultura familiar no fortalecimento do capital social e no desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento realizada pela discente Andréia Faxina Wiese junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Mestrado) – UNESPAR, sob orientação do professor Dr. João Carlos Leonello.</p>

Roteiro para entrevista (gestor da COAVRCAN)

Nome: _____ Idade: _____

Cargo: _____ DATA _____ / _____ / _____

1- Como a COAVRCAN foi constituída? Por quantos produtores? Qual foi a necessidade de se constituir a COAVRCAN?

2- Quais foram os desafios que a cooperativa enfrentou desde sua constituição? Como conseguiu superá-los?

3- Quais instituições contribuíram com doações para a COAVRCAN?

4- Os cooperados são participativos (participando das reuniões, assembleias, decisões)?

5- Quais as contribuições dos programas PRONAF, PAA e PNAE?

6- Desde quando (ano) a cooperativa recebe recursos do PAA e do PNAE?

7- Como é a organização para o acesso aos programas?

8- Esses recursos são representativos no orçamento econômico da cooperativa?

9- A cooperativa incentiva a diversificação da produção? Como? Quais são os produtos entregues? A cooperativa atende associados de outros municípios? Quais?

10- Em sua opinião, a cooperativa contribui para a melhoria na qualidade de vida dos associados? Como?

11- Em sua opinião, qual a importância da cooperativa na promoção do desenvolvimento do município?

As informações aqui contidas serão utilizadas para aferir dados referentes a pesquisa sobre a participação das cooperativas de agricultura familiar no fortalecimento do capital social e no desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento realizada pela discente Andréia Faxina Wiese junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Mestrado) – UNESPAR, sob orientação do professor Dr. João Carlos Leonello.

Roteiro para entrevista (gestor do município)

Nome: _____

Cargo: _____ DATA ____ / ____ / ____

1- Quais as contribuições dos programas PRONAF, PAA e PNAE para o município?

2- Em sua opinião, quais as contribuições da COAPROCOR para o desenvolvimento socioeconômico do município?

As informações aqui contidas serão utilizadas para aferir dados referentes a pesquisa sobre a participação das cooperativas de agricultura familiar no fortalecimento do capital social e no desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento realizada pela discente Andréia Faxina Wiese junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Mestrado) – UNESPAR, sob orientação do professor Dr. João Carlos Leonello.

Roteiro para entrevista (agricultor familiar cooperado)

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Tempo de associação: _____ DATA ____ / ____ / ____

1- O senhor (a) participa das reuniões e das assembleias? As ideias e opiniões dos cooperados são ouvidas?

2- Qual motivo o levou a se tornar cooperado?

3- Quais os produtos o senhor (a) entrega na cooperativa? Está trabalhando com a diversificação na propriedade?

4- Quais as contribuições dos programas PRONAF, PAA e PNAE para o agricultor familiar?

5- Desde que se tornou cooperado houve mudança na renda da sua família?

6- A cooperativa contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus cooperados? Como?

7- Qual a importância da cooperativa para seus cooperados?

8- Qual a importância da cooperativa para o município?

As informações aqui contidas serão utilizadas para aferir dados referentes a pesquisa sobre a participação das cooperativas de agricultura familiar no fortalecimento do capital social e no desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento realizada pela discente Andréia Faxina Wiese junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Mestrado) – UNESPAR, sob orientação do professor Dr. João Carlos Leonello.

APÊNDICE II

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista com o presidente da COAPROCOR

Nome: Olavo Luciano

Idade: 49 anos

Cargo: Presidente

Data da gravação da entrevista: 15/07/2017

A COAPROCOR demonstrou um crescimento significativo, principalmente em 2013 e 2014, em sua receita e na distribuição das sobras. Quais foram as ações desenvolvidas que levaram a esse resultado?

Foi resultado de um trabalho realizado em anos anteriores, que levou ao crescimento rápido em 2013 e 2014. Desde o início do plantio do maracujá, em 2000, já tivemos um bom resultado. Iniciamos o plantio em sete produtores, posteriormente esse número foi aumentando e com apenas três, quatro anos de comercialização estávamos com mais de duzentos produtores plantando maracujá. Esse número foi crescendo, antes atendíamos somente Corumbataí do Sul, depois praticamente 12 a 15 municípios, de três mil quilos na indústria fomos para um milhão e meio de quilos de maracujá. Com relação ao mercado, iniciamos com a fruta direta que é a fruta *in natura* para as redes de supermercado no ano de 2003, com cinco mil e seiscentas caixas ano, mas já em 2005 a 2008 estávamos com quase sessenta mil caixas ano. Esse crescimento foi alavancando o crescimento da região, dos outros municípios e da agricultura familiar dessa região que tinha uma dependência de organização.

Inclusive essa crise agora prejudicou muito a cooperativa porque o mercado direto da cooperativa, o percentual maior de comercialização é institucional, enfrentamos a greve dos professores muitos meses travou todas as escolas e o nosso recebimento, depois vem crise no país, tivemos uma queda na produção de mais um milhão de quilos veio para trezentos mil quilos, nós estruturamos uma indústria para processar quarenta, cinquenta toneladas por semana veio para cinco, o crescimento da mesma forma que ajudou demais foi um problema para a gente resolver, na verdade está sendo ainda. A merenda está chegando agora (referência a julho/2017), fomos autorizados a entregar agora em meados do mês de junho, estamos a quatro meses sem fazer entrega, com um estoque de mais de duzentos mil quilos de polpa de fruta.

Quais foram os desafios que a cooperativa enfrentou desde sua constituição? Como conseguiu superá-los?

A crise é o desafio direto, foi o desafio final porque você já fez o processo. Quando aumentou a quantidade produzida de maracujá tivemos um desafio para ampliar a indústria, surgiu a industrialização que antes não tinha. Era comercializada a fruta para a indústria, depois surgiu também outros mercados. Mas, o maior desafio, na minha opinião, e que estamos vencendo, foi a chegada da virose, gerando a diminuição da produção do maracujá, que é o carro-chefe da cooperativa. O que acontece? O mercado desenha o aposto ao trabalho da cooperativa, porque o cooperado ele só fica contente, ou ele só é realmente fiel enquanto ele enxerga que está precisando da cooperativa e assim são todos os produtores, com a diminuição do fruto por causa da virose representou para o associado que ele não dependia da cooperativa porque ficou fácil de comercializar com o mercado porque havia pouco produto. Assim, o terceiro entra na propriedade encontra o produto e vende com facilidade, isso aconteceu muito nos últimos três anos, o produtor começa não trazer toda a produção na cooperativa. Contudo, nesse ano, com o trabalho que foi feito vencendo a virose, aprendendo com a nova tecnologia a retomar a produção, toda a produção da fruta já está voltando novamente para a cooperativa, porque tem muita fruta novamente sendo entregue para comercializarmos, então isso é um desafio: você estar informando aos cooperados da necessidade, mesmo na hora que esteja fácil para comercializar, estar presente na cooperativa.

Os cooperados são participativos (participando das reuniões, assembleias, decisões)?

Nós temos cooperados da região, hoje ativos são quase 800 sócios, são mais de 1000 sócios mas tem alguns que não estão mais trabalhando na agricultura. Na nossa assembleia ordinária, no fim do ano, conseguimos reunir cerca de 250 ou 300 sócios, mas as vezes a gente faz alguma assembleia e nem convida todo mundo porque é muito longe, por exemplo, o produtor de Candido de Abreu vir em uma assembleia extraordinária, levamos o convite, mas é difícil ter um público alto, no fim do ano temos um público bem participativo. Temos outras maneiras de organizar a questão do cooperado sócio. Todo lugar que a cooperativa está fazendo a comercialização, nós somos um grupo da agricultura familiar, ou seja, o que quer dizer isso? A agricultura familiar não tem vínculo, não tem uma renda, por exemplo, é montado uma parceria, a gente não tem investimento físico, a parceria é com a prefeitura, as vezes com a associação, quando você leva um convite, ou quando você vai fazer um trabalho, uma reunião, levar uma tecnologia, você faz isso em grupo, é aproveitado isso tudo e já é transmitido a ação da cooperativa.

Quais as contribuições dos programas PRONAF, PAA e PNAE para o agricultor familiar?

O foco principal da cooperativa são os programas PNAE e PAA, temos um projeto muito grande, apesar que já mudou muito, agora é por classificação. O nosso último projeto era de dois milhões de reais, agora o maior projeto tem que ser de trezentos mil reais e para ser aprovado ainda tem que ser somente de mulheres, por exemplo, por classificação, mulheres, assentados, etc, igual ao PNAE. Pelo PNAE a COAPROCOR trabalha com legumes e frutas, as outras cooperativas trabalham com mel, pão, doces. O contrato é com o Estado, temos alguns contratos municipais, mas são poucos.

Quais as contribuições dos programas PRONAF, PAA e PNAE para a cooperativa?

O PNAE ele deixa um resultado porque você faz a industrialização e dá uma possibilidade de ter uma rentabilidade maior, tanto para o cooperado quanto para a cooperativa. Agora o PAA não, isso tudo é discutido em assembleia, se é definido 20% para a cooperativa, é esse o percentual captado. O PAA hoje CONAB não está na conta da cooperativa o recurso está na conta da CONAB, a partir do momento que você entrega, o SESC assina que recebeu, vai para prestação de conta e libera o dinheiro na conta do produtor, a gente só fica com o recurso da cooperativa, se é 20% é isso. Já o PNAE é um pouco maior, 30%, porque a logística é muito ampla, você tem que ir em muitas escolas para entregar dois quilos, cinco quilos, dez quilos, área rural. A receita desses programas é bem representativa na cooperativa.

A cooperativa incentiva a diversificação da produção? Como?

Bastante, desde o início, quando iniciou em 2000, o principal produto era o maracujá. Hoje, com o passar dos anos, são entregues na cooperativa: caqui, figo, poncã, laranja, limão, abobora, batata doce, tomate. O associado ele é assim, se desperta por algumas atividades, cada um tem seu dom, sua forma de pensar e a cooperativa sempre esteve à disposição para fazer a parte dela que é o pós-porteira, que é a comercialização. Por exemplo, se chegar algum produtor aqui com qualquer produto, mesmo que a gente nunca tenha comercializado, se encontrarmos um canal de comercialização, vamos fazer isso. A maioria dessas culturas comercializadas foram apoiadas pela COAPROCOR, como o citros que teve apoio com um trabalho da APROCOR, o figo foi feito parcerias, até mesmo o maracujá que para vencer o desafio da virose, não foi somente um trabalho da COAPROCOR, esteve envolvida: a EMATER, o IAPAR, o sindicato, o município, então foi uma parceria grande, uma pesquisa, experimento de dois anos.

Em sua opinião, a cooperativa contribui para a melhoria na qualidade de vida dos associados?

Bastante, dos oito milhões que girou no ano, a maior parte vai para a matéria prima, que vem de onde? Sai da propriedade, sem dúvida nenhuma.

Na situação particular da pequena propriedade, eu vejo que é a única saída hoje para pequena propriedade, por exemplo: um hectare de maracujá se o produtor for um pouquinho caprichoso, ele tem uma rentabilidade bruta de dez a quinze mil reais, porque depende da produção, do ano, do capricho, um resultado de dez mil reais, para ter isso na soja precisa de mais de dez alqueires de terras, dependendo a produção, você pode aproveitar um cantinho de uma chácara, é muito viável hoje.

Em sua opinião, qual a importância da cooperativa na promoção do desenvolvimento do município?

Em relação diretamente a Corumbataí do Sul eu vejo que é muito importante, era novecentas propriedades, hoje não são mais, e novecentas propriedades em um lugar que predomina a pecuária, porque existem fazendas que tem cinco mil cabeças, então não tem como a pecuária não predominar. Antes predominava a comercialização do café, hoje não acredito que seja mais, acredito que seja a soja. Temos cerca de 150 a 200 propriedades envolvidas na fruticultura, eu acho que a ação do município está bastante envolvida no trabalho da cooperativa.

Como é realizado o plantio para a superação da virose?

De que forma é feito isso, você erradica a sua lavoura, fica vinte dias sem nada e já é o suficiente para a virose sumir, porque é um vírus que já está na rama verde, depois de seca o purgão não consegue pegar o vírus, só que nesse momento as mudas devem estar prontas para serem plantadas com cerca de um metro e meio de altura. No mês de junho, já começamos a fazer as mudas dentro da estufa e quando termina a safra, deixamos vinte dias sem lavoura (é o vazio sanitário), depois desse tempo levamos as mudas altas a campo. Esse processo trouxe sustentabilidade, por isso estamos retomando a produção. Nos lugares que a virose não tinha chegado, aumentou-se a produção, porque com o capricho dos outros produtores eles vão ficando com mais segurança, como todo mundo está erradicando, acreditamos que vamos conseguir conviver com esse vírus. Porém, se o produtor levar a muda grande a campo e a virose chegar antes da floração, terá problema, mas se a virose chegar depois da floração conseguirá ter produção, pode não ter a mesma qualidade, mas terá ainda uma boa produção.

Entrevista com o presidente da COAVRCAN

Nome: Elpídio Tomaz

Idade: 74 anos

Cargo: Presidente

Data da gravação da entrevista: 24/07/2017

Como a COAVRCAN foi constituída?

O pequeno agricultor tinha dificuldade para vender os produtos deles, não conseguiam vender o que eles produziam. Então, juntaram os municípios de Iretama, Roncador, Nova Cantú e Altamira do Paraná e resolveram fazer essa cooperativa. O sistema seria uma associação, mas como juntaram muitos produtores já se formou uma cooperativa, assim surgiu a COAVRCAN, com a junção desses quatro municípios. Dentro de pouco tempo, isso foi em 2009, na criação da cooperativa já havia mais de cem cooperados e foi crescendo. Por que que ela está em Iretama? A sede hoje está em Iretama porque nós conseguimos uma verba do governo para construir uma maravalha, que é para compra de eucalipto, esses tipos de coisa, ou seja, a pessoa tinha eucalipto, ia moer e fazer o cavaco e vender, os outros municípios não quiseram entrar com contrapartida, então, o prefeito daqui conseguiu o lugar. Precisava também do terreno e precisava da contrapartida, nós conseguimos no bairro Esplanado, até o endereço nosso é de lá, as vezes alguém vem procurar a COAVRCAN e vai direto no Esplanado até nos achar aqui. A cooperativa foi crescendo, hoje nós estamos entregando em mais de quarenta municípios e já está passando de novecentos associados, entregamos em várias cidades. Uma das dificuldades é porque cresceu muito rápido e não tem verba do governo suficiente. Nós não temos muito lucro, trabalhamos e só cobramos 15% das pessoas que entregam, não compramos o produto e vendemos, os valores do PAA e do PNAE entram direto na conta pelo governo e pelo município também.

Desde o início vocês trabalham com frutas?

Frutas, hortaliças, agora estamos precisando de feijão também, mas está difícil porque o preço do governo é menor do que o preço que eles acham para vender, mas a gente precisa e tem que se virar na busca do feijão, não é fácil, tem dificuldade.

E a entrega, antes, já era uma organização para atender os programas do governo ou era para entrega em supermercados? Como era no início?

Não, nós não entregamos em mercado. Era para atender as escolas e os programas do governo, desde que iniciou já foi assim e continua, a dificuldade que nós temos hoje é que diminuiu a verba, então a gente diminuiu também. Nesse ano, teve produtor que iria iniciar a plantação do moranguinho e precisou parar porque o governo cortou a entrega desse produto, não entregamos mais moranguinho nas escolas, então tem essa dificuldade.

Quais foram os desafios que a cooperativa enfrentou?

Temos dificuldade porque atrasa o pagamento do governo, as pessoas entregam, pegamos os produtos e levamos para as escolas. Acontece que qualquer erro na soma, já não vem o pagamento de ninguém. Às vezes, acontece de o pagamento desse mês ficar para próximo porque se deu qualquer erro, as vezes temos dificuldades para se organizar. Quando pegamos o romaneio em uma escola se ocorre qualquer dúvida já ficam todos sem receber, 100% do recebimento da cooperativa é para atender a demanda do governo.

Como é essa organização?

Já vem a lista do governo, por exemplo, um associado que produz fruta como laranja, mamão, banana, vem a autorização dele e a quantidade que vai entregar, o cooperado já sabe porque vem para nós e entramos em contato perguntando: você tem mamão hoje para levar? Não, não tenho, eu tenho banana. Às vezes substituímos o produto, mas é difícil, não é fácil. Também acontece de pegarmos de outro produtor que tem o produto que o outro não tem. Às vezes o produtor tem o nome na lista, mas não tem o produto, dificultando a entrega, porque o governo só paga quem tiver na lista. Todo dia chega gente na cooperativa querendo ser associado, querendo entrar também, falando que de agora para em diante vai produzir.

Nós estamos tendo muita dificuldade para a entrega de abóbora, porque tem que descascar essa abóbora, empacotar a vácuo e pôr na câmara fria para levar. Se nós fizermos isso hoje e amanhã atrasar um pouquinho para levar, já perdemos, tem perdido muito produto, essa é uma dificuldade nossa.

Quais instituições contribuíram com doações para a COAVRCAN?

A prefeitura favorece a gente bastante, na verdade, até o nosso técnico é da prefeitura, porque nós não temos condições de ter um técnico aqui e o Cido que era formado faleceu, a Emater de Campo Mourão também nos ajuda bastante, são parceiros.

Os cooperados são participativos (participando das reuniões, assembleias, decisões)?

São, participam. Depois das assembleias, de vez em quando, nós fazemos uma reunião do conselho, nós chamamos mais pessoas também, porque qualquer problema que dá, até o conselho do Paraná já veio participar conosco, porque tínhamos um dinheiro para receber e não entrava na conta para pagar os cooperados, eles vieram de Curitiba, fizemos uma reunião, eles participaram da assembleia e nos explicaram o motivo do dinheiro não ter saído.

Qual a importância dos programas PAA e PNAE para o agricultor familiar?

A melhor coisa que tem, porque se não tivesse esses programas não haveria o pequeno produtor. Hoje está ruim, não está bom ainda, mas se não tivesse os programas estaria cem por cento ruim. Esse programa é muito bom, e, a merenda da escola, acontece de as vezes, eu

sair junto para a entrega, na hora da merenda e como a gente tem o conhecimento nas escolas, oferecem um prato de comida, e a gente come junto para ver o que é que está acontecendo, a merenda da escola está cem por cento de primeira, estão caprichando bastante, está muito bom. É importante para o agricultor porque produz e para as crianças. Olha, nunca teve desse jeito!

E o Pronaf, o senhor também acha que é importante para o pequeno produtor?

É muito bom! O Pronaf é a melhor coisa que tem porque a pessoa consegue financiar com juros baratos. No assentamento, os produtores não conseguem sobreviver, porque eles não conseguem o Pronaf.

A cooperativa incentiva a diversificação da produção?

Incentiva, a cooperativa além de incentivar, o próprio produtor nos procura perguntando o que ele pode produzir porque ele quer vender. O produtor vê o seu vizinho vendendo os produtos e vem nos procurar para saber como fazer. O próprio produtor está vendo que não tem outra saída e que o caminho é buscar a diversificação para comercializar seus produtos.

Quais são os produtos entregues hoje na cooperativa?

Tem vários produtos, depende da época, hoje nós levamos nas escolas laranja, milho verde, é a fruta da época. Também trabalhamos com hortaliças, com batata, batata doce, alface, chicória, couve, cebolinha, a horta completa. Estamos com dificuldade porque um dos motoristas saiu, ficando somente um para viajar, um cooperado está ajudando na entrega pois ele faz a mesma linha, e eu também estou fazendo.

A cooperativa atende associados de quantos municípios?

Quarenta municípios, nós temos um caminhão, às vezes, o motorista sai de Iretama na segunda feira de madrugada e retorna na terça feira a noite. Esse é o jeito da gente trabalhar, é que o lucro é pouco e o gasto é muito.

Em sua opinião, a cooperativa contribui para a melhoria na qualidade de vida dos associados?

A cooperativa contribui muito, tanto para os associados de Iretama como os de outros municípios, por exemplo, nas entregas em Goioerê, fica difícil para cooperativa ir buscar o produto deles e entregar nas escolas daquele município, então, eles fazem a entrega do seu produto nas escolas, no dia 25 levantamos o romaneio e até o dia 30 o governo libera o dinheiro para pagar os produtores. Dessa forma, tem produtor que vende através da cooperativa e eu não o conheço.

Em sua opinião, qual a importância da cooperativa na promoção do desenvolvimento do município?

No nosso município se tirar a cooperativa, o município “vai para baixo”, porque não tem outro produtor, é só o pequeno produtor. O produtor de soja, ele vende o seu produto e vai gastar o dinheiro em Campo Mourão ou Maringá, ele não gasta aqui. Já com o pequeno produtor é diferente, ele recebe o seu dinheiro hoje e vai fazer a compra dele, pagar qualquer coisa, mas é aqui, dentro do município. Então, se não tivesse a cooperativa, um município pequeno como o nosso, que tem menos de 10.000 habitantes, não iria crescer, porque quem está movimentando é o pequeno produtor.

É o pequeno produtor que movimenta a cidade porque o grande não faz nada dentro da cidade, o que ele produz é a soja, carrega e vai embora. O produtor de boi também, existem poucos, prevalecendo a produção de soja e o pequeno produtor. Dessa forma, se acontecer de não existir mais o pequeno produtor, acaba a merenda escolar também. O pequeno produtor é quem faz a nossa cidade.

Entrevista com o secretário da agricultura de Iretama

Nome: Frederico Igor Westphal

Data da gravação da entrevista: 24/07/2017

1- Quais as contribuições dos programas PAA e PNAE para o município?

Bastante importante porque produzir é fácil, o difícil é vender, então se não tivesse essas políticas como PAA e PNAE não teria onde o produtor daqui entregar e vender, porque estamos longe de cidade grande, Maringá estamos a 160km, Guarapuava é longe, então através dessas políticas a gente consegue fazer os produtores daqui produzirem e terem onde vender.

2- Quais as contribuições dos programas PRONAF?

É bastante importante, hoje é difícil um produtor que não tenha um Pronaf, que não tenha um custeio, um investimento, hoje se não tiver isso ai o produtor não sai do lugar, eu vou produzir, vou guardar o dinheiro e vou fazer depois. Não faz. Então você tem que fazer primeiro, trabalhar e pagar o investimento que você fez.

3- Em sua opinião, quais as contribuições da COAVRCAN para o desenvolvimento socioeconômico do município de Iretama?

É muito importante, só o PNAE estadual aqui eu não lembro certo o valor, mas acho que é noventa mil, então o que os produtores vendem nas escolas daqui, em um ano equivale a

noventa mil reais. O que acontece com esse dinheiro? Ele volta para comércio, o produtor vende, recebe aqui e gasta aqui no comércio. Na verdade é uma cadeia, um vai puxando o outro, então se não tivesse isso, nós temos um exemplo que é muito perto aqui, que é Nova Tebas, a dois anos atrás toda a produção de Nova Tebas vinha de Pitanga, nada vinha dali do município, a cooperativa entrou, associou os produtores de lá e eles começaram a entregar, e lá acho que era quarenta e cinco mil, o dinheiro ao invés de ir para Pitanga, ficou dentro do município, até os comerciantes começaram a elogiar falando que começou a melhorar a venda, começou a melhorar o desenvolvimento do município, então é muito importante para o desenvolvimento do município. A cooperativa COAVRCAN trabalha com o sócio no município, por exemplo, Campina da lagoa a gente faz entrega e o sócio é de lá, a gente não quer levar produto de fora, a gente só leva quando falta, então para o desenvolvimento do município é muito importante.

Entrevista Agricultor Familiar 1 (cooperado da COAPROCOR)

Nome: AF 1

Idade: 69 anos

Sexo: masculino

Tempo de associação: 8 anos

Data da gravação da entrevista: 15/07/2017

O senhor (a) participa das reuniões e das assembleias?

Nem todas, mas tenho participado bastante.

As ideias e opiniões dos cooperados são ouvidas?

Umas sim, outras não.

Qual motivo o levou a se tornar cooperado?

É porque você tem o produto, se não for cooperado não como tem como trabalhar com a cooperativa.

Quais os produtos o senhor (a) entrega na cooperativa?

Só maracujá e entreguei um pouco de milho verde esse ano, só esses dois produtos.

Você faz rotação de cultivo?

Tem uma parte que é soja, planto um pouco de milho, um pouco de maracujá e tem um pouco de café para despesa.

Está trabalhando com a diversificação na propriedade?

A intenção é sempre ter mais produtos, plantar mandioca, plantar outras variedades.

Tem uma parte que só a gente que planta, café é somente para despesa.

Quais as contribuições dos programas PRONAF para o agricultor familiar?

Eu tinha PRONAF, tem algumas vantagens, mas as vezes o preço da produção cai, sempre tem os contratemplos, ocorre muita chuva ou a seca, sempre acontece um imprevisto, aciona o PROAGRO e a gente também não capricha com notas, pega um produto de terceiros, as notas já não servem e as coisas dão errado, assim por pouco que seja sempre dá problema para pagar, na roça sempre é difícil. O financiamento favorece o pequeno produtor, mas eu deixei fazer.

E o PAA e o PNAE?

Para entregar o produto tem vantagem, porque você entrega para o governo, se o preço de mercado está R\$ 1,50 o produtor entrega por R\$ 2,80, a diferença é boa, é bastante.

Desde que se tornou cooperado houve mudança na renda da sua família?

O maracujá ajuda muito, eu não tenho o que reclamar. Tudo o que você entrega, o milho ou outro produto, é lucro, o problema é você não ter nada para entregar.

A cooperativa contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus cooperados? Como?

A cooperativa corre atrás das coisas, o produtor trabalha na roça, traz o produto e entrega, e eles se comprometem com a comercialização. Não tem como eu vender cem quilos de maracujá, mil quilos, tem que ser a cooperativa.

Qual a importância da cooperativa para seus cooperados?

Sem a cooperativa é bem pior, emprega muitas pessoas, para o produtor a vantagem que eu estou falando é essa: se não tem a cooperativa, é difícil para o produtor plantar e entregar dez caixas de mandioca, vinte caixas de maracujá. Eu não tenho condições de entregar fora da cidade, tem que ser através da cooperativa, uma associação concreta, sem eles aqui, não funciona.

Entrevista Agricultor Familiar 2 (cooperado da COAPROCOR)

Nome: AF 2

Idade: 65 anos

Sexo: masculino

Tempo de associação: Desde 2007 (APROCOR)

Data da gravação da entrevista: 15/07/2017

Quais são os produtos que o senhor planta além do maracujá?

No meu caso lá, eu tinha plantio de mandioca, mandioca é mais resistente um pouco, eu plantava um pouquinho de tomate, jiló, quiabo, abobrinha, mas passaram veneno e acabaram com a minha plantação. Estou plantando café e no meio do café eu gosto de plantar de tudo.

O senhor (a) participa das reuniões da COAPROCOR e das assembleias?

Eu participei até 2014, depois não encaixou as ideias deles com a minha, não participei mais porque o cara (o agrônomo) fala uma coisa e você está vendo que não é aquela realidade, então não adianta vir gente lá de Curitiba e o agrônomo responsável pelo produto da região não falar o que tem que falar.

Qual motivo o levou a se tornar cooperado da COAPROCOR?

Eu entrei em 2007, era associado da APROCOR e passou para COAPROCOR, então eu já estava. Só que o negócio foi agora de 2012 para cá, depois que arrancaram as plantações de café, antes era uma produção explodida de maracujá, porque o cara tinha uma lavoura de café e plantava uma moitinha de maracujá então não tinha veneno para estragar, eu plantei umas pimentas e produziu bem, plantei jiló produziu bem, plantei tomate produziu bem, depois que começou o vizinho de lá e o vizinho de cá, antes o vizinho de lá era café e o vizinho de cá também, daí produzia bem. Eu trabalhei na lavoura no Estado de São Paulo, a gente sabe os produtos que passa certinho e os que não pode passar. O que acontece no caso do fazendeiro: ele compra um produto aqui na Coamo e a quantidade que receitam para ele, às vezes, é só cinquenta por cento do que ele precisa, os outros cinquenta ele compra aonde tiver, o agrônomo manda ele passar o que é liberado para usar na área dele, não da boa produção, os insetos comem. O que ele faz? Tem vários vendedores de produtos no Paraguai, se o cara usa 100 litros dos que comprou no Brasil as vezes ele mistura com 150 do que veio do Paraguai.

Mas se tornar cooperado ajudou na comercialização?

Se não for cooperado fica ruim de negociar.

Depois que plantaram soja para todo lado. Às vezes, o agricultor acha que é um benefício ainda retirar um pedaço de café e plantar uma moita de soja ou arrendar uma parte da sua área, mas o fazendeiro passa esse produto e acaba com tudo que o pequeno produtor planta, estraga mandioca, estraga o maracujá, estraga o feijão, estraga todas as plantas dele.

Quais os produtos o senhor (a) entrega na cooperativa?

O que eu já entreguei aqui é maracujá, mandioca.

Mas o senhor ainda está entregando?

Maracujá estou, mandioca era para entregar, mas esse negócio do PNAE, têm que esperar o pedido, as vezes tem um pedido, por exemplo, de dez toneladas, e só um cooperado tem essas dez toneladas, mas precisa pegar um pouquinho de cada um. Às vezes você tem quarenta toneladas, você entrega só três ou quatro.

Na sua opinião, qual é a importância do PNAE e do PAA para o agricultor familiar?

A importância é que o preço é bem melhor, o preço do governo é muito acima do preço de mercado.

Desde que se tornou cooperado houve mudança na renda da sua família?

Sim ajuda, quando a gente vende um produto, que nem se vende esses produtos que vai para o governo, o preço é melhor, então ajuda bem.

A cooperativa contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus cooperados?

Contribui, mas eles estão com problemas nessa questão que eu estou falando, a cooperativa estava indo bem, mas não está mais porque trazíamos café e muito maracujá, os agricultores que plantavam café passaram a plantar soja e o veneno da soja acabou com o maracujá, então deixaram de entregar o maracujá e o café, para a cooperativa isso foi ruim.

Qual a importância da COAPROCOR para seus cooperados?

É mais fácil do cooperado comprar os produtos para usar na lavoura porque se ele está entregando mercadoria tem crédito e na cooperativa não há tanto rigor como na COAMO. A COAMO é mais rigorosa. Na COAPROCOR, se você entregou uma mercadoria é só pegar o produto e depois quando vier o pagamento da sua mercadoria eles descontam, a COAMO já é mais exigente. A COAMO o negócio deles é trabalhar com os caras mais ricos, o pobre eles querem trabalho, existe o cadastrado e o cooperado, o cooperado é aquele que entrega e pega retorno, já o cadastrado só vende, só compra e não tem retorno. No meu caso, eu sou cadastrado na COAMO.

Mas na COAPROCOR também tem sobras?

No meu caso, que mataram meu maracujá, eu fiquei dois anos sem maracujá.

Na sua opinião, qual a importância da cooperativa para o município de Corumbataí do Sul?

Foi muito importante quando produziu muito. Agora muitos foram embora, em muitos lugares o agricultor arrendou a terra, o fazendeiro planta soja e deposita na conta dele quarenta sacas por alqueire, é uma boa fonte de renda, pois, se ele resolve produzir o fazendeiro passa veneno e estraga o café dele, estraga tudo o que ele planta, ele colhe tudo pela metade, isso é um grande problema.

Na minha opinião, deveria reunir os vereadores e o prefeito fazer uma reunião e definir uma época para passar esse produto, por exemplo colheu a soja, planta o milho e usa o veneno, mas não no período que as outras lavouras estão se formando, o tomate já estaria formado, o maracujá estaria produzindo, então, se passasse esses produtos e fosse controlado, se o município controlasse para o fazendeiro utilizar somente agora depois que o maracujá

derrubou carga, poderia ser em junho e julho, assim não iria estragar tanto as lavouras. Em Barbosa Ferraz foi estabelecido isso, os vereadores e o prefeito conseguiram que os fazendeiros não usassem naquele momento, os agricultores de Barbosa traziam muito maracujá na COAPROCOR, o maracujá lá durava três, quatro anos.

Entrevista Agricultor Familiar 3 (cooperado da COAPROCOR)

Nome: AF 3

Idade: 47 anos

Sexo: masculino

Tempo de associação: 2009

Data da gravação da entrevista 15/07/2017

O senhor (a) participa das reuniões e das assembleias?

Não cem por cento, mas participo.

As ideias e opiniões dos cooperados são ouvidas?

São.

Qual motivo o levou a se tornar cooperado da COAPROCOR?

A gente que é produtor, precisa de uma associação. Na verdade, se não tem a associação em Corumbataí, o município seria um cemitério, porque só tem aposentando, o preço do café não está pagando o trabalho e agora a gente não perde nada, tudo o que você produz, você vende.

Quais os produtos o senhor (a) entrega na cooperativa?

Hoje maracujá, laranja, poncã.

Está trabalhando com a diversificação na propriedade?

Desde quando começou.

Quais as contribuições dos programas PRONAF para o agricultor familiar?

É importante, porque na realidade para você trabalhar com o seu dinheiro fica difícil, o que sobra a gente está investindo naquilo que a gente tem. O Pronaf é uma coisa boa, porque fazendo o Pronaf você tem condições de cuidar da lavoura.

E o PAA e o PNAE?

Os programas são importantíssimos, o preço é melhor e você não perde mais nada, na realidade muitas coisas que a cooperativa não comercializava, pelo programa conseguimos comercializar como a poncã, a banana, a batata. É muito importante, não poderia acabar de jeito nenhum, é um excelente programa, principalmente para o pequeno produtor.

Desde que se tornou cooperado houve mudança na renda da sua família?

Houve, na realidade as coisas melhoraram, quando não tinha a cooperativa iríamos até embora, depois começamos a trabalhar com a cooperativa e firmamos essa parceria.

A cooperativa contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus cooperados?

Com certeza, na realidade é um jogo ela ajuda nós, nós ajudamos ela e assim prosseguimos, pois se não tiver uma colaboração não avançamos. Ela ajuda na comercialização, para comprar os produtos, tudo que a cooperativa pode ajudar ela faz.

Qual a importância da cooperativa para seus cooperados?

Na realidade, tudo o que você precisa eles dão um jeito de conseguir, assistência, se você precisa de um produto, eles vão atrás, muda das plantas.

Na sua opinião, qual a importância da cooperativa para o município de Corumbataí do Sul?

A cooperativa traz renda para o município ao proporcionar renda para o produtor, permitindo que as pessoas permaneçam no município, pois se não tiver população não tem arrecadação.

Entrevista Agricultor Familiar 4 (cooperado da COAVRCAN)

Nome: AF 4

Idade: 42 anos

Sexo: masculino

Ano de associação: 2009

Data da gravação da entrevista: 24/07/2017

O senhor (a) participa das reuniões e das assembleias?

Participo.

As ideias e opiniões dos cooperados são ouvidas?

São ouvidas. Na verdade, não é somente nas reuniões, as vezes a gente chega aqui fala alguma coisa, comenta com a secretaria e isso vai além. Então, tudo o que a gente fala aqui é ouvido. Tem gente que as vezes reclama: ah se fizesse assim. Mas não vem aqui para falar, mas o que a gente fala é levado para frente.

Qual motivo o levou a se tornar cooperado?

Eu diria que tudo gira em torno do financeiro, na verdade, eu era produtor de verduras e era um lugar a mais para eu vender. Eu já entregava no município, nos mercados, foi um comércio a mais para mim, mas não dependo só disso, somente da cooperativa, eu tenho meu “pé firme” no comércio da cidade, mas para mim é uma renda a mais, um comércio a mais.

Quais os produtos o senhor (a) entrega na cooperativa?

Parte de hortaliças, tubérculos e tempero, como alface, rúcula, couve, couve-flor, brócolis, repolho, tomate. Na verdade, minha produção é bem variada mesmo.

Está trabalhando com a diversificação na propriedade?

Temos umas vacas de leite para o gasto. No nosso caso, somos em duas famílias, a minha e dos meus pais, temos as vacas de leite e galinhas poedeiras. Antigamente, quando a gente trabalhava com menos, pegava os esterco das galinhas e levava para a horta, uma coisa era ligada à outra.

Quais as contribuições do PRONAF para o agricultor familiar?

O Pronaf é uma maneira de você crescer, por exemplo, eu tirei uma caminhonete nova, se eu fosse juntar o dinheiro ou financiar em uma financiadora, o juro que eu pago ao ano, eu pagaria em um mês, tenho ainda dez anos para pagar, estou na metade, paguei cinco anos. Depois disso, financiei mais cento e trinta mil de estufa, mas a renda que a estufa dá, em três ou quatro meses eu pago a prestação do financiamento e o rendimento do restante do ano sobra, porque é uma prestação por ano. Então, o Pronaf “me levou lá para cima”.

Quais as contribuições dos programas PAA e PNAE para o agricultor familiar?

Desses programas, digamos que seria a mesma contribuição da cooperativa, na verdade, é a renda, a gente entrega, o produto fica aqui, você já tem aquele comércio fixo por semana também, porque tem um calendário de entrega. Pegamos tal escola para entregar, toda semana você tem aquela entrega para fazer e todo mês você tem uma renda. Quando começa o projeto, o contrato, você sabe que daquele momento até o final do ano você tem a renda garantida, podendo fazer uma dívida lá para frente sabendo que aquilo vem.

Desde que se tornou cooperado houve mudança na renda da sua família?

Digamos que há três anos minha renda subiu bastante e o conforto da minha família também melhorou.

A cooperativa contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus cooperados? Como?

Com certeza. Na verdade, é essa questão financeira, aqueles que tem boa vontade conseguem crescer, porque a cooperativa comercializa e digamos que aqueles que não tem boa vontade e são sossegados não acompanham esse desenvolvimento. Isso, não quer dizer que a cooperativa leva os oitocentos cooperados ao crescimento, porque existem aqueles que realmente “nem com bomba não vai”, mas os que possuem boa vontade para trabalhar, quem gosta de trabalhar e tem vontade, de fato, a cooperativa contribui para o seu crescimento. Minha casa hoje possui conforto, tirei carro novo duas vezes, tudo com esse dinheiro das entregas na cooperativa, o que eu comercializo nos mercados mantenho minhas despesas. Esses contratos com a cooperativa normalmente começam muito tarde, a gente teve um deputado aqui, eu até reclamei para ele, deveria começar as aulas e começar os contratos, mas iniciou na última semana de junho o PNAE Estadual, mas é um dinheiro “extra” que vem para

a gente, então, com esse dinheiro você pode investir em um conforto, não contar com ele para as despesas, no meu caso, eu tenho outros comércios e o programa também ajuda bastante.

Qual a importância da cooperativa para seus cooperados?

Eu diria que é financeiro, que tudo gira em torno do financeiro, a renda do cooperado aumenta bastante com os contratos do PAA e do PNAE e se não fosse a cooperativa não tinha como a gente acessar esses programas. Se o governo fosse atender produtor por produtor, não teria como, então, precisa ter um presidente de uma cooperativa que negocia para um monte de gente, é aí que entra a importância da cooperativa para o povo de Iretama, para a região. Quando precisa ir em Curitiba, a cooperativa vai, corre atrás, o ano passado ficou sem pagamento o restante de um contrato, a cooperativa foi lá em Curitiba e conversou, negociou, esse valor foi entregue no começo desse ano, então, a cooperativa tem muita importância para os seus cooperados.

Qual a importância da cooperativa para o município?

Na verdade, traz muito dinheiro, pois tem os recursos estaduais, acontece de uma cidade ter produtor, mas ele não entregar os produtos, por exemplo em Luiziana, aquele dinheiro acaba voltando para Iretama, para o comércio da cidade, pois a cooperativa pega o produto daqui quando não tem em outro município e faz a entrega. Dessa forma, por ela estar sediada em Iretama é mais fácil ainda porque o produtor está aqui e acaba retornando o dinheiro de outros municípios para nossa cidade, então, para o município ela é muito importante.

Entrevista Agricultor Familiar 5 (cooperado da COAVRCAN)

Nome: AF 5 Idade: 40 anos Sexo: Masculino

Ano de associação: 2010 Data da gravação da entrevista: 24/07/2017

O senhor (a) participa das reuniões e das assembleias?

Participo.

As ideias e opiniões dos cooperados são ouvidas?

Sim.

Qual motivo o levou a se tornar cooperado?

Eu fui convidado. A partir do momento que eu fui convidado, eu analisei do que se tratava e comecei a trabalhar junto.

Quais os produtos o senhor (a) entrega na cooperativa?

Para a cooperativa somente banana.

Está trabalhando com a diversificação na propriedade?

Eu tenho banana, erva-mate, gado, galinhas e planto de vez em quando um pouco de hortaliças também.

Na sua opinião, quais as contribuições dos programas PAA e PNAE para o agricultor familiar?

É fundamental, é de vital importância para gente, porque se não fosse esse mercado institucional nós não teríamos condições de acessar outros mercados, e outros mercados também não conheceriam o nosso produto. Hoje esses dois programas provêm uma qualidade de vida enorme para os nossos filhos. A minha filha come um produto que eu entrego na escola dela, os adultos comem o produto que eu entrego na escola estadual, então a qualidade de vida hoje dos nossos filhos e das pessoas que estão dentro do sistema de ensino é muito grande, eles têm acesso a uma alimentação que eles não têm nem na casa deles, antes nós chamávamos de merenda, hoje não é mais uma merenda, merenda vem do italiano, hoje é uma alimentação completa e balanceada. Dentro das escolas nós temos as nutricionistas, a cooperativa também tem uma nutricionista nossa, então é uma alimentação perfeita.

Quais as contribuições do Pronaf para o agricultor familiar?

O Pronaf é um programa muito interessante, porém, na minha opinião, eu acho que ele ainda é deficitário, ele tem as suas deficiências e são grandes. Hoje os programas de governo, o Pronaf é excelente? É excelente. Alavanca a produção agrícola da agricultura familiar? O próprio nome já diz que é para a agricultura familiar. Mas, ele é muito restrito a quem avalize, avalistas, ou documentos da própria terra, avalistas terceiros, esse é um ponto que eu acho que o Pronaf é deficitário, não na questão de juros, não na questão de prazos, mas sim na questão de avalistas. Não sei se é verídico, mas a mídia publicou esses dias que nós vamos ter uma reforma, o governo vai doar cinco mil reais para reforma de casas a fundo perdido, tem produtor com quarenta anos trabalhando na roça, tem o nome limpo e não consegue cinco mil reais emprestado se não tiver um fiador, um avalista, ou colocar a propriedade dele para que sirva como caução. Então, nesse ponto, eu acho que o governo deveria julgar mais os antecedentes financeiros, se é uma pessoa que paga suas contas em dia a trinta, quarenta anos, ele não vai dar um golpe em uma quantia pequena de dinheiro, porque hoje cinco mil reais você aplicando na lavoura ele te devolve em dois, três anos, equivalente a quinze mil reais. É rentável, é bom, mas você precisa ter alguém que te avalize, é o único defeito, na minha opinião, da parte governamental, em relação ao Pronaf.

Desde que se tornou cooperado houve mudança na renda da sua família?

Bastante, hoje a qualidade de vida é melhor.

A cooperativa contribui para a melhoria na qualidade de vida dos seus cooperados?

Sim, não é somente na questão financeira a contribuição da cooperativa, nós precisávamos de uma identidade, porque o agricultor estava sem identidade, tinha muitos com vergonha de dizer que era agricultor pela discriminação da própria sociedade. E hoje não, nós temos identidade e a cooperativa veio a reforçar essa identidade e nos encher de orgulho de sermos agricultores, de nosso produto ser consumido aqui, em outras cidades e em outros centros. Isso fez com que ganhássemos um pouco mais de auto estima e se valorizasse um pouco mais, porque os próprios agricultores se desvalorizavam, se diminuían. Na verdade, isso não pode, porque nós somos produtores de alimentos, então, tanto quanto alguém chega e apresenta uma profissão como médico, que bom, parabéns, mas o agricultor tem que ter o mesmo orgulho da profissão que ele escolheu, porque todas as outras profissões precisam se alimentar, então nós não devemos ter nenhum pouquinho de vergonha disso. A agricultura familiar hoje provê 80% do consumo do país todo, porque os grandes agricultores são como empresas, não são agricultores familiares, eles plantam duzentos, trezentos alqueires de soja, mas não se come só soja. A cooperativa veio criar uma identidade para o município de Iretama, para os outros municípios e para nós agricultores, porque hoje a gente diz: eu sou cooperado da COAVRCAN, está aqui o meu produto. A gente tira foto desses produtos que a gente entrega, é necessário que se tire foto, passa por uma nutricionista, ela vai olhar a qualidade desse produto para depois ir para o consumo das escolas. A cooperativa hoje é de vital importância para o desenvolvimento do município e automaticamente dos cooperados que fazem parte dela e dos terceiros que também sobrevivem dela, pois tem pessoas de maneira indireta que ganham dinheiro com a cooperativa.

Qual a importância da cooperativa para o município?

Além do financeiro, o dinheiro que recebemos, gastamos no comércio dentro do próprio município, isso é um ciclo, também existe essa questão que eu relatei da identidade do agricultor e do município.

Entrevista Agricultor familiar 6 (cooperado da COAVRCAN)

Nome: AF 6

Idade: 47 anos

Sexo: masculino

Ano de associação: 2009

Data da gravação da entrevista: 24/07/2017

O senhor (a) participa das reuniões e das assembleias?

Quase sempre.

As ideias e opiniões dos cooperados são ouvidas?

Geralmente são.

Qual motivo o levou a se tornar cooperado?

Por meio da cooperativa se tem acesso aos programas do governo, no caso a gente trabalha com miudeza, entrega para a COAVRCAN, então fica mais fácil, porque sozinho é complicado para trabalhar. E dar força ao grupo também porque um sozinho fica difícil, quanto mais gente, fica melhor, mais fácil.

Quais os produtos o senhor (a) entrega na cooperativa?

Entrego na cooperativa: maracujá, poncã, melancia.

Está trabalhando com a diversificação na propriedade?

Sim, estou trabalhando com frango caipirão, bicho-da-seda, maracujá e melancia, tenho alguns terrenos arrendados para diversificar um pouco a lavoura, plantando um pouco de soja também.

Na sua opinião, qual a importância dos programas do PAA e PNAE para o agricultor familiar?

A importância é que se você precisa estar engajado nesses projetos, na pequena atividade são poucas nossas terras, então têm que diversificar e para isso, você tem que ter um lugar para entregar. E o programa ajuda muito.

Na sua opinião, qual a importância do PRONAF para o agricultor familiar?

É muito importante pela facilidade, o governo federal oferece para os pequenos produtores principalmente. Hoje as taxas de juros são bem em conta para os pequenos. Lógico, o maior tem mais recursos. Para os pequenos é muito importante.

Desde que se tornou cooperado houve mudança na renda da sua família?

Houve bastante, para melhor.

Na sua opinião, qual a importância da cooperativa para município?

Todo mundo que quer produzir a cooperativa proporciona sustentabilidade, ela ajuda, principalmente na parte da entrega. É muito importante, se a cooperativa não existisse, as coisas estariam bem piores hoje, veio ajudar bastante, porque sozinho é difícil.